

Procuradoria Geral da República
4ª Câmara de Coordenação e Revisão

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2008

APRESENTAÇÃO

A 4ª Câmara de Coordenação e Revisão exerce o papel, no âmbito do Ministério Público Federal, de coordenar, integrar e revisar as ações institucionais destinadas à defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural brasileiro. Foi instituída pela Resolução nº 6, de 16 de dezembro de 1993, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com base nos artigos 58 a 62 da Lei Complementar 75/93, que definem a organização, o funcionamento, a composição e a competência das Câmaras de Coordenação e Revisão.

A 4ª CCR é composta por três membros do Ministério Público Federal, um indicado pelo Procurador-Geral da República e dois pelo Conselho Superior, juntamente com seus suplentes, para um mandato de dois anos, entre integrantes do último grau de carreira, sempre que possível.

Um dos integrantes da Câmara de Coordenação e Revisão é designado pelo Procurador-Geral da República para a função executiva de Coordenador.

Para assessorar os Subprocuradores-Gerais da República, os Procuradores Regionais da República e os Procuradores da República nos Estados, a 4ª CCR dispõe de uma equipe constituída de analistas periciais, processuais e assessores, com formação multidisciplinar nas áreas de Administração de Empresa, Antropologia, Arqueologia, Arquitetura, Biblioteconomia, Biologia, Comunicação Social, Direito, Economia, Engenharia de Minas, Engenharia Florestal, Engenharia Sanitária, Geografia e Geologia, que atuam em tarefas especializadas na realização de perícias e exames necessários às atividades institucionais, lotados a maioria na PGR, sendo os demais nas Procuradorias da República nos Estados de Bahia, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, conforme detalhado no item 3.2 (Equipe - Gerência Técnica).

A Câmara, por intermédio de seus Membros e Procuradores da República nos Estados e Municípios, atuou intensamente no ano de 2008 na defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural.

Destacaram-se, neste ano, os seguintes temas na atuação da 4ª CCR:

Meio Ambiente

- Agrotóxicos
- Área de Preservação Permanente
- Desmatamento
- Fauna
- Geração de Energia
- Impactos socioambientais
- Licenciamento Ambiental
- Ordenamento Territorial
- Organismos Geneticamente Modificados
- Poluição
- Recursos Hídricos
- Resíduos Sólidos
- Saneamento
- Sistemas Viários

Unidades de Conservação
Zona Costeira

Patrimônio Cultural

Sítios Arqueológicos
Bens de Valor Arquitetônico e Paisagístico
Patrimônio Documental
Bens Imateriais
Bens Imóveis
Bens Móveis
Bens Naturais
Conhecimentos Tradicionais
Sítios e Conjuntos Urbanos

CONTEÚDO

1. COMPOSIÇÃO

- 1.1 Membros Titulares
- 1.2 Membros Suplentes

2. REPRESENTANTES NAS PROCURADORIAS DA REPÚBLICA NOS ESTADOS, PROCURADORIAS REGIONAIS DA REPÚBLICA E DO MPF EM COMISSÕES E CONSELHOS

3. EQUIPE JURÍDICA, TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

- 3.1 Gerência Jurídica
- 3.2 Gerência Técnica
- 3.3 Gerência Administrativa: Cartório e Secretaria
- 3.4 Estagiários

4. ATIVIDADES NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO REVISIONAL

- 4.1 Homologações de Arquivamento
 - 4.1.1 Meio Ambiente
 - 4.1.2 Patrimônio Cultural
- 4.2 Procedimentos Convertidos em Diligências
- 4.3 Conflito de Atribuição
- 4.4 Deliberações em Termos de Ajustamento de Conduta
- 4.5 Outras Deliberações
 - 4.5.1 Gratificação de Perícia
 - 4.5.2 Prorrogações de ICP e PA
 - 4.5.3 Indicação para participação em eventos
 - 4.5.4 Consultas ao Colegiado e Outras Decisões

5. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA GERÊNCIA JURÍDICA

- 5.1 Informações Técnicas
- 5.2 Notas Técnicas
- 5.3 Elaboração de Pareceres
- 5.4 Outras Atividades
 - 5.4.1 Apresentação de Palestras
 - 5.4.2 Ciclo de Palestras – Difusor Ambiental
 - 5.4.3 Assessoria na Preparação de Palestras/Apresentação para Membros
 - 5.4.4 Participação em Cursos, Congressos e Seminários
 - 5.4.5 Participação em Reuniões em Brasília
 - 5.4.6 Viagens a Serviço
 - 5.4.7 Ações Propostas para o Próximo Exercício

6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA GERÊNCIA TÉCNICA

6.1 Informações Técnicas

6.1.1 Análise de EIA/RIMA e Correlatos

6.1.2 Análise de Procedimentos/Documentação Técnica

6.1.3 Análise e Acompanhamento de Termo de Ajustamento de Conduta dos Estados

6.1.4 Participação em Processos Judiciais

6.1.5 Estudos sobre temas específicos

6.1.6 Relatório de Reunião

6.2 Notas Técnicas

6.3 Outras Atividades

6.3.1 Atendimentos Informais

6.3.2 Atividades Específicas para subsidiar atuação dos Membros

6.3.3 Atividades Específicas para subsidiar elaboração de Informação Técnica

6.3.4 Avaliação Prévia de demandas existentes

6.3.5 Ciclo de Palestras – Difusor Ambiental

6.3.6 Estudos Específicos para subsidiar elaboração de Informação Técnica

6.3.7 Estudos Específicos sem elaboração de Informação Técnica

6.3.8 Participação em Cursos, Congressos e Seminários

6.3.9 Reuniões Externas em Brasília

6.3.10 Reuniões Internas

6.3.11 Viagens a Serviço

6.3.12 VIII Encontro Temático “Espaços Territoriais Especialmente Protegidos”

6.3.13 Ações Propostas para o Próximo Exercício

7. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

7.1 Atividades Desenvolvidas

7.2 Outras Atividades

7.2.1 Participação em Cursos, Congressos e Seminários

7.2.2 Viagens a Serviço

7.3 Ações Propostas para o Próximo Exercício

7.4 Considerações Finais

8. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA FUNÇÃO DE COORDENAÇÃO

8.1 Eventos Promovidos

8.1.1 Reunião dos Procuradores da República da Área de Meio Ambiente na Amazônia Legal

8.1.2 VIII Encontro Temático “Espaços territoriais especialmente protegidos”

8.2 Grupos de Trabalho

8.2.1 Denominação

8.2.2 Reuniões Realizadas

8.2.3 Atividades Desenvolvidas

9. RECOMENDAÇÕES E ENUNCIADOS

9.1 Recomendações Expedidas

9.2 Enunciados

1. COMPOSIÇÃO

ATÉ 5 DE MAIO DE 2008

1.1 MEMBROS TITULARES

Sandra Verônica Cureau

Subprocuradora-Geral da República

Coordenadora

Helenita Amélia Gonçalves Caiado de Acioli

Subprocuradora-Geral da República

Flávio Giron

Subprocurador-Geral da República

1.2 MEMBROS SUPLENTE

Mario José Gisi

Subprocurador-Geral da República

Maurício de Paula Cardoso

Subprocurador-Geral da República

Maria Eliane Menezes de Farias

Subprocuradora-Geral da República

A PARTIR DE 6 DE MAIO DE 2008 (Portaria nº 270, de 30/05/08)

1.1 MEMBROS TITULARES

Sandra Verônica Cureau

Subprocuradora-Geral da República

Coordenadora

Mario José Gisi

Subprocurador-Geral da República

Lindôra Maria Araújo

Subprocuradora-Geral da República

1.2 MEMBROS SUPLENTE

José Leonidas Bellem de Lima

Procurador Regional da República – 3ª Região

Maria Soares Camelo Cordioli

Procuradora Regional da República – 1ª Região

Eliana Peres Torelly de Carvalho

Procuradora Regional da República – 1ª Região

2. REPRESENTANTES

2.1 PROCURADORIAS DA REPÚBLICA NOS ESTADOS

Acre

Dr. MARCUS VINICIUS AGUIAR MACEDO

Alagoas

Dr^a. NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY

Amapá

Dr. ANDRÉ SAMPAIO VIANA

Amazonas

Dr. GUSTAVO DE CARVALHO GUADANHIN

Bahia

Dr. RAMIRO ROCKENBACH DA SILVA MATOS TEIXEIRA DE ALMEIDA

Ceará

Dr. ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES

Distrito Federal

Dr. FRANCISCO GUILHERME VOLLSTEDT BASTOS

Espírito Santo

Dr^a. ELISANDRA DE OLIVEIRA OLÍMPIO

Goiás

Dr. ADRIAN PEREIRA ZIEMBRA

Maranhão

Dr. ALEXANDRE SILVA SOARES

Mato Grosso

Dr. MARCELLUS BARBOSA LIMA

Mato Grosso do Sul

Dr. EMERSON KALIF SIQUEIRA

Minas Gerais

Dr^a. MÍRIAN DO ROZÁRIO MOREIRA LIMA

Pará

Dr. JOSÉ AUGUSTO TORRES POTIGUAR

Paraíba

Dr. WERTON MAGALHÃES COSTA

Paraná

Dr. LUÍS SÉRGIO LANGOWSKI

Pernambuco

Dr. ANASTÁCIO NÓBREGA TAHIM JÚNIOR

Piauí

Dr. LEONARDO CARVALHO CAVALCANTE DE OLIVEIRA

Rio de Janeiro

Dr. MAURÍCIO RIBEIRO MANSO

Rio Grande do Norte

Dr. FÁBIO NESI VENZON

Rio Grande do Sul

Dr. CAROLINA DA SILVEIRA MEDEIROS

Rondônia

Dr. OSVALDO DOS SANTOS HEITOR JÚNIOR

Roraima

Dr. LUDMILA BORTOLETO MONTEIRO

Santa Catarina

Dr. WALMOR ALVES MOREIRA

São Paulo

Dr^a. ROSANE CIMA CAMPIOTTO

Sergipe

Dr. EUNICE DANTAS CARVALHO

Tocantins

Dr. ÁLVARO LOTUFO MANZANO

2.2 PROCURADORIAS REGIONAIS DA REPÚBLICA

1.ª Região – Distrito Federal

Dr^a. ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO

2.ª Região – Rio de Janeiro

Dr. NÍVIO DE FREITAS SILVA FILHO

3.ª Região – São Paulo

Dr^a. DARCY SANTANA VITOBELLO

4.ª Região – Rio Grande do Sul

Dr. DOMINGOS SÁVIO DRESCH DA SILVEIRA

5.ª Região - Recife

Dr. FRANCISCO CHAVES DOS ANJOS NETO

2.3 COMISSÕES E CONSELHOS

2.3.1 Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio)

DR. MARCELLUS BARBOSA LIMA

Procurador da República no Estado do Mato Grosso

Participante do GT Transgênicos da 4ª CCR

2.3.2 Conselho Consultivo do IPHAN

DR^a Sandra Cureau

Subprocuradora-Geral da República

Coordenadora da 4ª CCR

2.3.3 Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama

DR. MARIO JOSÉ GISI

Subprocurador-Geral da República

Titular

DR^a. ELIANA PEREZ TORELLY DE CARVALHO

Procuradora Regional da República – 1ª Região

Suplente

DR. PAULO VASCONCELOS JACOBINA

Procurador Regional da República – 1ª Região

Suplente

3. EQUIPE

3.1 GERÊNCIA JURÍDICA

Maria Rita Reis	Gerente Jurídica (a partir de 1º de agosto)
Francisco Ubiracy Craveiro de Araújo	Gerente Jurídico (até 23 de junho)
Ana Lúcia Ericeira Franco de Sá	Analista Processual (até 29 de maio)
Alessandra Waquim Rodrigues	Analista Processual
Helen Pinheiro de Sousa Barcelos	Analista Processual (a partir de 7 de julho)
Joel Carlo de Oliveira Mazo	Analista Processual
Lauro Antonio Cunha Barbosa	Analista Processual (Gerente Jurídico em exercício, no período de 24 de junho a 31 de julho)
Noemy Risoleta Cabeleira de Araujo	Analista Processual
Sérgio Eduardo Félix da Silva	Técnico Administrativo

3.2 GERÊNCIA TÉCNICA

ANALISTAS / ANALISTAS PERICIAIS / ASSESSORES

Marcos Cipriano Cardoso Garcia	Gerente Técnico
Alessandro Filgueiras da Silva	Biólogo
Amy Vasconcelos de Souza	Engenheira Sanitarista
Ana Gabriela Castello Branco dos Santos	Arquiteta
Aurélio Rodrigues de Loiola Júnior	Arquiteto (a partir de 1º de setembro)
Carlos Alberto de Sousa Correia	Biólogo
Clauber Moraes Pachêco	Biólogo
Cristina de Queiroz Telles Maffra	Geóloga
Dalma Maria Caixeta	Engenheira Sanitarista
Denise Christina de Rezende Nicolaidis	Engenheira Florestal
Enéas da Silva Oliveira	Engenheiro Florestal
Iraildes Modesto da Conceição	Bióloga
Humberto Alcântara Ferreira Lima	Geólogo
Joanildo Santiago de Souza	Engenheiro Florestal
Jorge Gomes do Cravo Barros	Geólogo
José Dias Pereira	Biólogo
Juliana Sarkis Costa	Engenheira Agrônoma (a partir de 2 de janeiro)
Kênia Gonçalves Itacaramby	Antropóloga
Luciana Adele Maria Bucci	Bibliotecária
Luciana Sampaio	Arquiteta
Ludimila Penna Lamounier	Arquiteta
Marco Antonio Bichara	Engenheiro Civil

Maria Geraldina Salgado	Engenheira Sanitarista
Mirtes Duarte Magalhães	Bióloga
Murilo Lustosa Lopes	Engenheiro Sanitarista
Romina Faur Capparelli	Arquiteta
Paula Moreira Felix Costa	Bióloga
Sandra Nami Amenomori	Arqueóloga
Sheila Telles Meyer	Engenheira Sanitarista
Thiago Guimarães Mundim	Engenheiro Florestal
Valdir Carlos da Silva Filho	Geógrafo
Wilson Guimarães da Silva Júnior	Engenheiro Químico

Apoio Gerência Jurídica e Gerência Técnica

Karine Paula de Sousa Filadelpho	Técnica Administrativa (a partir de 23 de dezembro)
---	--

NOS ESTADOS

Adriana Oliva	PR/SP	Engenheiro Florestal
Aloysio Ferraz de Abreu	PR/PE	Engenheiro Sanitarista
Benedito Evilázio Lima da Silva	PR/PA	Engenheiro Sanitarista
Bequi Barros Behar Luizelli	PR/RS	Engenheiro Sanitarista
Cláudia Márcia Freire Lage	PR/MG	Arquiteta
Daniela Mara Hoffmann	PR/SC	Engenheira Sanitarista
Deborah Stucchi	PR/SP	Antropóloga
Eli Aparecido Leite	PR/SP	Engenheiro Sanitarista
Fábio de Miranda Oliveira	PR/BA	Biólogo
Fábio Murilo Meira Santos	PR/PE	Geólogo
Gizela Barbosa do Nascimento	PR/MG	Arquiteta
Igor Soares Pinheiro	PR/MG	Engenheiro Sanitarista
Ítalo Lopes Borges	PR/SC	Biólogo
Márcia Pereira Franco	PR/RS	Arquiteta
Raiana Quirino de Souza	PR/MT	Engenheiro Florestal
Sandra Dias Costa	PR/SP	Bióloga
Sheila dos Santos Brasileiro	PR/BA	Antropóloga

3.3 GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

Jussara Puppim Zandonadi	Gerente Administrativa
Bárbara Aparecida Ferreira	Técnica Administrativa (a partir de 23 de dezembro)
Chrystianne Maria da Cruz Quevedo	Técnica Administrativa
Davi da Silva Vieira	Técnico Administrativo (a partir de 11 de fevereiro)
Elzimar Maria de Moura	Auxiliar Operacional (a partir de 21 de janeiro)
Eny Fernandes	Técnica Administrativa

Francisca das Chagas Brito

Auxiliar Operacional
(até 21 de janeiro)

Francisco de Assis Cavalcante Muniz

Auxiliar Operacional

Gustavo Ferreira Souza

Chefe de Cartório

Jonata da Costa Avelar

Técnico Administrativo
(a partir de 22 de dezembro)

Leilesdiane da Costa Rocha

Técnica Administrativa

Leila Aparecida da Fonseca Bueno

Técnica Administrativa
(a partir de 22 de outubro)

Luciana Rodriguez Zazycki

Técnica Administrativa

Miguelina Pereira da Rocha

Chefe da Secretaria

Nilson Pereira Rocha Júnior

Técnico Administrativo
(a partir de 21 de agosto)

ASSISTENTE DE COMUNICAÇÃO

Soraia Pereira Pessoa

Assistente de Comunicação

3.4 ESTAGIÁRIOS

Alexandre Assis Carvalho

Engenharia Florestal
(de 21 de julho a 30 de novembro)

Anderson Silva de Andrade

Informática

(até 15 de agosto)

Ane Carolina Damasceno

Direito

(até 10 de setembro)

Ayuni Larissa Mendes Sena

Engenharia Florestal

(até 18 de julho)

Cláudio Henrique Pereira dos Reis Cruz

Informática

(a partir de 4 de setembro)

Fabrcio Alves Rodrigues

Geografia

(até 7 de março)

Fernando Arruda Damascena

Geografia

(até 15 de agosto)

Gabriela Leite Guarino

Engenharia Ambiental

(até 27 de março)

Izabelle Luiza Moreira Lopes

Biologia

(até 1º de fevereiro)

Lidia Chaves Ferreira

Biblioteconomia

Márcia Cristina Alves Hollanda Cunha

Direito

Rafael Lemes Guimarães

Geografia

(a partir de 10 de março)

4. ATIVIDADES NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO REVISIONAL

Foram realizadas, no exercício de 2008, 25 (vinte e cinco) reuniões do colegiado, sendo apreciados 1.155 (um mil, cento e cinquenta e cinco) promoções de arquivamento em procedimentos administrativos e inquéritos civis públicos, e 18 (dezoito) Conflitos de Atribuição entre Membros do MPF.

No período também foram submetidas à 4ª Câmara 22 (vinte e duas) solicitações de homologação de Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

		TOTAIS
4.1	HOMOLOGAÇÕES DE ARQUIVAMENTO	975
4.1.1	Meio Ambiente	840
4.1.1.1	Agrotóxicos e Produtos Perigosos	38
4.1.1.2	Área de Preservação Permanente	174
4.1.1.3	Desmatamento	70
4.1.1.4	Fauna	76
4.1.1.5	Geração e Transmissão de Energia	17
4.1.1.6	Infra-Estrutura e Plantas Industriais	29
4.1.1.7	Ordenamento Territorial	49
4.1.1.8	Organismos Geneticamente Modificados	18
4.1.1.9	Poluição	112
4.1.1.10	Recursos Hídricos	20
4.1.1.11	Recursos Minerais	54
4.1.1.12	Resíduos Sólidos	28
4.1.1.13	Unidades de Conservação e Áreas Protegidas	81
4.1.1.14	Zona Costeira	26
4.1.1.15	Outros	48
4.1.2	Patrimônio Cultural	135
4.1.2.1	Arqueológico	23
4.1.2.2	Arquitetônico e Paisagístico	41
4.1.2.3	Bens Móveis	6
4.1.2.4	Documental	4
4.1.2.5	Imaterial	1
4.1.2.6	Populações Tradicionais	1
4.1.2.7	Sítios e Conjuntos Urbanos	49
4.1.2.8	Outros	10
4.2	PROCEDIMENTOS CONVERTIDOS EM DILIGÊNCIAS	180
4.2.1	Ao Conselho Institucional do Ministério Público Federal	1
4.2.2	Aos Ministérios Públicos Estaduais	15
4.2.3	Às Procuradorias da República nos Estados e no DF	76
4.2.4	Às Procuradorias da República nos Municípios	43
4.2.5	À Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão	3
4.2.6	Às Demais Câmaras	15
4.2.7	À Gerência Jurídica da 4ª CCR	6
4.2.8	À Gerência Técnica da 4ª CCR	21
4.3	CONFLITOS DE ATRIBUIÇÃO	18
4.4	DELIBERAÇÕES EM TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA	22
4.5	OUTRAS DELIBERAÇÕES	76

QUADRO DEMONSTRATIVO

PROCESSOS APRECIADOS PELOS MEMBROS EM REUNIÕES DO COLEGIADO 1.271

HOMOLOGAÇÕES DE ARQUIVAMENTO 975

MEIO AMBIENTE	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL
Agrotóxicos/Produtos Perigosos					3	3	1				1			2		4		7	3				3	4	1	6		38
APP		1	2		7	26		1	1	1	20	1		4	4	18		3	26	5			8	34	1	9	2	174
Desmatamento					1	6		1	1		8		3	2	1	12	1	2	9				10	6	1	4	2	70
Fauna				1		12		5	1		2			2		7		4	12				7	5		17	1	76
Geração/Transmissão de Energia						2	3	1	1	1	1			1		1		1								3	2	17
Infra-Estrutura e Plantas Industriais						2										1	1	5	10				1	3		4	2	29
Ordenamento Territorial					2	3	11	1	1							5	1		8				2	9	1	4	1	49
OGM					1		9				1	1				1		3					1			1		18
Poluição	1		1		1	12		2			7				3	8	1	3	20	1		1	14	11		24	2	112
Recursos Hídricos			1		1	3	1				2				1	2			2				2	1		4		20
Recursos Minerais			1	1		5	1	1	1		6					1		1	3				12	7	1	10	3	54
Resíduos Sólidos						2	1		1		1				2	1		1	4	1			6	4		3	1	28
UC e Áreas Protegidas				1	1	3	11	1			20	1		1	2	8		2	13	1			7	3	1	4	1	81
Zona Costeira						6								1	1	3		4	4				2	3	1	1		26
Outros			3		1	3	4		2	1	1	1		3	1	1	9	3	1				5	4	1	3	1	48
SUBTOTAL	1	1	8	3	18	88	42	13	9	3	70	4	3	16	15	73	13	39	115	8	-	1	80	94	8	97	18	840
PATRIMÔNIO CULTURAL	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL
Arqueológico			1		1	4	1				2	1					1		2				3	2		5		23
Arquitetônico e Paisagístico					6	1			1		8					2			12				6		2	3		41
Bens Móveis						1					2					1									1	1		6
Documental						1													3									4
Imaterial																			1									1
Populações Tradicionais									1																			1
Sítios e Conjuntos Urbanos			1		5	2	3		3		11			2		9			5				7			1		49
Outros						1			1		1						1		2				2			2		10
SUBTOTAL	-	-	2	-	12	10	4	-	6	-	24	1	-	2	-	12	2	-	25	-	-	-	18	2	3	12	-	135
TOTAL PROCEDIMENTOS APRECIADOS	1	1	10	3	30	98	46	13	15	3	94	5	3	18	15	85	15	39	140	8	-	1	98	96	11	109	18	975

PROCEDIMENTOS CONVERTIDOS EM DILIGÊNCIA..... 180

CONFLITO DE ATRIBUIÇÃO	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	PGR	TOTAL
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	1	18

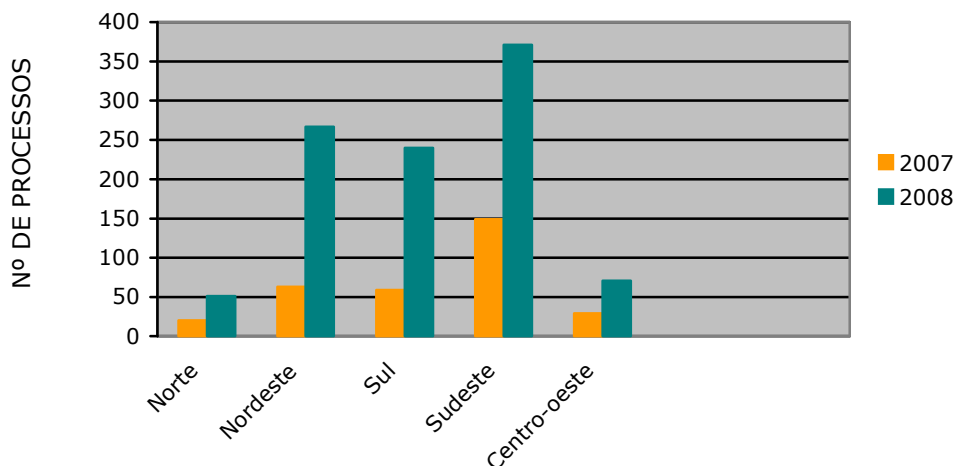
DELIBERAÇÕES EM TACS	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	PGR	TOTAL
	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	13	1	-	-	3	2	-	1	-	-	22

OUTRAS DELIBERAÇÕES 76

GRÁFICOS COMPARATIVOS

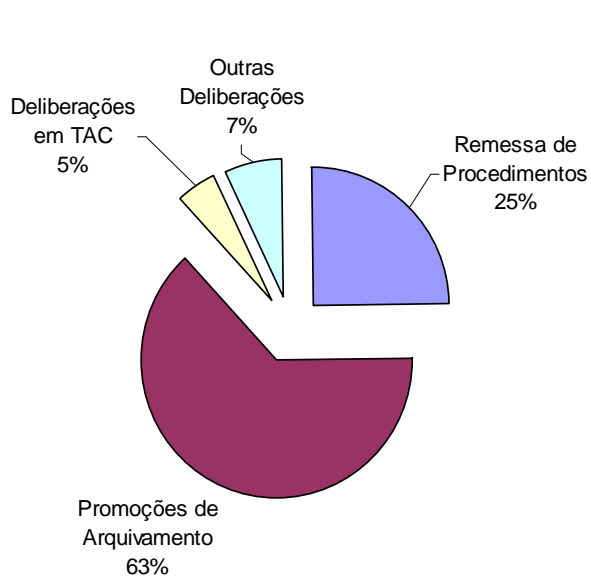
Processos apreciados pelos Membros

Por Região

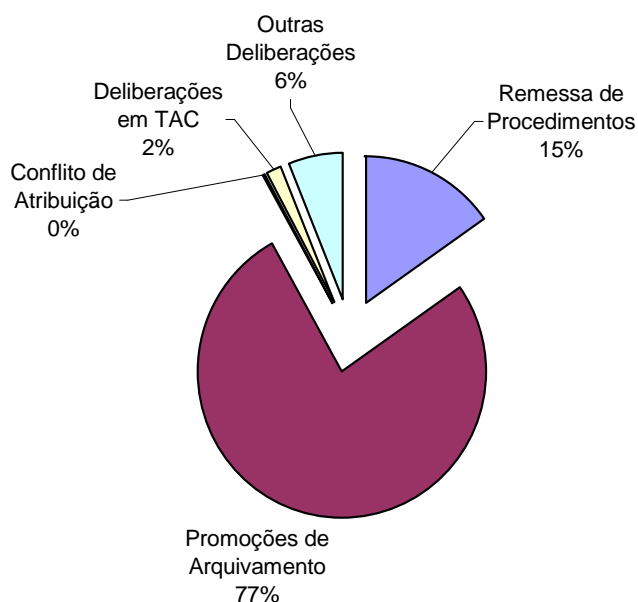


OBS: Incluídos os itens: Promoções de Arquivamento, Conflito de Atribuição e Deliberações em Termos de Ajustamento de Conduta. Os procedimentos originários da PGR foram computados na região Centro-Oeste.

Por Deliberação



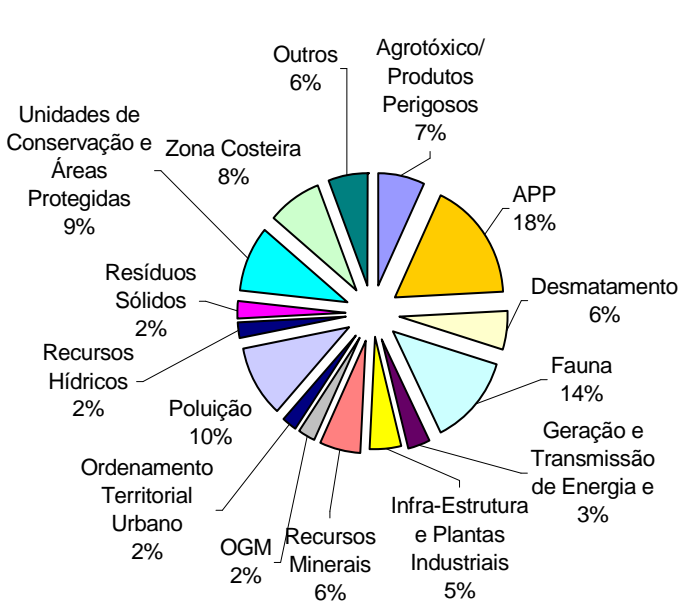
2007



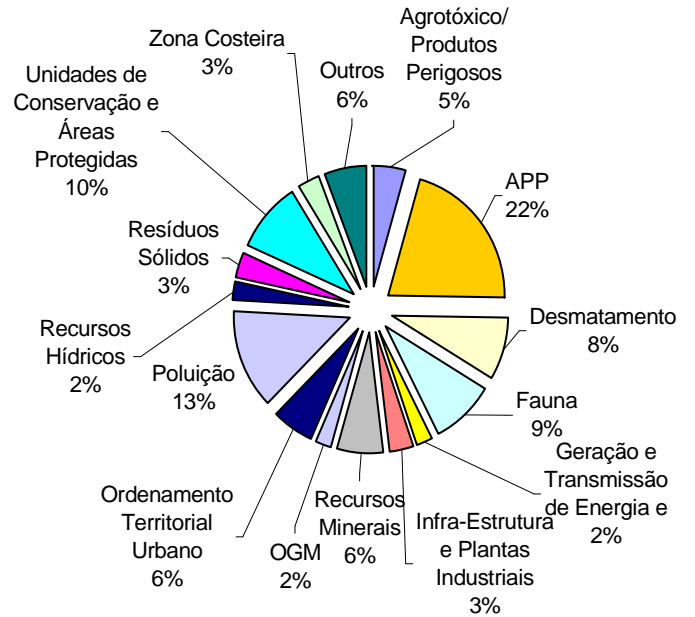
2008

Por Área de Atuação

Meio Ambiente

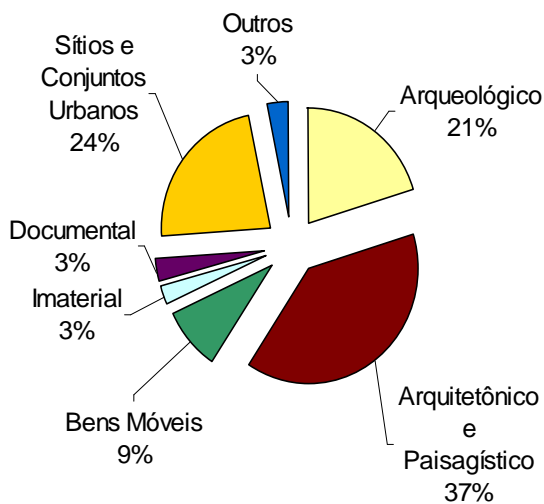


2007

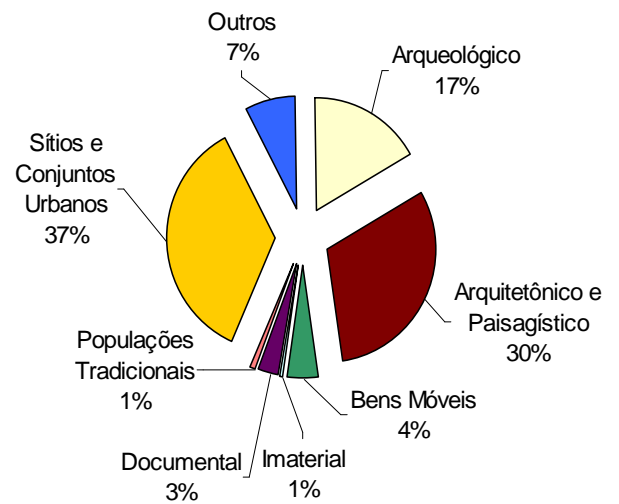


2008

Patrimônio Cultural



2007



2008

4.1 HOMOLOGAÇÕES DE ARQUIVAMENTO

4.1.1 Meio Ambiente 840

4.1.1.1 Agrotóxicos e Produtos Perigosos 38

Assunto	Ata nº	Origem
Abuso e ilegalidade na utilização de agrotóxicos proibidos, objeto de contrabando, nas lavouras de tomate da região do rio do Peixe, meio-oeste de Santa Catarina.	231	PRM/Caçador
Adequação da destinação final de pneumáticos inservíveis, nos Municípios de Toledo e Cascavel.	227	PRM/Cascavel
Apreensão de contêiner de pilhas de origem chinesa por não atenderem à legislação brasileira ambiental e consumerista.	231	PR/SP
Armazenamento irregular de substância radioativa pela empresa <i>Medical Equipament Service Ltda.</i>	220	PR/SP
Armazenamento irregular de substâncias tóxicas pela Empresa Risicor – Tintas e Solventes Ltda.	218	PRM/Jacarezinho
Consulta da construtora Iguatemi Construtora de Obras Ltda., sobre a possibilidade de utilização de tinta para demarcação viária à base de resina acrílica emulsionada em solvente.	226	PR/PR
Contaminação do lençol freático de Salvador por benzopireno.	230	PR/BA
Derramamento de sulfato de amônia na baía de Paranaguá durante descarga do Navio <i>Krass</i> .	220	PRM/Paranaguá
Desmanche de tanque de combustível “fuel oil” do antigo “inflamável”.	219	PRM/Rio Grande
Implantação de ecopontos relacionados ao “Programa de Coleta e Destinação de Pneus Inservíveis” da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (ANIP).	220	PRM/Tupã
Importação de lixo industrial pelo porto de Rio Grande.	218	PRM/Rio Grande
Importação de pneumáticos usados pelo porto de Paranaguá.	219	PR/PR
Importação de resíduos perigosos pela Produquímica Indústria e Comércio Ltda., em contrariedade à legislação ambiental.	208	PRM/Santos
Importação de resíduos tóxicos e deposição em minas desativadas no Estado de Minas Gerais.	221	PR/MG
Importação em larga escala de batatas tratadas com agrotóxico de uso não disciplinado no país.	231	PR/DF
Incineração de entorpecentes em local inadequado, realizada pela Polícia Federal de Sergipe.	218	PR/SE
Instalação de Estação de Rádio Base (ERB) de telefonia móvel no bairro Tobias, no Município de Joaçaba.	226	PRM/Joaçaba
Irregularidade na destinação final de baterias usadas de telefones celulares.	219	PR/PE
Irregularidades na destinação final de pneumáticos por empresa particular, no Município de Lorena.	219	PRM/Guaratinguetá
Irregularidades na disposição final de produto tóxico pelas Empresas Schenectady Crios S/A e a Alfa Química Fonseco Indústria e Comércio Ltda.	219	PR/SP
Irregularidades na estocagem de agrotóxicos apreendidos no Estado de Santa Catarina.	231	PR/SC
Irregularidades no armazenamento de produtos derivados de petróleo e álcool nos tanques de propriedade da Empresa Cattalini Terminais Marítimos Ltda.	216	PRM/Paranaguá
Irregularidades no armazenamento e comercialização de pneus usados importados, sem autorização legal, no Município de Pinhal.	227	PR/PR
Manuseio de produtos químicos nocivos nas margens do rio Mataruna, com lançamento de detritos na Lagoa de Araruama, no Município de Araruama.	209	PRM/São Pedro da Aldeia
Matéria jornalística denunciando uso irregular de agrotóxicos no	218	PR/PE

Município de Bonito.		
Matéria jornalística referente à contaminação por agrotóxico em São Jooaquim do Monte e camocim de São Félix.	218	PR/PE
Mudança da sede do Distrito de Angra dos Reis (Dinag) da CNEN, no Município de Angra dos Reis.	218	PRM/Angra dos Reis
Notícia jornalística mencionando que determinado elemento químico presente em baterias de celular pode causar sérios danos à saúde.	209	PR/CE
Notícia jornalística versando sobre suposto transporte irregular de agrotóxicos em ônibus.	218	PR/PE
Plano de radioproteção no Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães, em Salvador.	230	PR/BA
Plano de radioproteção para os aeroportos do Estado de Santa Catarina.	218	PRM/Itajaí
Poluição sonora e risco de explosão decorrente da proximidade dos moradores do Condomínio Eldorado Park aos equipamentos geradores de vapor da Unidade IV do Grupo Vicunha Têxtil S/A, no bairro Presidente Kennedy, em Fortaleza.	225	PR/CE
Posicionamento do MPF no gerenciamento adequado do recolhimento, pelos seus fabricantes, de pilhas utilizadas em aparelhos eletrônicos em geral.	216	PRM/Santarém
Projeto de Tratamento e Destinação Final de Embalagens Vazias de Agrotóxicos, originado do convênio firmado entre o Fórum Nacional de Secretários da Agricultura – FNSA com o MMA.	219	PR/BA
Proposta do Conselho Estadual do Meio Ambiente à Anvisa para liberação do uso de herbicidas na conservação de áreas urbanas.	218	PR/RS
Uso ilegal de substância tóxica pelas indústrias madeireiras na região de Marabá.	215	PRM/Marabá
Vazamento de condutores subterrâneos gerando infiltração de querosene no subsolo e riscos para moradores do local, no bairro Vicente Pinzon, em Fortaleza.	222	PR/CE
Encaminhar ao MPE.		
Vazamento de substâncias radioativas das usinas de Angra I e II.	226	PRM/Angra dos Reis

4.1.1.2 Área de Preservação Permanente – APP 175

Assunto	Ata nº	Origem
Abertura de estrada atingindo parcialmente à margem do rio Preto, dentro da APA da Serra da Mantiqueira e no entorno do Parna Itatiaia.	223	PR/MG
Abertura de estrada em APP de propriedade privada, localizada na Serra Verde, no Município de Bocaína de Minas, inserida na APA da Serra da Mantiqueira.	208	PRM/Varginha
Abertura irregular da barra da Lagoa de Iquipari, no Município de São João da Barra.	224	PR/RJ
Alteração da vegetação de Mata Atlântica do Parque Municipal da Praia da Galheta e no Morro da Fortaleza da barra da Lagoa, pela invasão de <i>Pinos ilhotes</i> , na Barra da Lagoa, em Florianópolis	229	PR/SC
Área cercada na parte oeste do litoral, de Paracuru estendendo-se até o Pecém.	209	PR/CE
Aterramento de nascente de lago pela empresa Tetoplan, no Município de Rio Preto da Eva.	210	PR/AM
Aterramento para invasão de terreno situado às margens norte do Saco da Mangueira.	229	PRM/Rio Grande

Aterro com metralha em área de mangue.	230	PR/PE
Aterro de entulho, construção do Centro de Detenção Provisória de Itapecerica da Serra, projeto de duplicação na Serra do Cafezal e construção de posto de serviços e combustível, obras às margens da Rodovia Régis Bittencourt – BR 116, causando danos a rios, córregos e mananciais.	229	PR/SP
Aterro em manguezal na Ilha de Deus, no bairro de Imbiribeira, em Recife.	228	PR/PE
Aterros e construções na área do mangue que circunda a Lagoa da Jansen, entre os bairros do Renascença, Ponta d'Areia e Ilhinha.	218	PR/MA
Autorização irregular do Ibama para edificação em área de restinga nos Municípios de Ubatuba e de Caraguatatuba.	226	PRM/São José dos Campos
Autorizações ilegais para intervenção em APP no litoral norte Paulista.	226	PRM/São José dos Campos
Carcinicultura em área de mangue, na fazenda Ilha Bela, localizada no Município de Goianinha.	215	PR/RN
Comercialização de terras públicas pertencentes à União, situadas na Ilha do Capim.	231	PR/PA
Construção às margens de curso d'água, sem autorização do órgão ambiental competente.	229	PRM/São José dos Campos
Construção da nova biblioteca da UFMS em local de vereda e com nascente alimentadora do córrego Cabaça.	215	PR/MS
Construção de barracão de madeira na praia de Itaguaçu, no Município de São Francisco do Sul.	216	PRM/Joinville
Construção de barraco e cercamento da área, próximo ao rio capivari, nas imediações da rua das Gaivotas e do Costão dos Ingleses, em Florianópolis.	216	PR/SC
Construção de <i>decks</i> sobre a restinga na praia da Costa Azul, no bairro Tacolândia, no Município de Rio das Ostras.	226	PRM/Macaé
Construção de dois imóveis residenciais em APP, no entorno do Parna do Itatiaia.	220	PRM/Resende
Construção de galpão de alvenaria em manguezal, na localidade de Jiribatuba, no Município de Vera Cruz.	226	PRM/Ilhéus
Construção de galpão de alvenaria em terreno de marinha, na praia de Jeribatuba, no Município de Vera Cruz.	230 (2)	PRM/Ilhéus
Construção de hipermercado e galeria de lojas pela empresa Braga veículos Ltda, com supressão de vegetação na faixa de preservação do igarapé Cachoeira Grande.	215	PR/AM
Construção de hotel/pousada na praia de Pinheira, na região do Parque Estadual Serra do Tabuleiro.	218	PR/SC
Construção de lojas de revenda de carros próximo ao rio Cocó, em Fortaleza.	221	PR/CE
Construção de muro de contenção na praia de Jurerê.	229	PR/SC
Construção de muro e dragagem na Praia Grande, sem o devido licenciamento ambiental.	230	PRM/Angra dos Reis
Construção de passarela de pedestres sobre encosta rochosa, interligando as praias Central e Caieiras, no Município de Guaratuba.	207	PR/PR
Construção de píer, com cercamento de vegetação de restinga e da trilha de acesso para a Igreja de Santana, na praia de Santana, em	220	PRM/Angra dos Reis

Ilha Grande.

Construção de posto de combustível em terreno às margens do rio Bingen.	211	PRM/Petrópolis
Construção de posto salva-vidas em Prainha, Farol de Santa Marta, no Município de Laguna.	218 226	PRM/Tubarão
Construção de pousada em curso d'água, em Santo Antônio de Lisboa, no Município de Florianópolis.	218	PR/SC
Construção de reservatório dentro do leito de pequeno curso d'água, em propriedade particular, no entrono do Parna do Itatiaia. Celebração de TAC.	211	PR/RJ
Construção de trapiche em terreno de marinha na praia de Jurerê Internacional, em Florianópolis.	229	PR/SC
Construção de tubulação de águas fluviais, em área de mangue, nas proximidades do Parque do Rio Cocó.	209	PR/CE
Construção de um hospital municipal em APP.	230	PRM/Uberlândia
Construção de um pequeno galpão e uma rampa para canoas, às margens do rio Grande, no reservatório da UHE de Volta Grande, no Município de Delta.	230	PRM/Uberaba
Construção do empreendimento denominado "Condomínio Náutico Santa Cecília", às margens da UHE de Volta Redonda.	220	PRM/Uberaba
Construção do Hotel Tambaú em área de marinha, bloqueando acesso ao mar e à areia da praia, além do lançamento de esgoto no mar, no Município de João Pessoa.	217	PR/PB
Construção do pólo gás-químico de Caxias em área de mangue pela empresa Rio Polímeros S/A, em Campos Elísios.	218	PRM/São João do Meriti
Construção irregular às margens do rio Uruguai, no Município de Iraí. Remessa à 2ª CCR.	221	PRM/Carazinho
Construção irregular de edifício em área de manguezal, na rua Ana Camelo da Silva, nº 38, no bairro de Boa Viagem.	226	PR/PE
Construção irregular de estrada e residência no Morro do Silveira, na praia do Silveira, no Município de Garopaba.	220	PRM/Tubarão
Construção irregular de guarita, que estaria impedindo o acesso de pessoas e veículos à praia de Pontal da Ilha, no Município de Itamaracá.	218	PR/PE
Construção irregular de sauna e piscina revestida com pedras, abastecida com água desviada de um córrego e em APP, às margens de um curso d'água, dentro de APA, sem a devida autorização do órgão competente.	230	PRM/Varginha
Construção irregular de trapiche às margens da Lagoa da Conceição	215	PR/SC
Construção irregular na Ilha do Cavaco, no Município de Angra dos Reis.	226	PRM/Angra dos Reis
Construção irregular nas dunas frontais da orla marítima, na praia de Areias Brancas, situada no Município de Arroio do Sal.	231	PR/RS
Construção irregular no sangradouro natural da Lagoa da Encantada, inserida no loteamento Vila dos Pássaros, em Fortaleza.	225	PR/CE
Construções irregulares, depósito de lixo e despejo de esgoto <i>in natura</i> sobre areia da praia e na faixa marginal de rio, na praia de Mangues, no Município de Angra dos Reis.	208	PRM/Angra dos Reis

Corte de talude, com supressão de vegetação rasteira às margens de curso d'água na APA Serra da Mantiqueira, no Município de Marmelópolis.	216	PR/MG
Criação de um parque ecológico no entorno da orla da Lagoa de Itaipu, como medida de preservação.	226	PRM/Niterói
Criação do Parque Foz do Riacho Maceió por empreendimentos privados.	226	PR/CE
Degradação na lagoa de Itaperoaba, pela construção de obra, por particular, no acesso de um importante manancial da comunidade de Serrinha e adjacências.	210	PR/CE
Degradação no leito do rio Cocó, próximo ao Jangurussu, resultante da deposição de deposição de dejetos por carros de limap-fossas e caminhões de lixo.	222	PR/CE
Demarcação irregular em APP, às margens do Lago verde, na Vila de Alter do Chão, no Município de Santarém.	230	PRM/Santarém
Demolição irregular da Duna Boi Choco na praia de Iparana, para construção de pousada, no Município de Caucaia.	207	PR/CE
Demolição irregular de um posto salva-vidas, localizado na parte central da praia de Pedras Brancas, no município de Barra Velha, Santa Catarina.	218	PRM/Joinville
Deposição de entulhos às margens do rio Aiuruoca, em propriedade particular, no Município de Aiuruoca.	207	PR/MG
Depósito de entulhos e construções irregulares em área de manguezal, no Município de Caucaia.	212	PR/CE
Desmatamento às margens de manacial, na fazenda Retiro das Pedras atual fazenda do Sertão, em Petrópolis. TAC.	227	PRM/Petrópolis
Desmatamento às margens do manancial da lagoa de Parangaba.	209	PR/CE
Desmatamento às margens do rio Itinga em fazenda localizada no Distrito de Timbé, no Município de Tijucas.	215	PR/SC
Desmatamento de área de mangue, na Ilha do Tiriri, no Município de Goiana.	226 227	PR/PE
Desmatamento de área litorânea de restinga/beira-mar da rodovia Rio-Santos.	208	PRM/Angra dos Reis
Desmatamento de restinga na praia do Santinho, em Florianópolis.	211	PR/SC
Desmatamento e aterramento em área com lençol freático superficial na Lagoa da Conceição.	229	PR/SC
Desmatamento e aterramento ocorrido na ilha de São Pedro, localizada na divisa entre os Municípios de maceió e Marechal Deodoro.	227	PR/AL
Desmatamento e construção no Morro do Urubu, no Balneário Camboriú.	226	PRM/Itajaí
Desmatamento e construções de residências às margens do rio Cocó, sem autorização do órgão ambiental competente.	213	PR/CE
Desmatamento e pesca ilegal de arrasto na Ilha de Jaguanum, na Baía de Sepetiba.	228	PRM/Angra dos Reis
Desmatamento e suspeita de caça ilegal às margens do ribeirão Taquarussu, em Palmas.	219	PR/TO
Desmatamento em APP para implantação de loteamento, situado em Barra do Jacuípe, Município de Camaçari, com acesso pelo Condomínio Lagoa Mar.	229	PR/BA

Desmatamento em APP, nos limites do Parna da Serra da Bocaína, na localidade Sítio Santo Antônio, Perequê, no Município de Angra dos Reis.	224	PRM/Angra dos Reis
Desmatamento em área de manguezal próxima ao estuário do rio Jacuípe, no Município de Camaçari.	227	PRM/Ilhéus
Desmatamento em área de manguezal, localizada na fazenda Nossa Senhora da Paz, pelo MST, em Recife.	213	PR/PE
Desmatamento em área de Mata Atlântica e construção de lixão às margens de curso d'água, na Fazenda Aymorés, no Município de Piraí.	213	PR/RJ
Desmatamento em vegetação fixadora de dunas, sem autorização competente, no Pecém, no Município de São Gonçalo do Amarante.	228	PR/CE
Desmatamento na localidade denominada Ponta de Itanema, constituído de um morro cercado de manguezais com densa vegetação nativa.	218	PRM/Angra dos Reis
Desmatamento nas imediações do terreno denominado "Ponta das Almas", na Lagoa da Conceição, em Florianópolis.	223	PR/SC
Desmatamento, queimadas, represamento de corpo d'água e construções, sem a licença competente, no Sítio Mobi Dick, localizado no Município de Magé.	218	PRM/São Gonçalo
Desmorte das dunas localizadas atrás dos Condomínios Iparacaray e Frei Damião, no Município de Icaraí.	215	PR/CE
Desmorte irregular e acelerado do complexo de dunas conhecido como Boi Choco por particulares e pela Prefeitura, na localidade de Iparana, no Município de Caucaia.	217	PR/CE
Despejo de entulho próximo às margens do rio Papaguara.	211	PR/SC
Destruição da cobertura vegetal em região de subida de morro, na ilha de Fernando de Noronha.	207	PR/PE
Destruição de manguezal por empreendimentos localizados às margens da BR-10, contíguo ao rio Ceará-Mirim, próximo ao Município de Extremoz.	211 231	PR/RN
Destruição de vegetação de restinga pela construção de estrada entre o Município de Balneário Gaivota ao Município de Passo de Torres.	215	PRM/Criciúma
Deteriorização do acesso à pontezinha dos pescadores na praia da Cal, no Município de Torres, comprometendo os imóveis localizados na área.	231	PR/RS
Devastação de área de mangue, no Distrito de Pirangi do Sul, no Município de Parnamirim.	221	PR/RN
Devastação de Mata Atlântica na ilha de Tiriri.	230	PR/PE
Devastação de mata ciliar, construção de fossa e criação de suínos e galinhas em grande escala.	215	PR/MG
Dregradação em manguezal por especulação imobiliária no Parque Leblon, Município de Caucaia e pesca predatória na Comunidade Jardim Riviera, no Município de Aquiraz.	217	PR/CE
Edificação em APP, sem licença ambiental, no balneário Rincão, no Município de Içaras.	212	PRM/Criciúma
Edificação no local da sangria da Lagoa Salina, no Município de Morada Nova.	215	PRM/Limoeiro do Norte
Estabelecimento de erosão e conseqüente carreamento de sedimentos para curso d'água, em conseqüência de pavimentação e ausência de drenagem nos Kms 189, 191 e 195 da Rodovia BR-267.	217	PR/MG

Eventual descumprimento de acordo judicial, o qual teria permitido a entrega indevida de área de mangue e da União à empresa privada, para construção de shopping center.	214	PR/SC
Excesso de velocidade das embarcações de grande porte que navegam no canal do rio Amazonas, provocando derrubada de moradias, pastagens e áreas pecuárias. Com proposta de sugerir à origem que oficie à Capitania dos Portos da Amazônia Oriental com vistas a verificar se a recomendação foi efetivada.	211	PRM/Santarém
Extração de areia na praia de Camaratuba, no Município de Mataraca.	225	PR/PB
Extração ilegal de substância mineral do leito do rio São Bartolomeu.	216	PR/GO
Extração irregular de cascalho às margens do rio Encarnação, pelas Administrações Municipais de Panambi e de Santa Bárbara do Sul.	210	PRM/Cruz Alta
Extração irregular de palmito na região da Floresta Atlântica.	209	PR/PR
Fluxo de água em área de mangue que adentra as proximidades das edificações, no Distrito de Costinha, Município de Lucena/PB, pela construção da estrada que liga Costinha à cidade de Lucena. Remessa à 2ª CCR.	231	PR/PB
Funcionamento irregular de granja, devido ao lançamento de seus efluentes em manguezal, localizada na Vila Tamandaré, no bairro da Estância.	210	PR/PE
Ilegalidade do Decreto Estadual nº 49.566/05, que dispõe sobre a intervenção de baixo impacto ambiental, em áreas consideradas de preservação permanente pelo Código Florestal.	210	PR/SP
Implantação de empreendimento turístico denominado Porto Cristovão na foz do rio Vaza Barris, no Município de Aracaju.	223	PR/SE
Implantação de loteamento às margens de córrego e área de Mata Atlântica, no Município de Brusque.	229	PRM/Itajaí
Implementação do Projeto Parque Memorial Arcoverde, em área de mangue.	219	PR/PE
Incêndio, supressão de vegetação e construção de edificações em área de restinga, na localidade de praia Virgem, no Município de Rio das Ostras.	218	PRM/Macaé
Infrações ambientais em APP, em fazenda localizada às margens do rio Caiapó, no Município de Araguacema.	209	PR/TO
Instalação de usina de reciclagem de lixo, nas proximidades de nascentes de água e de uma represa, no Município de Argirita.	219	PRM/Juiz de Fora
Instalação de viveiro de carcinicultura em área de mangue, no Sítio Geniapeiro, no Município de Nísia Floresta.	210	PR/RN
Invasão de carros tracionados e <i>buggys</i> nos espaços destinados aos banhistas nas praias dos Municípios do interior do Estado do Ceará, particularmente no Município de Aquiraz.	219	PR/CE
Invasão de terras particular e terreno de marinha, com supressão de vegetação local, no Município de Marataízes.	226	PRM/Cachoeiro de Itapemirim
Invasão e construção irregular às margens de córrego, com despejo de dejetos, no Distrito de Mirantão, em bocaína de Minas.	219	PRM/Varginha
Invasão e desmatamento em terreno marginal ao rio Doce, propriedade da Marinha, no Distrito Industrial do Município de Santana do Paraíso.	209	PRM/Ipatinga

Invasão, ocupação e contaminação de mangue, sem autorização do órgão competente, na localidade denominada Quarentenário, no Município de São Vicente.	218	PRM/Santos
Invasões ao longo da margem da Lagoa do Jucurutu, no Município de Aquiraz.	211	PR/CE
Invasões ocorridas em terreno adjunto da Lagoa Libânia por construções de barracos de alvenaria e taípe com moradias.	209	PR/CE
Irregularidades em laudo técnico do Ibama, na área do morro do Gragoatá, para possibilitar empreendimento imobiliário.	209	PRM/Niterói
Irregularidades na construção de cerca e casas às margens da Lagoa de Itaitinga, conhecida popularmente como Lagoa do Toinho Miguel.	215	PR/CE
Irregularidades na extração de substância mineral e aterro do manguezal, no Estaleiro Naval São Pedro, em localidade denominada Ilha das Cobras, no Município de Paraty, sem o licenciamento ambiental. Com remessa dos autos à origem.	224	PRM/Angra dos Reis
Irregularidades na fiscalização de construções, pela Fatma, na praia do Campeche.	218	PR/SC
Irregularidades nas obras de recuperação da Lagoa da Pampulha, em belo Horizonte.	217	PR/MG
Irregularidades no projeto de assentamento Bela Vista do Chibarro, na propriedade rural "Sítio Pedra D'Água", consistente na supressão, mediante roçada e pastagem, de vegetação tipo rasteira.	223	PRM/Araraquara
Loteamento ilegal na praia do Sonho, Enseada da Pinheira e Guarda do Embaú, na região do Parque Estadual Serra do Tabuleiro.	218	PR/SC
Loteamento irregular em manguezal no bairro de Saco Grande, próximo à ESEC Carijós, no Município de Florianópolis.	215	PR/SC
Loteamento irregular entre às Lagoas de Grussaí e Iquipari, situadas Município de São João da Barra.	217	PR/RJ
Loteamentos irregulares em áreas de curso d'água, no Município de São José.	215	PR/SC
Manobras militares do Exército praticadas na praia de Itapebussus, no Município de Rio das Ostras.	224	PRM/Macaé
Matéria jornalística intitulada "Ecologistas querem salvar manguezal em Jaguaribe".	217	PR/BA
Matéria jornalística referente a construção de antena sobre restinga em Itacoatiara e de uma passarela de madeira sobre a vegetação rasteira, para acesso de pessoas à praia.	219	PRM/Niterói
Notícia jornalística que versa sobre hipotético desaparecimento de dunas no Estado do Ceará.	216	PR/CE
Obra de terraplanagem desmatando-se APP, à margem do rio Guabiruba Sul, no Município de Guabiruba.	226	PRM/Itajaí
Ocupação desordenada em faixa de mata ciliar do rio Mundaí, em Porto Seguro.	223	PRM/Ilhéus
Ocupação do morro junto ao campus da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para construções irregulares de habitações.	224	PR/RS
Ocupação irregular às margens do Complexo da Lagoa Grande, bem como retirada de areia para formação de piscina para piscicultura.	212	PR/CE
Ocupação irregular às margens do pólo de lazer da Lagoa do Opaia, bem como elaboração de projeto de urbanização da área.	214	PR/CE

Ocupação irregular às margens do rio Cocó, na região do Mondubim.	215	PR/CE
Ocupação irregular de áreas pertencentes à Universidade Federal Rural de Pernambuco (Ufrpe), que abrange os bairros Dois Irmãos e Sítio dos Pintos, onde se localizam o açude da Prata, a mata de Dois Irmãos, riachos e pântanos.	210	PR/PE
Ocupação irregular de terrenos de marinha, aterro e construção de muros na praia do Canto da Gamboa, no Município de Governador Celso Ramos.	229	PR/SC
Ocupação irregular na praia do Porto, consistente no depósito irregular de lixo e supressão de Mata Atlântica, no Município de Barreiros.	222	PR/PE
Ocupação irregular por habitantes da Ilha do Rodeadouro, localizada no rio São Francisco, entre os Municípios de Juazeiro/BA e Petrolina/PE.	226	PRM/Petrolina
Ocupação por "sem terras" em APP e Área de Preservação Especial (APE) da microbacia do Ribeirão Santa Isabel, inserida na fazenda Garricha, no Município de Paracatu.	219	PRM/Patos de Minas
Ocupações, desmatamento e terraplanagem irregulares em dunas localizadas na praia do Santinho.	211	PR/SC
Pesca predatória, eliminação de vegetação de restinga, ocupação de área contendo sítio arqueológico e outros, na praia da Galheta, no Parque Municipal da Galheta.	216	PR/SC
Privatização das praias de Iguazu, Aroeira e Ponta da Raposinha na Ilha Grande.	218	PRM/Angra dos Reis
Privatização irregular de área de manguezal, localizada em Sapiranga, próxima ao rio Coaçu, em Fortaleza.	217	PR/CE
Privatização temporária de parte da praia para realização de eventos artísticos, cobrando-se ingresso do público.	218	PRM/Paranaguá
Projeto de Lei objetivando alterar a cota da zona de preservação permanente de 20m para 100m do nível do mar.	216	PRM/Itajaí
Projeto de Urbanização da praia de Jacumã, envolvendo a supressão de vegetação litorânea nativa protegida, no Município de Conde.	216	PR/PB
Queima de área de mangue na área denominada Loteamento Ilha do Canoé, próximo a Arapapara, no Município de Serinhaém.	223	PR/PE
Queimada às margens de córrego, na APA da Serra da Mantiqueira, no Município de Bocaína de Minas.	210	PRM/Varginha
Queimada em Mata Atlântica e utilização de retro-escavadeira para alteração do leito do rio, visando à construção de um estabelecimento do tipo Pesque e Pague, nos loteamentos Recanto de Aldeia e Lagoa Azul, no Município de São Lourenço da Mata.	226	PR/PE
Reforma da BR-356 sem o EIA, trecho Campos/São João da Barra, podendo ocasionar dano nas margens com ecossistemas típicos de restinga.	218	PRM/Campos dos Goytacazes
Remoção e soterramento de mata ciliar na margem esquerda do rio Preto, dentro da APA da Serra da Mantiqueira, no Município de Bocaína de Minas. TAC.	221	PRM/Varginha
Restrição ao acesso à praia do Forte pela administração do Forte Marechal, no Município de São Francisco do Sul.	219	PRM/Joinville
Retirada de areia das dunas da praia do Batoque, no Município de Aquiraz.	217	PR/CE

Retirada de areia pela Prefeitura Municipal do Rio Grande, em área próxima aos Molhes da Barra, no acesso à praia do Cassino.	216	PRM/Rio Grande
Revitalização de Terminal Turístico localizado no Balneário cassino, localizado em área de dunas frontais, baseado em Protocolo de Intenções firmado entre o MPF e Estadual, a Fepam, o Município de Rio Grande, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e a Secretaria Especial do Cassino.	224	PR/RS
Supressão de vegetação às margens do Rio Grande, na fazenda Santa Glória, no Município de Guaraci.	219	PRM/São José do Rio Preto
Supressão de vegetação às margens do rio Preto, para colocação de <i>outdoors</i> , no interior da APA da Serra da Mantiqueira, no Município de Bocaína de Minas.	230	PR/MG
Supressão de vegetação de mangue devido a empreendimentos de aquicultura marinha.	220	PR/PE
Supressão de vegetação de restinga em área contígua à Esec Carijós.	213	PR/SC
Supressão de vegetação de restinga, no Município de Navegantes.	231	PRM/Itajaí
Supressão de vegetação e ocupação às margens do Rio Grande, represa hidrelétrica Mascarenhas de Moraes, no Município de São João Batista do Glória.	212	PR/MG
Supressão de vegetação rasteira (capim) para cultivo de soja e milho às margens da Represa de Água Vermelha, no Município de Riolândia.	209	PR/SP
Supressão de vegetação rasteira, em APP, ocorrida na fazenda Prata de Baixo Ponta Alta, zona rural do Município de Conceição das Alagoas.	231	PRM/Uberaba
Transformação da ilha do Cumbu em reserva extrativista.	231	PR/PA
Uso irregular de terreno de marinha no Loteamento Boa Vista II, pela inflexibilidade do proprietário em permitir que outro utilize determinada passagem, no Município de Itamaracá.	218	PR/PE

4.1.1.3 Desmatamento 70

Assunto	Ata nº	Origem
Armazenamento irregular de madeira apreendida pelo Ibama em depósito do Batalhão de Polícia Militar Ambiental, que teriam sido utilizadas para a fabricação de móveis para uso daquela unidade.	230	PR/GO
Assentamento pela reforma agrária pelo INCRA, sem prévia análise do órgão ambiental competente, em Pernambuco.	220	PR/PE
Atividades irregulares de empresa atuante no ramos de exploração industrial e comercial de madeiras.	210	PRM/Caxias do Sul
Construção irregular de viveiros de camarão ao lado do sítio Duas Irmãs, causando infiltração de água salgada por baixo do talude de isolamento, causando a morte de diversas árvores no local, no Município de Sirinhaém.	225	PR/PE
Corte clandestino de árvores exóticas, Eucalipto e Pinus, em reserva indígena, no Município de Pinhalzinho.	229	PRM/Carazinho
Corte de árvore denominada "Sempre Verde", na rua Santo Antônio, nº 1087, na Lagoa do Tabapuá, no Município de Caucaia.	220	PR/CE
Corte de árvores à margem da BR 392, trecho Rio Grande – Pelotas.	208	PRM/Rio Grande
Corte de árvores em área reflorestada com espécies ameaçadas de extinção, especificamente <i>Araucária angustifolia</i> .	230	PRM/Blumenau
Corte de árvores exóticas, pinheiros e eucaliptos, em propriedade privada, visando garantir a segurança das operações na Zona de	215	PR/RS

Proteção do Aeródromo pelas obras de ampliação do aeroporto municipal de Rio Grande.		
Corte de árvores na área do Hospital Ulysses Pernambucano, pertencentes ao Imóvel Especial de Preservação de Área Verde (IPAV), área protegida por lei municipal.	207	PR/PE
Corte de árvores nativas (<i>Guajuviras e Angicos</i>), sem autorização dos órgãos competentes.	226	PRM/Uruguaiana
Corte ilegal de árvores no assentamento Conquista da Esperança (Conquista do Horizonte), no Município de Passos Maia.	209	PRM/Concórdia
Corte ilegal de madeira (araucária) e instalação clandestina de carvoaria, pela Empresa Planebrás Comércio e Planejamento Florestais S/A, no Município de Buri.	212	PRM/Sorocaba
Corte ilegal de madeira proveniente de floresta da Mata Atlântica nos engenhos Lobo e Bom Sucesso, no Município da Gameleira.	216	PR/PE
Corte irregular de árvores no Município de Queluzito.	209	PR/MG
Crise da lavoura cacaueteira, pelo fato de os caucucultores do sul e extremo sul da Bahia estarem provocando o desmatamento com a finalidade de plantar outro tipo de agricultura.	224	PRM/Ilhéus
Degradação à vegetação de restinga na orla de Jacaraípe, no Município de Serra.	225	PR/ES
Depósito de palmito envasado para comercialização, sem licença ou autorização competente, no Município de Paraty.	220	PRM/Angra dos Reis
Derrubada de árvores nos lagradouros públicos, no Município de Parnaíba.	213	PR/PI
Derrubada de árvores centenárias pela Universidade Federal do Ceará, localizadas no bosque da Faculdade de Educação, objetivando a construção de novo bloco de salas de aula.	222	PR/CE
Desflorestamento na fazenda Cabeceira do Prata, loteamento Marianópolis, no Município de Divinópolis, para fins da reforma agrária.	226	PR/TO
Desmatamento de área na rua Alagoas, Quitandinha.	211	PRM/Petrópolis
Desmatamento de área para instalação de Estação de Rádio Base, no Município de Petrópolis.	226	PRM/Petrópolis
Desmatamento de floresta nativa de Mata Atlântica, para implantação de loteamento residencial, localizado na estrada do Cantagalo nº 384, em Campo Grande.	211	PR/RJ
Desmatamento de vegetação nativa em área de Mata Atlântica, sem a devida autorização do Ibama, em Gameleira.	223	PR/PE
Desmatamento de vegetação nativa em uma área situada na rua Leonel Pereira, bairro de Cachoeira de Bom Jesus, em Florianópolis.	229	PR/SC
Desmatamento e queimada de área de Mata Atlântica, no Município de Igarassu. TAC.	219	PR/PE
Desmatamento e queimada de floresta nativa de Mata Atlântica, sem autorização do órgão ambiental competente.	219	PR/PE
Desmatamento em área de Mata Atlântica, em propriedade particular, em Jaboatão dos Guararapes.	209	PR/PE
Desmatamento em área situada no Município de Navegantes. Remessa dos autos ao MPE com atribuição no Município de Navegantes.	210	PRM/Itajaí
Desmatamento ilegal de floresta de Mata Atlântica, em propriedade particular, no Município de Amaraji. Remessa ao MPE/Pernambuco.	211	PR/PE
Desmatamento irregular em floresta de Mata Atlântica, no Engenho Pedra, no Município de Cabo.	219	PR/PE
Desmatamento na área identifica como Terra Indígena Caxixó, no	230	PR/MG

Município de Martinho Campos.		
Desmatamento para construção e manutenção de linha de transmissão em área que cerca o açude Gavião em Itaitinga.	208	PR/CE
Desmatamento praticado por empresa de carcinicultura, inclusive com mortandade de caranguejos, no Município de Goiana.	228	PR/PE
Despropriação de área, com supressão de vegetação, para construção de unidades habitacionais, no Município de Paudalho.	218	PR/PE
Destruição da Praça Pedro Alves, pelo corte de árvores, no Município de Santana do Cariri.	226	PRM/Juazeiro do Norte
Destruição de floresta nativa, sem licença competente, no Município de Paranaíba.	225	PR/MT
Dificuldades na obtenção de ATPFs ⁽¹⁾ para comercialização de produto.	218	PR/TO
Exploração de granito em área com ocorrência da cactacea <i>Coleocephalocereus purpureus</i> , espécie da flora brasileira ameaçada de extinção.	207	PR/MG
Extração irregular de palmito do Parna Serra da Bocaína, bem como queima e desmatamento de mata nativa na Fazenda Santa Clara, localizada no Município de Cunha.	226	PRM/Guaratinguetá
Fiscalização em áreas nas quais proprietários requerem regularização de desmatamentos, no Município de Santarém.	231	PRM/Santarém
Formação de voçoroca às margens da BR 468, no sentido Palmeira das Missões a Três Passos.	229	PR/RS
Implantação de obras para construção de pousada, sem o licenciamento ambiental, no Município de Araras.	219	PRM/Petrópolis
Incêndio causado por particular em área verde de cerca de 10.000 m ² no centro de Petrópolis.	223	PRM/Petrópolis
Instalação de canteiro de obras pela Fundação DER/RJ.	226	PR/RJ
Invasão e construção em área verde no loteamento Jardim Atlântico II, no Município de Penha.	207	PRM/Itajaí
Irregularidade na procedência de madeira da Empresa Moreira da Silva Indústria de Madeiras Ltda., pelo possível descumprimento de ordem judicial.	221	PR/PR
Irregularidades na ocupação da Fazenda Santa Justina por trabalhadores sem terra, no Município de Mangaratiba.	225	PRM/Angra dos Reis
Irregularidades no projeto de reflorestamento e no plano de corte, ambos executados na Fazenda Ponta Grossa, no Município de Cerro Azul.	228	PR/PR
Licença Ambiental Prévia junto ao IEF para criação do projeto de assentamento implantado na Fazenda Reserva, no Município Limoeiro do Oeste.	230	PRM/Uberaba
Licenciamento ambiental do Projeto de Assentamento Transval/ Santa Rita, situada no Município de Jequitinhonha.	218	PRM/Governador Valadares
Licenciamento ambiental para assentamento familiar na Fazenda Porto Novo, no Município de Jequitinhonha.	208	PR/MG
Licenciamento ambiental para assentamento na Fazenda Surpresa, no Município de Medina.	207	PR/MG
Madeira armazenada sem Autorização para Transporte de Produtos Florestais (ATPF) ⁽¹⁾ e sem licença ambiental para depósito.	211	PRM/Cáceres
Matéria jornalística referente a perigo de incêndio na floresta de Ararape em virtude da existência de acentuada seca na região.	218	PRM/Juazeiro do Norte
Medidas de controle ao cumprimento do TAC firmado entre o MPF, MMA, MDA, INCRA e Ibama com objetivo de convergir interesses comuns para assegurar o desenvolvimento sócio-ambiental nos	215	PRM/Erechim

projetos de assentamento no Estado do Rio Grande do Sul.		
Membros do MST acampados na faixa de domínio da rodovia BR-386, km 139, no Município de Sarandi.	231	PR/RS
Obras de terraplanagem e corte de árvores, sem licença do órgão ambiental competente, em área onde está sediado o Comando Regional do Vale do Caí, espaço cedido e ocupado, atualmente, pela Associação Beneficente Antônio Mendes Filho dos Cabos e Soldados da Brigada Militar (ABAMF – Montenegro).	211	PR/RS
Remessa dos autos à 2ª CCR para a análise da matéria criminal.		
Obtenção de dados de volume, espécie e nome dos fornecedores de madeira das empresas DHL Nordisk S/A e Tradelink madeiras Ltda, relativos aos anos de 2003 e 2004.	225	PR/PA
Posse de motosserra sem licença do Ibama.	218	PR/RJ
Projeto de assentamento em área de Mata Atlântica, em decorrência da desapropriação para fins da reforma agrária do imóvel rural denominado de Fazenda Vitória, no Município de Apiaí.	229	PRM/Sorocaba
Projeto de assentamento resultante da desapropriação do imóvel rural Fazenda Paulista, no Município de Pompéu.	217	PR/MG
Queimada realizada, por particular, no Parna Serra da Bocaína.	210	PRM/ Guaratinguetá
Queimadas para fins agrícolas na Serra de Itapipoca.	209	PR/CE
Supressão de árvores da espécie <i>Araucária</i> , visando implantação do Projeto de rede elétrica no meio rural.	230	PRM/Lages
Supressão de vegetação nativa, sem autorização do Ibama, em área de Mata Atlântica.	210	PR/SE
Transporte de madeiras, sem autorização competente, no Município de Paranaíta.	223	PR/MT
Transporte irregular de madeira da espécie cambará, sem cobertura do documento válido.	212	PRM/Itajaí
Retorno à origem, para ser remetido ao Ministério Público Estadual.		
Utilização de lenha, proveniente da duplicação da BR 101, para fabricação de produtos derivados da mandioca pelas famílias dos assentados.	219	PR/PB

(1) Extinta em 2006 e substituída pelo Documento de Origem florestal (DOF).

4.1.1.4 Fauna 76

Assunto	Ata nº	Origem
Abandono de aves silvestres no Terminal Rodoviário do Tietê, por possíveis traficantes de animais.	213	PR/SP
Acompanhamento da reativação do Zoológico Municipal de Piracicaba.	220	PRM/Piracicaba
Acondicionamento e transporte, pelo Ibama, de Sagüi-de-tufo branco, solto nas árvores existentes na Praça Largo do Rosário.	210	PRM/Campinas
Apreensão de lagostas de tamanho inferior ao permitido.	227	PR/CE
Aquisição para comercialização de lagostas pequenas.	227	PR/PE
Atividade de caçadores no interior do Parna do Iguaçu.	230	PRM/Foz do Iguaçu
Caça e comércio ilegal de animais silvestres na região de subseção judiciária Federal em Piracicaba.	215	PRM/Piracicaba
Caça, com arma de fogo, de animais silvestres, sem autorização da autoridade competente, no interior da Parna do Iguaçu.	231	PRM/Foz do Iguaçu
Cancelamento do registro de pesca profissional de pescadores indevidamente inscritos junto ao Ibama, na bacia hidrográfica do rio	226	PR/RS

Tramandaí.		
Captura de um exemplar de lagosta vermelha de tamanho inferior ao permitido, na APA de Fernando de Noronha.	218	PR/PE
Clube de rinha (briga de galos) em local conhecido como Centro Esportivo Cearense.	218	PR/CE
Comercialização de "pebas", animal silvestre em extinção, no Município de Pacoti.	216	PR/CE
Comercialização de animais silvestres no Município de Quixadá.	230	PRM/Limoeiro do Norte
Comercialização de carne de animais silvestres.	219	PRM/Santos
Comercialização de corais em vários pontos turísticos de Fortaleza, bem como a construção de casas sobre as falésias do Morro Branco, em Beberibe.	217	PR/CE
Comercialização de sardinha verdadeira com tamanho inferior ao legalmente permitido.	215	PR/RJ
Comercialização, como brinquedo, do animal conhecido como <i>Triops</i> .	214	PR/CE
Construção de dois tanques de concreto para piscicultura de trutas, no interior do Parna do Itatiaia.	231	PR/MG
Construção de viveiros de camarão em área de manguezal na localidade da Vila Tamandaré, em Ibura de baixo, em Recife.	207	PR/PE
Declaração de inconstitucionalidade da Lei Estadual nº 12.557, de 12/07/06, que dispõe sobre a pesca semi-profissional e esportiva no Estado do Rio Grande do Sul.	226	PRM/Santa Cruz do Sul
Desova de tartaruga marinha na praia da Princesa, em Algodual, no Município de Maracanã.	223	PR/PA
Exercício de pesca, por particular, sem autorização do órgão competente.	220	PRM/Angra dos Reis
Fechamento de Fazenda Marinha por não possuir licença municipal, apesar de possuir licenças do Ibama, Feema e da Capitania dos Portos, na praia do Forno, no Município de Armação dos Búzios.	226	PRM/São Pedro da Aldeia
Guarda em cativeiro de dois papagaios, sem autorização competente.	227	PR/CE
Inserção, criação e dispersão irregulares de espécie exótica denominada Caramujo Africano (<i>Achatina fulica bowdich</i>) no País.	211	PRM/Sorocaba
Inserção, criação e dispersão irregulares de espécie exótica denominada Caramujo Africano (<i>Achatina fulica bowdich</i>) no País.	211	PR/PE
Inserção, criação e dispersão irregulares de espécie exótica denominada Caramujo Africano (<i>Achatina fulica bowdich</i>) no País.	216	PRM/São José dos Campos
Inserção, criação e dispersão irregulares de espécie exótica denominada Caramujo Africano (<i>Achatina fulica bowdich</i>) no País.	227	PR/ES
Inserção, criação e dispersão irregulares de espécie exótica denominada Caramujo Africano (<i>Achatina fulica bowdich</i>) no País.	231	PRM/Tupã
Inserção, criação e dispersão irregulares de espécie exótica denominada Caramujo Africano (<i>Achatina fulica bowdich</i>) no País.	225	PRM/São Bernardo do Campo
Instalação de uma fazenda de cultivo de camarões, com desalojamento de várias famílias que residem na localidade "Curralinho da Barra", sem direito a indenização, no Município de Jaguaruana.	231	PR/CE
Irregularidades em projeto de piscicultura a ser desenvolvido na Resex Tapajós-Arapiuns.	224	PRM/Santarém

Irregularidades na comercialização de camarão capturado no período de defeso. TAC.	226	PRM/Angra dos Reis
Irregularidades na concessão de carteiras de pescador profissional nas regiões oeste e meio-oeste de Santa Catarina.	218	PRM/Chapecó
Irregularidades na concessão de carteiras de pescador profissional na região oeste de Santa Catarina.	221	PRM/Joaçaba
Irregularidades na destinação de verbas da Petrobras, devidas a título de compensação ambiental em face da construção do gasoduto Bolívia-Brasil, que foram destinadas à implantação do Centro de Triagem de Animais Silvestres – Cetas, a cargo da Fundação Animalia em conjunto com o Ibama.	224	PRM/São José dos Campos
Irregularidades na exposição itinerante de animais aquáticos.	212	PR/ES
Irregularidades na manutenção e guarda de animais no Mini Zoológico da Universidade de caxias do Sul (UCS).	221	PRM/Caxias do Sul
Irregularidades na transferência de chipanzé do Parque Ecológico de Americana.	219	PRM/Piracicaba
Irregularidades nas Instruções Normativas do Ibama nº 138/2006 e 144/2007, as quais estariam privilegiando os pescadores de lagosta que utilizam covos, em detrimento dos que adotam o sistema artesanal de pesca, com a utilização de rede caçoeira.	231	PR/ES
Irregularidades no transporte e acondicionamento de animais silvestres apreendidos pelo Ibama e Polícia Federal.	219	PR/SP
Irregularidades por parte do Chefe da APA de Cananéia, Iguape e Peruíbe pela criação de camarões, sem as devidas licenças ambientais de carcinicultura.	226	PRM/Santos
Liberação da pesca no rio Araguaia pelo Ibama.	226	PR/TO
Manutenção de papagaio em cativeiro, sem autorização do órgão ambiental competente.	221	PR/RJ
Manutenção de pássaros silvestres em cativeiro, sem anilha, no interior do Parna de Itatiaia.	231	PR/RJ
Manutenção em cativeiro de aves silvestres, sem autorização competente.	216	PRM/Blumenau
Manutenção em cativeiro espécime de fauna silvestre ameaçada de extinção pela Sociedade Planeta Submerso, Pesquisa e Educação Ambiental (Expoceânica), sem a devida permissão legal, no Município de Angra dos Reis.	227	PRM/Angra dos Reis
Matéria jornalística acerca da degradação ambiental na Floresta Amazônica.	208	PR/AP
Mortandade de enorme quantidade de peixes da espécie Surubim no rio São Francisco, no Município de Curuçá.	227	PR/PE
Mortandade de espécies aquáticas em Açude Cedro, no Município de Quixadá.	227	PRM/Limoeiro do Norte
Omissão de funcionários do Ibama quanto à fiscalização dos locais que mantêm animais selvagens em cativeiro (circos).	213	PRM/São José dos Campos
Omissão e despreparo no atendimento dos animais que migram para a costa paranaense, em busca de alimento e abrigo.	219	PRM/Paranaguá
Pesca com apetrecho proibido na represa do Funil no Município de Itatiaia.	223	PRM/Guaratinguetá
Pesca com redes no rio Uruguai, sem licença do órgão competente. TAC.	229 231	PRM/Carazinho

Pesca de arrasto de camarão rosa em área proibida. Celebração de TAC.	211	PR/RJ
Pesca de camarão dentro da milha marítima.	219	PRM/Paranaguá
Pesca ilegal do "camarão rosa", no período do defeso, na baía do Ribeira, em Angra dos Reis. TAC.	210	PR/RJ
Pesca ilegal, realizada por particular, na baía de Sepetiba.	210	PR/RJ
Pesca predatória com utilização de técnicas de arrasto, na lagoa Fidalgo, situada no interior da APA Carste de lagoa Santa.	215	PR/MG
Pesca predatória de pós-larva de camarão, no Município de Acarau.	228	PR/CE
Pesca predatória do Camarão Rosa, no período do defeso, na baía de Angra dos Reis.	224 226	PRM/Angra dos Reis
Pesca predatória na Comunidade Jardim Riviera, no Município de Aquiraz.	214	PR/CE
Pesca predatória nas localidades do Farol de Santa Marta e Camacho, nos Municípios de Laguna e Jaguaruna, respectivamente.	220	PRM/Tubarão
Pesca predatória no litoral de São Paulo e o uso irregular do selo ambiental "Dolphin Safe".	231	PRM/São José dos Campos
Pesca submarina, sem a devida autorização do órgão ambiental competente, no Parnamar de Fernando de Noronha.	225	PR/PE
Remessa dos autos à origem para análise da matéria criminal.		
Possível omissão do Ibama e da polícia Ambiental do Estado do Espírito Santo na prevenção e punição da pesca predatória na baía de Vitória.	222	PR/ES
Presença de jacaré-do-papo-amarelo (<i>Caiman latirostris</i>) em açude de propriedade particular, localizada no bairro Senandes.	219	PRM/Rio Grande
Programa de controle populacional e sanitário de cães e gatos no Distrito Estadual de Fernando de Noronha.	207	PR/PE
Proibição da captura e comercialização do peixe <i>cherne-poveiro</i> .	219	PRM/Rio Grande
Realização de evento científico com prática de vivisseção de animais, no Município de Anápolis.	229	PR/GO
Regularidade no Campeonato de Pesca Oceânica promovido pelo Iate Clube do Espírito Santo (ICES).	230	PR/ES
Representação de pescadores artesanais e de sua respectiva associação, em face da portaria do Ibama que proíbe a pesca de arraste a menos de 3 milhas da praia, impossibilitando a pesca artesanal de camarão no Estado do Ceará.	220	PR/CE
Suspensão da aplicação da IN nº 108/2006 do Ibama, que permite o controle populacional por meio de captura e abate da pomba-amargosa (<i>Zenaida auriculata</i>).	224	PRM/Santos
Utilização irregular, pela indústria pesqueira, do selo ambiental "Dolphin Safe" nas embalagens de atum enlatado.	212	PRM/Itajaí

4.1.1.5 Geração e Transmissão de Energia 17

Assunto	Ata nº	Origem
Averiguação de notícia jornalística na qual o presidente da Aneel teria proposto o fim da licença ambiental para projetos estratégicos ao País.	222	PR/PA
Compensação ambiental a particular, pela concessionária da UHE	228	PR/TO

Lajeado.

Convite para a participação das audiências públicas com vistas à discussão do EIA/RIMA relativo ao processo de licenciamento da Linha de Transmissão Londrina/PR – Araraquara/SP.	218	PRM/Londrina
Desvio do curso natural do rio Doce causado pela instalação da UHE de Aimorés.	226	PRM/Colatina
Elaboração do projeto denominado “Diagnóstico Sócio-Cultural e Econômico da UHE Corumbá IV”, pela divergência de interesses entre os produtores rurais e a empresa Corumbá Concessões.	230	PR/DF
Existência de TAC firmado pelo Ibama ou pela Companhia Pernambucana do Meio Ambiente com a Chesf, em razão de expedição de Licenças de Operação de unidades geradoras e de transmissão de energia elétrica, cujo eixo central esteja situado no rio São Francisco.	212	PRM/Petrolina
Habilitação de usinas hidrelétricas sem a licença ambiental prévia.	208	PR/MG
Implantação de linhas de transmissão de energia de alta tensão, no Município de Pinheiro.	227	PR/MA
Implantação de linhas de transmissão nas terras indígenas Pitaguary, no Município de Maracanaú.	228	PR/CE
Improbidade administrativa praticada por servidores do Ibama na concessão da Licença de Operação para o empreendimento AHE Peixe-Angical. Remessa à 5ª CCR.	209	PR/DF
Instalação de empreendimentos termelétricos em Mogi-Guaçu.	211	PRM/São João da Boa Vista
Instalação de usina termoelétrica na barragem de Santa Branca.	213	PRM/São José dos Campos
Inundação de imóvel pelo Lago Palmas, ocasionado pela construção da UHE Lajeado.	230	PR/TO
Irregularidades na concessão de licenças ambientais pela Fatma, em Santa Catarina, para implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs).	229	PR/CE
Irregularidades no licenciamento ambiental da UHE Queimado.	220	PR/GO
Possível existência de vazamento e riscos de desabamento na barragem da UHE Corumbá IV, em Luziânia.	217	PR/DF
Projeto e instalação de termoelétricas em São José dos Campos, na época em que a Lei Orgânica do Município proibia sua implementação.	229	PRM/São José dos Campos

4.1.1.6 Infra-Estrutura e Plantas Industriais 29

Assunto	Ata nº	Origem
Análise de proposta de TAC lançada nos autos de ACP, objetivando a reparação de danos ambientais perpetrados pelo Sr. Luiz Bianchi, decorrentes da irregular construção de estrada interligando as comunidades de Caracará ao Marisco, ocasionando o desmatamento de área de vegetação protetora de dunas, sem a devida licença ambiental, bem como pelo fato de que a aludida área degradada encontra-se em terras ocupadas e reivindicadas por população indígena local, objeto de estudo realizado pela Funai, para fins de regularização fundiária.	228	PR/CE
Construção de cais na Marina Boa Vista, no Município de Paraty, sem o devido licenciamento do órgão ambiental competente.	227	PRM/Angra dos Reis
Construção de dutos marítimos pela Petrobras ligando as plataformas	212	PRM/Campos dos

oceânicas situadas no litoral da Bacia de Campos às refinarias de petróleo localizadas na região sudeste em geral.		Goytacazes
Construção de monotrilho entre Praia Grande e Santos, com trajeto pela orla da praia de Santos.	231	PRM/Santos
Construção de ponte sobre o rio Poti, ligando Alameda Parnaíba à Avenida Dom Severino, em Teresina.	226	PR/PI
Construção de pontes sobre o Ribeirão do Veado, sobre o rio Paraná, canais leste e oeste, e sobre o rio Amambaí.	207	PRM/Umuarama
Critérios para emissão de Autorização Especial de Trânsito (AET) para veículos pesados que circulam nas rodovias do Estado de São Paulo.	218	PRR/3ª Região
Extração irregular de saibro no local denominado Morro Bronze, bem como supressão de vegetação na área, objetivando a manutenção, em caráter emergencial, da Rodovia PR-405, no Município de Guaraqueçaba.	215	PRM/Paranaguá
Impactos ambientais decorrentes da pavimentação da rodovia TO 225, no trecho entre Cristalândia a Lagoa da Confusão.	225	PR/TO
Implantação de pólo industrial no Município de Itaboraí, sem a devida licença do órgão ambiental competente.	220	PRM/São Gonçalo
Implantação do pólo industrial náutico de Angra dos Reis.	225	PRM/Angra dos Reis
Implementação do complexo de oleodutos denominado "Oleoduto PDET/ORVAP (Dutos Terrestres)", pela Petrobras, podendo ocasionar danos ambientais nas cidades de Volta Redonda, Barra Mansa e Pinheiral.	221	PRM/Volta Redonda
Instalação de estaleiro para reparos de embarcações, sem prévio licenciamento ambiental.	213	PRM/Angra dos Reis
Instalação de pequeno estaleiro para reparos de embarcações, sem licença ambiental.	219	PRM/Angra dos Reis
Irregularidades na instalação de plataforma de produção de petróleo nos limites da Resexmar de Arraial do Cabo.	208	PRM/São Pedro da Aldeia
Licença Prévia para a construção de carreira para docagem de embarcação, em área em frente à lagoa do Saguacu, no Município de Joinville.	212	PRM/Joinville
Licenciamento do empreendimento denominado Complexo PDET-ORVAP – Dutos Terrestres, nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.	230	PRM/São José dos Campos
Licenciamento para construção de píer na praia da Boca da Barra, no Município de Rio das ostras.	220	PRM/Macaé
Licenciamento para implantação da rodovia TO-126, trecho Sítio Novo – Itaguatins.	208	PR/TO
Licenciamento para implantação de rodovia, referente ao trecho Cacatu – entrocamento BR 116, no Município de Antonina, integrante do projeto denominado "Corredor Rodoviário do Porto de Antonina".	207	PR/PR
Medidas corretivas e preventivas adotadas nas unidades de exploração de petróleo, na Bacia de Campos, pela Petrobras.	219	PRM/Campos dos Goytacazes
Obra de dragagem do rio Ceará sem EIA.	217	PR/CE
Obra nos molhes da Barra do Arroio Chuí.	226	PRM/Rio Grande
Obras de melhoria da navegabilidade no rio São Francisco através do Projeto Hidrovia do São Francisco.	221	PR/PE
Obras de recuperação e alargamento da rodovia PR 412, entre os Municípios de Guaratuba/PR – Garuva/SC.	207	PR/PR
Obras necessárias para segurança dos usuários da BR 277, devido a movimentação de terra em encosta do morro, situado na área da Serra do Mar, sentido Paranaguá-Curitiba.	213	PRM/Paranaguá

Paralisação das obras de duplicação da BR-101, no trecho entre Araranguá e Sombrio.	220	PRM/Criciúma
Regularização da 2ª etapa da Via Expressa Sul em Florianópolis.	218	PR/SC
Remoção de famílias residentes na Vila Rossi, Vila São Paulo e adjacências para atender o projeto Via Norte, que ligará a região nore de São José dos Campos ao restante da cidade.	227	PRM/São José dos Campos

4.1.1.7 Ordenamento Territorial 49

Assunto	Ata nº	Origem
Cadastramento de imóveis destinados a áreas públicas para particular em Ilhabela, pela Prefeitura Municipal.	218	PRM/São José dos Campos
Construção de casas populares, sem o devido licenciamento ambiental, no Município de Magé. Remessa dos autos ao MPE.	212	PR/RJ
Construção de complexo turístico-hoteleiro na praia Lopes Mendes, em ilha Grande.	209	PRM/Angra dos Reis
Construção de distrito industrial, entre os Municípios de Arrozal e Pinheiral, com possível soterramento de manacial ou lagoa, no Município de Pirai.	212	PR/RJ
Construção de hipermercado em área destinada a construção de terminal rodoviário, desvirtuando o plano urbanístico de Brasília.	208	PR/DF
Construção de rodovia estadual entre os Municípios de Axixá do Tocantins e Augustinópolis no Estado de Tocantins.	221	PR/TO
Construção do complexo residencial "Maksoud Plaza Resort", na ilha da Gipóia, inserida na APA de Tamoios, no Município de Angra dos Reis.	230	PRM/Angra dos Reis
Construção irregular de residência na praia do Silveira, em desacordo com a legislação municipal, no Município de Garopaba.	218	PR/SC
Construção irregular do Conjunto Habitacional Residencial - PAR de Jacarenema I, II e II, por não dotar programa de microdrenagem, pavimentação e infra-estrutura necessária. TAC.	209	PR/ES
Construção irregular em área pertencente à Aeronáutica, pelo Colégio Pentágono, no Município de Jaboatão do Guararapes.	231	PR/PE
Convênio para financiar loteamento, firmado entre a União e o Município de Uruguaiana, com previsão de construção de uma pequena estação de tratamento de esgoto que impactaria o rio Uruguai.	224	PRM/Uruguaiana
Demora na liberação do projeto turístico de 8 chalés, em Fernando de Noronha.	229	PR/PE
Descumprimento do Código de Postura Municipal de Parnaíba em construções locais. Retorno dos autos à origem para remessa ao MPE.	212	PR/PI
Edificação de condomínios em área de Mata Atlântica, no Município de Marília.	231	PRM/Marília
Implantação de condomínio residencial denominado Madre Bertha, na praia de Cacupé, em Florianópolis.	213	PR/SC
Implantação de Condomínio residencial no Bairro Córrego Grande, em Florianópolis.	222	PR/SC
Implantação do Condomínio Vale do Retiro em área de florestas e demais formas de vegetação, em Petrópolis.	226	PRM/Petrópolis
Implantação do empreendimento denominado "Alphaville Paralela", com desmatamento de APP, em Salvador.	227	PRM/Ilhéus

Implantação do empreendimento denominado "Edifício Terrazo Rio Vermelho", situado na praia do Buracão, no bairro do Rio Vermelho, em Salvador.	226	PR/BA
Implantação do empreendimento imobiliário na lagoa Encanta Moça.	228	PR/PE
Implantação do Loteamento Balneário Jardim Ultramar, o qual ocupa APP da zona costeira e terras de marinha, no Município de Balneário Gaivota.	231	PRM/Criciúma
Impugnação da Lei Municipal que dispõe sobre o zoneamento, o uso e a ocupação do solo nos balneários da Ilha de Santa Catarina, declarando-os área especial de interesse turístico, por estar em desacordo com leis estaduais e federais.	218	PR/SC
Invasão de terras e loteamentos irregulares na Fazenda Engenho Queimado, localizada no Município de Águas Lindas de Goiás e no Distrito Federal, dentro da APA do Rio Descoberto.	231	PR/DF
Irregularidade no parcelamento de solo de chácara da Colônia Agrícola Samambaia, inserida na região abrangida pelo Setor Habitacional Vicente Pires.	228	PR/DF
Irregularidades ambientais, urbanísticas e fundiárias decorrentes da ocupação na invasão do Itapoã.	207(3) 208(2) 211(1) 212(1)	PR/DF
Irregularidades na construção do Condomínio Porto Marisco, com destruição de área de manguezal.	227	PRM/Angra dos Reis
Irregularidades nas construções que estão sendo edificadas no loteamento denominado "Da Vigia", no Município de Garopaba.	231	PR/SC
Liberação de loteamento e parcelamento do solo no Município de Barra dos Coqueiros, sem observância da legislação vigente.	226	PR/SE
Licenciamento do loteamento Residencial Eldorado, no entorno do Parna Chapada dos Veadeiros, no Município de Alتامira.	217	PR/GO
Licenciamento dos loteamentos Jardim Itália II e III, localizados no Bairro Córrego Grande, em Florianópolis. TAC.	216	PR/SC
Licenciamento para implantação de complexo residencial e turístico na Ilha da Gipóia, em Angra dos Reis.	227	PRM/Angra dos Reis
Loteamento irregular na praia de Arroio Corrente, no Município de Jaguaruna.	218	PRM/Tubarão
Loteamento irregular na rua da Capela, esquina com a servidão Maria Cordeiro, no bairro Campeche.	218	PR/SC
Lotes clandestinos sobrepostos aos loteamentos Jardim Portugal e Jardim Europa, situados no Município de Paulista.	218	PR/PE
Ocupação de área pertencente à RFFSA pelo responsável pela empresa Guinchos Cabica, localizada na Av. Rio Branco, em Caxias do Sul.	231	PRM/Caxias do Sul
Ocupação desordenada do solo em áreas ambientais protegidas, como o Maciço Gericinó-Mendanha, pela instalação irregular de energia elétrica e telefônica.	229	PRM/São João de Meriti
Ocupação irregular de terreno de marinha pela construção do Condomínio Encantos da Prainha, no Município de Aquiraz.	209	PR/CE
Parcelamento de solo clandestino em área rural.	226	PR/DF
Remessa dos autos à 2ª CCR.		

Parcelamento do solo para fins particulares no condomínio Sobreomar, localizado no Município de Ilhabela.	215	PRM/ São José dos Campos
Projeto de construção do empreendimento denominado Moradas da Serra Resort e Village, no sítio Ubajara, no Município de Guaramiranga.	227	PR/CE
Projeto de Lei Municipal 020/2005 teria como objeto desafetar área pública para construção de conjunto habitacional, no bairro da Imbiribeira, em Recife.	227	PR/PE
Projeto de urbanização da Favela México 70, construída em área de manguezal e terreno de marinha, que resultaria no desalojamento dos moradores da região.	219	PRM/Santos
Urbanização do bairro Meireles, em Fortaleza.	231	PR/CE

4.1.1.8 Organismos Geneticamente Modificados 18

Assunto	Ata nº	Origem
Armazenamento inadequado de sementes colhidas em plantio experimental de arroz transgênico desenvolvido em 2000, na área da estação experimental da bayer Seeds Brasil, no Município de Rio Grande.	215	PRM/Pelotas
Aumento do percentual de agrotóxico utilizado para o plantio de produtos transgênicos.	212	PR/DF
Averiguação da regularidade nas pesquisas que envolvem Organismos Geneticamente Modificados no Estado de Mato Grosso do Sul.	208	PR/MS
Comercialização de sementes de algodão convencional com presença de eventos de transformação genética.	225	PRM/Tupã
Contaminação de soja tradicional com a soja transgênica por recebimento de ambas no Porto de Paranaguá.	216	PR/PR
Deliberação da CNTBio que autorizou que as sementes convencionais de algodão comercializadas na safra de 2004/2005 possam conter 1% de presença adventícia de sementes transgênicas.	215	PR/DF
Denúncia de prática de biopirataria por membro da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Remessa dos autos à 5ª CCR.	209	PR/DF
Diversas irregularidade no âmbito da CTNBio, tais como: emissão de pareceres de liberação comercial em contrariedade à decisão judicial proferida em ACP; não havia publicação de extratos prévios de todos os pleitos submetidos à CTNBio; possível reformulação do Comunicado nº 113/2000, entre outros.	227	PR/DF
Fornecimento ilegal do Termo de Referência de Estudos Prévios de Impacto Ambiental (EPIA) referente à atividade de plantio e comercialização de <i>Roundup Ready</i> antes da deliberação do Conama.	229	PR/DF
Garantia de acesso ao público às reuniões da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).	209	PR/DF
Importação de milho transgênico da Argentina para utilização em ração animal.	218	PR/DF
Irregularidade no âmbito da CTNBio, consistente no deferimento de pedido da Avicultura Industrial (Avipe) de importação de milho transgênico da Argentina, sem a adoção das necessárias cautelas.	226	PR/PE
Irregularidade no plantio de Organismo Geneticamente Modificados em zona de amortecimento do Parna do Iguçu, no Município de	208	PRM/Cascavel

Santa Tereza do Oeste.		
Legalidades das atividades de pesquisa e manuseio em geral de OGMs no âmbito territorial daquela PRM.	215	PRM/Cascavel
Liberação da soja de marca <i>Roundup ready</i> .	217	PR/MG
Presença de organismo geneticamente modificado na análise da coleta de amostra de caroço de algodão da Empresa Algodoeira Patamuté Ltda.	210	PRM/Barreiras
Utilização de documentos em idioma estrangeiro na instrução de procedimentos administrativos em tramitação na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança-CTNBio.	209	PR/DF
Verificação junto à CTNBio de denúncia de 15 contaminações acidentais por produtos transgênicos ocorridos em 2006.	222	PR/DF

4.1.1.9 Poluição 112

Assunto	Ata nº	Origem
Acompanhamento dos sistemas de prevenção, atendimento e a desastres nos postos organizados do Paraná, em face de acidentes ocorridos anteriormente com navios.	223	PRM/Paranaguá
Adoção do programa de ajustes para queima desordenada de gás natural na Bacia de Campos.	220	PRM/Campos dos Goytacazes
Afundamento do navio <i>Al Johffa</i> , contendo óleo combustível, próximo ao Município de São Sebastião.	216	PRM/Santos
Atividade irregular de lava-jato e loja de produtos automotivos, ocasionando degradação da Lagoa da Conceição.	208	PR/SC
Atividades potencialmente poluidoras por parte da empresa Companhia Açucareira Barcelos, no Município de São João da Barra.	209	PR/RJ
Barulho excessivo e tremores em casas no bairro São Gabriel, no Município de Forquilha, devido às atividades de mineração pela Carbonífera Criciúma S/A.	229	PRM/Criciúma
Beneficiamento de óxido de alumínio sem licença ambiental próximo à APP, localizado no interior da APA da Serra da Mantiqueira, no Município de Delfim Moreira.	208	PR/MG
Carcaças de embarcações de grande porte abandonadas em Porto do Canal, no Município de São Gonçalo.	229	PRM/Pelotas
Construção de centro de comercialização de veículos pela empresa Shopping do Automóvel Ltda, sem licença, no Município de Cabedelo.	226	PR/PB
Construção irregular de ampliação de concessionária de veículos, sem a devida Licença de Instalação do órgão estadual competente.	217	PR/RJ
Contaminação da represa Peixoto pelo lançamento do esgoto <i>in natura</i> pelo Município de Ibirá.	231	PRM/Passos
Contaminação de água superficial e subterrânea, em virtude das atividades da Shell e da Agência Nacional de Petróleo (ANP).	231	PRM/Bauru
Depósito de lixo e derramamento de esgoto às margens do rio Ceará, no Município de Caucaia.	207	PR/CE
Derramamento de óleo ao mar, em Angra dos Reis.	227	PR/RJ
Derramamento de óleo combustível no curso d'água denominado Misericórdia, na zona rural do Município de Ibiá.	226	PRM/Uberaba
Derramamento de óleo da embarcação Itaporanga, no Município de Niterói.	207	PRM/Niterói
Derramamento de óleo no canal de São Sebastião. TAC.	229 (7)	PRM/São José dos Campos
Derramamento de óleo no mar, por acidente, durante manutenção de navio atracado no porto de Rio Grande.	219	PRM/Rio Grande
Derramamento de óleo no Porto de Santos.	207 (1)	PRM/Santos

	219 (3)	
	230 (1)	
	231 (2)	
Derramamento de óleo no Porto Novo de Rio Grande.	208	PRM/Rio Grande
Derramamento de óleo no rio marinho que ameaça alcançar a baía de Vitória.	212	PR/ES
Derramamento de óleo no Trapiche do terminal Almirante Soares Dutra, no Município de Imbé.	230	PR/RS
Derramamento de óleo próximo ao terminal de veículos (TEV) da Empresa Santos Brasil.	212	PRM/Santos
Derramamento de óleo, por navio, na baía da Ilha Grande.	230	PRM/Angra dos Reis
Derramamento de resíduos de petróleo por balsa afundada, no igarapé Terçado, no Município de Autazes.	230	PR/AM
Desastre no rio dos Sinos pelo despejo de resíduos tóxicos, causando mortandade de milhares de peixes.	219	PRM/Novo Hamburgo
Desativação de usina de piche pelo derramamento do produto na fazenda Novo Horizonte, localizada no Município de Araguaína.	226	PR/TO
Despejo de água servida na Av. Desembargador Gonzaga, por casas e pela churrascaria Esquina do baião, que se acumula na esquina da rua Benjamin Moura.	227	PR/CE
Despejo de efluentes líquidos, especialemnte esgoto doméstico, na zona estuarina do rio Sirinhaém.	219	PR/PE
Despejo de esgoto não tratado no rio São Francisco, por meio da restauração e da manutenção adequadas das estações de tratamento do Município de Petrolina.	219	PR/PE
Despejo de esgoto sanitários nas bacias dos rios Jaboatão e Ipojuca, no Município de Jaboatão dos Guararapes	213	PR/PE
Despejo de esgoto, sem nenhum tratamento, pelo condomínio "Povoado Rio Canoas", localizado em São Conrado, no rio Canoas.	231	PR/RJ
Despejo de lixo próximo ao rio Jaguaribe.	218	PRM/Limoeiro do Norte
Despejo de produtos químicos, sem tratamento, na rede pluvial, por empresa de equipamentos contra incêndios.	213	PRM/São Gonçalo
Despejo de resíduos líquidos pela empresa Polimix Concreto Ltda.	230	PRM/Angra dos Reis
Despejo de resíduos provenientes do processamento de camarão, no Farol de São Tomé.	218	PRM/Campos dos Goytacazes
Despejo indiscriminado de lixo nas proximidades da Vila São José, Município de Pacaraima, que se encontra dentro da Reserva Indígena Raposa do Sol.	218	PR/RR
Embarcação fora de uso na Baía da Guanabara, podendo causar vazamento de óleo.	226	PRM/Niterói
Embarcações sucateadas na orla portuária dos Municípios de Rio Grande e São José do Norte.	211	PRM/Rio Grande
Emissão de agentes poluentes e poluição sonora pela Esdeva Empresa Gráfica Ltda., no bairro Poço Rico.	220	PRM/Juiz de Fora (MG)
Emissão de esgoto em rede de água pluvial - "línguas negras" - para a Lagoa Rodrigo de Freitas, por imóvel situado no Leblon.	211	PR/RJ
Escoamento da água, oriunda da lavagem de cães para o logradouro público, na Cidade de Recife.	223	PR/PE
Estação de tratamento de esgoto (ETE) da Cagece, mal sinalizada e sem manutenção, próxima ao conjunto Ipiranga, no Município de Caucaia.	223	PR/CE

Eventos comemorativos na Praça Cívica da UFRN, causando poluição sonora e incomodo à vizinhança.	220	PR/RN
Funcionamento da Empresa Brasmix Engenharia de Concreto S/A, sem a devida Licença de Operação.	229	PRM/São João de Meriti
Informações de órgãos ambientais sobre o monitoramento da qualidade do ar e água no sul do estado de Santa Catarina.	208	PRM/Criciúma
Instalação de linha de produção do grupo ISDRA, destinada ao desenvolvimento de aglomerado liso de madeira compactada (MDF), no Município de Rio Grande.	226	PRM/Rio Grande
Irregularidade no funcionamento de câmara frigorífica, sem licenciamento ambiental competente.	226	PR/RJ
Irregularidade nos licenciamentos ambientais dos postos de combustíveis em atividade nos municípios abrangidos pela subseção judiciária de Criciúma.	231	PRM/Criciúma
Irregularidades ambientais e ações poluidoras pela Empresa Frinorte Alimentos Ltda., sediada no Distrito Agroindustrial de Araguaína.	221	PR/TO
Irregularidades em projeto de construção de kartódromo em Fortaleza.	219	PR/CE
Irregularidades na atuação dos órgãos ambientais quanto ao transporte e destinação dos resíduos oleosos oriundos de acidente com navio, em Paranaguá.	226	PRM/Paranaguá
Irregularidades na construção de unidades de armazenamento de combustível, às margens da Rodovia do Açúcar, no distrito de Donana, em Campos dos Goytacazes.	226	PRM/Campos dos Goytacazes
Irregularidades no funcionamento da Empresa Fonte Limpa Ltda. – Emfol.	230	PR/RJ
Irregularidades no manuseio do produto <i>petcoke</i> na área do porto Organizado de Cabedelo.	219	PRM/Rio Grande
Irregularidades na construção da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da CAGECE, pela poluição causada no riacho localizado à sua margem.	217	PR/CE
Lançamento de efluentes industriais líquidos pelas empresas beneficiadoras de pescados localizadas nos Municípios de Niterói e São Gonçalo.	223	PRM/Niterói
Lançamento de efluentes líquidos industriais por empresas beneficiadoras de pescado, localizadas nos municípios de Niterói e São Gonçalo.	230	PRM/Niterói
Lançamento de efluentes sanitários urbanos nas praias e nos rios localizados no Município de João Pessoa.	215	PR/PB
Lançamento de efluentes, pela Cooperminas, em um canal que deságua no rio Sangão, no Município de Forquilha.	231	PRM/Criciúma
Lançamento de esgoto, construções irregulares e poluição no canal da Barra da Lagoa, em Florianópolis.	218	PR/SC
Lançamento de resíduos orgânicos e de agrotóxicos na região do reservatório da UHE de Furnas, no rio Grande, no Município de Delfinópolis.	217	PR/MG
Lançamento de resíduos provenientes de suinocultura, sem qualquer tratamento no curso d'água que abastece a região de Córrego do Pedregulho, no Município de Iúna.	229	PRM/Cachoeiro de Itapemirim
Lançamento de resíduos sólidos e líquidos no açude do Rato, no Município de Casserengue.	218	PRM/Campina Grande
Lançamento irregular de esgoto proveniente do Bar Metrô Pianos Bar, no Ribeirão das Nações, em Balneário Camboriú.	226	PRM/Itajaí
Licenciamento e obras visando o isolamento acústico em casa de show.	213	PR/RJ
Mancha de óleo no canal de Rio Grande.	215	PRM/Rio Grande
Mancha negra na Bacia do rio dos Sinos, no Município de São Leopoldo.	226	PRM/Novo

Hamburgo

Mau cheiro emanado da estação de tratamento de esgoto da CAGECE, localizada na faixa de praia Leste-Oeste.	215	PR/CE
Naufrágio de lancha rebocadora no porto do Rio Grande.	219	PRM/Rio Grande
Naufrágio de rebocador no canal sul de acesso ao porto de Recife.	226	PR/PE
Navios abandonados e que acondicionam óleo de maneira indevida na Baía da Guanabara	226	PRM/Niterói
Notícia jornalística veiculando que a Petrobras pretendia abastecer navios diretamente no mar, por meio do seu píer petroleiro.	219	PRM/Rio Grande
Obstrução ao acesso à praia de Tamandaré para evitar entrada de veículos que causam poluição sonora.	220	PR/PE
Omissões por parte da Cetesb e seus órgãos, em procedimentos de licenciamento ambiental de obras ou atividades nos Municípios de Paulínia, Sumaré e Elias Fausto.	231	PRM/Campinas
Péssimas condições de navio petroleiro. TAC.	229 (1)	PRM/São José dos Campos
Poluição atmosférica e sonora, ocasionada pelo funcionamento de fábricas de torneiras e torrefação instaladas no Município de Loanda.	229	PRM/Paranavaí
Poluição causada pela empresa Irmão Fontenele S/A Comércio Indústria e Agricultura, pela não apresentação de filtros em suas chaminés.	228	PR/CE
Poluição do lençol freático, dos rios e mares, causada pela omissão no tratamento de esgotos em todo o Município de Governador Celso Ramos.	208	PR/SC
Poluição do rio Batateiras, em tese pela Prefeitura de Crato, por lançamento de esgoto às suas margens pela empresa Serrabella Mineração e Abastecimento de Água Ltda.	208	PRM/Juazeiro do Norte
Poluição do rio Piranhas-Assu devido a construções irregulares às suas margens.	222	PRM/Mossoró
Poluição hídrica causada por ligações de esgotos, na rua Edson Areias, no bairro de Trindade, em Florianópolis.	222	PR/SC
Poluição no lençol freático na região do pólo petroquímico de Salvador.	218	PR/BA
Poluição por efluentes industriais produzidos por empresas localizadas na cidade de Joinville, atingindo os rios do Município e da bacia hidrográfica da Babitonga.	224	PRM/Joinville
Poluição por esgoto e aterramento no Riacho Jacarecanga.	207	PR/CE
Poluição por fumaça ocasionada por queimada no Estado do Acre, no ano de 2005.	217	PR/AC
Poluição sonora acarretada por evento musical <i>Hip Hop</i> , prejudicando a realização das provas do ENEM.	211	PR/PE
Poluição sonora e suposta agressão verbal, no bairro Ceará, no Município de Parnaíba.	231	PR/PI
Poluição sonora oriunda de shows musicais nas tendas da orla, na praia de Santos.	229	PRM/Santos
Presença de metal pesado na Lagoa Mirim.	226	PRM/Rio Grande
Propaganda afixadas em árvores, em desacordo a legislação Municipal.	229	PR/CE
Queimadas na área que circunda a via férrea da Superintendência de Trens Urbanos de Recife – Metrotec, produzindo poluição pela grande quantidade de monóxido de carbono gerado.	221	PR/PE
Rompimento de talude do aterro sanitário de propriedade da empresa Votorantim Celulose e Papel.	219	PRM/São José dos Campos
Rompimento do tanque de armazenamento de melaço, no interior do parque industrial da Usina da Pedra, ocasionando mortandade de toneladas de peixes, bem como a contaminação da água nos leitos	220	PRM/Uberaba

dos rios Pardo e Grande.

Transporte de carvão mineral por via férrea, pela Ferrovia Teresa Cristina S.A., do Município de Siderópolis até a empresa Eletrosul, localizada no Município de Tubarão.	209	PRM/Criciúma
Utilização da lagoa de Carapicuíba como área de depósito de materiais resultantes das obras de rebaixamento da calha do rio Tietê.	226	PR/SP
Utilização irregular de carros com alto-falantes, trio-elétricos ou qualquer outro aparelho de som em veículos para a realização de propaganda eleitoral ou em eventos.	230	PRM/Santos
Vazamento de óleo na instalações da Petrobras no Município de Rio Grande e em Tramandaí, e a partir deles, formar acervo destinado a instruir a atuação ministerial em eventual ocorrência de vazamento na unidade local.	220	PRM/Rio Grande
Vazamento de óleo por navio, atingindo praias de São Sebastião e Ilhabela. TAC.	229	PRM/ São José dos Campos
Verificação do desenvolvimento de planos e ações de controle e fiscalização sobre atividades com significativo potencial poluidor por parte do MMA, Ibama e ANA.	227	PR/MG

4.1.1.10 Recursos Hídricos 20

Assunto	Ata nº	Origem
Acompanhamento do projeto de transposição das águas do rio São Francisco.	226	PR/MG
Aumento de chuva, decorrente da prática de semeadura de nuvens no Município de Franco da Rocha.	218	PR/SP
Construção de uma represa no rio Salgado, para irrigação de plantações de cana-de-açúcar.	230	PRM/Juazeiro do Norte
Construção do açude Pirabibu, no Município de Quixeramobim.	215	PRM/Limoeiro do Norte
Construção irregular de dique na lagoa do Sumidouro, próximo a foz do córrego Samamabaia – povoado de Fidalgo, Município de Pedro Leopoldo. TAC.	209	PR/MG
Desvio artificial do córrego Tatu Gamela, no Município de Nova Iguaçu, pela empresa de cosméticos, cujo nome fantasia é Embelleze, com o fim de expandir seu imóvel.	231	PRM/São João do Meriti
Desvio do leito do rio Jericó no Sítio Milagres, no Município de Guaramiranga.	208	PR/CE
Enrocamento com desvio das águas do rio Guaraú, causando assoreamento de uma área, alterando as características e conformações naturais da região.	224	PRM/Santos
Excessivos desvios de água no reservatório Jaguari pela Aneel e NOS (Operador Nacional do Sistema Elétrico).	213	PRM/São José dos Campos
Exploração desordenada do lençol freático do sertão nordestino, causando danos ao subsolo árido daquela região.	223	PRM/Feira de Santana
Irregularidades na execução de obras para construção e recuperação de infra-estrutura hídrica para perenização do rio Pajeú.	216	PR/PE
Irregularidades no licenciamento ambiental da barragem do Arroio Jaguari, em Lavras do Sul.	223	PRM/Bagé
Matérias jornalísticas e páginas da <i>internet</i> que apontam a existência do Sistema Aquífero Guarani (SAG) e a necessidade de sua preservação.	218	PRM/Chapecó

Possível negligenciamento na fiscalização e manutenção das barragens no País.	215	PR/PE
Projeto "Uma árvore para cada habitante", programa de preservação, conservação e recuperação dos mananciais das bacias hidrográficas situadas no território do Distrito Federal e do entorno.	219	PR/DF
Regularização dos poços artesianos perfurados no Estado do Rio Grande do Sul e medidas para coibir a perfuração daqueles que representem riscos à saúde.	219	PRM/Rio Grande
Renovação da outorga de direito de uso da água para o sistema Cantareira, com implicações na política de gestão dos recursos hídricos da bacia hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.	219	PRM/Piracicaba
Retirada de areia com draga no rio Mambucaba, sem licença ambiental.	230	PRM/Angra dos Reis
Retirada de grande quantidade de água do rio Gurinhém, bem como contaminação por agrotóxicos com comprometimento da saúde dos moradores da área.	216	PR/PB
Terraplanagem em lote às margens do ramal água Branca II, na rodovia AM 10, resultando na obstrução da drenagem de águas pluviais no leito da estrada.	221	PR/AM

4.1.1.11 Recursos Minerais 54

Assunto	Ata nº	Origem
Acompanhar/fiscalizar as atividades de pesquisa mineral da Indústria Carbonífera Rio Deserto Ltda., que têm por finalidade verificar a viabilidade econômica da lavra da Camada Bonito na área/jazida Cruz de Malta, no Município de Treviso.	229	PRM/Criciúma
Atividades de mineração mal explorada, dando margem a garimpos irregulares no Estado do Amazonas.	207	PR/AM
Canalização ilegal no riacho das Lavadeiras, em Fortaleza.	211	PR/CE
Cessão de direitos minerários entre as empresas Mineração Rochedo Ltda. e Santina Sperotto Quinelato ME, sem averbação perante o DNPM, em Cachoeiro do Itapemirim.	207	PRM/Cachoeiro de Itapemirim
Concessão de Licença de Operação, em favor da empresa Colorgens Ltda., para atividade de garimpo em área de reserva legal onde se localiza a fazenda Baliza.	212	PR/TO
Construção de cemitério dentro da área de concessão de lavra de água mineral e de proteção de fonte.	231	PRM/Varginha
Exploração de recursos minerais (basalto) junto ao Córrego Alto Alegre, situado no interior do Município de Capitão, sem o devido licenciamento.	211	PRM/Lajeado
Exploração irregular de jazida de granito ornamental vermelho na Fazenda Conquista, no Município de Jaupaci.	227	PR/GO
Exploração irregular de basalto em propriedade particular, localizada na rua Frei Eduardo, nº 301, no Município de Ipê.	216	PRM/Caxias do Sul
Extração de areia em cava e no leito do rio camburu na Fazenda Serra do Mar, na estrada entre Caraguatatuba a São Sebastião, no Município de Caraguatatuba.	224	PRM/São José dos Campos
Extração de areia no local denominado "Fazenda Morro Vermelho", nas proximidades do leito do rio Paraíba do Sul, no Município de Guaratinguetá.	230	PRM/Guaratinguetá
Extração de argila com LO vencida, no sítio Campana, localizado no	207	PRM/Piracicaba

Município de Rio Claro.

Extração de ouro à margem direita do rio carmo, no Município de Barra.	217	PR/MG
Extração de saibro, sem prévia autorização do órgão ambiental competente, na localidade de Jacuacanga, no Município de Angra dos Reis.	215	PR/RJ
Extração desordenada, em especial de areia, no Estado do Ceará.	207	PR/CE
Extração ilegal de macadame, no Município de Cedro Alto.	230	PRM/Itajaí
Extração irregular de areia às margens do rio Sapucaí Mirim.	207	PR/MG
Extração irregular de areia nas margens do rio Jucuí, no Município de Rio Pardo.	219	PRM/Santa Cruz do Sul
Extração irregular de areia no bairro Santa Maria, conhecido como Terra Dura, na cidade de Aracaju.	228	PR/SE
Extração irregular de areia no leito do rio Curu, no Município de Paracuru.	215	PR/CE
Extração irregular de areia vermelha em Capoeira e cardeais, Distrito e Município de Jaguaruana.	226	PRM/Limoeiro do Norte
Extração irregular de argila em propriedade particular localizada em Vila Segredo, no Município de Ipê.	220	PRM/Caxias do Sul
Extração irregular de argila em propriedade particular no Distrito de Capela São João, no Município de Ipê. TAC.	212	PRM/Caxias do Sul
Extração irregular de argila na fazenda Sobradinho ou "Sansão", inserida na APA do Planalto Central.	231	PR/DF
Extração irregular de argila na localidade de Linha Rodrigues, Capela Santo Antônio, no Município de ipê.	218	PRM/Rio Grande
Extração irregular de argila próximo a rodovia SC 411, no bairro de Nova Descoberta, no Município de Tijucas.	218	PR/SC
Extração irregular de argila, sem autorização competente, no Município de Cabo de Santo Agostinho.	218	PR/PE
Extração irregular de argila, sem autorização competente, realizada na rua Charles Spencer Chaplin nº 5, Morumbi.	218	PR/SP
Extração irregular de argila, sem autorização do órgão ambiental competente, em Rio Claro.	226	PRM/Piracicaba
Extração irregular de basalto, no Município de Flores da Cunha, sem autorização do órgão ambiental competente e sem registro no DNPM.	226	PRM/Caxias do Sul
Extração irregular de basalto, sem as devidas licenças, no Município de Picada Café.	210	PRM/Caxias do Sul
Extração irregular de minério do tipo macadame, pela Prefeitura Municipal de Timbó, sem autorização do órgão ambiental competente.	220	PRM/Blumenau
Extração irregular de recursos minerais no leito do rio Jacuí, no Município de Rio Pardo.	230	PRM/Santa Cruz do Sul
Extração irregular de saibro e cascalho, sem licenciamento ambiental	208	PRM/Santa Cruz do Sul
Extração irregular de saibro, no Município do Rio de Janeiro, sem autorização competente.	207	PR/RJ
Extração irregular de saibro, sem as devidas licenças, no Município de Antônio Prado.	210	PRM/Caxias do Sul

Fiscalização nos caminhões que transportam carvão na estrada que liga os Municípios de Treviso e Siderópolis.	220	PRM/Criciúma
Implementação de Parque aquático com captação de água mineral, sem licença competente, no Município de Ibirá	219	PRM/São José do Rio Preto
Inadimplência com leis ambientais por parte de mineradoras atuante no Estado do Tocantins.	229	PR/TO
Inexistência de recolhimento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais pela empresa Carbonífera Catarinense Ltda, referente ao carvão mineral nos meses de maio e junho de 2007.	231	PRM/Criciúma
Instalação irregular de atividade extrativa de bens minerais pela Empresa Mineradora Pedrix Ltda., em Área de Relevante Interesse Ecológico, no Município de Campinas.	211	PRM/Campinas
Irregularidades na atividade de extração de areia pela empresa Porto de Areia Quatro Simões Ltda., no Município de Jacareí.	230	PRM/São José dos Campos
Irregularidades na concessão de exploração do subsolo às Mineradoras Vista Alegre Ltda e Companhia de Mineração de Tocantins S/A (TMC).	230	PR/TO
Irregularidades na exploração mineral no sítio Estrela D'Alva, em Jaguariúna.	231	PRM/Campinas
Irregularidades na extração mineral realizada na área não regulamentada do Parque Nacional da Serra da Canastra (PNSC).	227	PRM/Passos
Irregularidades nas atividades da Empresa Britadora e Mineradora Santiago Cia. Ltda., causando inclusive trincas em casas vizinhas, localizada no Município de Ribeirão das Neves.	223	PR/MG
Irregularidades no empreendimento da empresa mineradora Andrade Gutierrez, quanto a pedra do Serrote do Jacurutu, integrante do Complexo Portuário do Pecém.	219	PR/CE
Irregularidades no projeto de microbacias no Estado de Santa Catarina.	230	PR/SC
Lavra irregular de areia por particular no Município de Sapopema.	219	PRM/Londrina
Licença para instalação de projeto de empreendimento destinado à extração, transporte e comércio de areia, no Município de Porto Grande.	217	PR/AP
Regularização das empresas mineradoras de argila, no âmbito da Cetesb, no Município de Santa Gertrudes.	213	PRM/Piracicaba
Sindicância para apurar o funcionamento aparentemente irregular da empresa de mineração SPAR, localizada no Município de Maricá.	210	PR/RJ
Supressão de cascalho na instalação de torre de telefonia celular, no Município de Cambuquira.	217	PR/MG
TAC firmado entre o MPF, Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler (Fepam) e o Sr. André Slongo, referente à extração irregular de argila, sem as devidas licenças do DNPM e da Fepam, em área localizada na Linha São Brás, Vila Segredo, Município de Ipê.	218	PRM/Caxias do Sul

4.1.1.12 Resíduos Sólidos 28

Assunto	Ata nº	Origem
Armazenamento e destinação de lixo hospitalar de forma irregular pelas empresas Colix e Louber Ltda., nos Municípios de Laguna e	220	PRM/Blumenau

Tubarão.		
Atuação do Fórum Estadual Lixo e Cidadania.	226	PR/RS
Coleta e tratamento de esgoto, bem como abastecimento de água no Município de Paranaguá.	217	PR/PR
Deposição de aterro, restos de construção e limpeza de terreno baldio, em APP do estuário do rio Potengi.	230	PR/RN
Depósito de resíduos sólidos urbano no Município de Rio Pardo.	218	PRM/Santa Cruz do Sul
Depósito irregular de lixo pelo INPE, em terreno situado no Recanto dos Eucaliptos, zona leste do Município de São José dos Campos.	216	PRM/São José dos Campos
Descaso da prefeitura com o aterro sanitário provisório localizado às margens de rodovia, no Município de Aurora do Tocantins.	227	PR/TO
Descumprimento de legislação federal relativa a inspeção e fiscalização de produtos de origem animal, no Estado do Rio de Janeiro.	210	PRM/Petrópolis
Despejo de lixo e entulho, bem como retirada de recursos minerais, em especial no terreno do antigo aeroporto, na cidade de Alegrete.	218	PRM/Uruguaiana
Despejo de lixo industrial (sobra de corte de couro), às margens de rodovia, entre a divisa dos Municípios de Restinga e Batatais.	231	PRM/Franca
Destinação final dos resíduos sólidos no Município de Santa Madalena.	216	PR/RJ
Disposição dos resíduos sólidos urbanos produzidos pelos municípios pertencentes à subseção judiciária de Santa Cruz do Sul.	219	PRM/Santa Cruz do Sul
Funcionamento irregular de "lixão" no Município de Campina Grande.	229	PRM/Campina Grande
Funcionamento irregular de "lixão" no Município de Patos.	229	PRM/Campina Grande
Impacto ao fluxo pluvial, às redes de esgoto e de abastecimento de água decorrente da obra às margens da Lagoa da Conceição, em Florianópolis.	223	PR/SC
Implantação do Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos no Município de Paracambi.	215	PR/RJ
Instalação e funcionamento de lixão, sem autorização competente, no loteamento Solar Monte Belo II, no Município de Araruama.	212	PRM/São Pedro da Aldeia
Remessa dos autos ao MP/RJ.		
Irregularidades no lixão/aterro sanitário, no Município de Alto Paraíso.	229	PR/DF
Irregularidades em edital da FNMA nº 06/2000, para repasse de recursos a municípios para criação de aterros sanitários em substituição aos lixões, sem respectivos EIA/RIMA.	227	PR/MG
Irregularidades na construção de aterro sanitário, no Município de Morrinhos.	231	PR/GO
Lançamento irregular de lixo urbano em Fortaleza e demais cidades do interior do Ceará.	228	PR/CE
Levantamento acerca da disposição final dos resíduos sólidos produzidos pelos municípios catarinenses que estão na área de atribuição da PRM/Joinville.	216	PRM/Joinville
Manutenção irregular de aterro sanitário nos Municípios de Jundiá, Várzea Paulista, Campo Limpo, Vinhedo e Louveira.	231	PRM/Campinas

Notícia jornalística indicando esgoto a céu aberto nas proximidades do Residencial Vila Velha, Barra do Ceará, em Fortaleza.	216	PR/CE
Projeto de implantação de central de tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos na localidade de Esplanada, Município de Içara.	209	PRM/Criciúma
Projeto de implantação de central de tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos produzidos pelos municípios pertencentes à circunscrição judiciária de Canoas.	215	PR/RS
Regularidades na destinação final dos resíduos sólidos em Municípios localizados no Estado do Rio Grande do Sul.	217	PR/RS
Situação calamitosa e de abandono da central de reciclagem de lixo do Arquipélago de Fernando de Noronha.	208	PR/PE

4.1.1.13 Unidades de Conservação e Áreas Protegidas 81

Assunto	Ata nº	Origem
Abertura clandestina de trilha de acesso à Cachoeira da Gruta no Parna do Itatiaia.	208	PRM/Varginha
Abertura de estrada dentro do perímetro da APA da Serra da Mantiqueira e no entorno do Parna de Itatiaia, sem autorização competente.	212	PRM/Varginha
Adequação ambiental do evento denominado "Fortal", realizado sazonalmente no mês de julho em Fortaleza.	221	PR/CE
Alienação da fazenda "Ser Nativo", supostamente área de RPPN para fins da reforma agrária, localizada no Município de Acari.	210	PR/RN
Ampliação dos limites da Esec do Taim, situada nos Municípios de Rio Grande e de Santa Vitória do Palmar.	211	PRM/Rio Grande
Apurar possível prática de danos ambientais por parte dos antigos proprietários das áreas indenizadas no Parna da Serra da Bodoquena, que foram compensadas pelo Ibama.	225	PR/MS
Atividade de levantamento sísmicos marítimos em 3D na Bacia do Espírito Santo, plataforma continental de Mucuri, área inserida no centro da zona de amortecimento do Parnamar de Abrolhos.	207	PRM/Ilhéus
Ato de obstar ou dificultar a fiscalização de questões ambientais, por particular, em área localizada na praia do Sueste na APA de Fernando de Noronha.	218	PR/PE
Autorização de plano de manejo ou corte seletivo na Mata Atlântica pelo Ibama, podendo afetar espécies da flora ameaçadas de extinção.	230	PRM/Itajaí
Concessão de uso para exploração da Trilha Rio do Boi e Trilha da Mula, no Parna Aparados da Serra em Cambará do Sul, sem revisão do respectivo plano de manejo.	208	PRM/Caxias do Sul
Concretização do Termo de Cooperação Técnica objetivando regularização dos licenciamentos ambientais na APA do Planalto Central.	229	PR/DF
Construção de casa de alvenaria na APA do Planalto Central, sem autorização do órgão competente.	226	PR/DF
Construção de rancho rústico no interior do Parna do Itatiaia, com impermeabilização do solo e remoção de terra. TAC.	230	PRM/Resende
Construção de SPA na ilha do Cavaquinho, baía da Ribeira, no Município de Angra dos Reis, inserida na APA de Tamoios.	231	PR/RJ
Construção irregular de estrada no limite entre o arna Serra do Cipó e	227	PR/MG

a APA Morro da Pedreira, zona rural do Município de Morro do Pilar. TAC.		
Construção irregular do complexo turístico hoteleiro Fazenda Tanguá, nos limites da Estação Ecológica de Tamoios.	208	PRM/Angra dos Reis
Construções irregulares no Parque Ecológico Prainha, entre as localidades de Prainha e de Grumari, sem autorização competente.	218	PR/RJ
Corte de "capoeirinhas" na Costeira da Armação, Município de Governador Celso Ramos, impedindo a regeneração natural da APA de Anhatomirim.	224	PR/SC
Criação da reserva extrativista nos Municípios de Guarani de Goiás e São Domingos, denominada "recanto das Araras de Terra Ronca".	221	PR/DF
Criação de APA no Conjunto do Cabeceiro e seu entorno, na Ilha do Governador.	226	PR/RJ
Criação de Resex entre os Municípios de Goiana/PE e Acaú/PB.	228	PR/PE
Criação de unidades de conservação na Vila de Alter do Chão, no Município de Santarém.	213	PRM/Santarém
Criação e gerenciamento da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo.	229	PR/SC
Cumprimento do TAC firmado entre o MPF e o Sr. Rodrigo Flório Moser, visando a reparação de danos causados pelo incêndio florestal no Parna do Itatiaia.	230	PRM/Resende
Deposição de entulhos e aterramento em Chácara na Colônia Agrícola Samamabia, na APA do Planalto Central, sem autorização competente. TAC.	210	PR/DF
Derrubada de parte do cercamento de proteção da Flona de Canela.	218	PRM/Caxias do Sul
Desapropriação de terras sem indenização aos proprietários, no Município de São Domingos para formação do Parque Ecológico Terra Ronca.	230	PR/DF
Desmatamento e queimada no local denominado "Estiva Preta", no Parna da Serra da Bocaína.	226	PRM/Angra dos Reis
Desmatamento irregular na APA de Baturitá pela Companhia Energética do Ceará, sem autorização do órgão ambiental competente.	220	PR/CE
Desmatamento no Sítio Poço dos Peixes, Bairro Araras, com danos à APA de Petrópolis.	219	PRM/Petrópolis
Desmatamento por fogo e construção de casa de alvenaria, sem autorização competente, no bioma Mata Atlântica na APA Cairuçu, no Município de Paraty.	224	PRM/Angra dos Reis
Remessa dos autos à origem para análise criminal envolvida.		
Desmate de mata nativa para construção nos limites da APA de Petrópolis.	215	PRM/Petrópolis
Destinação de recursos oriundos da compensação ambiental à unidade de conservação municipal "Parque Natural dos Puris", em razão do empreendimento Gasoduto Cabiúnas-Vitória, de responsabilidade da Petrobras.	231	PRM/Cachoeiro de Itapemirim
Escavações para alargamento da trilha de acesso a sítio e realização de roçada à margem de rio, em área do Parna da Serra da Bocaína.	211	PRM/Angra dos Reis
Eventual omissão da Gerência Executiva do Ibama no Distrito Federal, no tocante a medidas administrativas e judiciais para determinar a demolição de obras e/ou construções irregulares dentro de unidades de conservação.	220	PR/DF

Extinção da Resex Externo Norte do Tocantins e outras na mesma região.	219	PR/TO
Implantação do Centro de Artesanato Tapeba na APA do Estuário do Rio Ceará, sem o licenciamento ambiental pertinente, no Município de Caucaia.	217	PR/CE
Implantação do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), acerca de exploração da espécie vegetal candeia no Sítio Congonhal, inserido na APA da Serra da Mantiqueira, localizado no Município de Baependi.	207	PR/MG
Implantação do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), acerca de exploração da espécie vegetal candeia no Sítio Bela Vista, inserido na APA da Serra da Mantiqueira, localizado no Município de Baependi.	225 230	PR/MG
Implantação irregular de loteamento próximo ao Parna da Serra do Cipó, no Município de Jaboticatubas, sem licenciamento ambiental, inserido na APA Morro da Pedreira.	209	PR/MG
Implementação do Plano de Manejo do Parque Nacional Aparados da Serra (PNAS).	220	PRM/Caxias do Sul
Incêndio ocorrido na estação Ecológica do Taim, no Município de Rio Grande.	230	PRM/Rio Grande
Infração ambiental no Parna da Serra da Bocaína.	209	PRM/ Guaratinguetá
Ingresso de embarcação no Parnamar de Fernando de Noronha, no canal da Ilha Rata, sem o devido credenciamento e sem autorização do órgão ambiental competente.	222	PR/PE
Ingresso de embarcações no Parnamar de Fernando de Noronha, sem a devida autorização do órgão ambiental competente.	220	PR/PE
Instalação e manutenção de antenas de comunicação na Flona de Ipanema, no Morro Araçoiaba.	229	PRM/Sorocaba
Invasão e ocupação de reserva florestal do Projeto Proflora XVIII, em Brazlândia.	207	PR/DF
Invasão e ocupação do MST em área pertencente à Flona Ipanema, localizada no Município de Iperó.	218	PRM/Sorocaba
Invasão irregular na área do Parnamar de Fernando de Noronha conhecido como "Pedras Secas", com intuito de praticar pesca submarina.	223	PR/PE
Irregularidades na destinação de terras localizadas na APA Gama e Cabeça de Veado, no Núcleo Rural Córrego das Onças, em região de captação de água.	231	PR/DF
Irregularidades no Horto Florestal do Ibura, como desmatamento para plantação de capim, para cavalos que vivem no horto; existência de nascentes assoreadas, com lixo ao redor; apicultura dentro do horto; bem como veículo abandonado no local.	218	PR/SE
Irregularidades no processo de criação de unidades de conservação para a proteção de Araucárias no Estado do Paraná e Santa Catarina.	222	PR/PR
Irregularidades no processo de criação de Unidades de Conservação para a proteção de araucárias no Estados de Paraná e Santa Catarina.	226	PR/PR
Licenças ambientais para empreendimentos dentro da APA do Ibirapuitã, sem a anuência do Ibama, no Município de Alegrete.	229	PRM/Uruguaiiana
Loteamento irregular no sítio São Luiz, inserido na APA Petrópolis.	219	PRM/Petrópolis
Loteamento irregular, desmatamento, aterro de nascentes e exploração de minério, sem aurotização do órgão ambiental	217	PR/MG

competente, na APA Carste de Lagoa Santa, no Município de Santa Luzia.

Loteamento urbano no bairro barreira, no Município de Delfim Moreira, em área integrante da APA da Serra da Mantiqueira.	219	PR/MG
Obra de terraplanagem no entorno do Parna da Serra da Canastra, sem autorização do órgão ambiental competente, no Município de São Roque de Minas.	220	PRM/Passos
Omissão à proteção do Parna da Chapada dos Veadeiros.	226	PR/DF
Passeio turístico por embarcação particular denominada Macayra, no Panamar Fernando de Noronha, sem credenciamento junto ao Ibama.	208	PR/PE
Pesca subaquática, com uso de cilindro de mergulho autônomo, no Parnamar de Fernando de Noronha, sem autorização competente.	226	PR/PE
Possibilidade de alterar a categoria da Flona de Ipanema, Unidade de Uso Sustentável para Unidade de Proteção Integral, em virtude das diversas investidas de realização de atividades incompatíveis com as funções de um unidade de conservação.	224	PRM/Sorocaba
Precariedade na segurança para visitantes no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV).	220	PR/DF
Projeto de Lei nº 4.186/2004 sobre a alteração dos limites do Parna de Brasília.	207	PR/DF
Promoção de eventos (corridas de <i>motocross</i>) no Bosque dos Sonhos, localizado na Ponta do Cabo Branco, área considerada Zona Especial de Conservação.	220	PR/PB
Queima de vegetação no interior da APA da Serra da Mantiqueira, sem autorização competente, na localidade do "Sítio Machado", na cidade de Bocaína de Minas.	217	PR/MG
Queimada irregular no interior da APA da Serra da Mantiqueira, no Município de Bocaína de Minas.	226 229	PRM/Varginha
Queimada irregular no interior da APA da Serra da Mantiqueira, no Município de Passa Vinte.	226	PRM/Varginha
Queimada na APA Barra de Mamanguape.	209	PR/PB
Queimada na APA da Serra da Mantiqueira, no Município de Alagoa.	211	PR/MG
Queimada na APA da Serra da Mantiqueira, no Município de Marmelópolis.	209	PR/MG
Queimada sem autorização do Órgão competente, em propriedade particular, no Município de Bocaína de Minas, inserida na APA da Serra da Mantiqueira.	208	PR/MG
Queimadas, sem a devida autorização, no local denominado "Sítio Capetinga", no interior da APA da Serra da Mantiqueira, situado no Município de Pouso Alto.	223	PR/MG
Realização de cavalgadas, sem autorização do órgão competente, na RPPN Nossa Senhora do Outeiro de Maracaípe localizada no Município de Ipojuca.	207	PR/PE
Realização de fogueira no morro Sapucaia, Reserva Particular do patrimônio Natural (RPPN), localizado em Sapucaia do Sul.	218	PRM/Canoas
Reinvidicação de particular para obtenção de licença junto ao Ibama com a finalidade de vender 8 mil quilos de cipó-titica extraídos por sua cooperativa, no entorno do Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque.	225	PR/AP
Restrições impostas, supostamente, pela agência da capitania dos	209	PRM/São Pedro da

Portos de Cabo Frio ao funcionamento da Resexmar de Arraial do cabo.		Aldeia
Roçada e queimada na localidade denominada Vale dos Garcia, situada na APA da Serra da Mantiqueira, no Município de Aiuruoca.	212	PRM/Varginha
Supressão de vegetação para alargamento de estrada no interior da área de reserva florestal pertencente à Universidade Federal de Viçosa (UFV), no Município de Florestal.	213	PR/MG

4.1.1.14 Zona Costeira 26

Assunto	Ata nº	Origem
Acompanhamento do "Projeto Orla", que visa estimular o desenvolvimento sustentável, de forma integrada, dos municípios do litoral paranaense.	219	PRM/Paranaguá
Acompanhamento do projeto denominado "Engorda do Litoral Paranaense", que visa a recuperação da orla marítima do litoral paranaense, especialmente o Município de Matinhos.	226	PRM/Paranaguá
Construção de calçadão pela Prefeitura Municipal de Cascavel na praia da Caponga, sem autorização da SPU e com previsão de demolição de barracas.	217	PR/CE
Construção de espigões e muros de proteção para conter o avanço do mar na Praia da Caponga, no Município de Cascavel.	231	PR/CE
Construção de praça pública na orla da praia Pontal da Cruz, no Município de São Sebastião.	219	PRM/São José dos Campos
Construção irregular de barracas na beira-mar, especificamente foz do rio Graú, dentro da APA de Tambala.	226	PR/PB
Construção irregular de barracas na praia das Corvinas, no Município de Salinópolis.	229	PR/PA
Construções de edificações em áreas estuarinas na ilha do Celeiro, em Barra da Catuama, no Município de Goiana.	231	PR/PE
Construções e obras de terraplanagem na Costeira do Pirajubaé, rancho de pescadores, na orla da Baía Sul de Florianópolis.	218	PR/SC
Construções irregulares em área de Mata Atlântica no litoral do Estado do Paraná.	219	PRM/Paranaguá
Construções irregulares pela barraca Marulho, localizada na praia do Futuro.	215	PR/CE
Elevação do nível do mar decorrente do aquecimento global, principalmente nas praias de Iparanama, Icaraí, Cumbuco e Caponga.	223	PR/CE
Erosão na área da praia de Barra Nova, no Município de Cascavel.	214	PR/CE
Implementação do Projeto Parque Memorial Arcoverde.	219	PR/PE
Instalação irregular de um quiosque em faixa de praia localizada no Município de Xangri-lá.	218	PR/RS
Irregularidades em obras na praia de João Fernandes, em Armação de Búzios.	229	PRM/São Pedro da Aldeia
Irregularidades na dragagem do canal de acesso ao terminal Portuário da Ponta do Félix.	224	PRM/Paranaguá
Irregularidades no cadastramento e funcionamento da Marina dos Pescadores de Arraial do Cabo.	223	PRM/São Pedro da Aldeia
Irregularidades praticadas na construção de barracas na praia do	217	PR/CE

Futuro, em Fortaleza.		
Licenciamento da reforma da 4ª etapa da orla da praia da Atalaia em Aracaju.	226	PR/SE
Ocupações irregulares em praias marítimas, no Município de Barreiros.	219	PR/PE
Ocupações irregulares nas praias do Município de Saquarema.	208	PRM/Niterói
Projeto de abertura e revitalização de Avenida Beira Mar na praia de Itajuba, no Município de Barra Velha.	231	PRM/Joinville
Quiosque irregular na praia do Rio Grande, no Município de Torres.	223	PR/RS
Realização de evento esportivo na praia de Balneário Arroio do Silva.	231	PRM/Criciúma
Rebaixamento de pequena parte da areia da praia de São Francisco, visando obstar que os ventos "sudoeste" lancem grãos de areia no passeio público e nas pistas de rolamento.	229	PRM/Niterói

4.1.1.15 Outros 48

Assunto	Ata nº	Origem
Acompanhar o trâmite da ACP nº 89.0002693-3, em razão da possibilidade de celebração de TAC.	228	PRM/Joinville
Acordo de Cooperação Técnica entre o Ibama e a Semace para o estabelecimento de regras e condições de colaboração entre os dois órgãos, visando o licenciamento e a gestão compartilhada dos recursos florestais no Estado.	208	PR/CE
Acúmulo de mato e sujeira nos canteiros no Município de Parnaíba.	218 225	PR/PI
Animais (cachorros e vacas) perambulando pelos logradouros públicos, bem como lixo espalhado por calçadas e avenidas, no Município de Parnaíba.	218	PR/PI
Atividades criminosas ambientais contra a Amazônia brasileira.	226	PRM/Marabá
Autuação, pelo Ibama, do ente público e não do responsável pelo dano ambiental, ocorrido pelo corte de árvores na praça James Mellor.	213	PRM/Araçatuba
Averiguação da aplicação dos recursos do Plano de Assistência Social (PAS) pela Usina Costa Pinto S/A Açúcar e Álcool.	213	PRM/Piracicaba
Conduta do MAPA ao submeter à consulta pública o projeto de regulamentação da Lei Agrícola nº 9.712/98, que cria o Serviço Unificado de Assistência à Sanidade Agropecuária (SUASA).	220	PR/MG
Criação de parque temático na pedreira localizada na Estrada Geral da Silveira, no Município da Garopaba.	216	PR/SC
Crimes de ameaça e irregularidades cometidas pelo Ibama.	208	PR/AM
Deficiência estrutural, administrativa e de pessoal do escritório regional do Ibama em Paranaguá.	218	PR/PR
Denúncia de exclusão por assentado no Projeto de assentamento Boa Esperança, no Município de Piranajuba.	212	PR/GO
Destruição de uma gruta de pedra localizada em um terreno de propriedade particular, localizado na Costa da Lagoa, em Florianópolis.	215	PR/SC
Dificuldade na obtenção de licença para exportação de orquídeas junto ao Ibama.	223	PR/DF
Encaminha para conhecimento a Agenda Ambiental Portuária e o Plano de Ação Federal para Zona Costeira de 1998.	217	PR/CE
Erradicação de pomares de citros com plantio indevido de mudas	219	PR/SE

produzidas a céu aberto e com a presença de ácaro de leprose e outras pragas.		
Identificação e resolução das principais ações causadoras de danos ambientais ocorridos na área da Circunscrição Judiciária de Bagé, e a respectiva promoção de recuperação de áreas degradadas.	229	PRM/Bagé
Implantação do cadastro de entidades e projetos de relevância ambiental.	231	PR/GO
Improbidade administrativa por servidores do Ibama no curso do licenciamento ambiental do empreendimento AHE Corumbá IV.	225	PR/DF
Improbidade administrativa por servidor do Ibama pela autorização indevida para importação de pneumáticos usados.	226	PR/PR
Incompatibilidade na classificação da Mata Atlântica quanto à terra aproveitável ou inaproveitável entre os engenheiros agrônomos do Inbra e a Divisão de Ordenamento Fundiário do Instituto do Paraná.	208	PR/PR
Informações via e-mail de possível tentativa de privatização da floresta Amazônica brasileira por empresa dos Estados Unidos.	227	PR/DF
Irregularidade praticada pelo Ibama ao lavrar auto de infração em terreno que não seria mais de propriedade do particular.	217	PR/AM
Irregularidades administrativas, desvios financeiros, cumprimento de ordens ilegais e assédio moral ocorridos no âmbito do Ibama/DF.	226	PR/DF
Irregularidades contidas no Relatório Anual de Lavra (RAL) envolvendo a empresa Cooperminas, com relação ao repasse da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem).	224	PRM/Criciúma
Irregularidades em processo licitatório para contratar serviços de diagnóstico de áreas impactadas para atuação da Petrobras.	223	PR/RJ
Irregularidades na implantação e desenvolvimento do projeto denominado "Flores da Esperança de Canoas" praticado por agentes do Sebrae, referente ao manejo e comercialização de flores.	223	PR/AM
Irregularidades nos lixões municipais, danificações de árvores nos logradouros públicos e métodos de propaganda que implicam poluição sonora, no Município de Parnaíba.	212	PR/PI
Lesões as plantações no canteiro central da Avenida São Sebastião, assim como acúmulo de lixo e mutilação de árvores em áreas urbanas.	219	PR/PI
Lixo nas ruas, canteiros e praças na cidade de Parnaíba.	218	PR/PI
	220	
Normas sobre audiências públicas do Ibama, as quais não atendem os parâmetros adotados pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente de São José dos Campos – Comam.	218	PRM/São José dos Campos
Notícias jornalísticas acerca de delitos ambientais ocorridos em outubro de 1995, entre outros o desmatamento e a estocagem de cerca de dois mil metros cúbicos de lenha, e o aterro das margens do rio Moxotó.	228	PR/PE
Presença de menores e adultos praticando vadiagem e mendicância nas ruas de Parnaíba.	226	PR/PI
Realização anual do evento <i>Rally</i> Internacional dos Sertões, cujo roteiro inclui o Estado de Tocantins.	231	PR/TO
Realização de audiência pública objetivando firmar-se um pacto de governança, pró-desenvolvimento regional, integrado e sustentável.	218	PR/BA
Realização de <i>rally</i> , cujo roteiro inclui o Arroio do Chuí, Balneário Ermenegildo, Praia do Cassino, São José do Norte, Parna da Lagoa do Peixe, Estação Ecológica do Taim e área costeira até Porto Alegre.	231	PR/RS
Relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho da Amazônia (GTAm), a respeito da atuação de Organizações Não-Governamentais internacionais a serviço de países estrangeiros interessados na internacionalização da região Amazônica.	219	PR/PA
Reportagens referentes à degradação do meio ambiente, encaminhadas pela Sociedade de Amigos da Amazônia Brasileira -	228	PR/PA

SAMBRÁS à Procuradora da República no Rio Grande do Sul e posteriormente remetidos à Procuradoria Geral da República.		
Requisição de cópia do Código de Defesa do Meio Ambiente, aprovado pela Câmara Municipal de Carolina.	226	PRM/Imperatriz
Risco iminente da queda de uma árvore sobre residência, no bairro Santana.	219	PR/RS
Surtos, em especial, de cólera e dengue, causadas principalmente pela falta de saneamento básico em vários Municípios do Ceará.	207	PR/CE
TAC firmado entre o MPF e o Sindicato dos Pescadores de Tramandaí, referente a votação dos pescadores profissionais residentes na base territorial do sindicato.	223	PR/RS
Trabalho escravo em carvoarias do Município de Água Clara, sem licença ambiental.	229	PRM/Três Lagoas
Tráfico ilegal de animais e plantas silvestres, para o Estado da Paraíba.	212	PR/PB
Uniformização pelo Ibama na forma de preenchimento e instrução dos autos de infração nos municípios de abrangência da PRM do Rio Grande.	219	PRM/Rio Grande
Várias irregularidades, tais como, carros ocupando faixa de pedestres da BR 343; propagandas eleitorais realizadas com volume acima do permitido; cavaletes de propaganda política causando poluição visual e atrapalhando os pedestres, no Município de Parnaíba.	231	PR/PI

4.1.2 Patrimônio Cultural 135

4.1.2.1 Arqueológico 23

Assunto	Ata nº	Origem
Ausência de diagnóstico do potencial arqueológico no EIA/RIMA do gasoduto Gasfor II.	220	PR/CE
Avaliação dos sítios arqueológicos situados no Estado do Amazonas.	212	PR/AM
Construção de barragem comunitária com possível degradação de sítios arqueológicos no Distrito de Sítio Volta, no Município de Farias Brito.	212	PR/CE
Elaboração de Projeto de Prospecção Arqueológica com pouca qualidade técnica a ser apreciado pelo IPHAN na PCH Oliveira, no Município de Oliveira.	220	PR/MG
Estado de conservação do sítio arqueológico denominado Atibaia 1, no Município de Atibaia.	210	PR/SP
Estado de conservação do sítio arqueológico denominado Atibaia 2, no Município de Atibaia.	224	PRM/Bragança Paulista
Estado de conservação do sítio arqueológico denominado Atibaia 3, no Município de Atibaia.	221	PRM/Bragança Paulista
Estado de conservação do sítio arqueológico denominado Atibaia 4, no Município de Atibaia.	231	PRM/Bragança Paulista
Exploração de arqueologia subaquática, em sítio de naufrágio, na praia dos Ingleses, sem autorização competente.	211	PR/SC
Extração de areia em área com localização de sítios arqueológicos na Fazenda Formosa, localizada no Município de Paes.	218	PR/RS
Extração irregular de areia, afetando área com possível ocorrência de artefatos indígenas antigos, no Município de Maricá.	227	PRM/Niterói
Falta de conservação de sítios arqueológicos do Município de Caxias do Sul.	231	PRM/Caxias do Sul
Guarda definitiva de exemplares de fósseis de peixes originários do Museu de Paleontologia da Universidade Regional do Cariri – URCA, no Estado do Ceará.	211	PR/RJ
Intervenção em sítio arqueológico pelo Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Alto Rio Grande, localizado na Serra do Turvo, no Município de Andrelândia.	209	PR/MG
Licença ambiental para implantação de linha de transmissão na	220	PR/CE

região de Sobral, a fim de verificar se o estudo ambiental contemplou a proteção ao patrimônio arqueológico da região.		
Manifesto "Pró-Patrimônio Cultural Subaquático Brasileiro" do Centro de Estudos de Arqueologia Náutica e Subaquática – CEANS da Unicamp, acerca da possibilidade de ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade em face da Lei nº 10.166/00. Remessa ao PGR para conhecimento e providências que julgar necessárias.	213	PR/SC
Monitoramento dos sítios arqueológicos no entorno do reservatório da UHE Sérgio Motta de Porto Primavera.	216	PR/MS
Preservação de sítio arqueológico denominado "Caverna do Fazendão", localizado na região de Rio Claro, em razão de turismo indiscriminado.	208	PRM/Piracicaba
Projeto de investigação arqueológica da implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Bacia do Comércio – Gamboa.	227	PR/BA
Queimada próxima de sítios arqueológicos com pinturas rupestres nas localidades de Serra Nova, Serra Bonita e Esconde, no Município de São raimundo Nonato.	219	PR/PI
Realização do evento denominado "Travessia do Taim", em área com potencial arqueológico, no Município de Santa Vitória do Palmar.	229	PRM/Rio Grande
Sítio arqueológico contendo pintura rupestres, em gruta denominada "Lapa da Pintura Rupestre", no Município de Flores de Goiás.	228	PR/DF
Turismo científico tendo como uma das atrações achados arqueológicos, cujo acompanhamento que está cargo da Universidade Federal do Ceará (UFC) é questionado pelo IPHAN, no Município de Tauá.	218	PRM/Juazeiro do Norte

4.1.2.2 Arquitetônico e Paisagístico 41

Assunto	Ata nº	Origem
Acompanhamento das obras de recuperação da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, situada no Município de Angra dos Reis.	215	PR/RJ
Alienação de imóvel de propriedade da RFFSA, situado à rua Darcy Trajano nº 02, Governador Portela, no Município de Miguel Pereira.	226	PR/RJ
Colocação de faixa e letreiro em balcão superior do Restaurante Solar do Paraty, imóvel tombado, no Município de São Cristovão.	226	PR/SE
Contestação do IPHAN ao alvará de construção concedido pela Prefeitura Municipal à obra de ampliação de uma igreja evangélica em Paraty, em área tombada.	226	PRM/Angra dos Reis
Danos causados a imóvel tombado, localizado na Rua Efigênia nº 09, por má conservação de imóvel vizinho, de propriedade da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), na cidade de Ouro Preto.	226	PR/MG
Demolição de uma casa na Av. Presidente Vargas, nº 501, no Município de Rio Grande.	216	PRM/Rio Grande
Desabamento de imóvel, bem tombado, situado à rua Boa Vista, nº 23, Centro, no Município de Goiás.	229	PR/GO
Desabamento de parte de casarão colonial situado na rua Getúlio Vargas, nº 10, em Ouro Preto.	220	PR/MG
Descaracterização da Mansão Margarida Costa Pinto, localizada na Avenida 7 de Setembro, nº 381, em Salvador.	229	PR/BA
Desvio de recursos públicos destinados à restauração do Edifício Chanteclair, bem tombado.	227	PR/PE
Estado de conservação da capela do Senhor do Bonfim, localizada em Angra dos Reis.	207	PR/RJ
Estado de conservação da Igreja da Conceição e Boa Morte situada na rua do Rosário, s/nº, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro.	228	PR/RJ
Estado de conservação da Igreja da Ordem Terceira do Carmo, no Município de Cachoeira/BA, imóvel tombado pelo IPHAN.	218	PR/BA
Estado de conservação da Igreja e Residência de Nossa Senhora da Escada e imagem da virgem, bem tombado, no Município de	213	PRM/Guarulhos

Guararema.

Estado de Conservação da Igreja Nossa Senhora da Conceição, no Município de Viamão.	215	PR/RS
Estado de conservação de imóvel pertencente ao INSS, bem tombado, localizado na rua Consolação, nº 1075.	231	PR/SP
Estado de conservação do Forte Defensor Perpétuo, bem tombado, no Município de Paraty.	212	PR/RJ
Estado de conservação do imóvel localizado na Rua Aleijadinho, nº 88/90, no Bairro Antônio Dias, conhecido como "Casa do Aleijadinho", bem tombado.	207	PR/MG
Estado de conservação do monumento aos mortos da 2ª Guerra Mundial, localizado no Parque do Flamengo.	226	PR/RJ
Estado de conservação do prédio do Copacabana Palace Hotel, imóvel tombado.	223	PR/RJ
Estado de conservação do Solar dos Câmara, bem tombado e de propriedade do Estado do Rio Grande do Sul.	220	PR/RS
Estado de conservação e eventual processo de tombamento da estação Ferroviária do Patrimônio do Planalto e da Estação Ferroviária de Paranópolis, localizadas no Município de Andradina.	208	PRM/Araçatuba
Execução de obra, sem autorização do IPHAN, no Grande Hotel de Ouro Preto, localizado na rua Senador Rocha Lagoa, nº 664, em Ouro Preto.	208	PR/MG
Execução irregular de obra, sem apresentação do projeto pelo IPHAN, no Município de Sabará.	208	PR/MG
Festa de carnaval e festa do mar nas proximidades do Prédio da Alfândega, bem tombado.	216	PR/RS
Implementação de medidas destinadas a proteger a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, situada no Parque Histórico Nacional dos Guararapes, durante a Festa do Pitomba, no Município de Jaboatão dos Guararapes.	229	PR/PE
Instalação de pista de <i>motocross</i> em local com a presença de um sítio arqueológico.	213	PRM/Rio Grande
Intervenção irregular em imóvel localizado na Avenida Koeller, nº 99, bem tombado, sem autorização competente.	218	PRM/Petrópolis
Irregularidades na reforma da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, bem tombado, no Município de Viçosa.	221	PRM/Sobral
Obra irregular em casarão, imóvel tombado, situado à rua Benjamin Constant, nº 13, na cidade de Cachoeira, sem prévia autorização do IPHAN.	231	PR/BA
Obras irregulares em imóvel tombado no conjunto arquitetônico e urbanístico de São João Del Rey.	227	PR/MG
Obras irregulares em imóvel tombado pelo IPHAN, de propriedade da Universidade Federal de Ouro Preto, em Ouro Preto.	227	PR/MG
Obras realizadas, sem anuência do IPHAN, em imóvel localizado no bairro histórico de Paraty.	207	PR/RJ
Reforma do edifício da CEF, com destruição de obras de arte, vitrais e belas colunas, na cidade do Rio de Janeiro.	230	PR/RJ
Reforma e obras de demolição em imóvel localizado na rua Antônio Carlos Trindade Mello, nº 03, sem autorização do IPHAN, no Município de Cachoeira.	208	PR/BA
Restauração da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, localizada no Município de Cachoeira.	215	PR/BA
Restauração do imóvel denominado Casa Barison, bem tombado, no Município de Antônio Prado.	231	PRM/Caxias do Sul
Restauração do imóvel localizado na praça Ana Nery, nº 3, Largo da Palma.	231	PR/BA
Retitada de 80 (oitenta) postes de iluminação de ferro fundido dos jardins do Parque do Museu da República.	231	PR/RJ
Roubo de trilhos e demais peças da via permanente da RRFSA, ramal Cruzeiro/Três Corações.	219	PR/MG

Tombamento do conjunto ferroviário Leste brasileiro.	219	PR/SE
--	-----	-------

4.1.2.3 Bens Móveis 6

Assunto	Ata nº	Origem
Desrespeito ao Hino nacional em propaganda comercial televisiva de refrigerante.	225	PR/CE
Destruição das armas entregues na Campanha do desarmamento de forma indiscriminada, perdendo as de valor histórico que poderiam ser doadas para museus.	213	PR/SE
Leilão público de componentes de instalação física das subestações de Brotas, Rincão e Araraquara.	223	PRM/Araraquara
Não ostentação dos Símbolos Nacionais, entre os quais a Bandeira Nacional, pelos postos da Polícia Rodoviária Federal nos municípios jurisdicionados à 8ª e 17ª varas Federais.	216	PRM/Petrolina
Possível omissão do IPHAN pela comercialização irregular de bens protegidos por ato público em Minas Gerais.	221	PR/MG
Remessa à 2ª CCR.		
Recuperação de imagem sacra do Século XVIII, subtraída da capela de Nossa Senhora do Rosário, no Município de Pedro Leopoldo.	207	PR/MG

4.1.2.4 Documental 4

Assunto	Ata nº	Origem
Armazenamento do acervo da Biblioteca do Professor Américo Jacobina Lacombe em condições inadequadas.	220	PR/RJ
Preservação do acervo histórico, de material fotográfico e cinematográfico, que se encontram em diversos órgãos públicos, no Estado Ceará.	212	PR/CE
Publicação da obra literária "Os Sertões", pela Editora Nova Cultura Ltda., sem as devidas notas de rodapé contidas na versão original.	230	PR/RJ
Subtração de peças do acervo iconográfico do Arquivo Público Municipal.	229	PR/RJ

4.1.2.5 Imaterial 1

Assunto	Ata nº	Origem
Propaganda enganosa relativa ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, em sítio na internet.	231	PR/RJ

4.1.2.6 Populações Tradicionais 1

Assunto	Ata nº	Origem
Implementação de estrada no Sítio Histórico Kalunga atingindo a identificação e registro dos materiais remanescentes dos antigos quilombos.	216	PR/GO

4.1.2.7 Sítios e Conjuntos Urbanos 49

Assunto	Ata nº	Origem
Acompanhar o cumprimento do TAC firmado entre a PR/PE, o Município de Olinda e o IPHAN, com vistas a resguardar o patrimônio histórico da mencionada citada, no período das festividades carnavalescas.	227	PR/PE
Adequação às especificações recomendadas em parecer do Instituto de Arquitetos do Brasil e em laudo técnico de perito contratado pelo MPF do projeto arquitetônico do Edifício Porto XXI <i>apart service</i> , situado na avenida Sete de Setembro, na Ladeira da barra, nas	222	PR/BA

proximidades dos bens tombados do Outeiro e da Igreja de Santo Antônio da Barra. TAC.		
Alienação de terreno pela Rede Ferroviária Federal (RFFSA), no Município de Carazinho.	211	PRM/Carazinho
Alteração da fachada do Edifício Luciano Costa, que integra o Conjunto Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife.	221	PR/PE
Apuração de responsabilidade pelo incêndio ocorrido no Hotel Pilão, casarão antigo, localizado na Praça Tiradentes, bem como acompanhamento das medidas de recomposição do conjunto arquitetônico tombado de Ouro Preto.	213	PR/MG
Asfaltamento das ruas do entorno do Mercado Municipal e da Biblioteca Pública de Rio Grande.	219	PRM/Rio Grande
Concessão de denominação com nomes de pessoas aos edifícios do complexo cultural da Praça dos Três Poderes em Brasília.	207	PR/DF
Construção de banca de revista no entorno do Centro Histórico de Pirenópolis, área tombada, sem autorização do IPHAN.	207	PR/GO
Construção de entreposto de pesca na Praça Visconde de Porto Seguro, área tombada, sem autorização do IPHAN. TAC.	208	PRM/Ilhéus
Construção de prédio em área em processo de tombamento.	227	PR/MG
Construção de uma torre de telefonia celular no imóvel nº 185, à Rua Alto do Rosário, Bonsucesso, em Olinda, sem autorização da Prefeitura e do IPHAN, comprometendo a visão da cidade.	231	PR/PE
Construção do Parque Temático Memorial da Época do Descobrimento, na orla norte do Município de Porto Seguro.	215	PR/BA
Construção irregular em frente à Igreja dos Prazeres, no centro histórico de Aracati.	230	PRM/Limoeiro do Norte
Construções de marquises no primeiro andar em prédios em superquadras da Asa Norte de Brasília, sem autorização do IPHAN.	207	PR/DF
Construções no entorno imediato da antiga Estação Ferroviária, com taxa de ocupação superior à estabelecida pelo IPHAN, no Município de São João Del Rei.	208	PR/MG
Demolição irregular no muro em balaustrada delimitador da antiga Esplanada Ferroviária, no pátio ferroviário de Caruaru.	218	PRM/Caruaru
Descumprimento de Parecer de IPHAN, no qual embargava a realização de obras em área adjacente a imóvel tombado pela União.	228	PR/PA
Desdobramento do imóvel Instituto Hilton Rocha, localizado na Serra do Curral, em localidade tombada.	209	PR/MG
Edificação em local de imóvel tombado atendendo ao TAC firmado, afim de que a edificação atendessem às determinações do IPHAN, harmonizando-se com as demais estruturas em seu entorno, no Município de São João Del Rei.	220	PR/MG
Erradicação de armazém localizado na estação ferroviária principal da cidade de Pesqueira, de grande valor histórico.	225	PR/PE
Festa de carnaval e festa do mar nas proximidades do Prédio da Alfândega, bem tombado.	216	PR/RS
Fixação de antena parabólica ou similar, sem autorização, na rua Imperatriz, nº 327, imóvel que integra área de tombamento da cidade de Petrópolis. TAC.	221	PRM/Petrópolis
Impacto aos imóveis tombados pela poluição sonora na Cidade de Pirenópolis.	225	PR/GO
Impactos negativos do carnaval de 2006 e sugestões para os festejos de 2007, no Município de Goiás.	231	PR/GO
Informações sobre o estado de conservação de alguns imóveis que fazem parte da história do Município de Rio Grande, tombados ou não, para posterior atuação do MPF em procedimentos específicos.	219	PRM/Rio Grande
Instalação de antena parabólica ou similar, em bem tombado, localizado na rua Imperatriz, nº 37, que integra a área de tombamento da cidade de Petrópolis.	221	PRM/Petrópolis

Instalação de palco em imóvel situado na rua Prudente de Moraes, nº 313, alugado pela Antártica, para realização de shows no período do carnaval, em Olinda.	228	PR/PE
Instalação de torre de comunicação no entorno da Igreja Nossa Senhora da Conceição, bem tombado, no Município de Viamão.	229	PR/RS
Instalação de uma torre de telefonia fixa comprometendo a visibilidade da capela de São José do Jenipapo, no Município de Castro Alves.	218	PRM/Feira de Santana
Instalação e ampliação de <i>trailer</i> no entorno de área integrante do conjunto arquitetônico e paisagístico tombado, no Município de Ouro Preto.	223	PR/MG
Irregularidades na montagem de quatro estandes em área tombada na Praia do Forte para o evento "Cabofolia", sem autorização do IPHAN.	226	PRM/São Pedro da Aldeia
Lesão às normas de preservação relativas ao deslocamento de via de acesso principal para atendimento à construção de blocos na SQS 112, em Brasília.	217	PR/DF
Medidas destinadas a proteger os monumentos históricos durante o período carnavalesco no Município de Igarassu. TAC.	228 (2)	PR/PE
Modificação em imóvel localizado no entorno do conjunto tombado de Paraty, sem autorização do IPHAN.	229	PRM/Angra dos Reis
Obra em imóvel situado na rua Padre Rolim, nº 1565, bairro de São Cristovão, em Ouro Preto, sem autorização do IPHAN.	215	PR/MG
Obra irregular na parte urbana da cidade tombada e no entorno da Igreja santíssima Trindade, na região denominada Cacheu, no Município de Tiradentes.	215	PR/MG
Obras em área tombada, em desacordo ao projeto aprovado pelo IPHAN, pela Prefeitura Municipal de Porto Seguro. Remessa à 2ª CCR.	220	PRM/Ilhéus
Obras irregulares no imóvel localizado à rua Carmo, nº 205, no Município de Sabará, sem autorização do IPHAN, comprometendo a visibilidade do Passo do Carmo, bem tombado.	227	PR/MG
Obras nas adjacências da Igreja de Nossa Senhora das Mercês, bem tombado, sem autorização do IPHAN, no Município de Sabará.	210	PR/MG
Preservação de imóvel situado na Av. Boulevard Castilho França s/nº, de propriedade do SESC, situado em área de entorno de bens tombados pelo IPHAN.	228	PR/PA
Projeto de alteração dos prédios públicos da Praça da Liberdade, transformando-os em Centro Cultural, corredor cultural da Praça da Liberdade, em razão da criação de novo Centro Administrativo Estadual em Belo Horizonte.	225	PR/MG
Projeto de construção de um conjunto habitacional, localizado no bairro do Ipiranga, nas proximidades do Museu Ipiranga em São Paulo.	229	PR/SP
Projeto de pavimentação da Praça Xavier Ferreira, sem autorização do IPHAN.	207	PRM/Rio Grande
Projeto de reforma da Lei Orgânica do Município de Manaus (Lomam), comprometendo a preservação do centro histórico da cidade.	219	PR/AM
Realização de obras irregulares em imóveis integrantes do sítio histórico de Icó, descaracterizando os bens tombados pelo IPHAN.	220	PRM/Limoeiro do Norte
Restauração de edificações integrantes da imigração italiana no Brasil, denominado projeto "Colorir o Patrimônio", localizado na cidade de Antônio Prado.	231	PRM/Caxias dos Sul
Tombamento de monumentos, pelo IPHAN, nos Municípios de Volta Redonda, Barra Mansa e Pinheiral, no Estado do Rio de Janeiro.	230	PR/RJ
Utilização irregular da Bica dos Quatro Cantos como suporte para cabines sanitárias, no período do carnaval, no Município de Olinda.	226	PR/PE

4.1.2.8 Outros10

Assunto	Ata nº	Origem
Acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais a edificações ou sítios urbanos, naturais ou arqueológicos, que integrem ou guardem bens do patrimônio cultural brasileiro.	226	PRM/Rio Grande
Concretização do "Projeto Patrimônio Cultural" na área de atuação da PRM.	215	PRM/Rio Grande
Descumprimento da "cota tela" referente ao período de 1998/1999, estabelecida pela Lei nº 8.401/92.	230	PR/RJ
Estado de conservação do prédio da Escola Liceu de Parnaíba, bem como infrações do Código de Trânsito Brasileiro nas imediações da citada escola.	219	PR/PI
Remessa dos autos ao MPE.		
Exclusão do livro "O mostro" de Sérgio Sant'Anna como leitura obrigatória para os processos seletivos da Universidade Federal de Uberlândia.	225	PR/MG
Irregularidades em contratação de pessoal pela Fundação da Biblioteca Nacional.	219	PR/RJ
Irregularidades na administração dos bens da Associação Portuguesa de Desportos, entre os anos de 1994 a 2006.	218	PR/SP
Levantamento das empresas e filiais exibidoras de audiovisuais que não atenderam a "cota tela" referente ao período de 1998/1999, estabelecida pela Lei nº 8.401/92.	220	PRM/Guaratinguetá
Risco de incêndio no prédio da Câmara Municipal de Cascavel, bem não tombado, por inobservância as regras de preservação a incêndio	217	PR/CE
Supostos crimes e atos de improbidade por servidor do IPHAN.	218	PR/GO

4.2 PROCEDIMENTOS CONVERTIDOS EM DILIGÊNCIAS 195

4.2.1 Ao Conselho Institucional do Ministério Público Federal 1

Assunto	Ata nº	Origem
Acompanhar execução da sentença da 9ª Vara Federal que condenou o Ibama fazer reposição florestal através do projeto de reflorestamento nas áreas atingidas pela exploração econômica de espécies pertencentes ao ecossistema Pernanbucano.	228	PR/PE

4.2.2 Aos Ministérios Públicos Estaduais 15

Assunto	Ata nº	Origem
Construção de estábulo e um bananeiral em APP, nas margens do Açude São Mateus, Município de Canindé.	230	PR/CE
Exploração por estabelecimentos comerciais da Lagoa da Banana, localizada no Município de Caucaia.	231	PR/CE
Transtornos aos moradores de área próxima às obras do Metrô de Fortaleza.	230	PR/CE
Turismo desordenado na localidade denominada "Barra do Cauípe", causando poluição na Lagoa do Banana, no Município de Caucaia.	228	PR/CE
Escória jogada para evitar lamaçais em área de manguezal, localizada no ponto final da linha 112 da Viação Tabuazeiro, no bairro de Maria Ortiz.	217	PR/ES
Irregularidades na expedição de certidões de Propriedades e ônus de lotes localizados no Caçote, bairro de Areias, para fins de instrução de Ações de Usucapião.	223	PR/PE
Danos aos bens públicos na cidade de Parnaíba, bem como infrações de trânsito.	226	PR/PI
Possíveis crimes contra o consumidor e o meio ambiente no Município	227	PR/PI

de Parnaíba.

Poluição sonora e retirada de árvores de residência particular durante procissões religiosas, no Município de Parnaíba.	229	PR/PI
Guarda doméstica de animais silvestres.	231	PR/RJ
Depósito de resíduos de minérios em área residencial urbana, no Município de Divinópolis.	243	PRM/Divinópolis
Funcionamento do posto de gasolina Vagalume Ltda., sem autorização dos órgãos competentes, no Município de Magé.	226	PRM/São Gonçalo
Estado de conservação das construções históricas localizadas no Município de Marataízes, conhecidas como "Trapiche" e "Palácio das Águias".	218	PRM/Cachoeiro de Itapemirim
Utilização de resíduos industriais na formulação de micronutrientes pela empresa Bolibor Indústria e Comércio Ltda., com sede no Município de Bariri.	231	PRM/Jaú
Construção de viaduto em área onde existe fonte de água natural, nas proximidades da Univille, em São Bento do Sul.	231	PRM/Mafra
Estado de conservação de casarões antigos com características luso-brasileiras e do início da colonização que estariam em ruínas no Municípios de Vale Verde e Vera Cruz.	229	PRM/Santa Cruz do Sul

4.2.3 Às Procuradorias da República nos Estados e no DF 83

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Utilização de substância química, voltado para o combate ao mosquito transmissor da malária, sendo poluente e tóxica, e ainda, ineficaz no combate desse vetor.	Esclarecimento junto aos órgãos ambientais competentes das questões levantadas na IT nº 197/07.	210	PR/AC
Desmatamento ultrapassando os limites autorizados no projeto de assentamentolicenciamento ambiental para da localidade de Anaurerapucu, no Município de Santana.	Apurar se houve o projeto e se foi de forma regular.	217	PR/AP
Pesca predatória ilegal na Reserva Biológica do Lago Piratuba.	A fim de informar a situação da área degradada.	225	PR/AP
Importação de pneus usados no Estado da Bahia.	Oficiar os Órgãos competentes com vistas a constatar a veracidade das alegações da empresa Pirreli Pneus S/A quanto a importação de pneus usados.	230	PR/BA
Acomodação inadequada de leões pertencentes ao circo Transcontinental, devido a falta de jaula própria.	Expedir ofício ao Ibama, requisitando informações acerca da situação em que se encontram os animais em questão.	216	PR/CE
Aterro no leito do rio Ceará, localizado ao longo da Avenida Radialista José Lima Verde, no bairro Barra do Ceará.	1) Realização de nova vistoria pela Semace a fim de verificar a atual situação do local; 2) Persistindo a presença de entulho no local, que sejam estes retirados pelo(s) responsável (is); 3) Em havendo danos ao meio ambiente, que sejam tomadas as	223	PR/CE

	medidas cabíveis objetivando sua recuperação, por exemplo, através da realização de TAC.		
Atividades britadeira, em qualquer horário, inclusive, no período noturno, pelas empresas Kibrita e Nordemix, localizadas na estrada Cofeco, no bairro de Magabeira, no Município de Eusébio.	Para que seja solicitado aos órgãos competentes que promovam nova inspeção na localidade objeto da representação, a fim de se apurar a regularidade da situação, bem como, se for o caso, sejam tomadas medidas para interdição do empreendimento.	227	PR/CE
Comercialização de 19,0 kg de lagostas de tamanho inferior ao permitido em lei.	Para que seja verificado o pagamento da multa imposta pelo Ibama e, em caso negativo, para que seja firmado TAC para cumprir medida equivalente.	231	PR/CE
Comercialização de 8 lagostas, abaixo do tamanho permitido por lei.	Para que seja verificado o pagamento da multa administrativa e, caso não tenha sido paga, seja firmado TAC prevendo medida compensatória em valor correspondente ao da multa cominada.	223	PR/CE
Comercialização de espécimes provenientes de pesca proibida, de tamanho inferior ao permitido em lei, por particular.	Para que, ao menos, se certifique do cumprimento da multa imposta pelo Ibama e, em caso negativo, firme TAC para cumprir medida equivalente.	229 (2)	PR/CE
Comercialização de espécimes provenientes da pesca proibida no montante de quatro lagostas em tamanho inferior ao permitido por lei.	Para que seja cobrado dos órgãos ambientais a necessária fiscalização e autuação dos restaurantes que consomem tais produtos irregulares, verdadeiros instigadores da pesca irregular.	226	PR/CE
Comercialização de lagosta de tamanho inferior ao permitido, por restaurante na praia de Iracema, em Fortaleza.	Para as medidas cabíveis que desestimulem a reiteração da prática do fato, donde faz-se necessárias as providências cíveis e penais correspondentes.	218	PR/CE
Construção de dique e desmatamento de mangue em Salina Nazaré, no Município de Icapuí.	Realização de vistoria da área pelo Ibama ou pela Semace para verificar a sua atual situação, objetivando subsidiar o Procurador da República que oficia o PA.	216	PR/CE

Construção irregular de unidades habitacionais em APP, próxima à Lagoa do Porangabuçu.	Realização de diligências que se fizerem necessárias.	207	PR/CE
Construções de barracas de praia, cujo material utilizado incluía areia retirada das próprias falésias, nas praias de Quixadá e Mojorlândia.	Prosseguimento do feito e realização das diligências necessárias.	207	PR/CE
Construções irregulares atingindo o conjunto do Açude do Cedro, tombada pelo IPHAN, em Quixadá.	Para que: a) seja verificada a situação atual e as medidas tomadas pelos órgãos públicos no que diz respeito às construções irregulares na área do Açude do Cedro e b) sejam remetidos ofícios aos IPHAN, Secretaria Estadual da Cultura e Prefeitura de Quixadá para que informem sobre medidas adotadas em relação às construções irregulares na área Tombada. De posse de tais informações, poderá o órgão ministerial decidir, de forma fundamentada, pela conveniência de adoção de medidas no âmbito de suas atribuições.	224	PR/CE
Contaminação da água para consumo humano em barracas localizadas na praia do Futuro.	Para as providências cabíveis.	218	PR/CE
Descumprimento por parte do Banco Bradesco S/A, da Lei Federal nº 10.413/02, que determina que os bens culturais móveis e imóveis, assim definidos no art. 1º do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, serão tombados e desincorporados do patrimônio das empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização, passando a integrar o acervo histórico e artístico da União.	Para que o IPHAN analise a importância cultural dos bens.	225	PR/CE
Desmatamento e ocupação de APP no conjunto Alto Alegre, no ano de 1998.	Apurar a atual situação da área, bem como promovida eventuais providências, se for o caso.	225	PR/CE
Despejo de efluente industrial no leito do rio Maranguapinho.	Atualização da situação ambiental.	209	PR/CE
Destruição de floresta de preservação permanente na APA de Baturité pela Companhia Energética do Ceará (Coelce), sem autorização do Órgão competente.	Verificação se a Coelce recuperou a área, conforme o TAC.	207	PR/CE
Desvio do leito de um riacho para obras de drenagem, sem o devido licenciamento ambiental, em Fortaleza.	Remessa ao Ministério Público Estadual.	216	PR/CE
Escavações para retirada de areia, bem	Sejam tomadas as medidas que entender cabíveis.	214	PR/CE

como descarregamento de esgotos por caminhões limpa-fossa, além da presença de óleo e lixo, às margens do rio Cocó.			
Invasão de areia das dunas da Barra do Ceará, atingindo residências da região.	Para as providências Cabíveis.	224	PR/CE
Irregularidades ambientais em Unidade Operacional responsável por manutenção e gestão de uso de equipamentos de aplicação de inseticidas para aplicação em Ultra Baixo Volume – UBV, localizada no município de Eusébio, a princípio, sob responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde – Funasa.	Para que seja solicitado aos órgãos competentes que promovam nova inspeção na Unidade de UBV, a fim de se apurar a regularidade da situação.	223	PR/CE
Matéria jornalística denunciando poluição da lagoa de Itaperoaba, bem como sua privatização.	Para emissão de novos ofícios à CAGECE e a Prefeitura de Fortaleza objetivando prestarem os devidos esclarecimentos acerca da matéria e tomarem as medidas cabíveis.	217	PR/CE
Notícia jornalística referente à transformação da Barra do Cauípe, onde se localiza a Lagoa do Banana, em centro de convergência turística.	Sejam tomadas as medidas que entender cabíveis.	214	PR/CE
Notícia jornalística versando sobre a retirada de água dos reservatórios de lagoas de Fortaleza e região Metropolitana, causando rebaixamento do nível do espelho d'água.	Informe acerca Da atual situação da área degradada.	217	PR/CE
Ocupação e edificação irregulares de área de dunas da Barra do Ceará, praia das Goiabeiras, em Fortaleza.	Esclarecimentos sobre as providências tomadas.	216	PR/CE
Projeto de criação de Unidade de Conservação pela Prefeitura de Fortaleza, área de propriedade da EBCT.	Oficiar a SPU no Estado depara que se manifeste acerca de interesse ambiental federal na área em comento.	228	PR/CE
Projeto de recuperação para conter o avanço do mar na praia de Caponga e da área perdida pela erosão marinha, no Município de Cascavel.	Informar a 4ª CCR sobre dados faltam quanto à recuperação da degradação ambiental.	207	PR/CE
Riscos de explosão de caldeira e poluição pelo funcionamento da fábrica Machado de Araújo.	Solicitação de informações à PR/CE, bem como aos órgãos de fiscalização.	216	PR/CE
TAC a ser firmado entre o MPF, o Ibama e o Criadouro Conservacionista Chico Mendes (antigo Miguel Dias), para fins de destinação de animais não ameaçados de extinção.	Conhecimento das ITs nºs 17 e 39 – 4ª CCR.	211	PR/CE
Criação de duas Reservas Extrativistas: Resex Recanto das Araras de Terra Ronca, em São Domingos e Resex Lago do Cedro, em Aruanã.	Para diligência.	220	PR/DF

TAC referente à ocupação irregular por quiosqueiros, bares similares na orla do Centro de Guarapari.	Complementação do TAC.	208	PR/ES
Desmatamento na região da APA do Descoberto, no assentamento Vereda I no Município de Padre Bernardo.	Para que o INCRA e o Ibama realizem vistoria no local com a identificação dos responsáveis.	230	PR/GO
Construção irregular de Condomínio denominado Caribbean Residence, na Avenida dos Holandeses, atingindo área de dunas sujeita a regime de preservação permanente, em São Luís.	Elaboração de novo TAC, se necessário, a fim de que sejam sanadas as questões demencionadas na IT 271/2006 – 4ª CCR.	211	PR/MA
Extensão dos efeitos do TAC firmado com o objetivo de evitar o loteamento e a construção em áreas de dunas e restinga na cidade de São Luís.	Contatar os órgãos competentes para tratar das edificações, e caso seja necessário, estender a possibilidade de realização de TAC com o requerente.	217	PR/MA
TAC firmado entre o MPF, IPHAN e comerciantes que ocupam o imóvel do Hotel Ribamar, bem tombado, situado na praça João Lisboa.	Inclusão no TAC dos itens apresentados pela Análise Técnica da 4ª CCR.	208	PR/MA
Alienação irregular da portada da Igreja Bom Jesus de Matosinhos, bem tombado, localizada em São João Del Rei.	Para diligência necessárias para à recuperação e conservação do bem.	217	PR/MG
Aterramento e deposição de rejeitos de pedras e edificações em APP, às margens da Lagoa do Sumidouro, área inserida na APA Carste da Lagoa Santa, no Município de Pedro Leopoldo.	Recuperação ambiental da área degradada e esclarecimentos quanto às contradições verificadas no último relatório do Ibama.	211	PR/MG
Atividade irregular de atividade garimpeira, às margens do rio Pardo Pequeno, na localidade de mendes, em Diamantina.	Seja celebrado novo TAC com o proprietário atual da área, de forma a possibilitar a efetiva recuperação do local, que se encontra em APP.	226	PR/MG
Extração irregular de ouro no local denominado "Fazenda Bexiguento", zona rural do Município de Barra Longa.	Reparação dos danos ambientais.	221	PR/MG
Irregularidades em edificações realizadas no conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Ouro Preto.	Atualização das informações e as eventuais irregularidades que sejam adotados os meios de proteção ao patrimônio cultural brasileiro.	228	PR/MG
Proibição ou restrição da pesca indiscriminada no lago da UHE da Emborcação.	Sejam tomadas às Medidas necessárias, no âmbito das atribuições do Ministério Público, a respeito da prática de pesca predatória no lago da UHE da Emborcação.	226	PR/MG
Queima não autorizada de pastagem na APA da Serra da Mantiqueira. TAC.	Sejam tomadas as medidas pertinentes à averbação da reserva legal.	207	PR/MG
Terraplanagem para abertura de estrada	Para que seja	217	PR/MG

no interior da APA da Serra da Mantiqueira e no entorno do Parna do Itatiaia.	providenciada averbação da reserva legal.		
Irregularidades na aprovação do Plano de Manejo Florestal Sustentável para extração de madeira, no Município de Portel.	Para diligências.	216	PR/PA
Transferência do local do evento <i>Jampaindoor</i> , a ser realizado em APP.	Para ciência das partes.	217	PR/PB
Aterramento de mangue, derrubada de mata protegida pelo Ibama e venda de lotes, no bairro de Imbiribeira, em Recife.	Esclarecer a atuação do MPE.	220	PR/PE
Atracação de jangadas e visitação turística nos recifes de coral de Porto de Galinhas, no Município de Ipojuca.	Realização de nova análise do local, mediante o mergulho e a especificação dos indicadores que informem o grau de sanidade do recife coralíneo, bem como o gerenciamento do uso da área pelos órgãos envolvidos.	221	PR/PE
Devastação da mata na ilha Tiriri.	Para oficial o Ibama/PE.	211	PR/PE
Implantação de assentamento de famílias carentes no Município de Abreu e Lima, adjacente a Reserva Ecológica Caetés.	Verificar em que condições se encontra a Reserva Ecológica, em face do assentamento, bem como a necessidade ou não de outras providências por parte do <i>parquet</i> .	229	PR/PE
Implementação do Parque Memorial ArcoVerde, com ocorrência de aterramento de área de mangue.	Suprir as considerações técnicas referidas.	225	PR/PE
Introdução de espécie arbórea exótica ao bioma local de Mata Atlântica, no Município de Sirinhaém.	Elaboração de laudo pericial, por perito com formação em biologia ou engenharia florestal, na totalidade da área pertencente à Usina Trapiche, a fim de determinar os impactos ambientais negativos observados e demais considerações que julgar pertinentes. E havendo danos ambientais, atuar no sentido de recuperar a área, responsabilizando, se for o caso, a proprietária.	225	PR/PE
Licenciamento de píer de passageiros e de cais na baía de Santo Antônio, sem o devido EIA, em Fernando de Noronha.	Esclarecimentos as questões levantadas na IT 23/2008 – 4ª CCR.	211	PR/PE
Notícia jornalística acerca do uso indiscriminado de agrotóxicos e de suas consequências na saúde dos trabalhadores.	Seja esclarecido quais as providências adotadas em face da recomendação efetuada.	231	PR/PE
Poluição no rio Capibaribe, predominantemente por plástico.	Verificar o estado atual do rio para fins de reparação do dano ambiental, independentemente de possíveis crimes estarem	225	PR/PE

	prescritos, para que se procedam às diligências necessárias.		
Recebimento e armazenamento de lenha proveniente de Mata Atlântica sem ATPF (Autorização de Transporte de Produto Florestal) ⁽¹⁾ .	Objetivando assegurar o alcance do seu escopo, ou do contrário, adoção de outras medidas.	213	PR/PE
Uso indiscriminado de agrotóxico <i>Tamaron</i> .	Oficiar o Departamento de Toxicologia da Anvisa, para que informe sobre a situação do agrotóxico em questão.	219	PR/PE
Aterro em área de mangue e beira de rio, APP, na Vila São Jorge em Paranaguá, sem autorização do órgão ambiental competente.	Para que se efetive a preservação ambiental eficaz e temporalmente adequada, com a recuperação das áreas degradadas e adoção das medidas previstas no art. 4º da Resolução nº 87/2006 do CSMFP.	229	PR/PR
Atividade minerária irregular no Município de Santo Antônio de Pádua.	Propositura de Ação Civil Pública.	216	PR/RJ
Construções em APP, lançamento de esgoto e de lixo, além de privatização de parcela de praias.	Recuperação dos danos ambientais constatados.	211	PR/RJ
Incêndios e atropelamentos da fauna silvestre na Rebio da União.	Esclarecimentos sobre as medidas adotadas objetivando à proteção da fauna silvestre.	210	PR/RJ
Irregularidades na ocupação do entorno da Igreja de Nossa Senhora da Lapa da Boa Morte e necessidade de reparação em suas instalações.	Emissão de novos ofícios à municipalidade de Angra dos Reis e ao IPHAN local, objetivando prestarem os devidos esclarecimentos acerca da matéria.	210	PR/RJ
Irregularidades nas galerias de águas pluviais da bacia hidrográfica da baixada de Jacarepaguá.	Para prosseguimento.	226	PR/RJ
Ligações clandestinas de esgoto nas redes de água pluvial na baixada de Jacarepaguá.	Para diligências necessárias a impedir lançamento de esgoto <i>in natura</i> na rede de águas pluviais, promovendo a reponsabilização daqueles que de alguma forma concorreram para a prática delituosa.	218	PR/RJ
Invasões por particulares da área que abrange o Cemitério da Candelária, bem tombado, no Município de Porto Velho.	Adoção das medidas cabíveis na proteção e preservação das áreas discriminadas na Portaria nº 231/07, do IPHAN.	229	PR/RO
Concessão de assentamento pelo INCRA, na localidade denominada ilha São Bento do Surrão, no Município do Cantá.	Realização de nova vistoria consoante à IT 043/08 – 4ª CCR, para tal a 4ª CCR enviará equipe para auxiliar.	213	PR/RR

Irregularidades nos critérios utilizados pela Prefeitura de Capão da Canoa para permissão de uso de terrenos na instalação de quiosques à beira-mar. Para informações quanto ao cumprimento do TAC. 231 PR/RS

Construção irregular e privatização de praia, no bairro Saco dos Limões. Para diligências cabíveis. 218 PR/SC

Corte de vegetação de mangue para construção de passarelas de acesso ao mar, em Cachoeira do Bom Jesus. Para providências adicionais. 212 PR/SC

Representação de Procurador da República no Estado de Santa Catarina de como proceder ante o despacho proferido por Procuradora da República no mesmo estado nos autos do Processo Administrativo 2255/03. O Procurador-Chefe informe sobre as atribuições nos períodos de: dezembro/2003; em setembro de 2006; e no presente momento. 211 PR/SC

Edificações irregulares em área de preservação ambiental. Para que sejam novamente oficiados os órgãos competentes, com cópias da representação, para fim de que efetivamente se manifestem a respeito dos fatos alegados. 228 PR/SE

Minuta de TAC a ser firmado entre o MPF, Ministério da Previdência Social, INSS, Município de São Paulo e pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, objetivando a implementação de saneamento básico adequado à favela formada no imóvel de propriedade do INSS. Inclusão no TAC dos requisitos apresentados pela Análise Jurídica da 4ª CCR na IT nº 226/07. 208 PR/SP

Edificações irregulares na Ilha do Foice/Facão, localizado no rio Tocantins, entre Palmas e Porto Nacional. Que sejam feitas as devidas tratativas com o Ibama a fim de imedir ou minimizar o acúmulo de lixo na referida Ilha. 229 PR/TO

(1) Extinta em 2006 e substituída pelo Documento de Origem florestal (DOF).

4.2.4 Às Procuradorias da República nos Municípios 51

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Armazenamento de madeira nativa serrada sem autorização.	Providências cabíveis.	220	PRM/Angra dos Reis
Irregularidade na duplicação da rodovia BR-376.	Prosseguimento do feito.	219	PRM/Apucarana
Extração irregular de saibro e cascalho no Município de Gaspar.	Para que seja elaborado um TAC com a empresa responsável, especificando o valor e compromisso, com cláusula prevendo a impossibilidade de concessão de nova licença ao empreendedor, com o descumprimento.	224	PRM/Blumenau
TAC a ser firmado entre o MPF, o Departamento Nacional de Produção	Ajustes ao TAC com base na proposta	214	PRM/Campinas

Mineral – DNPM e a Construtora Cowan Ltda., objetivando a recuperação ambiental de área degradada por atividade mineradora, realizada pela Construtora Cowan Ltda, na região da Fazenda Santana da Lapa.	das ITs 138/08-4ª CCR e 142/08-4ª CCR.		
Aterro às margens de corpo hídrico, canal da Cehab, em São João da Barra.	Para providências quanto ao dano ambiental.	230	PRM/Campos dos Goytacazes
Demarcação indevida, que inclui APP, no assentamento denominado Zumbi dos Palmares.	Recuperação ou compensação dos danos ambientais observados, promovendo-se a responsabilização dos agentes que a eles deram causa, na forma da legislação em vigor.	218	PRM/Campos dos Goytacazes
Projeto de urbanização (construção de quiosques, sanitários públicos e urbanização) às margens do rio Paraíbabem tombado”, bem como se do Sul, no entorno da Casa de Câmara e Cadeia, bem tombado, no Município de São João da Barra.	Informar sobre o P. ^a que visa a “manutenção do e possui o mesmo objeto que o presente P.A.	224	PRM/Campos dos Goytacazes
Supressão de vegetação de restinga para introdução de coqueiros na Fazenda da Ribeira, no Município de Quissamã.	Para redistribuição objetivando verificação da situação atual da área degradada por meio de vistoria in loco por peritos do Ibama ou por analistas ambientais do MPF. Bem como, que seja firmado o TAC.	218	PRM/Campos dos Goytacazes
Extração de argila às margens do rio Uruguai, em APP. TAC.	Acompanhamento do cumprimento do TAC.	243	PRM/Carazinho
Extração irregular de basalto em propriedade particular em Linha Nova Turvo, no Município de Protásio Alves. TAC.	Prosseguimento do feito, a fim de que seja expedida recomendação ao DNPM/SC, para que passe a exigir o licenciamento ambiental prévio às outorgas de autorização de pesquisa ou de permissão/concessão de lavra.	212	PRM/Caxias do Sul
Extração irregular de basalto em propriedade particular no Município de Antônio Prado. TAC.	Prosseguimento do feito, a fim de que seja expedida recomendação ao DNPM/SC, para que passe a exigir o licenciamento ambiental prévio às outorgas de autorização de pesquisa ou de permissão/concessão de lavra.	212	PRM/Caxias do Sul
Extração irregular de basalto em propriedade particular, no Município de Ipê.	Verificar se houve cumprimento da transação penal, estando a área recuperada.	218	PRM/Caxias do Sul
TAC firmado entre o MPF e o Sr. Artur Viapiana, referente a extração irregular de basalto em sua propriedade, no	Acompanhar a execução e recomendar aos órgãos competentes somente	212	PRM/Caxias do Sul

Município de Antônio Prado.	fornecer a concessão mineral após o licenciamento ambiental prévio.		
Licenciamento ambiental das atividades de extração de seixos na sub-bacia do rio Manoel Alves.	Prosseguimento do feito, a fim de que seja expedida recomendação ao DNPM/SC, para que passe a exigir o licenciamento ambiental prévio às outorgas de autorização de pesquisa ou de permissão/concessão de lavra.	212	PRM/Criciúma
Construção e funcionamento da UHE Aimorés.	Intimar o Sr. Paulo Roberto Folleto sobre a promoção de arquivamento para, querendo, intepor recurso.	218	PRM/Governador Valadares
Obras de restauração do Casarão do Chá, bem tombado, no Município de Mogi das Cruzes.	Acompanhamento das obras.	218	PRM/Guarulhos
Aterramento irregular, devido à expansão urbana desordenada, lançamento de esgoto e de lixo nos mangues, além da coleta indiscriminada de caranguejo da espécie <i>Ucides cordatus</i> , no sul da Bahia.	Verificação dos fatores de desequilíbrio dos Manguezais Informados nos autos.	207	PRM/Ilhéus
Implementação de loteamento às margens da RJ 220, que poderia ocasionar assoreamento no rio Carangola, que banha os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.	Expedir Recomendação ao Município, no sentido de assegurar a integridade da APP de 30m ou que a autorização de supressão siga o rito da lei e da Resolução Conama nº 369/06, se houver interesse social para regularização fundiária sustentável.	226	PRM/Itaperuna
Cercamento da praia do Estevão de Canoa Quebrada para loteamento, no Município de Aracatí.	Oficiar o Ibama sobre atual situação da Praia do Estevão de Canoa Quebrada.	221	PRM/Limoeiro do Norte
Despejo de substância tóxica utilizada na carcinicultura, sem qualquer tratamento, causando a mortandade de espécies da fauna aquática, sobretudo peixes, no rio Jaguaribe, localizado no Município de Jaguaruana.	Para análise laboratorial das águas do rio Jaguaribe, afim de identificar possível poluição por metassulfato de sódio ou qualquer outra substância considerada tóxica. Em hipótese positiva, promover as diligências necessárias e suficientes para recuperação da qualidade das águas e responsabilização dos poluidores.	219	PRM/Limoeiro do Norte
Visto haver informações de possível contaminação de operários que trabalham nas áreas de carcinicultura, cabe, ainda, remessa de cópia dos documentos às folhas 2/3 do apenso ao MPT para as medidas que entender cabíveis.			
Construção irregular em APP nas proximidades da praia das Pitangueiras.	Retirada das estruturas que estiverem irregularmente implantadas na área, assim como seus escombros, a fim de que a área seja recuperada, com	227	PRM/Macaé

	plântio de mudas, se necessário.		
Extração de pedras decorativas em APP, sem autorização do órgão ambiental competente, na Fazenda Itararé, no Município de Casimiro de Abreu.	Providenciar novas tratativas objetivando a recuperação da área em questão.	211	PRM/Macaé
Pesca profissional, sem autorização do órgão competente, e a construção de muro em área de dunas, na praia de São Cristovam, no Município de Areia Branca.	Para que se adote as providências cíveis e criminais aplicáveis.	229	PRM/Mossoró
Possível omissão do Ibama no Município de Mossoró, causando a morte de 5 filhotes de coruja por inanição.	Realização de vistoria e de estudo em relação ao Centro de Tratamento e Recondição de Animais Silvestres (Cetas) em tela, para que sejam respondidos os quesitos levantados.	219	PRM/Mossoró
Poluição da Baía de Guanabara pelo trefégo de embarcações catamarãs que estariam causando derramamento de óleo nas praias de Icaraí, Flechas, Chariats e Boa Viagem.	Oficiar a capitania dos Portos para que se manifeste sobre os fatos.	213	PRM/Niterói
Acompanhamento do licenciamento ambiental de projeto de implantação de sistema de drenagem de águas pluviais em Paranaguá.	Adoção de medidas necessárias para que os órgãos públicos atuem no sentido de resolver o problema do elevado escoamento superficial de águas pluviais que causam inundações, com acompanhamento dos órgãos ambientais para recuperação de possíveis danos ambientais já provocados.	220	PRM/Paranaguá
Ausência de convênio entre o Ibama e o Batalhão de Polícia Florestal do Estado do Paraná, visando atuação conjunta no interior do Parna Saint-Hilaire Lange.	Elaboração de recomendação por parte do MPF objetivando a fiscalização da Unidade de Conservação.	220	PRM/Paranaguá
Deteriorização de imóvel localizado em área histórica, no Município de Antonina.	Para que se proceda a avaliação do valor cultural do bem em questão.	230	PRM/Paranaguá
Estado de conservação do imóvel "Casa do Brasão", futura sede da Procuradoria da República no Município de Paranaguá, tendo esse Órgão assumido a responsabilidade quanto às obras de reforma/restauração do edifício.	Acompanhar as etapas da reforma do imóvel, de observando o conteúdo da IT nº 207/07.	226	PRM/Paranaguá
Irregularidades na construção do empreendimento Pontal do Poço – Porto Marina, em área de manguezal, no Município de Paranaguá.	Verificação das questões indicadas na IT nº 128/2008.	226	PRM/Paranaguá
Retirada de areia no leito do rio Matinhos, no Município de Matinhos.	Intimar os Srs. Carlos Walmor Bazanella e José Carlos Amend, sobre a promoção de arquivamento, para, querendo, interpor recurso dessa Promoção.	218	PRM/Paranaguá

Mortandade de peixes na baía hidrográfica do rio Paraná.	Sejam adotadas as medidas cabíveis, para determinação da fonte poluidora e eventual pactuação do TAC.	219	PRM/Paranavaí
Estado de conservação da estrada de acesso ao loteamento Jardim São Guilherme, no Município de Araras.	Promoção de vistoria na área por analista ambiental e adoção das medidas pertinentes, caso seja observado dano ou risco ao meio ambiente.	221	PRM/Petrópolis
Extração de argila pela empresa L. C. Camargo e Cia. Ltda, no Município de Rio Claro, sem a devida licença.	Cumprimento das conclusões do laudo de vistoria do Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais.	219	PRM/Piracicaba
Corte de energia elétrica em residência localizada em um ponto de pesca construído pela CESP.	Para que seja determinada a devida comunicação ao denunciante.	231	PRM/Presidente Prudente
Construção de estrada em floresta de Mata Atlântica, localizada dentro da APA Serra da Mantiqueira, sem a devida autorização do Ibama.	Adotar medidas no sentido de melhor proteger e compensar o bem ambiental atingido, conforme sugerido na IT nº 005/08 – 4ª CCR.	219	PRM/Resende
TAC firmado entre o MPF e a Sra. Verena Wedmer em função de corte de árvores no entorno do Parna do Itatiaia em Maringá.	Ajustes ao TAC com base na proposta da IT 003/08-4ª CCR.	211	PRM/Resende
Transferência de moradores da Vila Naba para o bairro Cidade de Águeda, às margens do canal do rio Grande.	Para que sejam adotadas medidas no sentido de fazer cumprir a remoção das famílias restantes.	231	PRM/Rio Grande
Projeto de criação de Centro de Tratamento e Recondução de Animais Silvestres, no Município de Bertioga.	Oficiar ao Ibama sobre a criação do Cetas.	219	PRM/Santos
Interesse na proteção pela modalidade de tombamento do imóvel que abriga a Companhia Cinematográfica Vera Cruz.	Notificação do órgão técnico competente para manifestar-se acerca do real valor cultural do bem imóvel em tela, e que, declarado, seja o mesmo inscrito no Livro do Tombo; Notificação do proprietário do imóvel – Município de São Bernardo do Campo -, para que este tome conhecimento do procedimento provisório de tombamento.	219	PRM/São Bernardo do Campo
Irregularidades na expedição de licenças e autorizações pelo DNPM referentes à extração de areia no rio Jaguari-Mirim na Comarca de Aguai.	Sejam adotadas providências cíveis destinadas à recuperação da área degradada, conforme citado no Relatório de Vistoria do Ibama.	222	PRM/São João da Boa Vista

Irregularidades ambientais e urbanísticas no Loteamento Jardim Colonial I, no Município de Araçoiaba da Serra, no entorno e na Floresta Nacional de Ipanema.	Prosseguimento ao procedimento a fim de que se adotem as necessárias providências junto aos condôminos, o Ibama e os órgãos estaduais e municipais responsáveis.	209	PRM/Sorocaba
Construção com supressão de vegetação nativa e plantação de vegetação exógena, sem autorização competente, na praia do Ouvidor em Garopaba.	Para providências cabíveis, além da necessária intervenção do MPF para a satisfatória tramitação.	218	PRM/Tubarão
Extração irregular de areia em área ocupada pelo Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército (CSSE), no Município de Três Corações.	Aguardar o cumprimento integral do PRAD.	229	PRM/Varginha

4.2.5 À Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão 3

Assunto	Ata nº	Origem
Indenização de propriedade alagada pela construção da UHE Luiz Eduardo Magalhães, situada no Município de Palmas.	210	PR/TO
Notícia jornalística veiculando suspeita de surto de febre amarela no ano de 1998, em Fortaleza.	217	PR/CE
Pescadores profissionais artesanais de água doce em Minas Gerais estariam impedidos de exercerem suas atividades.	223	PR/MG

4.2.6 Às demais Câmaras 15

Assunto	Ata nº	Destino
Suspostas irregularidades no novo estatuto da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).	219	1ª CCR
Armazenamento e depósito de madeira serrada, sem licença competente, no Município de Itaúba.	221	2ª CCR
Destruição de floresta nativa sem autorização.	217	2ª CCR
Destruição de floresta nativa, sem licença por autoridade competente, no Município de Alta Floresta.	221	2ª CCR
Destruição de floresta nativa, sem licença por autoridade competente, no Município de Sinop.	221	2ª CCR
Guarda ilegal de aves silvestres em cativeiro por particular, no Município de Itatiaia.	229	2ª CCR
Perseguição por parte de funcionário da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura da Cidade de Recife a particular, pela prática de lançamento das necessidades fisiológicas de seus doze animais em via pública.	221	2ª CCR
Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico ilegal de animais e plantas silvestres da fauna e flora brasileiras e biopirataria.	209	2ª CCR
Subtração de obras sacras da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, no Município de Paraty.	230	2ª CCR
Transporte de madeira sem licença emitida por autoridade competente, no Município de Guarantã do Norte.	217	2ª CCR
Cancelamento de autorizações concedidas pela Secretaria de Defesa	227	5ª CCR

Agropecuária (SDA) para mistura em tanque de agrotóxicos e afins.		
Construção irregular em área pertencente à União, na praia do saco Guity, no Município de Mangaratiba.	209	5ª CCR
Morosidade nas respostas do IPHAN aos ofícios expedidos pela PR/DF.	217	5ª CCR
Irregularidades praticadas pela ONG Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental na APA de Guaraqueçaba.	220	6ª CCR
Suspensão de Ações Cíveis Públicas propostas pelo MPE/SP.	218	6ª CCR

4.2.7 À Gerência Jurídica da 4ª CCR 6

Assunto	Ata nº	Destino
Anulação de Edital do Ibama, que determina que os proprietários de terras rurais com interesse em adquirir lotes no Parna de Ilha Grande, como forma de cumprir sua respectiva Reserva Legal, não necessariamente precisariam possuir terras na região da bacia hidrográfica Paraná.	220	PR/PR
Construção de casa de alvenaria, sem autorização do órgão ambiental competente, em APP. Conflito negativo de atribuição MPF e MPE/CE.	221	PR/CE
Instalação de posto de revenda de combustível, em APP, no Município de Curitiba.	218	PR/PR
Plantações ou projetos referentes ao plantio de florestas exóticas nos Municípios integrantes da Subseção Judiciária de Erechim.	226	PRM/Erechim
TAC referente a licenciamento ambiental em projetos de assentamento.	215	PR/BA
Vício na criação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CNTBio.	229	PR/DF

4.2.8 À Gerência Técnica da 4ª CCR 21

Assunto	Ata nº	Origem
Abertura de ruas em área de dunas, na praia das Fontes, no Município de Beberibe.	231	PRM/Limoeiro do Norte
Acompanhar o cumprimento de ACP entre o MPE e o Município de Piçarras, referente ao Projeto de urbanização da orla da praia da Ponta do Jaques, no Município de Balneário Piçarras.	211	PRM/Itajaí
Alienação de imóvel da RFFSA, localizado na Av. Sete de Setembro, s/nº, em Curitiba.	226	PR/PR
Anulação de Edital do Ibama, que determina que os proprietários de terras rurais com interesse em adquirir lotes no Parna de Ilha Grande, como forma de cumprir sua respectiva Reserva Legal, não necessariamente precisariam possuir terras na região da bacia hidrográfica Paraná.	220	PR/PR
Aterramento de área de preservação permanente situada às margens do rio Cocó, decorrente das obras de construção da Via Expressa, por empresa contratada pela Prefeitura de Fortaleza.	217	PR/CE
Atividade de sondagem/perfuração geotécnica para estudo do subsolo, diretriz do gasoduto Jubarte.	219	PR/ES
Construção de prédio residencial multifamiliar na rua João Becker, na praia dos Ingleses, em possível APP.	212	PR/SC
Construções às margens do reservatório da UHE Volta Grande, no	211	PRM/Uberaba

Município de Água Comprida.

Construções existentes nas imediações da Projet Comércio e Serviços Náuticos, na Barra do Jacuípe, em Camaçari.	226	PR/BA
Descumprimento pela Petrobras de condicionantes da Licença de Pesquisas Sísmicas – LPS nº 001/2004.	228	PR/RN
Estado de conservação do sítio arqueológico denominado “Gruta Leão” e irregularidades na demolição do Casarão da Sociedade Italiana, bem tombado.	219	PRM/Piracicaba
Extração de argila às margens do rio Uruguai, sem autorização do órgão ambiental competente, na localidade conhecida por Barra Grande, Município de Alpestre.	209	PRM/Carazinho
Impactos pela construção do gasoduto Brasil-Bolívia.	218	PR/SC
Irregularidades na concessão de autorizações para construções em Porto Seguro.	221	PRM/Ilhéus
Irregularidades na transferência da sede do Centro de Estudos Murilo Mendes.	218	PRM/Juiz de Fora
Licenciamento para instalação da plataforma semi-submersível SS-06 na bacia de Campos.	219	PRM/Campos dos Goytcazes
Liquidação de equipamentos da RFFSA relativos a pátios ferroviários, após prévia análise do IPHAN.	208	PR/MG
Obras do empreendimento “Vila Imperial” podendo comprometer a visibilidade do conjunto arquitetônico composto pelo Monumento à Independência, caso do Grito, Museu Paulista da USP e Parque da Independência.	218	PR/SP
Possibilidade de tombamento de bens da extinta RFFSA que seriam leiloados.	228	PR/PE
Possível tombamento de linha férrea da Rede Mineira da RFFSA, localizadas no Estado do Rio de Janeiro.	220	PRM/Angra dos Reis
Proliferação de lixões e “línguas negras” nos povoados de Araçatiba e Provetá, em Ilha Grande.	229	PRM/Angra dos Reis

4.3 CONFLITOS DE ATRIBUIÇÃO18

Assunto	Decisão	Ata nº	Destino
Conflito Positivo de atribuições entre Membros lotados na PR/SC.		219	PR/SC
Instalação da UHE Pai-Querê no rio Pelotas.	Quanto ao mérito do conflito de atribuições, decidiu, nos termos do voto da relatora, reconhecer as atribuições da Dra. Luciana Guarnieri, Procuradora da República no Município de Caxias do Sul, para officiar nos procedimentos objeto do conflito de atribuições suscitado.	229	PRM/Caxias do Sul
Retirada de material e aterramento de área de mangue para construção da nova subestação de energia elétrica das Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc).	Quanto ao mérito do Conflito de Atribuições, decidiu reconhecer as atribuições do Dr. Carlos Augusto Amorim Dutra para officiar nos procedimentos objeto do conflito de atribuições suscitado.	226	PGR

Conflito positivo de atribuição.			
Descumprimento de acordo judicial na expropriação da Fazenda São Jerônimo, Flecha ou Sertãozinho, no Município de João Pinheiro.	Pelo Conflito Negativo, vota pela fixação da atribuição ao órgão federal, no caso PR/MG, e pela conseqüente remessa dos autos àquele ofício para as medidas cabíveis.	212	PR/MG
Descumprimento de acordo judicial na expropriação de imóvel localizado no Projeto de Assentamento "Brejinho", no Município de Natalândia.	Pelo Conflito Negativo, vota pela fixação da atribuição ao órgão federal, no caso PR/MG, e pela conseqüente remessa dos autos àquele ofício para prosseguimento do feito.	210	PR/MG
Descumprimento de acordo judicial na expropriação de imóvel localizado no Projeto de Assentamento "Santo Antônio", no Município de Presidente Olegário.	Pelo Conflito Negativo, vota pela fixação da atribuição ao órgão federal, no caso PR/MG, e pela conseqüente remessa dos autos àquele ofício para as medidas cabíveis.	210	PR/MG
Descumprimento de acordo judicial na expropriação de imóvel localizado no Projeto de Assentamento "Jibóia", no Município de Sindrolândia.	Pelo Conflito Negativo, vota pela fixação da atribuição ao órgão federal, no caso PR/MG, e pela conseqüente remessa dos autos àquele ofício para as medidas cabíveis.	210	PR/MG
Descumprimento de acordo judicial na expropriação do Projeto de Assentamento "São Gonçalo", no Município de Arinos.	Pelo Conflito Negativo, vota pela fixação da atribuição ao órgão federal, no caso PR/MG, e pela conseqüente remessa dos autos àquele ofício para as medidas cabíveis.	226	PR/MG
Descumprimento de acordo judicial na expropriação do Projeto de Assentamento "capão do Mel", no Município de Formoso.	Pelo Conflito Negativo, vota pela fixação da atribuição ao órgão federal, no caso PR/MG, e pela conseqüente remessa dos autos àquele ofício para as medidas cabíveis.	226	PR/MG
Descumprimento de acordo judicial na expropriação do Projeto de Assentamento "Chico Mendes".	Pelo Conflito Negativo, vota pela fixação da atribuição ao órgão federal, no caso PR/MG, e pela conseqüente remessa dos autos àquele ofício para as medidas cabíveis.	231	PR/MG
Descumprimento de acordo judicial na expropriação da Fazenda Barreirinho, no Município de Unai.	Pelo Conflito Negativo, vota pela fixação da atribuição ao órgão federal, no caso PR/MG, e pela conseqüente remessa dos autos àquele ofício para as medidas cabíveis.	219	PR/MG
Descumprimento de acordo judicial na expropriação da Fazenda Cachoeira Grande ou Extrema, no Município de Brasilândia de Minas.	Pelo Conflito Negativo, vota pela fixação da atribuição ao órgão federal, no caso PR/MG, e pela conseqüente remessa dos autos àquele ofício para as medidas cabíveis.	219	PR/MG
Descumprimento de acordo judicial na expropriação da Fazenda Florestal Douradinho/Tangará, no	Pelo Conflito Negativo, vota pela fixação da atribuição ao órgão federal, no caso PR/MG, e pela conseqüente remessa dos	220	PR/MG

Município de Uberlândia.	autos àquele ofício para as medidas cabíveis.		
Descumprimento de acordo judicial na expropriação da Fazenda Florestal Douradinho/Tangará, no Município de Uberlândia.	Pelo Conflito Negativo, vota pela fixação da atribuição ao órgão federal, no caso PR/MG, e pela conseqüente remessa dos autos àquele ofício para as medidas cabíveis.	220	PR/MG
Descumprimento de acordo judicial na expropriação da Fazenda Pasmado ou Missa, no Município de Buritis.	Pelo Conflito Negativo, vota pela fixação da atribuição ao órgão federal, no caso PR/MG, e pela conseqüente remessa dos autos àquele ofício para as medidas cabíveis.	222	PR/MG
Descumprimento de acordo judicial na expropriação da Fazenda Rancharia ou Cravo, no Município de Arinos.	Pelo Conflito Negativo, vota pela fixação da atribuição ao órgão federal, no caso PR/MG, e pela conseqüente remessa dos autos àquele ofício para as medidas cabíveis.	219	PR/MG
Descumprimento de acordo judicial na expropriação da Fazenda Rio barreiro Preto ou Monte Alegre, no Município de Arinos.	Pelo Conflito Negativo, vota pela fixação da atribuição ao órgão federal, no caso PR/MG, e pela conseqüente remessa dos autos àquele ofício para as medidas cabíveis.	218	PR/MG
Descumprimento de acordo judicial na expropriação do Assentamento Palmeira Gado Bravo, no Município de Buritis.	Pelo Conflito Negativo, vota pela fixação da atribuição ao órgão federal, no caso PR/MG, e pela conseqüente remessa dos autos àquele ofício para as medidas cabíveis.	221	PR/MG

4.4 DELIBERAÇÕES EM TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA 22

Assunto	Ata nº	Destino
Homologação de TAC firmado entre o MPF-PRM/Caxias do Sul, Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler – Fepam, e o Ajustante, Sr. Daniel Mezzomo, referente às obrigações acerca da recuperação integral dos danos ambientais decorrentes da extração irregular de basalto em área localizada em Travessão São Martinho, Município de Flores da Cunha.	211	PRM/Caxias do Sul
Homologação do TAC entre o MPF e o Sr. Erivércio mendonça, referente à remoção de vegetação em APP.	209	PRM/Resende
Homologação do TAC firmado entre MPF(PR/Resende), o Sr. Altamir de Oliveira e o Parna de Itatiaia, referente ao desmatamento de 1.000m ² de mata ciliar, no entorno do Parna do Itatiaia.	222	PRM/Resende
Homologação do TAC firmado entre o MPF e a Sra. Milene Correa, referente à supressão parcial de vegetação de sub-bosque pertencente ao bioma Mata Atlântica, sem o devido licenciamento.	210	PRM/Resende
Homologação do TAC firmado entre o MPF e Agropecuária Santa Fé, referente à intervenção irregular em APP localizada no Alto Vale da Grama, ou Marimbondo, no Município de Resende.	211	PRM/Resende
Homologação do TAC firmado entre o MPF e o Sr. Arnaldo Araújo, referente à intervenção irregular em APP, consistente em aração de	207	PRM/Resende

terra nas duas margens do ribeirão da água Branca.

Homologação do TAC firmado entre o MPF e o Sr. Cassiano Forlin, referente a extração de minérios, sem o devido licenciamento, no Município de Ipê, observadas as recomendações da IT nº 365/2006.	208	PRM/Caxias do Sul
Homologação do TAC firmado entre o MPF e o Sr. Haruo Izeki, tendo em vista intervenção no perímetro da APA da Serra da Mantiqueira pela realização de obras de terraplanagem e canalização de curso d'água.	210	PRM/Resende
Homologação do TAC firmado entre o MPF e o Sr. José Antônio da Silva relativo a parcelamento de solo sem licenciamento ambiental no entorno do Parna do Itatiaia, no Município de Engenheiro Passos, observadas as recomendações contidas na IT nº 349/2006.	208	PRM/Resende
Homologação do TAC firmado entre o MPF e o Sr. José Barnardino Reis Leal, referente ao desmatamento e uso de fogo em vegetação nativa, considerada como Mata Atlântica, sem permissão legal, nas propriedades de Fazenda Água Fria e Sítio Paiol de Tábua.	230	PRM/Angra dos Reis
Homologação do TAC firmado entre o MPF e o Srs. Marcos Antônio Lopes de Oliveira, José Pedro Dionísio e André Rocha de Cunto Lemos, objetivando a recomposição dos danos ambientais verificados nas chácaras 1, 2 e 3, localizadas no Núcleo Rural Ponte Alta Norte, no Gama, integrantes da APA do Planalto Central, bem como, medidas a serem tomadas para regularização da derivação de água que abasteça tanques no interior das chácaras 1 e 2.	217	PR/DF
Homologação do TAC firmado entre o MPF e os Srs. Lourenço Francescato e Sérgio Francescato, referente à extração irregular de basalto, no Município de Antônio Prado.	211	PRM/Caxias do Sul
Homologação do TAC firmado entre o MPF e os Srs. Luiz Antônio Pereira Filho e João Dias de Paiva, referente ao corte de árvores em floresta considerada de Preservação Permanente, localizada na margem da represa do Funil, no entorno Sul do Parna do Itatiaia.	226	PRM/Resende
Homologação do TAC firmado entre o MPF, a Gerência Regional do Patrimônio da União, FEEMA, Ibama, Município de Búzios, objetivando estabelecer medidas para o ordenamento do uso da praia de Geribá impedindo a ocupação irregular da área por quiosques.	208	PRM/São Pedro da Aldeia
Homologação do TAC firmado entre o MPF, a Sra. Marlisa Nordskog Duarte e o Sr. Rozendo Gabriel Villela de Souza, referente à transposição de curso d'água e deposição de rochas em APP, no entorno do Parna de Itatiaia.	211	PRM/Resende
Homologação do TAC firmado entre o MPF, IPHAN, Farmatins Participações e Empreendimentos S/A e Padova Engenharia e Comércio Ltda., referente à construção irregular de cobertura no imóvel situado na Avenida Parque Projetada, balneário das Dunas, na Praia do Forte, com possível transgressão da altura máxima permitida para a área de entorno.	213	PRM/São Pedro da Aldeia
Homologação do TAC firmado entre o MPF, MPE, Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (Cetesb), Petróleo Brasileiro (Petrobras) e Petrobras Transporte S/A (Transpetro), relativo ao estabelecimento de condicionantes ambientais para obtenção do licenciamento das atividades desenvolvidas pelo Terminal Marítimo Almirante Barroso (Tebar).	207	PRM/São José dos Campos
Homologação do TAC firmado entre o MPF, o MPE, a CAERN e SEMURB, objetivando estabelecer medidas para a ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Ponta Negra.	228	PR/RN
Homologação do TAC firmado entre PRM/Resende e a Sra. Christiane Boldini, referente à construção de muro em propriedade particular inserida no Parna do Itatiaia.	219	PRM/Resende
Homologação do TAC referente ao evento denominado "Porto do Sol Island Party", em área de proteção especial, na ilha Redonda, na baía	211	PRM/Joinville

de Babitonga.

Não homologação do TAC a ser firmado entre o MPF e Jacob Antônio Salomão, objetivando a adoção de medidas para evitar a degradação da APP do Rio Grande, às margens do reservatório da UHE Jaguará, no Município de Sacramento. 211 PRM/Uberaba

Não homologação do TAC firmado entre o MPF e o Sr. João Abatti, referente a recuperação/compensação do dano ambiental perpetrado em razão do corte raso de floresta nativa, em área de ocorrência da Floresta Ombrófila Mista (mata de Araucária), integrante do Bioma Mata Atlântica, no Município de Água Doce. 211 PRM/Joaçaba

4.5 OUTRAS DELIBERAÇÕES 76

4.5.1 Gratificação de Perícia 04

Assunto	Ata nº	Origem
A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir a Gratificação de Perícia à 6 Analistas Periciais a ela vinculados, que executam regularmente perícias de campo ou análise de documentos, fora do ambiente sede de trabalho.	207	4ª CCR
A Câmara deliberou, deferir a Gratificação de Perícia à Analista Pericial em enegnharia Florestal Raiana Quirino de Souza, por executar regularmente perícias de campo ou análise de documentos, fora do ambiente sede de trabalho.	208	PR/MT
A nova composição da 4ª CCR deliberou que a concessão de Gratificação de Perícia será efetuada ao analista enquanto durar o trabalho de análise referente à vistoria realizada. Bem como, será mantido o critério de deferimento nos termos da composição anterior, ou seja, mediante atestado dos Procuradores-Chefes e do Gerente Técnico da Câmara.	213	4ª CCR
Indicação do Analista Pericial em Economia Antônio João da Cruz Paião, para executar regularmente perícias de campo e análises de documentos fora do ambiente de trabalho, na forma do disposto na Portaria PGR/MPU nº 290, de 12/06/07.	231	PRR 2ª Região

4.5.2 Prorrogações de ICP e PA 34

Assunto	Ata nº	Origem
Autorização de 25 (vinte e cinco) prorrogações de Inquéritos Civis Públicos, conforme disposto na Resolução CSM PF Nº 87/06.	207	4ª CCR
Autorização de 669 (seiscentos e sessenta e nove) prorrogações de Procedimentos Administrativos, conforme disposto na Resolução CSM PF Nº 87/06.	207	4ª CCR
Autorização de 102 (cento e duas) prorrogações de Inquéritos Civis Públicos, conforme disposto na Resolução CSM PF Nº 87/06.	208	4ª CCR
Autorização de 220 (duzentos e vinte) prorrogações de Procedimentos Administrativos, conforme disposto na Resolução CSM PF Nº 87/06.	208	4ª CCR
Autorização de 101 (cento e uma) prorrogações de Procedimentos Administrativos, conforme disposto na Resolução CSM PF Nº 87/06.	209	4ª CCR
Autorização de 13 (treze) prorrogações de Inquéritos Civis Públicos, conforme disposto na Resolução CSM PF Nº 87/06.	209	4ª CCR
Autorização de 52 (cinquenta e duas) prorrogações de Procedimentos Administrativos, conforme disposto na Resolução CSM PF Nº 87/06.	210	4ª CCR
Autorização de 7 (sete) prorrogações de Inquéritos Civis Públicos, conforme disposto na Resolução CSM PF Nº 87/06.	210	4ª CCR
Autorização de 118 (cento e dezoito) prorrogações de Procedimentos Administrativos, conforme disposto na Resolução CSM PF Nº 87/06.	211	4ª CCR

Autorização de 2 (dois) prorrogações de Inquéritos Civis Públicos, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	211	4ª CCR
Autorização de 13 (treze) prorrogações de Inquéritos Civis Públicos, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	212	4ª CCR
Autorização de 144 (cento e quarenta e quatro) prorrogações de Procedimentos Administrativos, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	212	4ª CCR
Autorização de 6 (seis) prorrogações de Inquéritos Civis Públicos, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	213	4ª CCR
Autorização de 21 (vinte e um) prorrogações de Procedimentos Administrativos, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	213	4ª CCR
Autorização de 16 (dezesesseis) prorrogações de Inquéritos Civis Públicos, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	214	4ª CCR
Autorização de 217 (duzentos e dezessete) prorrogações de Procedimentos Administrativos, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	214	4ª CCR
Autorização de 12 (doze) prorrogações de Inquéritos Civis Públicos, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	215	4ª CCR
Autorização de 50 (cinquenta) prorrogações de Procedimentos Administrativos, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	215	4ª CCR
Autorização de 1 (uma) prorrogação de Inquérito Civil Públicos, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	216	4ª CCR
Autorização de 26 (vinte e seis) prorrogações de Inquéritos Civis Públicos, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	217	4ª CCR
Autorização de 260 (duzentos e sessenta) prorrogações de Procedimentos Administrativos, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	217	4ª CCR
Autorização de 310 (trezentos e dez) prorrogações de Procedimentos Administrativos, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	223	4ª CCR
Autorização de 144 (cento e quarenta e quatro) prorrogações de Procedimentos Administrativos, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	224	4ª CCR
Autorização de 50 (cinquenta) prorrogações de Inquéritos Civis Públicos, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	226	4ª CCR
Autorização de 70 (setenta) prorrogações de Procedimentos Administrativos, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	226	4ª CCR
Autorização de 141 (cento e quarenta e um) prorrogações de Procedimentos Administrativos, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	227	4ª CCR
Autorização de 64 (sessenta e quatro) prorrogações de Inquéritos Civis Públicos, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	227	4ª CCR
Autorização de 10 (dez) prorrogações de Inquéritos Civis, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	228	4ª CCR
Autorização de 67 (sessenta e sete) prorrogações de Procedimentos Administrativos, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	228	4ª CCR
Autorização de 112 (cento e doze) prorrogações de Procedimentos Administrativos, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	229	4ª CCR
Autorização de 4 (quatro) prorrogações de Inquéritos Civis, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	229	4ª CCR
Autorização de 67 (sessenta e sete) prorrogações de Procedimentos Administrativos, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	230	4ª CCR
Autorização de 30 (trinta) prorrogações de Inquéritos Civis, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	231	4ª CCR
Autorização de 40 (quarenta) prorrogações de Procedimentos Administrativos, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	231	4ª CCR

4.5.3 Indicação para participação em eventos 06

Assunto Ata nº Origem

Ofício/Incra/P/Nº 111/2008, de 29/02/08, solicita indicação de Membro para representar o MPF no I Encontro Nacional de Meio Ambiente e Recursos Naturais do INCRA, tendo a Câmara deliberado pela indicação do Dr. Felipe Fritz Braga, Procurador da República no Estado do Mato Grosso do Sul.	207	INCRA
A Câmara autorizou a viagem a serviço dos Procuradores da República no Estado do Ceará, Dr. Alessandro Wilckson Cabral Sales e Dr. Márcio Andrade Torres, para participarem de reunião acerca da construção de empreendimentos turísticos em dunas móveis.	208	PR/CE
A Câmara deliberou submeter ao Conselho Superior do Ministério Público Federal proposta no sentido de que os Membros que manifestarem interesse, sejam autorizados a participar do VIII Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, de 16 a 18 de abril em Belém, com ônus limitado.	208	4ª CCR
Referenda a participação do Dr. Vinicius Marajó Dal Secchi, Dr. Luiz Antonio Palácio Filho, Procuradores da República, respectivamente, no Município de Sorocaba e de Santos; da Dra. Maria Luiza Grabner, Procuradora Regional da República em São Paulo, e das Analistas Periciais Adriana Oliva e Deborah Stucchi, na reunião com o Ibama, no dia 01 de abril, para tratar de questões relacionadas ao licenciamento do projeto de instalação da Usina Hidrelétrica Tijuco Alto.	209	PRM/Sorocaba
Em resposta ao Ofício n.º 0140/2008/3ª Câmara, deliberou-se pela indicação do Dr. Marcellus Barbosa Lima, Procurador da República no Município de Sinop/MT, como representante do MPF na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).	215	3ª CCR
A Câmara deliberou pela indicação dos seguintes Membros, para comporem a representação do Ministério Público Federal perante o Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama: Membro Titular: Dra. Ana Cristina Bandeira Lins - Procuradora da República na PR/SP, Membro Titular; Membros Suplentes: Dr. Roberto Luís Oppermann Thomé, Procurador-Regional da República na 4ª Região e Dra. Eliana Péres Torelly de Carvalho, Procuradora-Regional da República na 1ª Região.	227	4ª CCR

4.5.4 Consultas ao Colegiado e Outras Decisões 32

Assunto	Ata nº	Origem
OF/PRM/URA/GAB/nº 0113/2008, de 28/01/08, que trata da necessidade de encaminhamento à 4ª CCR dos Procedimentos Administrativos nos quais não há formalização de Termo de Ajustamento de Condutas, tendo a Câmara deliberado que os procedimentos relacionados no Ofício não necessitam ser remetidos.	207	PRM/Uruguaiana
Ofício n.º 24/2008/CSMPF, de 13/02/08, que dispõe sobre propostas de alteração da Resolução CSMPF N.º 87/06, tendo a Câmara deliberado pela aprovação da minuta do Ofício n.º 162/2008 – 4ª CCR, por meio do qual encaminha suas sugestões de alteração da Resolução CSMPF N.º 87/06.	207	CSMPF
Os Termos de Ajustamento de Conduta que aguardam análise e homologação por parte da 4ª CCR, em decorrência do disposto no art. 21, parágrafo 5º, da Resolução CSMPF n.º 87/2006, a Câmara deliberou que serão restituídos às Procuradorias da República nos Estados e Municípios e Procuradorias Regionais da República.	207	4ª CCR
Procedimento Administrativo nº 1.00.000.012979/2005-26, referente ao TAC originário da ACP nº 2004.72.01.004821-2, que trata do Plano de Gestão Ambiental da Companhia Industrial H. Carlos Schneider (Ciser), empresa que fabrica Parafusos e Porcas, tendo a Câmara deliberado encaminhar a Informação Técnica n.º 02/08 – 4ª CCR à PRM/Joinville e que, na forma do disposto no art. 20, Parágrafo	207	PGR

Único da Resolução CSMPF N.º 87/06, não se manifestará a respeito do TAC.

Procedimento Administrativo PGR n.º 1.00.000.004885/2007-45, referente à poluição do rio Campo Alegre e afluentes, Ribeirão e rio da Posse, tendo a Câmara deliberado devolver os autos à origem, uma vez que matéria penal admite apenas perito oficial, não cabendo, portanto, a indicação de assistente técnico.	207	PGR
Procedimento Administrativo PGR nº 1.00.000.009203/2007-91, solicita que a 4ª CCR oriente os Procuradores da República no Estado de São Paulo no sentido de não efetivarem, perante o Poder Judiciário, pressão para que seja imposta ao Ibama a análise de Planos de Recuperação de Área Degradada (PRAD), tendo a Câmara deliberado oficiar ao Ibama – DIJUR/SP, informando que decisões dessa natureza devem ser objeto de recurso da Advocacia-Geral da União, já que a Câmara não tem poder de interferir naquela esfera de competência.	207	PGR
Construção de Chalé, pelo Sr. Ronaldo Simino Alcaraz, na APA da Serra da Mantiqueira e entorno do Parque Itatiaia, tendo a Câmara deliberado não homologar a contraproposta à transação penal, nos termos da Informação Técnica n.º 44/2008 – 4ª CCR.	208	PGR
Conhecimento de denúncia relativa à criação da Reserva Extrativista Médio Xingú, bem como de tortura, o assunto foi encaminhado à PFDC, para providências. Na esfera civil/ambiental, foi ajuizada Ação Cautelar Inominada com pedido de imediata desocupação pela PRM/Altamira, tendo a Câmara deliberado arquivar no âmbito da 4ª CCR.	209	4ª CCR
Atendendo ao Ofício n.º 094/2008-CGMPF, a Câmara deliberou acatar os termos da Informação Técnica N.º 74/2008 – 4ª CCR e encaminhá-la para a Corregedoria Geral do Ministério Público Federal, referente à denúncia de invasão e ocupação de propriedade rural das empresas Agroindústria Terranorte S.ª e Agropecuária Virtuosa S.ª, onde estariam ocorrendo desmatamento e retirada ilegal de madeira.	210	CGMPF
OF/GABPC/PR/Nº 2100/2008, solicita designação de Analista Pericial, tendo a Câmara deliberado oficiar a PR/SC, para que se pronuncie a respeito do assunto.	210	PR/PR
OF/NUMAPAC/PR/RS nº 2918/2008, solicita verificar a possibilidade de liberação dos Analistas Periciais Daniela Mara Hoffmann e Ítalo Lopes Borges, lotados na PR/SC, para realizarem vistoria em construções de condomínios residenciais no litoral norte gaúcho.	211	PR/RS
Ofício/PRM/IOS/BA nº 1089/2008-FA, de 28/05/08, no qual solicita autorização para inclusão da Procuradora da República Dra. Tatiana Pollo Flores, no Grupo de Trabalho Poluição por Resíduos Sólidos e Esgotos, tendo a Câmara deliberado solicitar esclarecimentos sobre a necessidade de inclusão de mais um membro no referido, tendo em vista que o GT já possui três membros titulares e dois suplentes.	213	PRM/Ilhéus
Ofício Nº 1266/08-DTCC/PR/SC, referente ao Código Ambiental de Santa Catarina, tendo a Câmara deliberado pela não-manifestação, uma vez que tal atividade não se insere nas suas atribuições, especialmente por se tratar de Projeto de Lei Estadual.	214	PR/SC
Ofício/FPPJMS nº 34/2008, referente ao Projeto “Encontro das Águas”, tendo a Câmara deliberado pela divulgação da decisão, após análise da proposta.	214	Fundação Pedro Jorge de melo e Silva
Peças do PA 1.29.006.000030/2000-09, relativo à alteração de competências no que tange à pesca, promovida pela Medida Provisória 1999-18/2000 e reedições posteriores, tendo a Câmara deliberado expedir Ofício à Secretária Especial de Pesca e Aqüicultura da Presidência da República e ao Ibama, solicitando informações acerca da divisão de competências, relativamente ao Registro Geral de Pesca e ao licenciamento, permissões e autorizações para o exercício da pesca comercial e artesanal e da aqüicultura, nas áreas	214	PGR

de pesca do território nacional.		
Ofício PRM/CS nº 1437/2008 e Ofício nº 284/2008 – CGMPF referentes à UHE Pai Querê, tendo a Câmara deliberado pela remessa aos Membros da Câmara, para ciência e posterior deliberação.	215	PRM/Caxias do Sul
Remessa ao Grupo de Trabalho da 4ª CCR – Transgênicos e Agrotóxicos, para análise e manifestação do ofício n.º 291/2008 da CGMPF.	216	MPF/Corregedoria
Solicitação de análise técnica e jurídica ao procedimento da PRM/Santa Rosa n.º 1.29.015.000050/2006-58, referente a construções irregulares em APP, área de mata ciliar do rio Uruguai, tendo a Câmara deliberado que entre suas competências previstas no art. 62 e seus incisos, da Lei Complementar nº 75/93, não se inclui a emissão de posicionamento jurídico de matérias cujo entendimento não está consolidado nesse Colegiado e nem nos Tribunais, para orientação dos Procuradores da República.	216	PGR
O tema do VIII Encontro Temático será Espaços Territoriais Especialmente Protegidos.	217	4ª CCR
OF/PRM/IOS/BA nº 1089/2008-FA, no qual solicita alteração da composição do Grupo de Trabalho da 4ª CCR – Poluição por Resíduos Sólidos e Esgotos, tendo a Câmara deliberado que, em função do disposto no parágrafo único da Portaria 4.ª CCR n.º 03, de 20/09/04, o pleito não poderá ser atendido, uma vez que o GT – Poluição por Resíduos Sólidos e Esgoto está com a composição completa, ou seja, 3 (três) membros titulares e dois membros suplentes.	217	PRM/Ilhéus
Ofício PRM/CS nº 1.437/2008 e Ofício nº 284/2008 – CGMPF, a Câmara deliberou pela remessa aos seus Membros para ciência e posterior deliberação.	217	PRM/Caxias do Sul
Remessa à Dra. Sandra Cureau, Coordenadora da 4ª CCR, para análise do Ofício Circular nº 008-CSMPF, referente ao Anteprojeto de Resolução n.º 17, que regulamenta a criação de Núcleos Operacionais do Patrimônio Público Social.	217	CSMPF
A Câmara deliberou solicitar à PR/RS, que seja verificada a possibilidade de providências do MPF a respeito do excesso de placas e <i>outdoors</i> na estrada que liga os Municípios de Caxias do Sul e Gramado, causando poluição visual, além de desconforto espacial e visual daqueles que por ali transitam.	218	4ª CCR
A Câmara deliberou a respeito das informações remetidas pela PRM de Ji-Paraná, em Rondônia, referente à liberação de bens apreendidos pelo Ibama determinada pela Justiça Estadual, requerer ao Procurador-Geral da República que solicite a avocação pelo Conselho Nacional de Justiça, da Reclamação remetida à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, nos termos do que dispõe o art. 85 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça. No que se refere às questões relacionadas à competência para processar Mandados de Segurança impetrados contra autoridades federais, a exemplo de servidores do Ibama, a Câmara entende que é, por força de expressa disposição constitucional (art. 109, I), competente a Justiça Federal e que a situação deverá ser regida pelo art. 113 do Código de Processo Civil, inclusive mediante manifestação do MPF nos Autos dos Mandados de Segurança impetrados.	222	4ª CCR
Em atendimento ao Ofício/Numapac/PR-RS nº 6710, referente à solicitação de homologação de TAC, a Câmara deliberou por não submeter o TAC à homologação, tendo em vista que o mesmo está em vigor desde dezembro de 2006. Com referência à revisão da cláusula sétima do TAC em questão, a Câmara entende, nos termos da Informação Técnica n.º 222/2008 – 4ª CCR, que não possui o MPF legitimidade para propor ações possessórias ou petitórias cujo objeto é imóvel da União. Todavia, ante ao fato de que o TAC já gerou efeitos, entende, também, ser desnecessária a revogação da	223	PR/RS

cláusula, uma vez que a mesma prevê apenas a atuação complementar e não obrigatória do MPF em eventuais ações propostas pela União Federal.		
Instalação da Usina Hidrelétrica Pai-Querê no rio Pelotas, no Rio Grande do Sul, referente à reparação de danos ambientais, a Câmara deliberou conhecer o Conflito de Atribuições e oficiar ao Dr. Nazareno Jorgealém Wolff, Procurador da República no Município de Lages, para que, caso entenda pertinente, se manifeste no prazo de 10 dias.	223	PGR
Provimento ao Pedido de Reconsideração formulado pela Procuradora da República Dr ^a Luciana Guarnieri, para homologar os TACs firmados com os senhores Pedro Elias Lourencet (MPF – PGR n.º 1.29.002.000054/2005-2) e Adelar José Foscarini e Clodoveu João Foscarini (MPF – PGR n.º 1.29.002.000297/2003-71).	225	PGR
A partir de novembro os analistas periciais e analistas processuais lotados na Câmara deverão submeter, mensalmente, à chefia imediata, relatório de atividades desenvolvidas. Quando necessário, poderá ser solicitada às gerências, estatística coletiva ou individual referente aos trabalhos realizados.	226	4ª CCR
A Câmara deliberou por remeter ofício ao empreendedor referente aos Memoriais apresentados aos membros da 4ª CCR por Frank Empreendimentos Imobiliários e participações Ltda., esclarecendo que não é atribuição das Câmaras de Coordenação e Revisão manifestar-se no âmbito de Procedimentos Administrativos em curso, para recomendar quaisquer providências, sem que haja solicitação do Procurador da República que preside o Procedimento. Por esta razão, deliberou, também, pela remessa dos memoriais apresentados ao Procurador da República Dr. Ramiro Rockenbach da Silva Matos Teixeira, para providências que este julgar cabíveis.	227	PGR
A Câmara deliberou aprovar o texto da Ordem de Serviço nº 01/2008 – 4ª CCR, referente a distribuição de procedimentos Administrativos e Inquéritos Cíveis.	229	4ª CCR
Enunciado nº 1 - nos termos do art.62, IV, da Lei Complementar n.º 75/93, a homologação das decisões de arquivamento de Procedimentos Administrativos ou Inquéritos Cíveis Públicos, que tratam de meio ambiente e patrimônio cultural, fundamentadas no declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual, devem ser submetidas à homologação da 4ª CCR – Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, nos autos originais, para exercício do poder revisional.	229	4ª CCR
Enunciado nº 2 - Solicitação de manifestação da Câmara acerca da derrogação da Resolução Conama n.º 341 pela Resolução Conama nº 369/2006, referente ao uso e ocupação de dunas, deliberando que as planícies de deflação integram o campo de dunas, e como parte deste ecossistema possuem a devida proteção jurídica. As consequências deste fato atingem inclusive os empreendimentos com licenciamentos já concluídos à época da entrada em vigor da Resolução 369/2006.	229	4ª CCR

5. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA GERÊNCIA JURÍDICA

A Gerência Jurídica da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, no exercício de 2008, prestou atendimentos aos Subprocuradores-Gerais da República integrantes da Câmara e aos Procuradores da República nos Estados e nos Municípios, destacando-se, entre suas atividades:

- ♦ Análise e elaboração de Informações Técnicas (IT) referentes a procedimentos administrativos, Ações Cíveis Públicas, projetos de lei, processos de licenciamento ambiental, e demais estudos ambientais e de patrimônio cultural;
- ♦ Participação em reuniões técnicas com órgãos e entidades envolvidos com a questão ambiental e de patrimônio cultural;
- ♦ Elaboração de quesitos para ações de produção de provas;
- ♦ Resposta a consultas, elaborados por Procuradores, em procedimentos administrativos;
- ♦ Elaboração de estudos jurídicos sobre assuntos específicos para subsidiar a atuação do MPF;
- ♦ Participação em cursos e seminários;
- ♦ Elaboração de minutas de convênios com outras instituições, e
- ♦ Participação nos Grupos de Trabalhos internos da 4ª CCR, buscando a padronização de rotinas e o estabelecimento de diretrizes e normas.

No exercício de 2008, com base em solicitações dos Subprocuradores-Gerais da República Membros desta Câmara bem como dos Procuradores da República nos Estados e nos Municípios, e Órgãos Governamentais correlatos, foram elaboradas 65 (sessenta e cinco) Informações Técnicas, sendo que, 16 (dezesesseis) foram elaboradas juntamente com a Gerência Técnica. Foram emitidas 4 (quatro) Notas Técnicas, sendo 1 (uma) juntamente com a Gerência Técnica.

Foram canceladas as Informações Técnicas de números 221 e 289, e elaboração de duas ITs com o número 212, uma utilizada pela Gerência Jurídica e a outra pela Gerência Técnica .

Objetivando subsidiar a atuação dos Membros Titulares nas reuniões do colegiado foram elaborados 1.490 (um mil, quatrocentos e noventa) pareceres.

	TOTAIS
5.1 INFORMAÇÕES TÉCNICAS	65
5.2 NOTAS TÉCNICAS	4
5.3 PARECERES	1.490
5.4 OUTRAS ATIVIDADES	9
5.4.1 Ciclo de palestras – Difusor Ambiental	1
5.4.2 Participação em Cursos, Congressos e Seminários	3
5.4.3 Participação em Reuniões em Brasília	2
5.4.4 Viagens a Serviço	2
5.4.5 VIII Encontro Temático – Espaços Territoriais Especialmente Protegidos	1
5.5 AÇÕES PROPOSTAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	

QUADRO DEMONSTRATIVO

INFORMAÇÕES TÉCNICAS																					65												
MEIO AMBIENTE	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	PGR	4ª CCR	OUTRAS CCRS	OUTROS ÓRGÃOS	TOTAL	
Agrot./Prod. Per.																																	
APP							1			1					1		1	10					3					1			1	19	
Desmatamento	1			1	1		1							1	1				1							1	2		1		11		
Fauna						1																				1						2	
Geração e Transmissão de Energia Elétrica																								1								1	
Infra-estrutura e Plantas Industriais															1			2					1	2						1	7		
Ordenamento Territorial						1				1																						2	
OGM							1																									1	
Poluição																										1	1					2	
Recursos Hídricos																													1			1	
Recursos Minerais	1													1									1	1		1					5		
Resíduos Sólidos																				1						1	1					3	
UC e Áreas Protegidas				2														1	4													7	
Zona costeira					1																											1	
Outros																																-	
Subtotal	1	1	-	3	2	2	2	1	-	-	2	-	-	2	-	3	-	2	17	1	-	-	5	4	-	5	-	5	1	1	2	62	
PATRIMÔNIO CULTURAL	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	PGR	4ª CCR	OUTRAS CCRS	OUTROS ÓRGÃOS	TOTAL	
Arqueológico																																	
Arquitetônico e Paisagístico																																	
Bens Móveis																									1								1
Documental																										1							1
Imaterial																																	
Natural																																	
Sítios e Conjuntos Urbanos																																	
Outros																			1														1
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	3	
TOTAL	1	1	-	3	2	2	2	1	-	-	2	-	-	2	-	3	-	2	18	1	-	-	5	4	1	6	-	5	1	1	2	65	

NOTAS TÉCNICAS																					4										
MEIO AMBIENTE	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	4ª CCR	TOTAL		
Agrotóxicos e Prod. Perigosos															1																1
APP																													1		1
Unidades de Conservação e Áreas Protegidas																				1											1
Outros																													1		1
PATRIMÔNIO CULTURAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	4

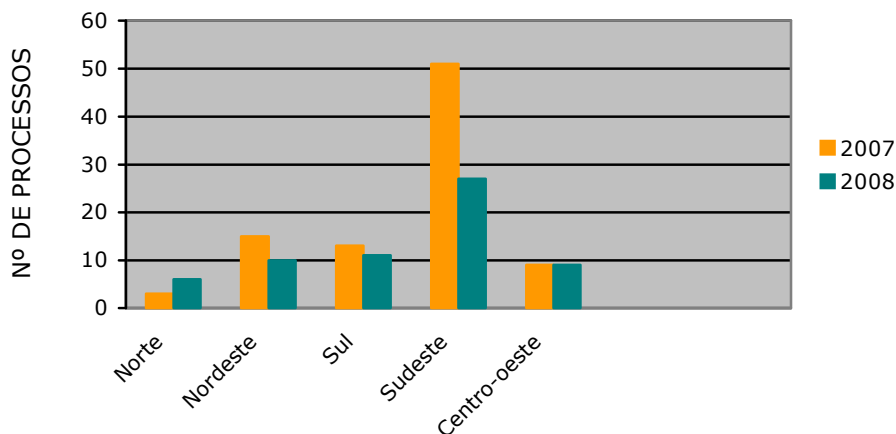
PARECERES..... 1.490

OUTRAS ATIVIDADES		9
Ciclo de palestras – Difusor Ambiental		1
Participação Cursos/Congressos/Seminários		3
Participação em Reuniões em Brasília		2
Viagens a Serviço		2
VIII Encontro Temático		1

GRÁFICOS COMPARATIVOS

Atendimentos efetuados por Informações Técnicas

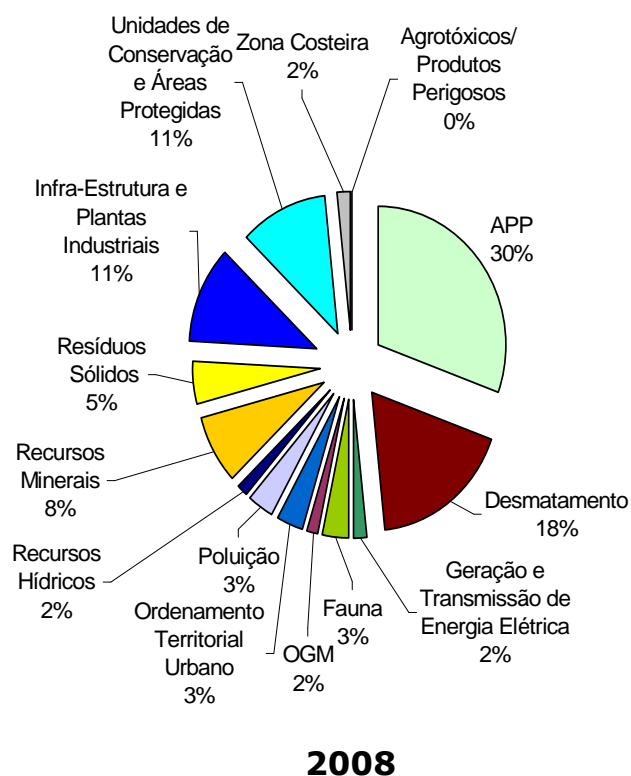
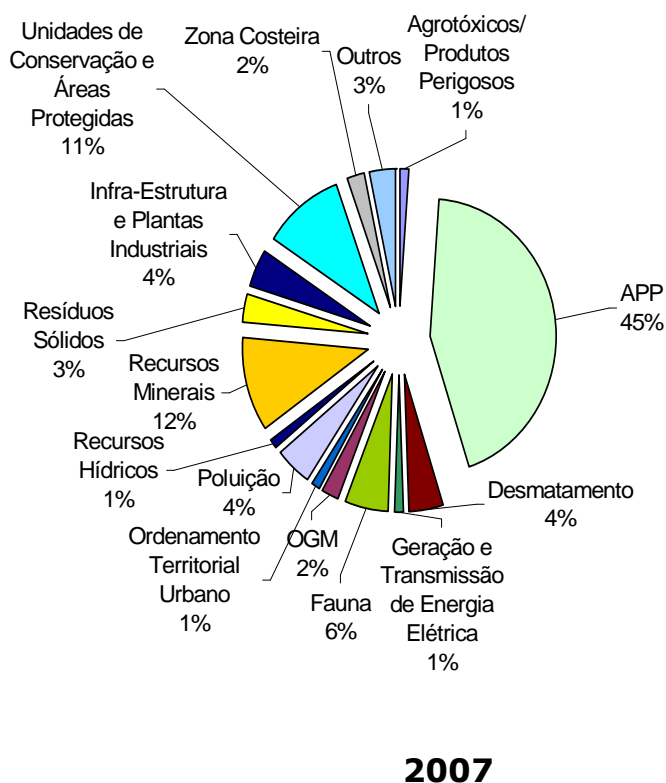
Por Região



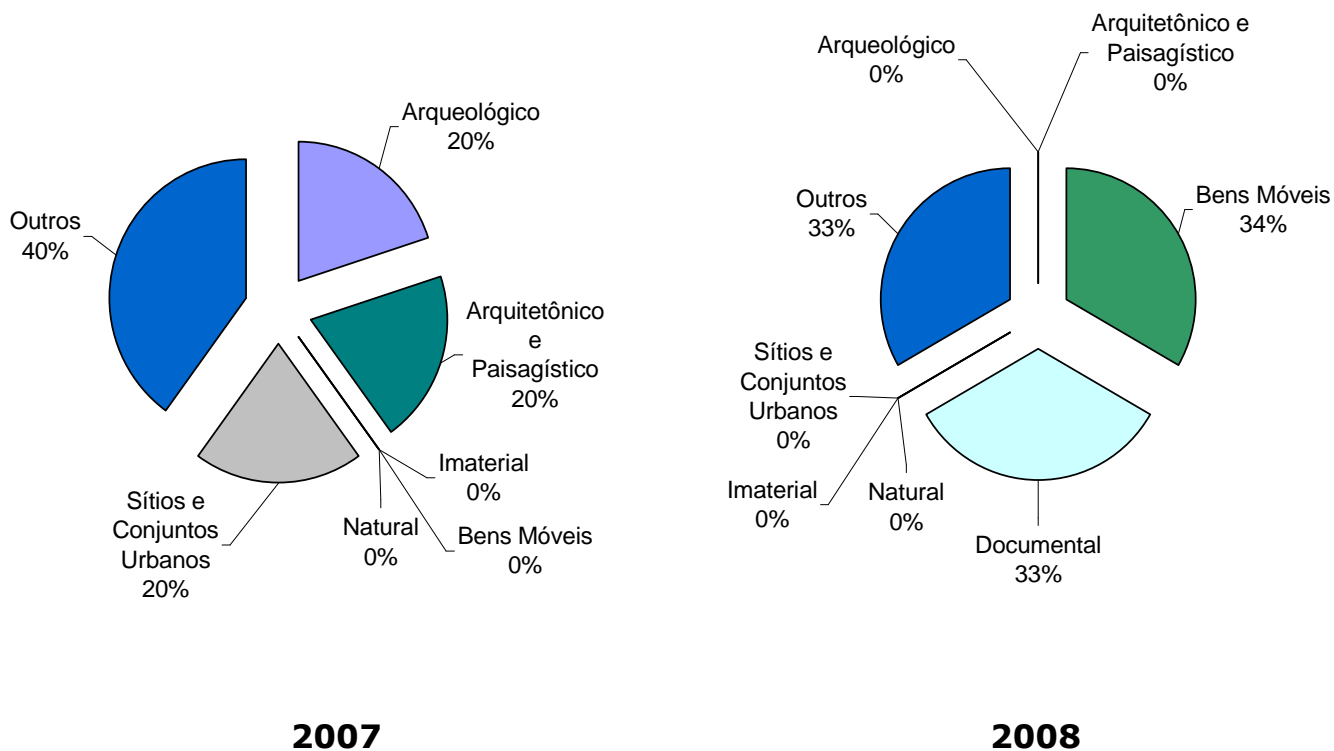
OBS: Os procedimentos originários da PGR, 4ª CCR e demais Câmaras de Coordenação e Revisão foram computados na região Centro-Oeste. Não computados os procedimentos de outros órgãos.

Por Área de Atuação

Meio Ambiente

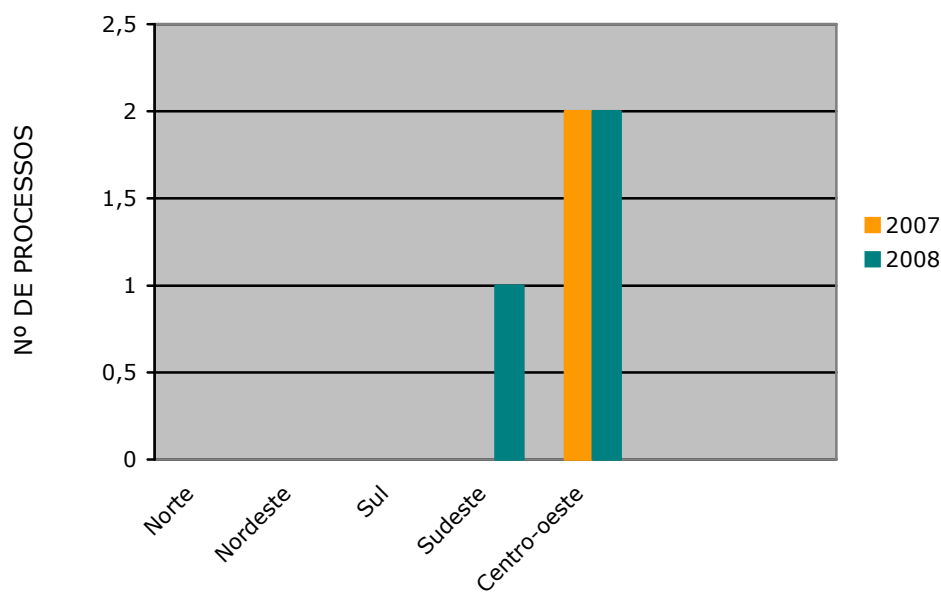


PATRIMÔNIO CULTURAL



Atendimentos efetuados por Notas Técnicas

Por Região

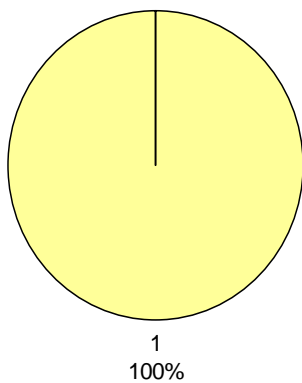


OBS: Os procedimentos originários da PGR e da 4ª CCR foram computados na região Centro-Oeste.

Por Área de Atuação

Meio Ambiente

Unidades de Conservação e Áreas Protegidas



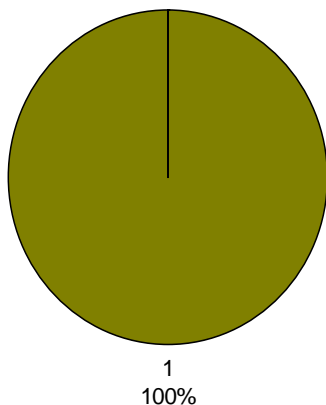
2007



2008

Patrimônio Cultural

Arqueológico

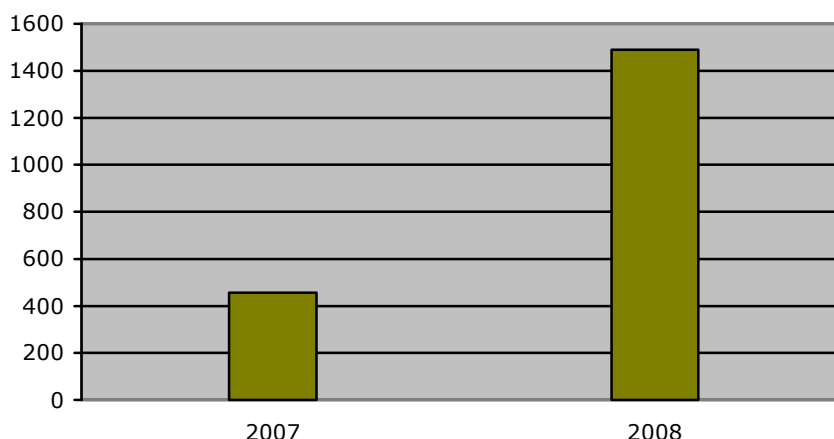


2007

Não há ocorrências em 2008.

2008

Pareceres



5.1 INFORMAÇÕES TÉCNICAS 65

Assunto	IT nº	Origem
Reportagem jornalística referente ao plantio destinado ao biocombustível e a destruição de matas nativas do cerrado.	008	2ª CCR
TAC firmado entre o MPF (PRM/Criciúma), a Fatma, o DNPM, o 10º Pelotão da Guarnição Especial de Polícia Militar Ambiental (GU ESP PMA e um grupo de mineradores, objetivando adequação legal das atividades de mineração de seixos na sub-bacia do rio Manoel Alves e seus afluentes na região sul de Santa Catarina, bem como a manutenção da atividade de lavra por parte das empresas e municípios signatários durante a elaboração do EIA/Rima.	009 ⁽¹⁾	PRM/Criciúma
Minuta de TAC a ser firmado entre o MPE/RJ e os Srs. Ricardo Tevez Zecchin e Marcelo Mattoso de Almeida, referente à construção de casa de veraneio na praia dos Morcegos, Ilha da Gipóia, em Angra dos Reis, área pertencente à APA Tamoios.	010	PRM/Angra dos Reis
Aspectos jurídicos do TAC firmado entre o MPF, o MPE/AP, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e a Colônia de Pescadores de Oiapoque referente à autorização temporária de pesca nas águas do Parna do Cabo Orange.	011	PR/AP
Apreensão de armas de valor histórico pela Polícia Federal, no Município de Jundáí.	012 ⁽¹⁾	PR/SE
TAC firmado entre o MPF (PRM/Resende) e o Sr. Luiz Sérgio Pereira Sarahyba, objetivando ajustar ações que visam promover a recuperação ambiental de APP objeto de intervenção (aração), na APA da Serra da Mantiqueira.	014	PRM/Resende
Minuta do TAC a ser firmado entre o MPF e a empresa Abril Radiodifusão S/A - MTV Brasil, objetivando ajustar ações da MTV do Brasil, no sentido de não realizar quaisquer programas ou matérias nos quais se veicule a imagem de animais silvestres, domésticos, nativos ou exóticos sujeitos a maus tratos, atos abusivos ou mutilação.	015	PR/SP
TAC firmado entre o MPF, a Sra. Helena Maria Buhler e o Sr. Robert Henrique Buhler, referente a incêndio criminoso em floresta e de derrubada de mata ciliar em propriedade particular na zona de amortecimento do Parna de Itatiaia e APA da Serra da Mantiqueira.	019	PRM/Resende
TAC firmado entre o MPF, o MPE, a CAERN e SEMURB, objetivando	022	PR/RN

estabelecer medidas para a ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Ponta Negra.		
TAC firmado entre o MPF, MPE, Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (Cetesb), Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) e Petrobras Transporte S/A (Transpetro), objetivando o estabelecimento de condicionantes ambientais a serem cumpridas para fins de obtenção do licenciamento das atividades desenvolvidas no Terminal Almirante Barroso (Tebar), localizado em São Sebastião.	024 ⁽¹⁾	PRM/São José dos Campos
Representação do Partido Verde acerca do não-cumprimento do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve), pela Petrobras, Agência Nacional de Petróleo (ANP) e Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).	030	PGR
Análise das medidas compensatórias proposta do Defap e Fepam referente aos danos ambientais decorrentes da implantação do gasoduto no interior do Parque Estadual do Tainhas, visando à retomada de elaboração do TAC a ser firmado entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S/A – TGB, com a interveniência do Ibama e dos Ministérios Públicos Estadual e Federal.	036 ⁽¹⁾	PRM/Caxias do Sul
TAC firmado entre o MPF (PR/PA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e pecuaristas da região da Reserva Biológica do Lago Piratuba, referente à retirada de bovídeos da referida Rebio.	038	PR/AP
TAC a ser firmado entre o Ibama e o criadouro conservacionista Miguel Dias, para fins de destinação de animais não ameaçados de extinção.	039	PR/CE
Proposta de Resolução Normativa, apresentada pela CTNBio, que trata de normas para liberação comercial de organismos geneticamente modificados e seus derivados.	041 ⁽¹⁾	GT Transgênicos
Obras e reformas implementadas em função da revisão do Plano de Manejo do Parna do Iguaçu.	047 ⁽¹⁾	PRM/Foz do Iguaçu (PR)
Depósito de lodo proveniente das obras de aprofundamento da calha do rio Tietê no Aterro de Inertes Claro Terraplanagem, localizado no Jardim Presidente Dutra, no Município de Guarulhos.	051 ⁽¹⁾	PGR
Montante a ser pago por um dos réus, como objeto de acordo judicial a ser entabulado nos autos da ACP nº 2006.72.02.010577-8/SC proposta pelo <i>Parquet</i> , em face Consórcio Energético Foz do Chapecó – CEFC, do Ibama e o Município de Dois Irmãos das Missões, como assistente, a título de compensação ambiental, em razão do AHE Foz do Chapecó.	052	PRM/Chapecó
Consulta que trata da possibilidade de aplicação da Lei sobre Gestão de Florestas Públicas com vistas a utilização sustentável dos recursos naturais de florestas consideradas como Patrimônio Nacional pela Constituição Federal.	056	Particular (campinas)
Proposta de honorários periciais apresentada pelo Perito Judicial para instrução da ACP instaurada devido à denúncia de irregularidades e danos ambientais ao Conjunto Habitacional Vila Rica em decorrência da implantação da Rodovia do Contorno de Volta Redonda.	057 ⁽¹⁾	PRM/Volta Redonda
Extração irregular de madeira no complexo Fazendas Reunidas São Manuel, em Aragominas, Santa Fé do Araguaia e Araguaia, no Estado de Tocantins.	071	PGR
Denúncia de invasão e ocupação de propriedade rural das empresas Agroindústria Terranorte S.A. e Agropecuária Virtuosa S.A., onde estariam ocorrendo desmatamento e retirada ilegal de madeira.	074	CGMPF
Conflito aparente de normas, compatibilidade das Resoluções Conama, referentes ao empreendimento turístico <i>Aquiraz Riviera</i> , a ser construído em campo de dunas, no pós-praia do Presídio, distrito	076	PR/CE

de Jacaúna, no Município de Aquiraz.

Minuta de TAC a ser firmado entre o MPF (PRM/SJPRETO) e o Sr. Paulo André Chalella, visando a reparação de danos causados ao meio ambiente devido à supressão de vegetação de Mata Atlântica, no Município de Nova Aliança.	077	PRM/São José do Rio Preto
TAC firmado entre o MPF, a Companhia Canavieira de Jacarezinho e a Companhia Agrícola Usina Jacarezinho, que trata de recuperação de APP, em trecho do rio Paranapanema, decorrente de degradação causada pela Companhia Agrícola Jacarezinho.	088	PRM/Jacarezinho
TAC firmado entre o MPF, Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler (Fepam) e o Sr. André Slongo, referente à extração irregular de argila, sem as devidas licenças do DNPM e da Fepam, em área localizada na Linha São Brás, Vila Segredo, Município de Ipê.	093	PRM/Caxias do Sul (RS)
TAC firmado pelo Município de Saubara e pela Associação de Barraqueiros de Praia do Município de Saubara, perante a União representada pela AGU e pela SPU, por intermédio da GRPU/BA objetivando resolver o problema de ocupação irregular da orla de Saubara.	094	PR/BA
Minuta de TAC referente à ocupação irregular às margens do reservatório da UHE Marimbondo, para implantação do Condomínio Baías de Santa Mônica, no Município de Fronteira.	095	PRM/Uberaba
Desmatamento ultrapassando os limites autorizados no projeto de assentamento da localidade de Anauerapucu, no Município de Santana, adentrando propriedade particular.	100	PR/AP
Competência para licenciamento ambiental em área de assentamento para reforma agrária e atribuições do Ibama.	108	PRM/Vitória da Conquista
EIA/Rima referentes aos empreendimentos denominados Contornos Ferroviários de Joinville e de São Francisco do Sul.	109 ⁽¹⁾	PRM/Joinville
TAC referente à averiguação se os valores depositados em decorrência da supressão vegetal em áreas de conservação criadas no Estado do Pará, por parte das atividades mineradoras, estão sendo revertidos diretamente para a unidade afetada.	110	PR/PA
Prorrogação de Inquérito Civil Público a fim de acompanhar as discussões a respeito da celebração de novo Acordo de Cooperação para Gestão Ambiental Compartilhada, entre o Ibama e a Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), objetivando a adequação jurídica da atuação dos órgãos do Sisnama no controle e fiscalização das atividades desenvolvidas em APPs.	113	PR/MG
Parcelamento, efetuado pelo INCRA, no Assentamento Zumbi dos Palmares, em áreas com florestas e demais vegetações protegidas por normas jurídicas, cuja implantação exija corte raso.	116	PRM/Campos dos Goytacazes
EIA/Rima referentes aos empreendimentos denominados Contornos Ferroviários de São Francisco do Sul.	117 ⁽¹⁾	PRM/Joinville
Debate público a respeito da ação externa da Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), e o abandono do projeto de exploração de petróleo no Parna Yasuni, no Equador.	118	Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA)
Minuta de TAC a ser firmado entre o MPF e os Srs. Luiz Antônio Pereira Filho e João Dias de Paiva, referente ao corte de árvores em floresta considerada de Preservação Permanente, localizada na margem da represa do Funil, no entorno Sul do Parna do Itatiaia.	122	PR/RJ
TAC firmado entre o MPF e o Sr. Fernando Moreira Diniz, referente à roçada de vegetação às margens do rio Preto, área integrante da APA da Serra da Mantiqueira e situada no entorno do Parna do Itatiaia.	125	PRM/Resende
Ocupação irregular causada pela Petrobras em área de mangue e restinga, devido à implantação do Terminal Norte Capixaba, no Município de São Mateus.	129 ⁽¹⁾	PR/ES

TAC entre o MPF e o Sr. Marcelo Traça Gonçalves, objetivando promover a restauração dos danos ambientais causados em virtude da prática de aração por trator em APP, bem como queimada de vegetação, sem o devido licenciamento ambiental, atingindo, inclusive, nascentes difusas e uma faixa de fragmento florestal.	133	PRM/Resende
TAC a ser firmado entre o MPF, o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e a Construtora Cowan Ltda., objetivando a recuperação ambiental de área degradada por atividade mineradora, realizada pela Construtora Cowan Ltda, na região da Fazenda Santana da Lapa.	138	PRM/Campinas
TAC firmado entre o Ibama e o Sr. José Bernardino Reis Leal, referente ao desmatamento e uso de fogo em vegetação nativa, considerada como Mata Atlântica, sem permissão legal, nas propriedades de Fazenda Água Fria e Sítio Paiol de Tábua.	139	PRM/Angra dos Reis
Danos ambientais em imóveis rurais onde seriam implantados projetos de assentamentos de reforma agrária pelo INCRA.	141 ⁽¹⁾	PR/PE
Minuta de TAC a ser firmado entre o MPF e a Sra. Christiane Bodinio, objetivando apurar construção, sem autorização, de um muro de alvenaria, localizado dentro do Parna do Itatiaia.	143	PR/RJ
Competência do órgão ambiental para fiscalizar construções irregulares em APP, localizadas na mata ciliar do rio Uruguai.	150	PRM/Santa Rosa
Vedação de acesso de pesquisadores da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia (Asbrap) a registros paroquiais pela Igreja Católica.	155 ⁽¹⁾	PRM/Bragança Paulista
Implantação, pela Petrobras, de um pólo petroquímico na região de Itambi, Município de Itaboraí/RJ, denominado Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), em local próximo à APA de Guapimirim.	176	PRM/São Gonçalo
Edificações localizadas dentro dos limites do Parna de Itatiaia, as quais deveriam ser demolidas e seus entulhos removidos para local apropriado, bem como apresentação de projeto para recuperação de toda a APP da propriedade.	178	PR/RJ
Relatório de vistoria referente à denúncia de possíveis irregularidades no aproveitamento de material lenhoso nativo de Cerrado como matriz energética pela Bunge Alimentos S.A., em Luziânia.	183 ⁽¹⁾⁽²⁾	PR/DF
Construção do empreendimento denominado Adutora do Oeste, sem as licenças ambientais do órgão competente.	190 ⁽¹⁾	PRM/Petrolina
Atribuições do MPF para atuação em situações de danos ambientais ocorridos na floresta amazônica, bioma definido pela Constituição Federal como integrante do Patrimônio Nacional.	197	PGR
Minuta de "Contra-Proposta de Termo de Acordo Judicial", a ser apresentado nos autos de, em face do Estado de São Paulo e CEF, tendo como pedido principal "a declaração de nulidade dos atos relacionados à designação e à convocação de Audiência Pública, relativa ao empreendimento 'Central de Tratamento de Resíduos Leste - CTL'.	198	PR/SP
TAC firmado entre o MPF, o MPE/RS, o Município Balneário Pinhal, com a participação da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler – FEPAM e a Gerência Regional do Patrimônio da União – GRPU, referente a retirada de famílias de imóvel irregularmente ocupado.	212 222	PR/RS
Irregularidades nas redes de águas pluviais na bacia hidrográfica de Jacarepaguá.	230	4ª CCR
TAC firmado entre o Ibama e a Companhia Siderúrgica Ibérica do Pará, objetivando a execução, até o ano de 2018, do plantio de espécies nativas no Estado do Pará, equivalente ao volume de 589.210,40MDC, e a manutenção da área reflorestada por até 10 anos após a execução de cada Plano Anual de Reflorestamento.	234	PRM/Marabá

TAC firmado entre o MPF e a Sr ^a . Maria das Dores Romualdo dos Santos, referente à ampliação de sua residência e impermeabilização do solo, em área considerada de preservação permanente (APP), ou seja, na margem esquerda do Córrego das Cruzes, no Município de Itatiaia.	244	PRM/Resende
TAC firmado entre a PRM/Resende e a empresa Votorantim Celulose e Papel S/A, objetivando a recuperação de área marginal do reservatório da AHE Funil.	246	PRM/Resende
TAC firmado entre o MPF (PRM/Resende) e o Sr. Edson Lafrendi, referente à recuperação de danos ambientais decorrentes de queimada em uma extensão de 06 hectares.	247	PRM/Resende
TAC firmado entre o MPF (PRM/Resende), a Agência de Meio Ambiente de Resende/RJ e o Sr. Antônio Luiz Pires, referente à recuperação de danos ambientais decorrentes da remoção de vegetação em APP e extração mineral de saibro, sem licenciamento ambiental.	248	PRM/Resende
TAC firmado entre o MPF (PRM/Resende) e o Sr. Nilson Nunes dos Santos, referente à recuperação de danos ambientais ocasionados em APP.	249	PRM/Resende
Minuta de Recomendação ao Banco da Amazônia S.A. (BASA) quando da concessão de crédito rural a agroempresários.	280	PR/AC
Responsabilidade pela fiscalização do cumprimento da Cota de Tela estabelecida pela Lei 8.401/92.	290	PR/RJ
Minuta de TAC a ser firmado entre o MPF, Ibama, o Instituto de Meio Ambiente do Estado de Alagoas – IMA, o DNPM e outros, com o objetivo de regularizar às atividades de aproveitamento mineral de argila e saibro no Estado de Alagoas.	294	PR/AL
Projeto de Lei nº 676/2008, que autoriza supressão de vegetação de preservação permanente, no Município de Trindade.	306 ⁽¹⁾	PRM/Petrolina

Nota: ⁽¹⁾ Elaborada juntamente com a Gerência Técnica.
⁽²⁾ Elaborada juntamente com Analista Pericial em Biologia lotado na PR/DF.

5.2 NOTAS TÉCNICAS 4

Assunto	NT nº	Origem
Situação dos Procedimentos Administrativos provenientes do Estado de Santa Catarina, em trâmite na 4ª CCR.	26 ⁽¹⁾	4ª CCR
Importação de pneus usados no país, bem como sobre eventuais providências relativas à matéria adotada pelo MPF.	28	PR/MS
Previsões normativas de intervenção em APP, em confronto ao Enunciado nº 01/2005 – 4ª CCR, de 15/12/2005, bem como as atuais regras de instauração e tramitação do inquérito civil.	29	4ª CCR
TAC a ser firmado entre o ICMBio e o Fundo de Pensão da Caixa Econômica Federal – FUNCEF, com a interveniência do MPF, tendo como objeto regularizar temporariamente a permanência do pier instalado no interior da Estação Ecológica Tamoios, na praia do Tanguá.	40	PRM/Angra dos Reis

Nota: ⁽¹⁾ Elaborada juntamente com a Gerência Técnica.

5.3 Pareceres 1.490

5.4 OUTRAS ATIVIDADES 9

5.4.1 Ciclo de Palestras – Difusor Ambiental 1

Evento	Analista(s)(*)	Data
Organismos Geneticamente Modificados – aspectos jurídicos.	1 (GJ)	25 de setembro

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **GJ** = Gerente Jurídico; **GT** = Gerente Técnico; **AP** - Analista Processual; **A** = Arqueologia; **ANT** = Antropologia; **AR** = Arquitetura; **B** = Biologia; **BB** = Biblioteconomia; **EA** = Engenharia Agrônoma, **EC** = Engenharia Civil; **ES** = Estagiários; **F** = Engenharia Florestal; **G**= Geografia; **GE** = Geologia; **Q** = Engenharia Química e **S** = Engenharia Sanitária.

5.4.2 Participação em Cursos/Congressos/Seminários 3

Assunto	Participantes	Local	Período
Seminário de Avaliação e Planejamento das Ações de Monitoramento e Controle do Plano de Ação para Prevenção e Controle dos Desmatamentos na Amazônia Legal.	1 (GJ)	Belém/PA	13 a 15 de fevereiro
Curso de Patrimônio Cultural.	1 (BB/G) 2 (AP) 3 (AR)	ESMPU	15 a 18 de setembro
VIII Encontro Temático da 4ª CCR/MPF – “Espaços Territoriais Especialmente Protegidos”.	1 (ANT/GJ/GT/F/G/S ¹) 2 (AP) 3 (GE ²) 4 (B ³)	Florianópolis/SC	19 a 21 de novembro

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **GJ** = Gerente Jurídico; **GT** = Gerente Técnico; **AP** - Analista Processual; **A** = Arqueologia; **ANT** = Antropologia; **AR** = Arquitetura; **B** = Biologia; **BB** = Biblioteconomia; **EA** = Engenharia Agrônoma, **EC** = Engenharia Civil; **ES** = Estagiários; **F** = Engenharia Florestal; **G**= Geografia; **GE** = Geologia; **Q** = Engenharia Química e **S** = Engenharia Sanitária.

5.4.3 Participação em Reuniões em Brasília 2

Assunto	Origem	Participantes (*)	Local	Data
Avaliação Ambiental Integrada da bacia hidrográfica do rio Uruguai.	4ª CCR	1 (ANT/G/GE/S) 2 (AP/B/F) Representantes das Procuradorias da República nos Estados	PGR	29 de fevereiro
Solução para a presença humana em Unidade de Conservação de Proteção Integral – o caso dos quilombolas no Parna Aparados da Serra, no Estado de Santa Catarina.	PRM/Caxias do Sul	1 (GJ/GT/F) e Dr. Mario Gisi	4ª CCR	14 de novembro

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **GJ** = Gerente Jurídico; **GT** = Gerente Técnico; **AP** - Analista Processual; **A** = Arqueologia; **ANT** = Antropologia; **AR** = Arquitetura; **B** = Biologia; **BB** = Biblioteconomia; **EA** = Engenharia Agrônoma, **EC** = Engenharia Civil; **ES** = Estagiários; **F** = Engenharia Florestal; **G**= Geografia; **GE** = Geologia; **Q** = Engenharia Química e **S** = Engenharia Sanitária.

5.4.4 Viagens a Serviço 2

Assunto	Origem	Participantes (*)	Local	Data
Vistoria em fazendas de plantio de eucalipto, próximos à cidade de Luziânia.	PR/GO	1 (AP/EA/F)	Luziânia/GO	13 e 14 de março
Reunião sobre o empreendimento Aquiraz Riviera.	PR/CE	1 (GT/GJ/B/G)	Fortaleza/CE	22 a 24 de abril

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **GJ** = Gerente Jurídico; **GT** = Gerente Técnico; **AP** - Analista Processual; **A** = Arqueologia; **ANT** = Antropologia; **AR** = Arquitetura; **B** = Biologia; **BB** = Biblioteconomia; **EA** = Engenharia Agrônoma, **EC** = Engenharia Civil; **ES** = Estagiários; **F** = Engenharia Florestal; **G**= Geografia; **GE** = Geologia; **Q** = Engenharia Química e **S** = Engenharia Sanitária.

5.4.5 VIII Encontro Temático - Espaços Territoriais Especialmente Protegidos 1

Assunto	Analistas(*)
Palestrante no Painel nº 1 – Unidades de Conservação, com o tema: “Aspectos jurídicos das unidades de conservação de uso sustentável”.	1 (GJ)

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **GJ** = Gerente Jurídico; **GT** = Gerente Técnico; **AP** - Analista Processual; **A** = Arqueologia; **ANT** = Antropologia; **AR** = Arquitetura; **B** = Biologia; **BB** = Biblioteconomia; **EA** = Engenharia Agrônoma, **EC** = Engenharia Civil; **ES** = Estagiários; **F** = Engenharia Florestal; **G**= Geografia; **GE** = Geologia; **Q** = Engenharia Química e **S** = Engenharia Sanitária.

5.5 AÇÕES PROPOSTAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

- ◆ Propiciar Treinamento para os Analistas Processuais nas áreas de direito ambiental, patrimônio cultural, redação oficial, atualização em língua portuguesa e em informática.
- ◆ Instalação de programa de gerenciamento de Procedimentos submetidos à apreciação do colegiado.

6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA GERÊNCIA TÉCNICA

A Gerência Técnica da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão presta assessoria aos Subprocuradores-Gerais da República integrantes da Câmara e aos Procuradores da República nos Estados e nos Municípios, destacando-se, entre suas atividades, nas áreas de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural:

- ♦ Análise técnica de procedimentos administrativos referentes a: EIA/Rimas, ações civis públicas, termos de ajustamento de conduta, projetos de lei, processos de licenciamento ambiental, promoções de arquivamento, programas, projetos e demais estudos ambientais e de patrimônio cultural;
- ♦ Realização de vistorias e perícias;
- ♦ Elaboração de estudos técnicos sobre assuntos específicos para subsidiar a atuação do MPF;
- ♦ Elaboração de quesitos para ações de produção de provas;
- ♦ Participação em ações judiciais como assistentes técnicos indicados pelo MPF e acompanhamento de perícias judiciais;
- ♦ Participação em reuniões técnicas com órgãos e entidades envolvidos com a questão ambiental e o patrimônio cultural, especialmente no Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama;
- ♦ Consolidação do Relatório Anual de Atividades;
- ♦ Consolidação dos Relatórios Mensais de Atividades da equipe de Analistas, Analistas periciais e Assessores;
- ♦ Participação em audiências públicas e judiciais;
- ♦ Participação nos Grupos de Trabalho da 4ª CCR fornecendo subsídios aos Membros;
- ♦ Apoio técnico para a elaboração da página eletrônica e outras atividades internas de interesse da 4ª CCR;
- ♦ Participação e fornecimento de subsídios técnicos aos eventos organizados pela 4ª CCR ou por ela apoiados;
- ♦ Subsídios técnicos para pronunciamentos dos Membros do MPF em eventos externos na área de meio ambiente e patrimônio cultural;
- ♦ Participação em cursos, congressos e seminários;
- ♦ Orientação de estágios.

No ano de 2008, a Gerência Técnica elaborou 259 (duzentos e cinquenta e nove) Informações Técnicas, com base em solicitações dos Subprocuradores-Gerais da República Membros desta Câmara bem como dos Procuradores da República nos Estados e nos Municípios, sendo que, 16 (dezesesseis) foram elaboradas juntamente com a Gerência Jurídica.

As informações que objetivam atender consultas informais, relato em eventos externos como Cursos, Congressos e Seminários, participação em reuniões, entre outros, são organizadas em Notas Técnicas, sendo que, no ano de 2008, totalizaram 37 (trinta e sete), sendo 1 (uma) elaboradas juntamente com a Gerência Jurídica.

Foram canceladas as Informações Técnicas de números 221 e 289, e elaboração de duas ITs com o número 212, uma utilizada pela Gerência Jurídica e a outra pela Gerência Técnica .

	TOTAIS
6.1 INFORMAÇÕES TÉCNICAS	259
6.1.1 Análise de EIA/RIMA e Correlatos	38
6.1.2 Análise de Procedimentos/Documentação Técnica	129
6.1.3 Análise e Acompanhamento de Termo de Ajustamento de Conduta dos Estados	45
6.1.4 Participação em Processos Judiciais	29
6.1.5 Estudos sobre Temas Específicos	10
6.1.6 Relatório de Reunião	8
6.2 NOTAS TÉCNICAS	37
6.3 OUTRAS ATIVIDADES	220
6.3.1 Atendimentos Informais	3
6.3.2 Atividades Específicas para subsidiar atuação dos Membros	1
6.3.3 Atividades Específicas para subsidiar elaboração de Informação Técnica	6
6.3.4 Avaliação Prévia de demandas existentes	73
6.3.5 Ciclo de palestras – Difusor Ambiental	8
6.3.6 Estudos Específicos para subsidiar elaboração de Informação Técnica	20
6.3.7 Estudos Específicos sem elaboração de Informação Técnica	1
6.3.8 Participação em Cursos, Congressos e Seminários	20
6.3.9 Reuniões Externas em Brasília	15
6.3.10 Reuniões Internas	17
6.3.11 Viagens a Serviço	54
6.3.12 VIII Encontro Temático “Espaços Territoriais Especialmente Protegidos”	2
6.4 AÇÕES PROPOSTAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	

QUADROS DEMONSTRATIVOS

INFORMAÇÕES TÉCNICAS																							259							
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS/ ESTADO	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	PGR	4CCR (*)	TOTAL
Análise de EIA/RIMA		1				9					2	1	1					1	10	1			4	6		2				38
Análise de Procedimentos/ Documentação Técnica	2		1		6	6	13	1	3	4	12	1	1	3		9	1	3	20		2	1	14	12	1	9	1	3		129
Análise de TAC nos Estados		1		1					1	1	1			3				2	25				4	2		4				45
Participação em Processos Judiciais			3			3	4	1	1	1	1			1	1				5				6	1		1				29
Estudos sobre Temas Específicos																							1				2	7		10
Relatório de Reunião																											4	4		8
TOTAL	2	2	4	1	6	18	17	2	5	6	16	2	1	8	1	9	1	6	60	1	2	1	29	21	1	16	1	9	11	259

Nota: (*) Sendo considerados procedimentos originários da 4ª CCR e dos seus Grupos de Trabalho, que para o ano de 2008 ocorreram demandas do GT Ordenamento Urbano, GT Transgênicos e GT Poluição por Resíduos Sólidos.

NOTAS TÉCNICAS																							37								
MEIO AMBIENTE	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	4CCR (*)	PGR	OUTROS ÓRGÃOS	TOTAL
Agrícolas/Produtos Perigosos											1																		1		2
APP					1																										1
Desmatamento																															-
Fauna										1																	1	2			4
Geração e Transmissão de Energia Elétrica																												5			5
Infra-estrutura e Plantas Industriais																							1								1
OGM						1																					3				4
Ordenamento Urbano					2																										2
Poluição																		1									2				3
Recursos Hídricos										1																	3				4
Recursos Minerais			1							1												1	1								4
Resíduos Sólidos																											1				1
Unidades Conservação e Áreas Protegidas																						2									2
Zona Costeira																															-
Outros																											2				1
SUBTOTAL	-	-	1	-	-	3	1	-	-	-	3	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	3	1	1	-	-	12	8	-	35
PATRIMÔNIO CULTURAL	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	4CCR	PGR	OUTROS ÓRGÃOS	TOTAL
Arqueológico																							1		1						2
SUBTOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	2
TOTAL	-	-	1	-	-	3	1	-	-	-	3	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	3	2	1	1	-	12	8	-	37

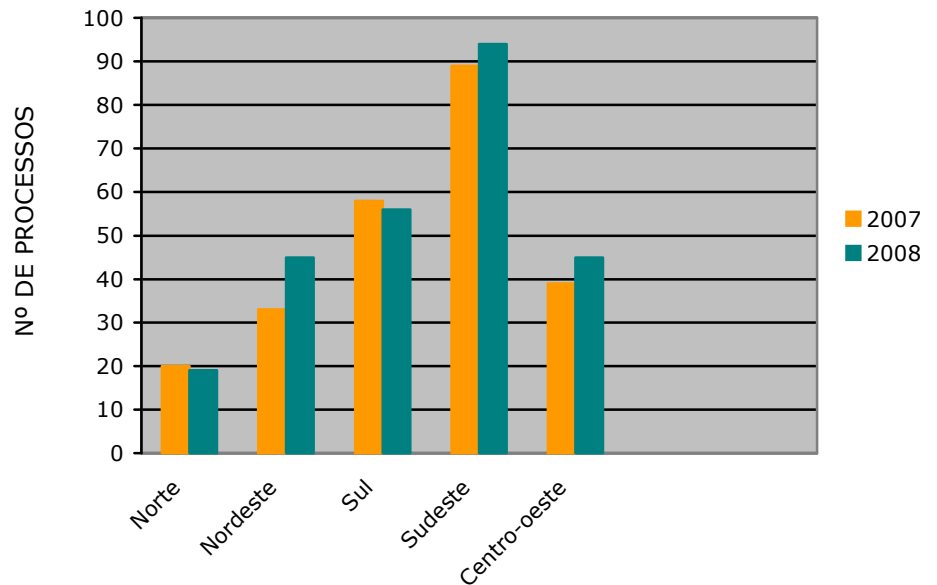
Nota: (*) Sendo considerados procedimentos originários da 4ª CCR e dos seus Grupos de Trabalho, para o ano de 2008 ocorreram demandas do GT Poluição por Resíduos Sólidos e Esgotos e GT Transgênicos.

OUTRAS ATIVIDADES																							220
-------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----

GRÁFICOS COMPARATIVOS

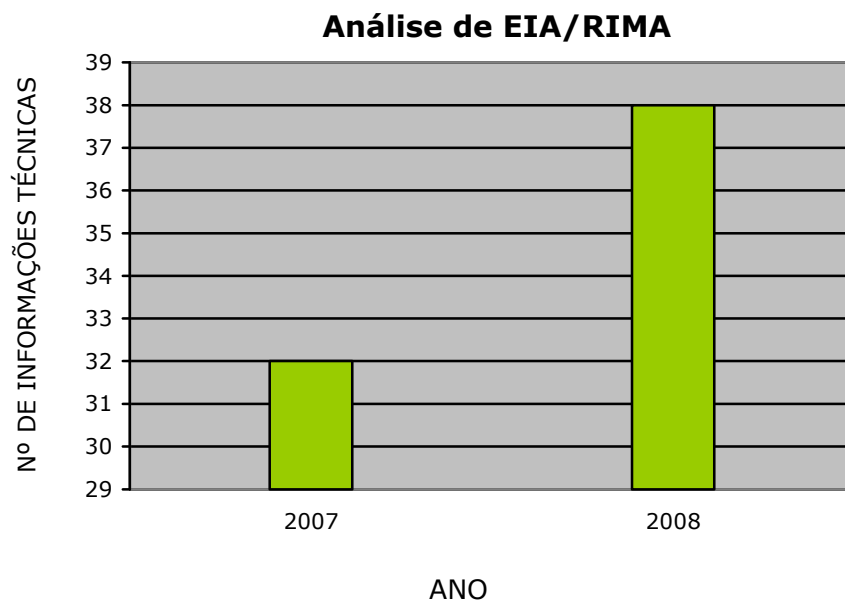
Atendimentos efetuados por Informações Técnicas

Por Região

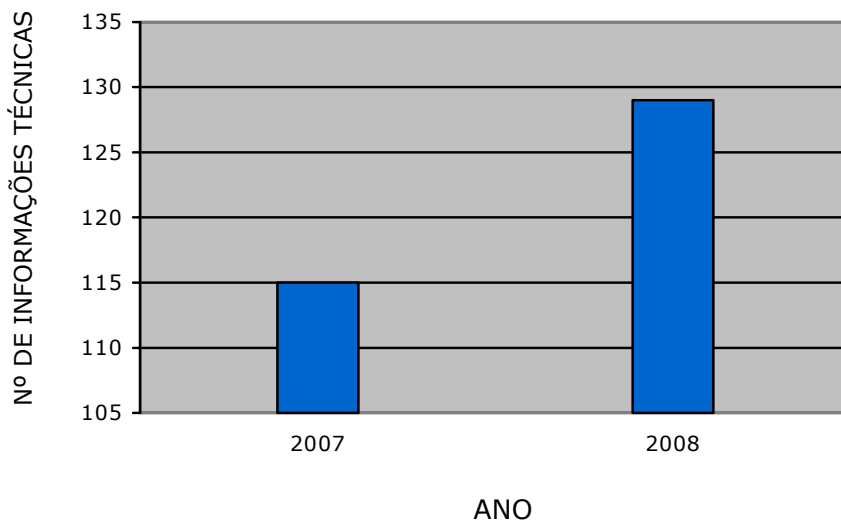


OBS: Os procedimentos originários da PGR e da 4ª CCR foram computados na região Centro-Oeste.

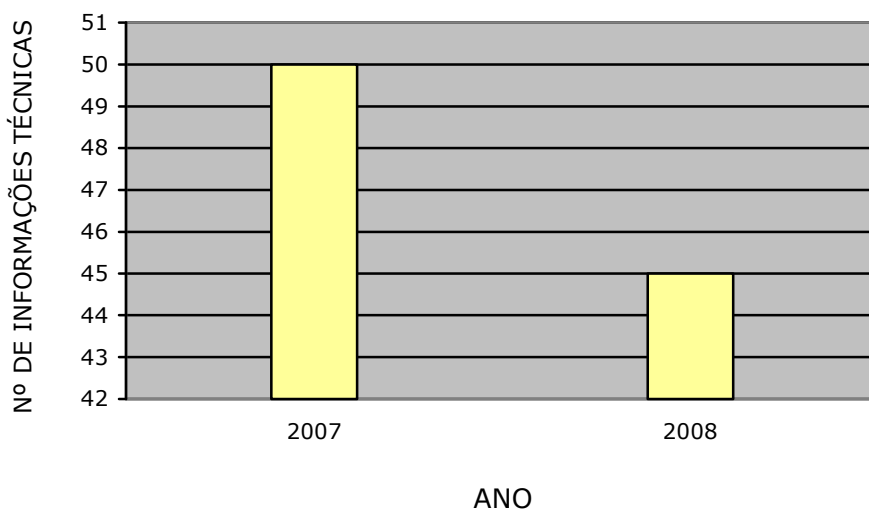
Por Atividades Desenvolvidas



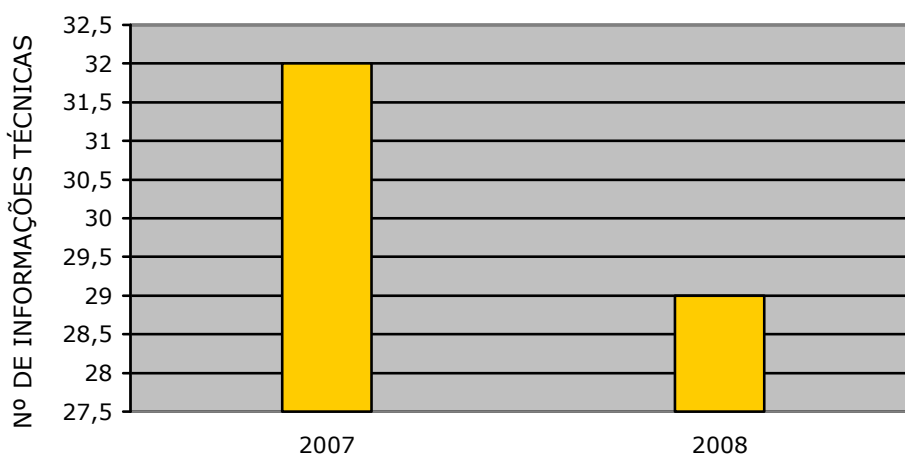
Análise de Procedimentos/ Documentação Técnica



Análise de TAC nos Estados

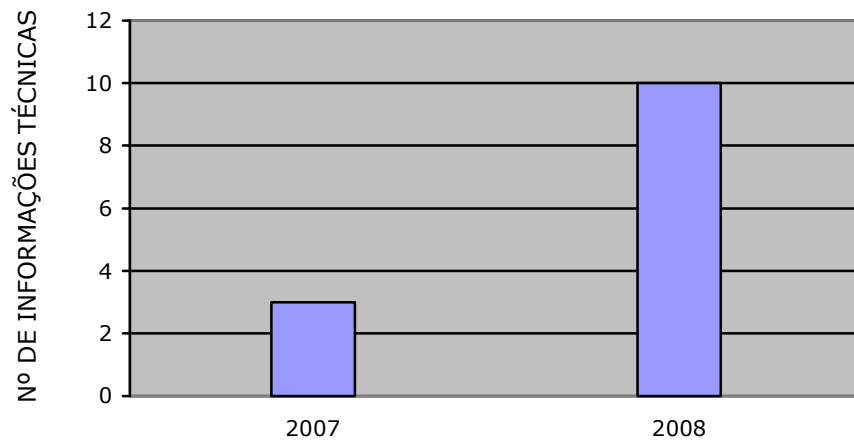


Participação em Processos Judiciais



ANO

Estudos sobre Temas Específicos



ANO

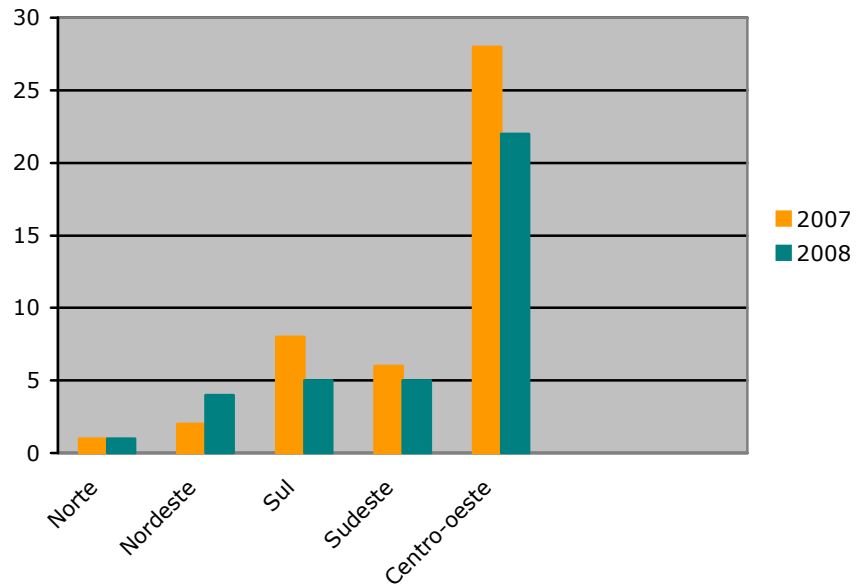
Relatório de Reunião



ANO

Atendimentos efetuados por Notas Técnicas

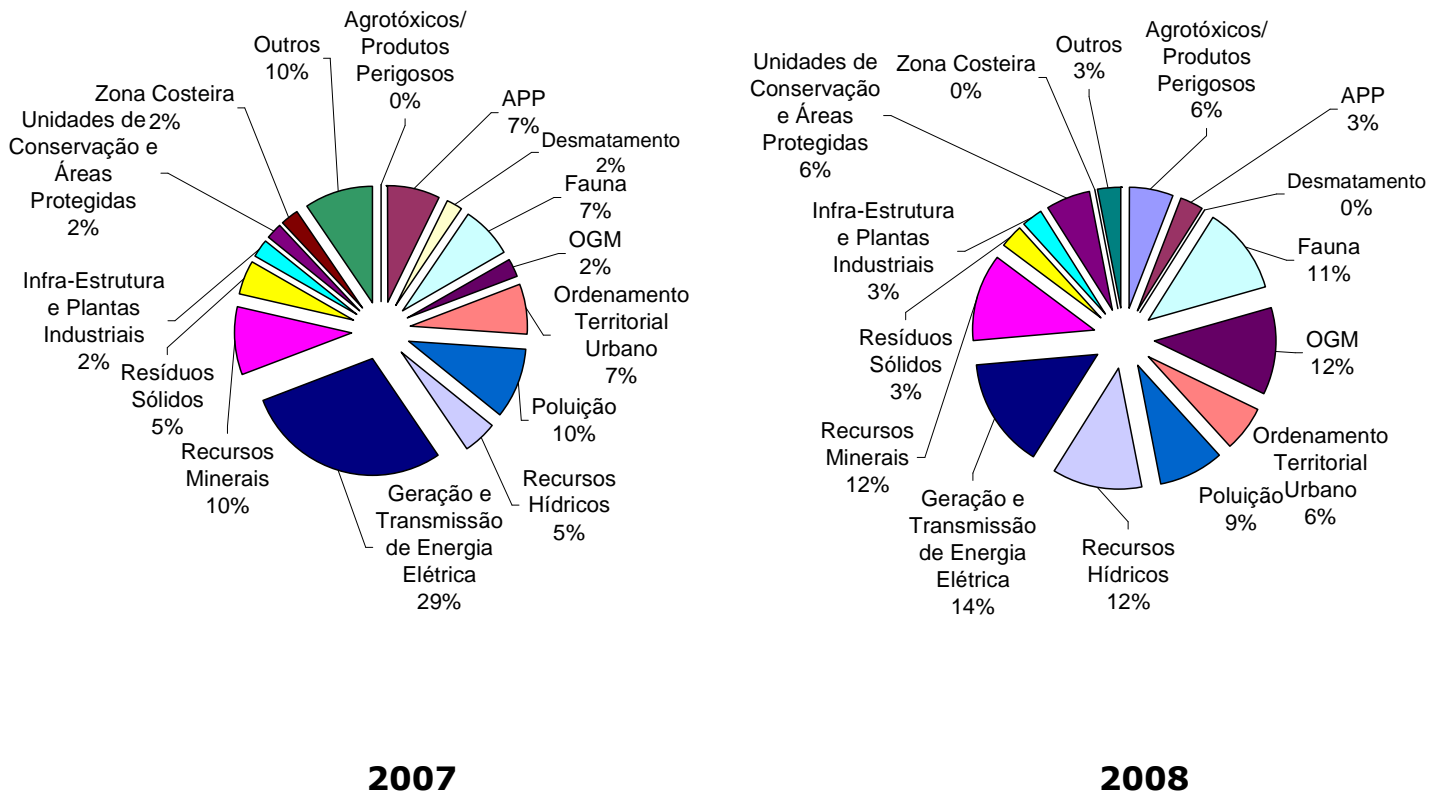
Por Região



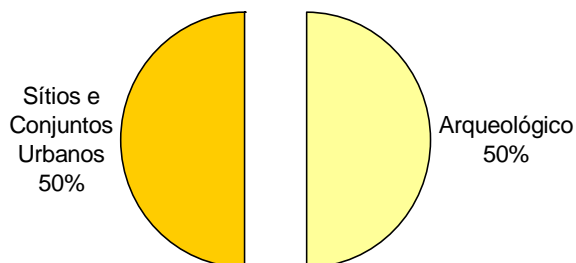
OBS: Os procedimentos originários da PGR, da 4ª CCR e Grupos de Trabalho da 4ª CCR foram computados na região Centro-Oeste.

Por Área de Atuação

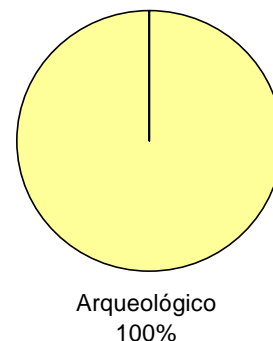
Meio Ambiente



Patrimônio Cultural



2007



2008

6.1 INFORMAÇÕES TÉCNICAS 259

6.1.1 Análise de EIA/Rima e Correlatos 38

Assunto	IT nº	Origem
Estudos complementares ao EIA/Rima referente ao complexo de produção de fertilizante fosfatado da Indústria de Fosfatos Catarinense Ltda. (IFC), unidade minero-industrial a ser implantada no Município de Anitápolis/SC.	037	
Estudo suplementares (Volume XI) - implantação de uma linha de transmissão.	266	PR/SC
Resumo geral relativo às providências necessárias visando ao saneamento de deficiências encontradas nos estudos ambientais prévios.	282	
Análise técnica do documento "Relatório de Análise Qualitativa de Risco da Barragem de Rejeitos".	288	
Quesitos à cláusula 8ª do TAC firmado entre o Ibama; a empresa Energética Barra Grande S.A – Baesa; o MME; o MMA; a AGU e o MPF, referente à Avaliação Ambiental Integrada dos Aproveitamentos Hidrelétricos da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai.	045	PRM/Erechim (RS)
Termo de Referência para a elaboração do EIA/Rima da UTE Setentrional.	048	PR/CE
Nota Informativa n.º 006 do Coend/Cgene/Diliq/Ibama, referente à Unidade 3 da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – Angra 3.	079	PRM/Angra dos Reis
Projeto Básico Ambiental (PBA) das empresas "Chamflora Três Lagoas Agro Florestal Ltda., Fábrica de Celulose" e "International Paper do Brasil Ltda., Fábrica de Papel" e o "Relatório de Evolução das Ações do Projeto Básico Ambiental", das duas empresas.	097	PRM/Três Lagoas

EIA do projeto de emissário submarino de Ponta Negra para tratamento e disposição final dos esgotos sanitário, na cidade de Natal,.	099	PR/RN
EIA/Rima e de 76 Relatórios Individuais, sobre o aproveitamento econômico de gnaisses, como rocha para revestimento, no Município de Santo Antônio de Pádua.	104 105 114	PRM/Itaperuna
EIA/Rima referentes aos empreendimentos denominados Contornos Ferroviários de Joinville.	109 ⁽¹⁾	PRM/Joinville
EIA/Rima referentes aos empreendimentos denominados Contornos Ferroviários de São Francisco do Sul.	117 ⁽¹⁾	PRM/Joinville
EIA/Rima do licenciamento do projeto da Companhia Brasileira de Alumínio - CBA de instalação, em trecho do rio Ribeira de Iguape, da UHE do Tijuco Alto, análise nas áreas de arqueologia e espeleologia.	121	PRM/Sorocaba
EIA/Rima das UHE Cachoeirinha, São João e Salto Grande, planejadas para serem instaladas na bacia do rio Chopim.	146	PRM/Pato Branco
Rimas dos projetos das UTEs Porto de Pecém II, Maracanaú IV, Termocaucaia I e II, Termolux I e II, no que tange aos impactos dos empreendimentos na qualidade do ar.	154	PR/CE
Análises de documentos técnicos e do EIA/Rima do Projeto Expansão III da empresa Rio Paracatu Mineração - RPM, que permitirá atingir o processamento de 61 milhões de t/ano de rocha mineralizada, bem como vistoria ambiental nas instalações da Mina Morro do Ouro, explorada pela empresa.	158	PRM/Patos de Minas
EIA/Rima do aterro sanitário para tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos do Município de Maceió.	160	PR/AL
Licenciamento para a construção do Complexo Siderúrgico e Terminal Portuário do Complexo Siderúrgico da ThyssenKrupp CSA - Companhia Siderúrgica do Atlântico, na Baía de Sepetiba e do Relatório Ambiental Simplificado - RAS para a disposição de Material Silto-Argiloso no Terreno da Base Aérea de Santa Cruz, de propriedade do Ministério da Defesa, localizados na Baía de Sepetiba.		
- Análise (parcial) dos estudos de impacto ambiental referente ao "Licenciamento de Instalação para o desvio do Canal de São Fernando" e do PRAD do Manguezal na área do terminal Portuário da TKCSA.	163	
- Análise preliminar das alterações de projeto ocorridas ao longo do processo de licenciamento.	164	PR/RJ
- Análise técnica do PRAD intitulado "Área de Deposição de Sedimentos Dragados para Implantação do Terminal Portuário e Aterro Hidráulico do Complexo Siderúrgico da ThyssenKrupp CSA", elaborado em junho de 2008, por [O ₂] Soluções Ambientais Ltda, bem como, apresentar as considerações técnicas observadas na vistoria técnica realizada no período de 02 a 06/06/2008.	184	
- Estudos ambientais prévios e sobre aspectos diagnosticados em vistoria na área do empreendimento a ser implantado.	224	
Compatibilidade ambiental de dois projetos: o AHE Pai Querê e o Refúgio de Vida Silvestre (RVS) do Rio Pelotas e dos Campos de Cima da Serra, sob o ponto de vista das ciências biológicas.	173	PRM/Caxias dos Sul
Relatório de Vistoria do espaço pretendido para implantação do empreendimento denominado Cumbuco Golfe Resort, em área constituída por um sistema de dunas, na praia do Cumbuco, no Município de Caucaia.		
- Verificação da situação fundiária/patrimonial. Elucidação de controvérsia sobre existência de dunas fixas na área do empreendimento.	126	PR/CE
- Relato da situação atual de antropização. Necessidade de firmação de acordo objetivando a preservação de campos de dunas,	175	

resguardando a obstrução das planícies de deflação.		
- Relato da situação atual de ocupação. Solução das questões relativas à re-ratificação da LPM de 1831 e terrenos de marinha, da reservação de espaço de planície de deflação para alimentação de dunas móveis e de compensação pelo uso de área pré-antropizada para regularização do licenciamento ambiental do empreendimento.	307	
- Implantação arquitetônica e interferências conseqüentes na paisagem, patrimônio cultural e ventilação natural.	308	
- Vistoria complementar relatando a situação atual de ocupação.	309	
Informações complementares prestadas pela Indústria Carbonífera Rio Deserto Ltda. em atenção à IT nº 384/06, referentes ao Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV da Mina Novo Horizonte, no Município de Criciúma.	210	PRM/Criciúma
EIA do Complexo Carreiro II, constituído de três PCHs localizadas no rio Carreiro, bacia hidrográfica do rio Taquari-Antas/RS.	228	PRM/Bento Gonçalves
Rima do Terminal Fluvial de Granéis Sólidos da Cargill Agrícola S.A., já existente e da sua ampliação correspondente à implantação de mais um armazém com capacidade para 30.000 toneladas de grãos, atualizando-a para 90.000 toneladas e fluxo anual para 1,5 milhões de toneladas.	238	PRM/Santarém
EIA do empreendimento Balbino <i>Beach & Resort</i> , situado na localidade de Balbino, no distrito de Caponga, no Município de Cascavel.	240	PR/CE
EIA e respectivas complementações do empreendimento CTSul Central Termelétrica Sul S.A. que está previsto para ser instalado no Município de Caxias do Sul.	283	PRM/Santa Cruz do Sul
EIA/Rima da Central de Tratamento de Resíduos Leste - CTL para atender à região sudeste da cidade de São Paulo/SP.	285	PR/SP
Análise das respostas à IT nº 287/07 e dos Planos de Controle Ambiental do campo de Golfe do empreendimento Aquiraz <i>Riviera</i> e do Hotel Dom Pedro Laguna, a ser construído em campo de dunas, no pós-praia do Presídio, distrito de Jacaúna, no Município de Aquiraz.	297	PR/CE
EIA do Novo aeroporto da empresa Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A (Usiminas) em Bom Jesus do Galho, com ênfase nas questões relacionadas à avifauna.	298	PRM/Ipatinga
Supressão de vegetação em APP, aterramento e implantação de lagoa ornamental, em propriedade localizada na Estrada da Vargem Grande, nº 3501, no bairro do Rócio, no Município de Petrópolis.	300	PRM/Petrópolis

Nota: ⁽¹⁾ Elaborada juntamente com a Gerência Jurídica.

6.1.2 Análise de Procedimentos/Documentação Técnica 129

Assunto	IT nº	Origem
Vistoria de campo referente à disposição inadequada de resíduos sólidos: cinzas de carvão mineral oriundas de termelétrica(s) e de rejeitos de lavador, no Município de Butiá.	001 ⁽²⁾	PR/RS
Plano de Gestão Ambiental da Companhia Industrial H. Carlos Schneider (Ciser), empresa que fabrica Parafusos e Porcas.	002	PRM/Joinville
Extração clandestina e predatória de areia no leito do rio Ibicuí, no Município de Manoel Viana.	004	PR/RS
Apreensão de armas de valor histórico pela Polícia Federal, no Município de Jundaí.	012 ⁽¹⁾	PR/SE
Representação encaminhada pela Associação de Combate aos Poluentes Orgânicos Persistentes (ACPO) sobre a transferência de passivo ambiental tóxico de Cubatão-SP para Belford Roxo-RJ.	016	PRM/São João do Meriti

Irregularidades observadas pelo Ibama-CE em criadouro conservacionista.	017	PR/CE
Licenciamento ambiental corretivo das duas linhas de transmissão de energia elétrica (LT) que atravessam o Parna da Serra da Canastra (PNSC).	020	PRM/Passos
Deposição de entulho de pedras e aterramento efetuado às margens da lagoa do Sumidouro localizada na APA Carste Lagoa Santa, no Município de Pedro Leopoldo.	021	PR/MG
Irregularidades nas obras de execução do cais de atracação e píer no porto de Fernando de Noronha.	023	PR/PE
Denúncia da Funai referente à possíveis irregularidades na execução de projeto de recuperação ambiental realizado pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF/MG na Terra Indígena Krenak, no Município de Resplendor.	025	PR/MG
Impactos visuais negativos da instalação de caixa d'água e da pintura do sobrado localizado no Centro Histórico de São Luís.	027	PR/MA
Substituição do calçamento "cabeça de nêgo" ao longo de 50 metros da rua das Laranjeiras por uma passarela de granito, de modo a facilitar o acesso de portadores de necessidades especiais ao Centro Histórico de Salvador.	028	PR/BA
Descoberta de sítios arqueológicos entre Angical e Barreiras pelo Projeto Central do Museu Nacional da UFRJ.	031	PRM/Barreiras
Irregularidades funcionais e ambientais descritas em relatório de auditoria do Ibama referente a conceito de resíduo florestal; uso indiscriminado de casca de angico no processamento de couro; problemas ambientais e o descontrole sobre a produção, comercialização e transporte de produtos florestais.	032	PRM/Petrolina
Vazamento de produto químico proveniente da filial da empresa Milenia Agrociências S/A – Defensivos Agrícolas, no Município de Taquari.	033	PR/RS
Construção irregular sobre a areia da praia, desmatamento de floresta, inclusive em encosta com elevado grau de inclinação, limpeza do sub-bosque, movimentação de terra, construção de deck de madeira sobre a praia e mar adentro e despejo de esgoto <i>in natura</i> no mar por um restaurante flutuante, na praia de Saco do Céu, parcialmente inserida na APA dos Tamoios, na Ilha Grande, no Município de Angra dos Reis.	034	PR/RJ
Projeto de Arqueologia Subaquática, na praia dos Ingleses.	035	PR/SC
irregularidades em autorizações de supressão e material lenhoso classificado pelo órgão estadual de meio ambiente como resíduo florestal, isentando os praticantes de efetuarem a reposição florestal obrigatória relativa ao volume de madeira explorada.	040	PRM/Três Lagoas
Deficiências no licenciamento ambiental de Condomínio Residencial em implantação no bairro Papicu, nas proximidades do Parque Ecológico do Cocó, em Fortaleza.	042	PR/CE
Implantação de projeto de assentamento do Incra em APP, na ilha São Bento do Surrão, localizada no Município do Cantá.	043	PR/RR
Vistoria aos leitos dos rios Parnaíba e Poti visando apurar o estado de degradação.	046	PR/PI
Obras e reformas implementadas em função da revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu.	047 ⁽¹⁾	PRM/Foz do Iguaçu
Respostas da Fepam e da Ceran aos questionamentos e considerações feitas na IT 170/07-4ª CCR, relativamente ao licenciamento das três UHES que compõem o Complexo Energético do Rio das Antas – Ceran, em fase de implantação (UHes Castro Alves e 14 de Julho) ou de operação (UHE Monte Claro).	049 136	PRM/Caxias do Sul
Depósito de lodo proveniente das obras de aprofundamento da calha do rio Tietê no Aterro de Inertes Claro Terraplanagem localizado no Jardim Presidente Dutra, no Município de Guarulhos.	051 ⁽¹⁾	PGR

Vistoria à unidade de industrialização e refino de óleos vegetais da Bunge Alimentos S.A., por utilizar madeira de lenha nativa como matriz energética em seu processo industrial, na unidade localizada em Luziânia.	053 ⁽³⁾	PR/DF
Retirada dos alicerces do Restaurante Panorâmico, construído em área de uso comum do povo e domínio da União, no Município de Tramandaí.	054	PR/RS
Implantação de uma linha de transmissão pela empresa Transmissora Sudeste-Nordeste – TSN, no Parna Chapada dos Veadeiros.	055	PR/GO
Projeto Básico para implantação do Veículo Leve sobre Trilhos – VLT, na Via W3, em Brasília.	058	PR/DF
Conversão em diligência, a fim de que a 4ª CCR oficie ao IPHAN, sobre a construção de barragem no Município de Farias Brito.	068	PR/CE
Corte de vegetação nativa de manguezal, assim como o início de construção de uma passarela na praia de Cachoeira do Bom Jesus, em Florianópolis.	059	PR/SC
Poluição por fumaça ocasionada por queimada no Estado do Acre, no ano de 2005.	061	PGR
Vistoria técnica objetivando avaliar os danos causados aos sítios arqueológicos na área da Terraplanagem Goll, causado pela extração de saibro na praia Grande desde 1995, no Município de São Francisco do Sul.	062	PRM/Joinville
Vistoria técnica objetivando avaliar os danos causados aos sítios arqueológicos na praia do Ervino em São Francisco do Sul.	063	PRM/Joinville
Avaliação dos sítios arqueológicos situados no Estado do Amazonas solicitado ao IPHAN.	064	PR/AM
Diagnóstico ambiental relativo aos danos causados pelo rompimento da barragem de contenção de rejeitos da Unidade São Francisco, destinada à lavra e lavagem de bauxita explotada pela Mineração Rio Pomba-Cataguases Ltda. (MRP), no Município de Mirai.	065	PRM/Itaperuna
Complementação à análise do licenciamento ambiental e laudo de vistoria realizada no projeto urbanístico do Condomínio Residencial Reserva da Serra, em Canela, área de domínio da Mata Atlântica.	070	PRM/Caxias do Sul
Corte e queimada de vegetação de faixa de preservação permanente em área de domínio da Mata Atlântica, no Município de Nova Friburgo.	083	PRM/Nova Friburgo
Irregularidades ambientais em Unidade Operacional responsável por manutenção e gestão de uso de equipamentos de aplicação de inseticidas para aplicação em Ultra Baixo Volume – UBV, localizada no município de Eusébio, a princípio, sob responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde – Funasa.	085	PR/CE
Reavaliação toxicológica do ingrediente ativo PROCHLORAZ, indicando quais os efeitos advindos da sua utilização, ao meio ambiente e à saúde pública.	087	PR/SP
Importação de resíduos perigosos pela empresa Concrebrás S/A.	090	PRM/Nova Friburgo
Relatório Técnico da Semace sobre poluição causada pela empresa Pecém Agroindustrial Ltda. – Ypioca, localizada no Povoado Cajueiro do Ministro, Município de Aquiraz.	091	PR/CE
Tombamento referente ao Conjunto Arquitetônico do Corredor da Vitória.	096	PR/BA
Parcelamento, efetuado pelo INCRA, no Assentamento Zumbi dos Palmares, em áreas com florestas e demais vegetações protegidas por normas jurídicas, cuja implantação exija corte raso.	103	PRM/Campos dos Goytacazes
Liberação comercial do algodão geneticamente modificado <i>Roundup Ready</i> , Evento 1445, pela empresa Monsanto do Brasil Ltda.	106	PR/DF
Vulnerabilidade de edificações tombadas a vandalismo, roubos, furtos e incêndios na cidade de Goiás.	111	PR/GO
Destrução de mata nativa na Amazônia Legal, no Município de Feliz	112	PR/MT

Natal.

Vistoria no terreno conhecido como "Casa do Morro" e em suas redondezas, em área de dunas, localizado no bairro do Calhau.	115	PR/MA
Irregularidades no âmbito da aprovação e execução de plano de manejo florestal sustentável (PMFS) para extração de madeira no Município de Portel.	123	PR/PA
Questionamento pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó – Unochapecó quanto a largura da faixa de preservação permanente a ser obedecida para regularização fundiária sustentável em área urbana, dos Municípios de São Carlos e Palmitais, localizados às margens dos rios Chapecó e Uruguai.	124	PRM/Chapecó
Irregularidades na construção do empreendimento Pontal do Poço – Porto Marina, em área de manguezal, no Município de Paranaguá.	128	PR/PR
Ocupação irregular causada pela Petrobras em área de mangue e restinga, devido à implantação do Terminal Norte Capixaba, no Município de São Mateus.	129 ⁽¹⁾	PR/ES
Desrespeito às regras do tombamento de Brasília em razão da construção de estacionamento no Setor de Administração Federal Sul (SAF).	131	PR/DF
Liberação da pesca profissional em parte da bacia hidrográfica dos rios Araguaia/Tocantins.	132	PR/TO
Proposta de plano de trabalho para a elaboração da metodologia de avaliação ambiental do Porto Organizado e Distrito Industrial de Rio Grande.	137	PRM/Rio Grande
Desrespeito às regras do tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília na SQSW 305, Setor Sudoeste.	140	PR/DF
Danos ambientais em imóveis rurais onde seriam implantados projetos de assentamentos de reforma agrária pelo INCRA.	141 ⁽¹⁾	PR/PE
Irregularidades nas autorizações de corte seletivo e manejo florestal em área de domínio da Mata Atlântica no Estado de Santa Catarina.	145	PRM/Chapecó
Empréstimo tomado pelo Governo estadual junto ao Banco Mundial, em que teriam sido dadas as florestas públicas como garantia.	147	PR/AC
Irregularidade em propaganda do herbicida Roundup e atualização dos rótulos de produtos formulados à base de glifosato.	148	PR/DF
Tramitação de PL na Câmara Municipal de Recife, com vistas a desafetar área pública para construção de conjunto residencial, comprometendo APP sem EIA/Rima.	149	PR/PE
Implantação do Projeto Costa do Encanto e seus impactos ambientais e sociais, quanto aos aspectos físicos da pavimentação asfáltica de vias públicas no trecho entre os Municípios de Joinville e de São Francisco do Sul.	152	PRM/Joinville
Implantação de rede de energia elétrica em comunidade indígena localizada na Ilha da Cotinga.	153	PR/PR
Vedação de acesso de pesquisadores da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia (Asbrap) a registros paroquiais pela Igreja Católica.	155 ⁽¹⁾	PRM/Bragança Paulista
Indícios de um cemitério indígena próximo à Estação Jardim São Paulo do metrô.	157	PR/SP
Construção de uma cabana de praia em terreno de marinha, na praia de Tiririca, em Itacaré.	166	PR/BA
Regularidade das intervenções realizadas entre dezembro de 2002 e fevereiro de 2003 no Monumento Chaminé da Luz, no âmbito do Programa Monumenta.	169	PR/SP
Relação existente entre o desmatamento na Amazônia e o fornecimento de crédito rural por meio de instituições financeiras oficiais.	171	PR/PA
Autorização da CTNBio para comercialização de sementes convencionais de algodão, na safra 2004/2005, com a presença de até 1% de sementes geneticamente modificadas.	172	PR/DF

Proposta de zoneamento das áreas de mineração do rio Jacuí, elaborada pelo DNPM e pela FEPAM e do relatório elaborado pela FEPAM.	180	PR/RS
Resposta aos quesitos da proposta de alteração no eixo de barramento da UHE Jirau feita pelo consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR).	181	PR/RO
Relatório de vistoria referente à denúncia de possíveis irregularidades no aproveitamento de material lenhoso nativo de Cerrado como matriz energética pela Bunge Alimentos S.A., em Luziânia.	183 ⁽¹⁾⁽³⁾	PR/DF
Ordenamento da pesca em trecho do médio rio Doce.	185	PRM/Governador Valadares
Relatório de vistoria na unidade de fertilizantes Fosfatados S/A – Fosfertil e resposta aos questionamentos efetuados com base nas informações de campo.	187	PRM/Uberaba
Importação de resíduos perigosos pela empresa Cimento Rio Branco S.A.	188	PRM/Nova Friburgo
Importação de resíduos perigosos pela empresa Holcim Brasil S/A.	189	PRM/Nova Friburgo
Construção do empreendimento denominado Adutora do Oeste, sem as licenças ambientais do órgão competente.	190 ⁽¹⁾	PRM/Petrolina
Plano de Controle Ambiental (PCA) do Camping Alpes da Mantiqueira, localizado em área de ampliação do Parna do Itatiaia.	191	PRM/Resende
Vistoria em terreno com construções irregulares, Pousada Lagoa Azul, localizado em APP, na Zona de Amortização do Parna dos Lençóis Maranhenses.	193	PR/MA
Relatório Técnico – Caracterização Técnica e Viabilidade de Exploração das Dragas do Reservatório – UHE São Salvador, no rio Tocantins.	194	PR/GO
Aração em APP as margens do que foi considerado “um grande conjunto de nascentes difusas”, devido à presença de vegetação de brejo, em propriedade particular situada no entorno do Parna do Itatiaia. TAC.	195	PRM/Resende
Licenciamento Ambiental para exploração de areia pela Avaí Engenharia de Obras S/A, a ser utilizada nas obras de duplicação da BR-392, no trecho entre Rio Grande e Pelotas.	196	PRM/Rio Grande
Análise de compatibilidade entre o Relatório referente à PCH Emboque, elaborado pela Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), e outros documentos relativos à temática em pauta.	200	PFDC/PGR
Vistoria e análise técnica referente aos achados arqueológicos no Município de São Bento do Sul.	202	PRM/Mafra
Verificação de interferências entre as Unidades de Conservação Federais e Áreas Requeridas para Mineração, no Estado de Minas Gerais.	203	PR/MG
Complementação.	232	
Irregularidades em alterações paisagísticas decorrentes de obras no Município de Ouro Preto.	204	PR/MG
Análise de projeto de construção de recifes artificiais marinhos na Ilha da Caieira, na Baía da Ribeira. TAC.	205	PRM/Angra dos Reis
Restauração da Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis.	206	PR/SC
Plano de erradicação de <i>Pinus spp.</i> no Parna da Lagoa do Peixe.	211	PR/RS
Vistoria técnica, em conjunto com o IPHAN, para apurar a existência de danos ao patrimônio histórico nacional pela utilização de casarões tombados como estacionamento no Centro Histórico de São Luís.	212	PR/MA
Ocupação indevida de área às margens do Rio Grande, no Município de Acém.	213	PRM/São José do Rio Preto
Relatório de vistoria técnica referente a irregularidades no Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas) do Distrito Federal.	215 ⁽³⁾	PR/DF
Obras de emissário de esgoto sanitário causando danos ambientais na Fazenda Experimental Getúlio Vargas, de propriedade da	216	PRM/Uberaba

Embrapa, em Uberaba.		
Demolição parcial de edificação pertencente ao conjunto urbano-paisagístico de Petrópolis.	217	PRM/Petrópolis
Duas propostas para o entorno da Igreja de Nossa Senhora da Vitória, bem tombado em nível federal, localizada em Salvador.	218	PR/BA
Vistoria técnica em sítios arqueológicos localizados na Ponta do Gravatá.	219	PR/SC
Irregularidades na implantação e operação do aterro sanitário do Município de Horizonte.	223	PR/CE
Irregularidades na revitalização da orla de Maracaípe, em Ipojuca.	225	PR/PE
Processo de licenciamento do projeto das obras de implantação, melhoria e pavimentação da rodovia BR-265, entre os Municípios de Jacuí e Alpinópolis.	226	PRM/Passos
Manutenção do registro do agrotóxico <i>Bravik 600 CE</i> , sem a conclusão das avaliações ambientais pertinentes.	227	PR/DF
Licenciamento ambiental do projeto de asfaltamento parcial e melhorias propostas para a estrada que liga Cambará do Sul ao Parque Nacional da Serra Geral (PNSG).	229	PRM/Caxias do Sul
Exploração ilegal de rochas em APP do rio Palmital no entorno do Parna do Itatiaia.	231	PRM/Resende
Destruição de casas, em área contaminada, para instalação de gasoduto da Petrobras, na Cidade dos Meninos.	233	PR/RJ
Apuração de indícios de prática de biopirataria e de exportação e importação de substâncias naturais com características genéticas relevantes.	235	PR/RO
Pintura de figuras decorativas coloridas por todo o pano das fachadas frontal e lateral de imóvel no Município de São João Del Rei.	241	PR/MG
Ocupação de área pertencente à RFFSA pelo responsável pela empresa Guinchos Cabica, localizada na Av. Rio Branco, em Caxias do Sul.	242	PRM/Caxias do Sul
Projeto de construção de um Conjunto Habitacional, localizado no bairro do Ipiranga, próximo ao Museu do Ipiranga em São Paulo.	243	PR/SP
Descaracterização da Mansão Margarida Costa Pinto, localizada na Avenida 7 de Setembro, nº 381, em Salvador.	250	PR/BA
Tombamento de monumentos, pelo IPHAN, nos Municípios de Quatis, Volta Redonda, Resende, Barra Mansa, Itatiaia, Porto Real e Pinheiral, no Estado do Rio de Janeiro.	251	PRM/Volta Redonda
Desapropriação e regularização fundiária do Seringal Extrema.	252	PR/AC
Registro de agrotóxicos para utilização na cultura de soja geneticamente modificada tolerante a glifosato.	253	PR/DF
Extração de argila em APP do rio Uruguai, Vila Barra Grande, no Município de Alpestre/RS. TAC.	255	PRM/Carazinho
Estado de conservação da represa Hedberg, que compõe o conjunto de bens tombados pelo IPHAN, Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, localizados no interior da Flona de Ipanema, no Município de Iperó.	256	PRM/Sorocaba
Demolição da Estação de Éden, no Município de São João de Meriti.	258	PRM/São João de Meriti
Obras da Lâmina III do Tribunal de Justiça, na Rua Dom Manoel, esquina com o Beco da Música, Centro, no Rio de Janeiro.	259	PR/RJ
Verificação e acompanhamento do processo de revisão dos produtos agrotóxicos organoclorados e dos registrados com fundamento no Decreto n.º 24.144/1934.	264	PR/DF
Irregularidade no projeto, já aprovado pelo IPHAN, de construção de uma refinaria multicultural no Sítio da Trindade, inserido em área de Preservação Rigorosa do Sítio Histórico arraial Velho do Bom Jesus.	265	PR/PE
Documento denominado "Avaliação de Desempenho Ambiental da Usina Presidente Vargas", elaborado pela Cia Siderúrgica Nacional	267	PRM/Volta Redonda

S/A (CSN).		
Reforma e restauração do edifício do Teatro Carlos Gomes, em Blumenau.	270	PRM/Blumenau
Avaliação dos sítios arqueológicos na região de volta Grande do Xingu, no Município de Altamira.	271	PRM/Altamira
Análise do Parecer Técnico do IPHAN referente ao empreendimento denominado Avenida Perimetral, margem direita do Porto de Santos, no qual o presente Instituto propôs medidas mitigadoras e compensatórias que deverão figurar no TAC a ser firmado.	276	PRM/Santos
Infração ao tombamento do conjunto urbanístico de Brasília, em razão do contido na Lei Complementar do Distrito Federal nº 766/2008, que pretende regularizar e padronizar a ocupação de área pública nos Comércios Locais Sul (CLS) do Plano Piloto de Brasília.	277	PR/DF
Vistoria de campo e análise documental referente à lavra de minério de ferro, tendo por fulcro a retomada das atividades de mineração, com quatro opções de cenários de lavra, situada na Serra da Piedade, Morro do Brumado, Distrito de Ravena, no Município de Sabará.	278	PR/MG
Licenciamento ambiental do empreendimento denominado Usina Termelétrica de Petrolina, localizado na BR 235, Km 10, sob a responsabilidade da Companhia Energética de Petrolina (CEP).	281	PRM/Petrolina
Eventual prática de improbidade administrativa de servidores do Ibama, decorrentes de atos administrativos que redundaram em cancelamento de autuações fiscais relativas à supostas ocupações irregulares em restinga e dunas, na localidade conhecida como Praia do Pontal em Arraial do Cabo.	284	PR/RJ
Condomínio Village Itacoatiara, situado na praia de Itacoatiara, no Município de Niterói.	293	PRM/Niterói
Vistoria técnica na Casa Bandeirista do Itaim Bibi, no Município de São Paulo, a fim de analisar e avaliar os possíveis danos causados a esse patrimônio arqueológico, em decorrência de implantação de um prédio comercial e um <i>shopping center</i> .	299	PR/SP
Projeto de Lei nº 676/008, que autoriza supressão de vegetação de preservação permanente, no Município de Trindade.	306 ⁽¹⁾	PRM/Petrolina
Nota: ⁽¹⁾ Elaborada juntamente com a Gerência Jurídica.		
⁽²⁾ Elaborada juntamente com Analista Pericial em Engenharia Sanitária lotada na PR/SC.		
⁽³⁾ Elaborada juntamente com Analista Pericial em Biologia lotado na PR/DF.		

6.1.3 Análise e Acompanhamento de Termos de Ajustamento de Conduta dos Estados 45

Assunto	IT nº	Origem
TAC firmado entre o MPF e a Sra. Verena Wedmer em função de corte de árvores no entorno do Parna do Itatiaia em Maringá.	003	PRM/Resende
TAC firmado entre o MPF e o Sr. Paulo Kazuaki Muranaka referente à abertura de estrada em APP, em propriedade localizada na APA da Serra da Mantiqueira.	005	PRM/Resende
TAC firmado entre o MPF (PRM/Caxias do Sul), a Fepam, e os Srs. Adelar José Foscarini e Clodoveu Foscarini, objetivando recuperar integralmente os danos ambientais ocorridos decorrentes da extração irregular de argila.	006	PRM/Caxias dos Sul
TAC firmado entre o MPF (PRM/Caxias do Sul) e os Srs. Lourenço Francescato e Sérgio Francescato, objetivando recuperar integralmente os danos ambientais ocorridos decorrentes da extração irregular de basalto.	007	PRM/Caxias dos Sul
TAC firmado entre o MPF (PRM/Criciúma), a Fatma, o DNPM, o 10º Pelotão da Guarnição Especial de Polícia Militar Ambiental (GU ESP	009 ⁽¹⁾	PRM/Criciúma

PMA e um grupo de mineradores, objetivando adequação legal das atividades de mineração de seixos na sub-bacia do rio Manoel Alves e seus afluentes na região sul de Santa Catarina, bem como a manutenção da atividade de lavra por parte das empresas e municípios signatários durante a elaboração do EIA/Rima.		
TAC firmado entre o MPF (PRM/Resende) e o Sr. Fábio Lemes dos Santos, referente ao incêndio em floresta e de derrubada de mata ciliar em propriedade particular na zona de amortecimento do Parna Itatiaia e da APA da Serra da Mantiqueira.	013 067	PRM/Resende
TAC firmado entre o MPF, MPE, Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (Cetesb), Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) e Petrobras Transporte S/A (Transpetro), objetivando o estabelecimento de condicionantes ambientais a serem cumpridas para fins de obtenção do licenciamento das atividades desenvolvidas no Terminal Almirante Barroso (Tebar), localizado em São Sebastião.	024 ⁽¹⁾	PRM/São José dos Campos
Minuta de TAC a ser firmado entre o MPF e os criadores de búfalos do entorno da porção oeste da Rebio do Lago Piratuba referente à presença de búfalos e da elaboração de um plano para a retirada desses animais.	029	PR/AP
Análise das medidas compensatórias proposta do Defap e Fepam referente aos danos ambientais decorrentes da implantação do gasoduto no interior do Parque Estadual do Tainhas, visando à retomada de elaboração do TAC a ser firmado entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S/A – TGB, com a interveniência do Ibama e dos Ministérios Públicos Estadual e Federal.	036 ⁽¹⁾	PRM/Caxias do Sul
Minuta de TAC a ser firmado entre o MPF (PRM/SJRPRETO) e o Sr. Paulo André Chalella, visando à supressão de vegetação de Mata Atlântica, no Município de Nova Aliança/SP.	050 ⁽²⁾	PRM/São José do Rio Preto
TAC firmado entre o MPF (PRM/Resende), Ibama e o Sr. Fernando Moreira Diniz, devido à roçada de vegetação numa área de aproximadamente 300 m ² , na APP do rio Preto, situada no interior da APA da Serra da Mantiqueira e no entorno do Parna do Itatiaia.	066	PRM/Resende
TAC firmado entre a PRM/Marabá, o Ibama e a Companhia Siderúrgica do Pará (Cosipar) objetivando regularizar parte do passivo ambiental no que se refere à reposição florestal obrigatória.	069	PRM/Marabá
Minuta de TAC referente ao derramamento de petróleo do Oleoduto Santa Catarina-Paraná (OSPAR) que interliga o Terminal de São Francisco do Sul à Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Município de Araucária.	073	PR/PR
TAC firmado entre o MPF, Sr. José Bernardino Reis Leal e o Ibama, referente ao desmatamento e uso de fogo em vegetação nativa em área de domínio da Mata Atlântica.	078	PRM/Angra dos Reis
TAC firmado entre o MPF, os Srs. Luiz Antônio Pereira Filho e João Dias de Paiva, devido ao corte de eucalipto às margens da Barragem do Funil.	080	PR/RJ
TAC firmado entre o MPF, a Fatma e a Mineração Caravaggio Ltda., referente à recomposição de área degradada por atividade de beneficiamento de carvão mineral.	081	PRM/Criciúma
Minuta de TAC referente à ocupação irregular às margens do reservatório da UHE Marimbondo, para implantação do Condomínio Baías de Santa Mônica, no Município de Fronteira.	084	PRM/Uberaba
TAC firmado entre o MPF, a Companhia Canaveira de Jacarezinho e a Companhia Agrícola Usina Jacarezinho, que trata de recuperação de APP, em trecho do rio Paranapanema, decorrente de degradação causada pela Companhia Agrícola Jacarezinho.	086	PRM/Jacarezinho
TAC firmado entre PRM/Resende e a Sra. Christiane Boldini, referente à construção de muro em propriedade particular inserida no Parna do Itatiaia.	130	PRM/Resende

TAC firmado entre MPF(PRM/Resende), o Sr. Altamir de Oliveira e o Parna de Itatiaia, referente ao desmatamento de 1.000m ² de mata ciliar, no entorno do Parna do Itatiaia.	134	PRM/Resende
TAC firmado entre o MPF, a Construtora Cowan S/A e o DNPM, objetivando a recuperação ambiental de área degradada por atividade de mineração.	142	PRM/Campinas
TAC firmado entre o MPF (PR/RJ), a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – Feema, o Município de Armação dos Búzios, Marsol Empreendimentos e participações S.A. e Quinze de Maio Incorporações Imobiliárias Ltda., referente a irregularidades no licenciamento do loteamento Nova Geribá, iniciado em 1987 na praia de Tucuns, época em que o Município de Armação dos Búzios era o 3º Distrito de Cabo Frio, bem como a análise da perícia produzida nos autos da ACP nº 2007.078.000541-0.	144	PRM/São Pedro da Aldeia
Proposta de cláusulas para subsidiar a elaboração do TAC a ser firmado no bojo da ACP proposta contra a União Federal, o Município de Volta Redonda/RJ, o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e a Construtora Queiroz Galvão S.A., com o objetivo de investigar irregularidades e danos ambientais ao Conjunto Habitacional Vila Rica em decorrência da implantação da Rodovia do Contorno de Volta Redonda.	151	PRM/Volta Redonda
Projeto de recomposição ambiental em APP às margens do rio da Cidade, na APA de Petrópolis, Município de Petrópolis. TAC.	165	PRM/Petrópolis
Proposta de aditamento ao TAC referente às mudanças no projeto das barracas de praia localizadas na Avenida Litorânea da cidade de São Luís.	170	PR/MA
TAC firmado entre o MPF e o Sr. Nilson Nunes dos Santos referente aos danos em área de nascente e curso d'água na APA da Serra da Mantiqueira e entorno do PARNA de Itatiaia.	182	PRM/Resende
TAC referente à recuperação de área marginal do reservatório do AHE Funil, entorno do Parna do Itatiaia.	186	PRM/Resende
TAC firmado entre o MPF e a Sr ^a . Maria das Dores Romualdo dos Santos, referente à ampliação de sua residência e impermeabilização do solo, em área considerada de preservação permanente (APP), ou seja, na margem esquerda do Córrego das Cruzes, no Município de Itatiaia.	207	PRM/Resende
TAC firmado entre o MPF e o Sr. Edson Lanfredi, proprietário de uma área onde ocorreu queimada, dentro da APA da Serra da Mantiqueira e no entorno do Parna de Itatiaia.	208	PR/RJ
TAC firmado entre o MPF, a Agência do Meio Ambiente (Amar) de Resende/RJ e o Sr. Antônio Luiz Pires, referente à remoção de vegetação em APP, no entorno do Parna do Itatiaia.	209	PRM/Resende
TAC firmado entre o Ibama e a Companhia Siderúrgica Ibérica do Pará, objetivando a execução, até o ano de 2018, do plantio de espécies nativas no Estado do Pará, equivalente ao volume de 589.210,40MDC, e a manutenção da área reflorestada por até 10 anos após a execução de cada Plano Anual de Reflorestamento.	236	PRM/Marabá
8º aditamento ao TAC referente à contaminação das águas em face do Aterro Mantovani na região de Campinas.	239	PRM/Campinas
Minuta TAC firmado entre o MPF e Maderbel Produtos Agrícolas, referente à produção de carvão vegetal de eucalipto, sem licenciamento ambiental.	254	PRM/Resende
TAC firmado entre o MPF e a firma Acyr Pereira Empreendimentos Imobiliários Ltd+a., referente à necessidade de adequação de obra realizada no imóvel situado à Rua Cristóvão Colombo nº 999 aos índices construtivos permitidos pela Portaria IPHAN nº 213/2006.	262	PRM/Petrópolis
TAC firmado entre o MPF e o Sr. Rodrigues Chaves, referente à intervenção às margens de córrego, bem como, realização de represamento desse curso d'água a revelia do Ibama, dentro da APA	263	PRM/Resende

da Serra da Mantiqueira.		
TAC firmado entre o MPF e o Sr. Mário da Graça Roiter, referente à terraplanagem para reforma de estrada em sua propriedade, bem como queima de vegetação, sem licenciamento ambiental.	268	PRM/Resende
TAC firmado entre o MPF, o Município de Petrópolis e o IPHAN, referente à construção da Praça 14 Bis, situada na esquina da Avenida Roberto Silveira com a Praça da Liberdade, Centro, em Petrópolis.	274	PRM/Petrópolis
TAC firmado entre o MPF, o Município de Petrópolis, a Companhia de Tecidos São Pedro de Alcântara, o IPHAN e o Instituto Estadual de Patrimônio Cultural, referente ao projeto de revitalização da Fábrica São Pedro de Alcântara, situada na Rua Washington Luiz, nº 142/146, Centro, em Petrópolis.	275	PRM/Petrópolis
TAC a ser firmado entre o MPF, o Sr. Reginaldo José Saddi e a Agência Ambiental de Goiás, referente aos danos causados pela obra de ampliação da Pousada do Ipê, em APP do rio Vermelho, na cidade de Goiás.	279	PR/GO
TAC a ser firmado entre o MPF e o Sr. Antônio Francisco da Silva Tavares referente à obra executada no imóvel sito à Rua Montecaseres, 219, em desacordo com o projeto aprovado pelo IPHAN.	286	PRM/Petrópolis
TAC que trata de perfuração de poço artesiano (tubular profundo), sem autorização do órgão ambiental gestor do Parna Itatiaia.	296	PRM/Resende
TAC firmado entre o empreendedor do Condomínio Parque das Figueiras e o IPHAN, referente aos danos causados ao Patrimônio Arqueológico no Município de Arroio do Sal.	301	PR/RS
Minuta de TAC a ser firmado entre o MPF, Ibama, o Instituto de Meio Ambiente do Estado de Alagoas – IMA, o DNPM e outros, com o objetivo de regularizar às atividades de aproveitamento mineral de argila e saibro no Estado de Alagoas.	303	PR/AL
TAC firmado entre o Ibama e a Siderúrgica Norte Brasil – Sinobrás, objetivando o pagamento de parte do passivo ambiental em decorrência da utilização ilegal, desde a implantação da siderúrgica, de madeira nativa da Floresta Amazônica, sem a reposição florestal obrigatória, no Parque Nacional da Amazônia - PNA	305	PRM/Marabá
Nota: ⁽¹⁾ Elaborada juntamente com a Gerência Jurídica.		
⁽²⁾ Elaborada juntamente com Analista Pericial em Biologia lotada na PR/SP.		

6.1.4 Participação em Processos Judiciais 29

Assunto	IT nº	Origem
Análise do Laudo Pericial do Juízo referente à vistoria realizada na Fazenda Tupy, localizada no Município de Nova Prata, no âmbito da ACP n.º 00.08.94572-1, que o MPF move contra a Madeireira Bordignon e outros, por desmatamento ocorrido em 1986, em florestas situadas na referida fazenda.	026	PR/RS
Contraproposta à transação penal, apresentada para a compensação do dano ambiental decorrente de ocupação irregular de APP, na APA da Serra da Mantiqueira.	044	PRM/Resende
Proposta de honorários periciais apresentada pelo Perito Judicial para instrução da ACP instaurada devido à denúncia de irregularidades e danos ambientais ao Conjunto Habitacional Vila Rica em decorrência da implantação da Rodovia do Contorno de Volta Redonda.	057 ⁽¹⁾	PRM/Volta Redonda
ACP referente ao Patrimônio arqueológico na área da empresa Concremax Industrial Ltda.	060	PRM/Joinville
Proposta de honorários periciais no âmbito da ACP nº 93.0001603-2, que versa sobre a exploração ilegal de ouro no Município de Maués/AM e tem por objetivo a aferição do dano ambiental causado	072	PR/AM

pela garimpagem ilegal, sobretudo pela possibilidade de a água ainda estar contaminada por mercúrio.		
Formulação de quesitos para perícia judicial referente à construção da avenida Sebastião de Abreu, sobre área de manguezal no Parque Ecológico do Rio Cocó.	075	PR/CE
Formulação de quesitos para perícia judicial referente à atividade de carcinicultura desenvolvida pela empresa Destilaria Jacuípe S.A., na APA Federal da Barra do Rio Mamanguape, no Município de Rio Tinto.	082	PR/PB
Quesitos para a perícia destinada a apurar danos ambientais decorrentes da ocupação irregular por barracas na praia do Futuro.	089	PR/CE
Assistente técnica do MPF na ACP nº 2001.5108000630-0 ajuizada pelo MPF, com a finalidade de apurar a existência de danos ao patrimônio histórico nacional causados pela construção de cais de atracação do Iate Clube do Rio de Janeiro – subsede de Cabo Frio – ICRJ.	120	PRM/São Pedro da Aldeia
Proposta de honorários judiciais para acompanhamento da execução das obras no Mercado Municipal de Manaus, bem tombado, no âmbito da ACP em desfavor da Prefeitura de Manaus, da Fundação Municipal de Turismo de Manaus – Manaustur e do Estado do Amazonas.	161	PR/AM
Quesitos para a execução de perícia judicial no âmbito da ACP entre o MPF, AC Lazer Hotelaria e Turismo e os órgãos ambientais federal e estadual – Ibama e Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Semace, referente a irregularidades no licenciamento ambiental de empreendimento turístico, no Município de Barbalha/CE, situado dentro da APA da Chapada do Araripe e vizinho à Flona do Araripe-Apodi.	162	PRM/Juazeiro do Norte
Revisão do Plano de Trabalho e dos honorários periciais referentes à avaliação da qualidade da água em Porto Mário e na Base Uarini, no Município de Juruá.	167	PR/AM
Quesitos para perícia judicial relacionada a queima e desmate em APP, no Município de Cordeiro/RJ.	174	PRM/Nova Friburgo
Proposta de honorários periciais referente à ACP proposta pelo MPF, juntamente com o IPHAN, em desfavor de José Farani e do Distrito Federal, com o fim de compelir os réus a respeitar o tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília, em particular a área da Academia de Tênis de Brasília.	179	PR/DF
Inspeção judicial em processos judiciais que tramitam na 5ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão, que têm como objeto construções irregulares no Município de Barreirinhas.	192	PR/MA
Fator de conversão de carvão vegetal de madeira nativa da Floresta Amazônica utilizado como termo-redutor de minério de ferro em ferro-gusa, conforme solicitado em petição inicial impetrada pelo Ibama, questionado em Audiência de Instrução e Julgamento.	201	PRM/Marabá
Quesitos para perícia judicial referente à ACP impetrada pela ONG ambiental “Projeto Mira-Serra”, contra a empresa “COTIZA S.A. incorporações, Participações, Planejamentos e Empreendimentos” e contra o Ibama, devido à ocorrência de desflorestamento em área de Mata Atlântica, no Município de São Francisco de Paula, para fins de implantação de um loteamento habitacional denominado “Eco Village São Francisco de Paula”.	220	PRM/Caxias do Sul
Quesitos à produção de prova pericial referente às obras de intervenção e adaptação executadas no edifício administrativo da Estação da Luz, localizado em São Paulo, com vistas à sua transformação em espaço destinado à celebração da Língua Portuguesa.	237 ⁽²⁾	PR/SP
Laudo Técnico Pericial realizado na Chácara Lago nº. 06 do Assentamento Maranata, sito à área III da Flona de Brasília, em	245	PR/DF

Brazlândia.		
Quesitos referentes à ACP que visa apurar ocupação irregular de terras no interior do Parna de Brasília.	260	PR/DF
Quesitos referentes à supressão irregular de árvores nativas imunes a corte, entre tais <i>Araucaria angustifolia</i> (pinheiro-brasileiro), em área de domínio da Mata Atlântica, no Município de Caxias do Sul.	261	PR/RS
Quesitos judiciais para instrução de ACP referente à ocupação irregular de manguezal e APP do rio da Costa, em Vila Velha.	269	PR/ES
ACP referente a infração ao tombamento de Brasília verificado na Academia de Tênis de Brasília.	272	PR/DF
Quesitos técnicos complementares, no âmbito da ACP nº 2005.38.05.002410-6 que trata de ocupação irregular de APP nas margens do reservatório da UHE Mascarenhas de Moraes.	273	PRM/Passos
Quesitos para perícia judicial de instrução da Ação Civil Pública nº 92.0049109-0, referente as obras de aterro em duas áreas de manguezal no interior da Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba (RBAG), para instalação de estruturas do Centro de Treinamento do Exército (Cetex).	287	PR/RJ
Quesitos para realização de perícia judicial referente aos danos causados à comunidade quilombola do Morro Alto, devido a duplicação da BR 101.	291	PR/RS
Análise do Projeto de recuperação de imóvel residencial integrante do patrimônio histórico tombado, situado à Eugênio Jardim, nº 16, Centro, na cidade de Goiás, para manifestação judicial do MPF.	292	PR/GO
Avaliação de quesitos a serem apresentados pela PR/RS à contestação de autuação feita pelo Ibama contra o Município de Mostardas, em virtude de extração de areia no entorno do Parna da Lagoa do Peixe.	295	PR/RS
Quesitos para perícia judicial referente a práticas cruéis com animais na Quinta da Estância Grande e Criadouro Conservacionista de Lucídio M. Guelzer, no Município de Viamão.	302	PR/RS
Nota: ⁽¹⁾ Elaborada juntamente com a Gerência Jurídica.		
⁽²⁾ Elaborada juntamente com Assessora em Arquitetura na PR/MG.		

6.1.5 Estudos sobre Temas Específicos 10

Assunto	IT nº	Origem
Resolução Normativa que trata de normas para liberação comercial de organismos geneticamente modificados e seus derivados:		
- Análise da Proposta apresentada pela CNTBio.	041 ⁽¹⁾	GT Transgênicos
- Análise da Resolução aprovada pela CNTBio.	107	
Pesquisa em bibliografia especializada acerca da nocividade da introdução, reintrodução e criação de espécies de peixes exóticos, em bacias hidrográficas como a do rio Uruguai.	092	PRM/Passo Fundo
Recurso interposto pela Anvisa ao Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS) em face da decisão da CTNBio consubstanciada no Parecer Técnico nº 1.255/2008, que aprovou a liberação comercial do milho geneticamente modificado Bt 11.	127	GT Transgênicos
Projeto de Lei nº 268/2007 que trata da aplicação de Tecnologias Genéticas de Restrição de Uso – GURT.	159	GT Transgênicos
Compatibilidade entre o relatório referente à UHE Canabrava, que está sendo elaborado pela Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) e documentos produzidos no âmbito do MPF.	168	PGR/PFDC
Análise do mérito técnico da documentação encaminhada pelos órgãos ambientais estaduais, que trata de informações a respeito da existência de levantamento de áreas degradadas pela destinação	177	GT Poluição por Resíduos Sólidos

inadequada de resíduos sólidos e esgotos, relativas aos municípios da área litôranea, bem como a apresentação de informações que comprovassem o atendimento aos padrões de qualidade das águas e de lançamento de efluentes.

Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV: sua conceituação, características, indicações de uso, abrangência de conteúdo e assuntos correlatos.	156	GT Ordenamento Urbano
Direito à paisagem urbana.	214	GT Ordenamento Urbano
Sugestão de padronização dos enunciados sobre direitos isolados nos relatórios de caso, elaborados pelos membros da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) e levantamento da legislação pertinente à temática em pauta.	257	PFDC/PGR

Nota: ⁽¹⁾ Elaborada juntamente com a Gerência Jurídica.

6.1.6 Relatório de Reunião 8

Assunto	IT nº	Origem
Ata relativa a três reuniões realizadas nos dias 10 e 11 de dezembro de 2007.	018	GT Poluição por Resíduos Sólidos e Esgotos
Memória das reuniões da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), em São Paulo e considerações técnicas relativas a algumas temáticas abordadas.	098	PFDC/PGR
	119	
	135	
Ata da reunião realizada no dia 15 de abril de 2008.	101	GT Poluição por Resíduos Sólidos e Esgotos
Ata da reunião realizada no dia 16 de abril de 2008.	102	GT Poluição por Resíduos Sólidos e Esgotos
Memória das reuniões da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) e análise de compatibilidade entre o relatório referente a PCH Fumaça, que está sendo elaborado pela referida Comissão, e outros documentos relativos à temática.	199	PFDC/PGR
Ata da reunião realizada no dia 25 de novembro de 2008.	304	GT Poluição por Resíduos Sólidos e Esgotos

6.2 NOTAS TÉCNICAS 37

Assunto	NT nº	Origem
Vistoria em áreas degradadas pela mineração de carvão nos Municípios de Eldorado do Sul, Butiá e Minas do Leão.	01 ⁽²⁾	PR/RS
Respostas aos questionamentos formulados pela SECOM/PGR sobre colisões de aves nos prédios da PGR.	02	PGR/SECOM
Análise da proposta de Resolução Conama que trata da classificação e das diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências.	03	4ª CCR
Análise do "Primeiro Relatório do Grupo Técnico de Assessoramento" e da "Minuta da Proposta de Monitoramento para Águas	04	PRM/Criciúma

Subterrâneas na Bacia Hidrográfica do rio Tubarão”.

Colisões de aves nos prédios do Supremo Tribunal Federal (STF).	05	PGR
Empreendimento denominado Avenida Perimetral, à margem direita do Porto de Santos, em área de potencial ocorrência de achados arqueológicos.	06	PRM/Santos
Ação de desapropriação por utilidade pública de imóvel rural localizado no Município de Cambará do Sul, no perímetro do Parna da Serra Geral.	07	PRM/Caxias do Sul
Memória da reunião da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, ocorridas nos dias 21 e 22/02/08, em São Paulo.	08	PGR/PFDC
Memória da 110ª Reunião Ordinária da CTNBio, ocorrida nos dias 20 e 21/02/08.	09	PRR/1ª Região
Proposta de revisão da Resolução Conama nº 293/2001, que dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo originados em portos organizados, instalações portuárias ou terminais, dutos, plataformas, bem como suas respectivas instalações de apoio, e orienta a sua elaboração.	10	4ª CCR
Análise da proposta de Resolução Conama que trata da classificação e das diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências.	11	4ª CCR
Atualização dos padrões de lançamento de efluentes constantes das tabelas da Resolução Conama nº 357/2005.	12	4ª CCR
102ª Reunião Conjunta das Subcomissões Setoriais Permanentes das Áreas Vegetal e Ambiental da CTNBio, realizada no dia 12/03/08.	13	4ª CCR
Análise do EIA/Rima do sistema de produção e escoamento de óleo e gás no Campo de Piranema, Bacia Sergipe-Alagoas, pela Petrobras.	14	PR/SE
Elaboração de quesitos referentes à degradação da qualidade da água no rio Jequitinhonha, devido à implantação da UHE Irapé.	15	PRM/Governador Valadares
Memória da reunião da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, ocorridas nos dias 8 e 9/04/08, no Rio de Janeiro.	16	PGR/PFDC
Relato das duas primeiras reuniões públicas referentes à criação do Refúgio de Vida Silvestre (RVS) do rio Pelotas e dos Campos de Cima da Serra, nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.	17	PRM/Caxias do Sul
Análise de informações do serviço de planialtimetria na localidade da Praia do Paum, no Município de São Francisco do Sul.	18	PRM/Joinville
Relato de participação no Curso de Perícia Judicial Ambiental, realizado em Belo Horizonte.	19	4ª CCR
Andamento dos processos referentes à revisão da Resolução Conama 257/99, que trata da reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada de pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos.	20	PR/MS
Memória da 103ª Reunião Conjunta das Subcomissões Setoriais Permanentes das Áreas Vegetal e Ambiental da CTNBio.	21	GT Transgênicos
Memória da 104ª Reunião Conjunta das Subcomissões Setoriais Permanentes das Áreas Vegetal e Ambiental da CTNBio.	22	GT Transgênicos
Adequação das práticas de vivissecção em aulas na Universidade Federal de Viçosa (UFV) aos dispositivos legais que tratam da	23	PR/MG

matéria.		
Memória da reunião da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, ocorrida no dia 11 de julho, em São Paulo.	24	PGR/PFDC
TAC referente ao disciplinamento da utilização de campos de dunas no Município de Caucaia, para o fim de viabilizar a implementação do empreendimento “Cumbuco Golfe Resort.”	25	PR/CE
Situação dos Procedimentos Administrativos provenientes do Estado de Santa Catarina, em trâmite na 4ª CCR.	26 ⁽¹⁾	4ª CCR
Exposição humana a campos eletromagnéticos.	27	PGR
Memória da reunião da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, ocorrida no dia 19 de setembro, em São Paulo.	30	PGR/PFDC
Roteiro para realização de vistorias em áreas de disposição de resíduos e em usinas de compostagem.	31	GT Poluição por Resíduos Sólidos e Esgotos
TAC referente ao disciplinamento da utilização de campos de dunas no Município de Caucaia, para o fim de viabilizar a implementação do empreendimento “Cumbuco Golfe Resort.”	32	PR/CE
Memória da reunião da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, ocorrida nos dias 31 de outubro e 1º de novembro, no Rio de Janeiro.	33	PGR/PFDC
Dados sobre licenças ambientais emitidas pela Semace para o Município de Aquiraz.	34	PR/CE
Subsídios para a palestra da Coordenadora da 4ª CCR, no Curso de Gestão do Território e Manejo Integrado das Águas Urbanas, promovido pela 4ª CCR e Ministério das Cidades.	35	4ª CCR
Documentação fotográfica sobre feições geológicas-geotécnicas críticas identificadas, durante a vistoria de campo, em áreas de mineração situadas na serra da Piedade, no Município de Sabará.	36	PR/MG
Memória da 1ª Reunião do Grupo de Trabalho Interministerial “Cidade dos Meninos”.	37	PR/RJ
Palestra de sensibilização e esclarecimento a servidores terceirizados e concursados na conduta ao localizar animais no edifício sede da PGR.	38	4ª CCR
Considerações sobre realização de perícia que versa sobre a exploração ilegal de ouro no Município de Maués/AM e tem por objetivo a aferição do dano ambiental causado pela garimpagem ilegal, sobretudo pela possibilidade de a água ainda estar contaminada por mercúrio.	39	PR/AM

Nota: ⁽¹⁾ Elaborada juntamente com a Gerência Jurídica.

⁽²⁾ Elaborada juntamente com Analista Pericial em Engenharia Sanitária lotada na PR/SC.

6.3 OUTRAS ATIVIDADES 220

6.3.1 Atendimentos Informais 3

Assunto	Modalidade	ANALISTA(S)	Origem
Encaminha sugestões sobre o PA 1.16.000.000080/2005-09 que trata de indenização paga pela União para a CVRD devido a cessão de direitos sobre o Garimpo de Serra Pelada, no Pará.	Mensagem eletrônica	1 (GE)	Dra. Eliana Pires Rocha (PR/DF)
Levantamento de dados sobre fluoretação da água de abastecimento público e sua implicação na saúde.	Mensagem eletrônica	1 (S)	Nutricionista Marluce Maria Oliveira (PFDC/PGR)
Preparação de 02 cartogramas que ilustram a situação atual dos processos minerários (DNPM) da área do futuro reservatório da UHE São Salvador - GO/TO.	Em reunião	1 (GE)	Dr. Adrian Pereira Ziemba (PR/GO)

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **GJ** = Gerente Jurídico; **GT** = Gerente Técnico; **AP** - Analista Processual; **A** = Arqueologia; **AG** = Engenharia Agrônoma; **ANT** = Antropologia; **AR** = Arquitetura; **B** = Biologia; **BB** = Biblioteconomia; **EC** = Engenharia Civil; **ES** = Estagiários; **F** = Engenharia Florestal; **G**= Geografia; **GE** = Geologia; **Q** = Engenharia Química e **S** = Engenharia Sanitária.

6.3.2 Atividades Específicas para subsidiar atuação dos Membros 1

Assunto	Solicitação	ANALISTA(S)^(*)
Levantamento de ITs elaboradas e outros documentos técnicos referentes a espécies exóticas invasoras.	Ofício PRM/Bragança Paulista n.º 832/08.	1 (B)

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **GJ** = Gerente Jurídico; **GT** = Gerente Técnico; **AP** - Analista Processual; **A** = Arqueologia; **AG** = Engenharia Agrônoma; **ANT** = Antropologia; **AR** = Arquitetura; **B** = Biologia; **BB** = Biblioteconomia; **EC** = Engenharia Civil; **ES** = Estagiários; **F** = Engenharia Florestal; **G**= Geografia; **GE** = Geologia; **Q** = Engenharia Química e **S** = Engenharia Sanitária.

6.3.3 Atividades Específicas para subsidiar elaboração de Informação Técnica 6

Assunto	ANALISTA(S)^(*)
Atividade de processamento de dados de GPS na Agência Nacional de Águas (ANA) para utilização desses dados no processo	1 (GE) 1 (EC) ¹
Visita à seção de obras raras da biblioteca da Câmara dos Deputados, para leitura de livro (1957-1987 do plano piloto ao Plano Piloto) com informações necessárias à elaboração de IT sobre o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), em Brasília.	1 (AR)
Visita à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SEDUMA), em Brasília, para obtenção de documentos necessários à elaboração de IT sobre construção de estacionamento na área do Setor de Administração Sul (SAF SUL).	1 (AR)
Visita à sede do Metrô em Águas Claras para seleção de documentação necessária referente ao Veículo Leve sobre Trilhos (VLT).	1 (AR)

Visita técnica ao Jardim Zoológico de Brasília, como subsídio para análise do P.A. 1.00.000.009651/2008-75 referente à irregularidades no Centro de Triagem de Animais Silvestres do Distrito Federal (CETAS/DF). 2 (B)

Vistoria nas instalações do Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS/DF). 3 (B²)

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **GJ** = Gerente Jurídico; **GT** = Gerente Técnico; **AP** - Analista Processual; **A** = Arqueologia; **AG** = Engenharia Agrônoma; **ANT** = Antropologia; **AR** = Arquitetura; **B** = Biologia; **BB** = Biblioteconomia; **EC** = Engenharia Civil; **ES** = Estagiários; **F** = Engenharia Florestal; **G** = Geografia; **GE** = Geologia; **Q** = Engenharia Química e **S** = Engenharia Sanitária.

Nota: (1) Engenheiro Civil lotado na 5ª CCR.

(2) Sendo um biólogo da PR/DF, Habib Fraxe Neto.

6.3.4 Avaliação Prévia de Demandas existentes 73

Procedimento Administrativo e EIA/Rima	Analista(s)(*)
73	1 (F/S) 3 (B)

6.3.5 Ciclo de Palestras – Difusor Ambiental 8

Evento	Analista(s)(*)	Data
Estudo de Impacto de Vizinhança.	1 (AR)	9 de julho
Aproveitamentos Hidrelétricos: arranjos, estruturas e equipamentos.	1 (S)	23 de julho
Paisagem Urbana.	1 (AR)	13 de agosto
Organismos Geneticamente Modificados: aspectos técnicos.	1 (B)	11 de setembro
UTE e meio ambiente.	1 (Q)	8 de outubro
AIA: análise de eficácia.	1 (F)	7 de novembro
Atividades desenvolvidas pelo GT Poluição por Resíduos Sólidos e Esgotos.	1 (S)	28 de novembro
Sensoriamento remoto: suas aplicações em análises ambientais.	1 (GE)	2 de dezembro

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **GJ** = Gerente Jurídico; **GT** = Gerente Técnico; **AP** - Analista Processual; **A** = Arqueologia; **AG** = Engenharia Agrônoma; **ANT** = Antropologia; **AR** = Arquitetura; **B** = Biologia; **BB** = Biblioteconomia; **EC** = Engenharia Civil; **ES** = Estagiários; **F** = Engenharia Florestal; **G** = Geografia; **GE** = Geologia; **Q** = Engenharia Química e **S** = Engenharia Sanitária.

6.3.6 Estudos Específicos para subsidiar elaboração de Informação Técnica 20

Assunto	Apoio à (ao)	ANALISTA(S)
Apoio na determinação da área da bacia de contribuição da Barragem de Ipanema, no Município de Iperó, em São Paulo, a partir de cartas 1:50.000 do IBGE.	Analista Pericial em Engenharia Sanitária	1 (GE)
Confecção de carta-imagem do Município de Cidreira, no Rio Grande do Sul.	Analista Pericial em Engenharia Sanitária ⁽¹⁾	1 (GE)

Digitalização e medição da área da bacia de contribuição e do maior eixo da barragem da Rio Paracatu Mineração no Município de Paracatu e geração de cartograma.	Analista Pericial em Engenharia Sanitária	1 (GE)
Digitalização e medição de bacias hidrográficas no Município de Mirai e Geração de cartograma.	Analista Pericial em Engenharia Sanitária	1 (GE)
Digitalização, medição de bacias hidrográficas e geração de cartograma da área de influência da Rio Paracatu Mineração, no Município de Paracatu.	Analista Pericial em Engenharia Sanitária	1 (GE)
Elaboração de mapa com as áreas pertencentes a Base Área de Alcântara/MA, em mapa étnico.	Analista Pericial em Antropologia da 6ª CCR	1 (GE)
Elaboração de mapa com localização de polígonos de processos do DNPM, no Município de Rio Grande/RS.	Assessor em Geologia	1 (GE)
Elaboração de mapa com localização de sítios arqueológicos na praia do Ervino, no Município de São Francisco do Sul.	Analista Pericial em Arqueologia	1 (GE)
Elaboração de mapa da região de Praia Mole, em Florianópolis.	Analista Pericial em Arqueologia	1 (GE)
Elaboração de mapa de temas arqueológicos, da região circunvizinha a mina de ouro da Rio Paracatu Mineração, Paracatu/MG.	Analista Pericial em Arqueologia	1 (GE)
Elaboração de mapa de temas arqueológicos, da região de São Bento/RS.	Analista Pericial em Arqueologia	1 (GE)
Elaboração de mapa para apoiar vistoria na região de Paulo Afonso, no Estado da Bahia.	Analista Pericial em Arqueologia	1 (GE)
Georreferenciamento de imagens e preparação de cartograma da região do empreendimento Balbino Beach, no Município de Cascavel, no Estado do Ceará.	Analista Pericial em Geografia	1 (GE)
Interpretação de imagens de satélite e aerofotos de área de Mata Atlântica, no Município de Nova Aliança.	Analista Pericial em Biologia	1 (GE)
Levantamento de dados e checagem da localização da área de servidão de dutos da Petrobras existentes nas proximidades da Cidade dos Meninos, em Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro.	Analista Pericial em Engenharia Sanitária	1 (GE)
Para análise do EIA da UHE Pai Querê, foi efetuada, com auxílio de geoprocessamento: a) verificação das semelhanças fisiográficas entre os trechos do rio Pelotas que poderão ser inundados pela UHE Pai Querê e UHE Passo da Cadeia; e b) quantificação do trecho de leito inundado pelas UHE's da Bacia Hidrográfica do Pelotas.	Analista Pericial em Biologia	1 (GE)
Preparação de mapa com polígonos de autorização de pesquisa do IPHAN e sítios arqueológicos das proximidades da Rio Paracatu Mineração, no Município de Paracatu.	Analista Pericial em Arqueologia	1 (GE)
Preparação de mapa com sítios arqueológicos da região da UHE Tijucu Alto.	Analista Pericial em Arqueologia	1 (GE)
Preparação de mapa com sítios arqueológicos na área de influência do anel ferroviário de São Francisco do Sul.	Analista Pericial em Arqueologia	1 (GE)
Preparação de mapas e obtenção de dados geológicos da região de Eldorado do Sul.	Assessor em Geologia	1 (GE)

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **GJ** = Gerente Jurídico; **GT** = Gerente Técnico; **AP** = Analista Processual; **A** = Arqueologia; **AG** = Engenharia Agrônoma; **ANT** = Antropologia; **AR** = Arquitetura; **B** = Biologia; **BB** = Biblioteconomia; **EC** = Engenharia Civil; **ES** = Estagiários; **F** = Engenharia Florestal; **G** = Geografia; **GE** = Geologia; **Q** = Engenharia Química e **S** = Engenharia Sanitária.

6.3.7 Estudos Específicos sem elaboração de Informação Técnica 1

Assunto	ANALISTA(S)
Estudos sobre conservação de biodiversidade em áreas protegidas e sobre conservação ambiental e redução da pobreza.	1 (F/G)

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **GJ** = Gerente Jurídico; **GT** = Gerente Técnico; **AP** = Analista Processual; **A** = Arqueologia; **AG** = Engenharia Agrônoma; **ANT** = Antropologia; **AR** = Arquitetura; **B** = Biologia; **BB** = Biblioteconomia; **EC** = Engenharia Civil; **ES** = Estagiários; **F** = Engenharia Florestal; **G** = Geografia; **GE** = Geologia; **Q** = Engenharia Química e **S** = Engenharia Sanitária.

6.3.8 Participação em Cursos, Congressos e Seminários 20

Evento	Analista(s)(*)	Local	Período
7º Fórum das Águas de Minas Gerais e do 1º Fórum das Águas da Bacia Hidrográfica do rio Verde.	1 (GE)	São Lourenço/MG	16 a 20 de março
30º Experiências na Utilização de Equipamentos para o Saneamento.	2 (S)	-	3 de abril
Curso <i>on-line</i> de Português – redação oficial.	1 (AR)	-	7 de abril a 9 de junho
Curso de especialização em Patrimônio Imaterial.	1 (AR)	-	22 de abril a 24 de junho
Curso de ArcGis.	1 (AG/G/GE)	Academia GIS – IMAGEM Brasília/DF	5 a 9 de maio
Curso de Perícia Judicial Ambiental.	1 (B)	Belo Horizonte/MG	5 a 9 de maio
Simpósio “Mineração e Meio Ambiente: o desafio da sustentabilidade”.	1 (GE)	Belo Horizonte/MG	7 a 10 de maio
1º Seminário de Perícia sobre Poluição da Polícia Federal.	1 (Q) 2 (S)	Instituto Nacional de Criminalística –Brasília/DF	12 a 16 de maio
<i>Workshop</i> Políticas Sociais e Saneamento Básico: as experiências brasileira e indiana.	1 (S)	IPEA – Brasília/DF	30 de maio
Curso ArcGIS.	1 (AR/B) 2 (S)	Academia GIS – IMAGEM Brasília/DF	1 a 5 de setembro
Encontro Internacional de Arqueologia Amazônica.	1 (A)	Belém/PA	2 a 5 de setembro
Curso “Técnicas de Investigação de Áreas Contaminadas”.	1 (S)	São Paulo/SP	8 a 12 de setembro
Curso de Patrimônio Cultural.	1 (BB/G) 2 (AP) 3 (AR)	ESMPU	15 a 18 de setembro
Curso BrOffice.org – Writer 2.1. Modalidade ensino a distância da ESAF.	1 (Q)	Ensino à distância	30 de outubro a 21 de novembro

Oficina "Pacto pelo Saneamento Básico e pela Cidadania".	2 (S)	Confea	12 e 13 de novembro
VIII Encontro Temático da 4ª CCR/MPF – "Espaços Territoriais Especialmente Protegidos".	1 (ANT/GJ/GT/F/G/S ⁽¹⁾) 2 (AP) 3 (GE ⁽²⁾) 4 (B ⁽³⁾)	Florianópolis/SC	19 a 21 de novembro
Seminário Franco-Brasileiro sobre Mudanças Climáticas, organizado pela Embaixada da França, UnB e Uniceub.	1 (GE/S)	UnB	24 e 25 de novembro
Simpósio "A tutela do Direito Urbanístico como forma de concretizar o princípio da dignidade da pessoa humana".	2 (AR)	MPDFT	25 a 27 de novembro
Gestão do Território e Manejo Integrado das Águas Urbanas. Promovido pela Cooperação Brasil Itália, 4ªCCR/MPF e Ministério das Cidades. Programa de Modernização do Setor Saneamento (PMSS).	1 (G) 2 (B/GE) 3 (G) 4 (S)	PGR	26 e 27 de novembro
Feira/Mostra Tecnológica Internacional do 3º Congresso Mundial de Engenheiros – WEC2008.	2 (S)	Centro de Convenções em Brasília	4 de dezembro

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **GJ** = Gerente Jurídico; **GT** = Gerente Técnico; **AP** = Analista Processual; **A** = Arqueologia; **AG** = Engenharia Agrônoma; **ANT** = Antropologia; **AR** = Arquitetura; **B** = Biologia; **BB** = Biblioteconomia; **EC** = Engenharia Civil; **ES** = Estagiários; **F** = Engenharia Florestal; **G** = Geografia; **GE** = Geologia; **Q** = Engenharia Química e **S** = Engenharia Sanitária.

(1) Sendo lotado na Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul.

(2) Sendo um lotado na Procuradoria da República no Estado de Pernambuco e um na Procuradoria da República em Santa Catarina.

(3) Sendo um lotado na Procuradoria da República no Estado de São Paulo.

6.3.9 Reuniões Externas em Brasília 15

Assunto	Origem	Analista(S)(*)	Outros Participantes	Local	Período
Orientação do preenchimento de carta-consulta para obtenção de apoio financeiro para implantação de laboratório de geoprocessamento na 4ª CCR.	4ª CCR	1 (AG) 2 (GE)		Fundo de Direitos Difusos do Ministério da Justiça	9 de abril
Implantação do veículo leve sobre trilhos (VLT), na avenida W3, em Brasília.	PR/DF	2 (AR)	Dra. Ana Paula Mantovani Procuradora da República na PR/DF Karina Soarea Rocha Promotora de Justiça Márcia Farias Representante do	PR/DF	28 de maio

				MP no TCDF Heliomar Oliveira Procurador Federal no IPHAN		
Implantação do veículo leve sobre trilhos (VLT), na avenida W3, em Brasília.	PR/DF	2 (AR)		. MPDFT . MP/Contas . MPF . METRÔ . Secretaria de Transportes do GDF IPHAN	MPDFT	6 de junho
Discussão sobre pertinência e método de quesitação, objetivando subsidiar atuação no Curso de Licenciamento Ambiental de grandes empreendimentos, uma parceria entre o GT e a ESMPU.	GT Licencia- mento de Grandes Empreen- dimentos	1 (GT/AP/A/ ANT/BB/EC/ F/G) 2 (S) 3 (AR/B)		Drª. Anelise Becker e Jaqueline Ana Buffon integrantes do GT Licenciamento de Grandes Empreendimentos	PGR	20 de junho
Apresentação de carta-consulta ao Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Direitos Difusos para solicitação de recursos para montagem de laboratório de geoprocessamento nesta Câmara e treinamento de seus servidores.	4ª CCR	1 (GT/G/GE)		Dr. Mario José Gisi Subprocurador- Geral ad República Coordenador em exercício da 4ª CCR	Ministério da Justiça	26 de junho
Irregularidades no Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas) do Distrito Federal.	PR/DF	3 (B) ⁽¹⁾			PR/DF	5 de setembro
Implantação do veículo leve sobre trilhos (VLT), na avenida W3, em Brasília.	MPDFT	1 (AR)			MPDFT	10 de setembro
Implantação do veículo leve sobre trilhos (VLT), na avenida W3, em Brasília.	MPDFT	1 (AR)			MPDFT	22 de setembro
Implantação do veículo leve sobre trilhos (VLT), na avenida W3, em Brasília.	MPDFT	1 (AR)			MPDFT	29 de setembro
Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental do Conama.	4ª CCR	1 (S)			Conama	4 de novembro
Reunião para discutir o TAC assinado entre o empreendedor e o IPHAN a respeito da destruição de sítio arqueológico no município de Arroio do Sal, no Rio Grande do Sul.	PR/RS	1 (A)			PR/RS	14 de novembro
Reunião e vistoria na Cidade dos Meninos, em Duque de Caxias, referente à contaminação ambiental e humana.	PR/RJ	1 (S)			CGVAM/ Ministério da Saúde	25 de novembro
TAC da ACP do Forte São	PRM/Santos	1 (A/AR)			IPHAN	5 de

João, no Município de Bertioga.						dezembro
2ª Reunião do Micronutrientes.	GT	4ª CCR	1 (S)		Conama	9 de dezembro
Reunião da Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental.		4ª CCR	1 (S)		Conama	10 e 11 de dezembro
TAC a ser assinado entre IPHAN, MAE-USP e MPF.			1 (A/AR)		IPHAN/DF	4 de dezembro

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **GJ** = Gerente Jurídico; **GT** = Gerente Técnico; **AP** = Analista Processual; **A** = Arqueologia; **AG** = Engenharia Agrônoma; **ANT** = Antropologia; **AR** = Arquitetura; **B** = Biologia; **BB** = Biblioteconomia; **EC** = Engenharia Civil; **ES** = Estagiários; **F** = Engenharia Florestal; **G** = Geografia; **GE** = Geologia; **Q** = Engenharia Química e **S** = Engenharia Sanitária.

Nota: (1) Sendo um biólogo da PR/DF, Habib Fraxe Neto.

6.3.10 Reuniões Internas 17

Assunto	Origem	Analista(*)	Outros Participantes	Local	Data
Avaliação Integrada da hidrográfica do rio Uruguai	Ambiental da bacia	GT Licenciamento de Grandes Empreendimentos		4ª CCR	13 de fevereiro
Projeto de Integração do rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional	4ª CCR	1 (A/ANT/B/F/G/GE)		Senado Federal	14 de fevereiro
AHE Pai Querê e Proposta de criação de Refúgio da Vida Silvestre (RVS), formando um Corredor ecológico do rio Pelotas (Rs e SC).	4ª CCR	1 (B/G/GE/S) 2 (B/F)		MMA/Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF)	28 de fevereiro
Apresentação da IT sobre a Avaliação Integrada da Hidrográfica do rio Uruguai.	4ª CCR	1 (ANT/G/GE/S) 2 (AP/B/F)	Representantes das Procuradorias da República nos Estados que atuam na matéria	PGR	29 de fevereiro
Discussões para elaboração de carta-consulta para o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Defesa dos Direitos Difusos, com o objetivo de pleitear recursos para aquisição de programas, equipamentos e treinamento na área de geoprocessamento.	4ª CCR	1 (AG/G) 2 (F/GE)		4ª CCR	5 de março
Elaboração de carta-consulta para o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Defesa dos Direitos Difusos, com o objetivo de pleitear recursos para aquisição de programas, equipamentos e	4ª CCR	1 (AG/F) 2 (GE)		4ª CCR	11 de março

treinamento na área de geoprocessamento – pesquisa de cursos, equipamentos e levantamento de custos.

Reunião sobre questões técnicas e jurídicas relativas à implantação dos <i>resorts</i> do Cumbuco e Aquiraz.	PR/CE	1 (GJ/GT/AP/B) ⁽¹⁾		4ª CCR	17 de março
Reunião sobre questões técnicas e jurídicas relativas à implantação dos <i>resorts</i> do Cumbuco e Aquiraz.	PR/CE	1 (GJ/GT/AP/B) ⁽²⁾		4ª CCR	17 de março
Elaboração de carta-consulta para o Conselhor Gestor do Fundo Nacional de Defesa dos Direitos Difusos, com o objetivo de pleitear recursos para aquisição de programas, equipamentos e treinamento na área de geoprocessamento.	4ª CCR	1 (AG/F) 2 (GE)		4ª CCR	26 de março
Influência da UHE São Salvador sobre a atividade de dragagem no rio Tocantins na área do futuro reservatório.	PR/GO	1(GE-4ªCCR) 1(ANT-6ªCCR)		Ibama/Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas – Cecav	28 de março
Projeto para aquisição de equipamentos e treinamento em geoprocessamento com recurso do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDDD) do Ministério da Justiça.	4ª CCR	1 (G) 2 (GE)	Dr. Nelson Campos (Secretário Executivo do Conselho Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos)	4ª CCR	21 de agosto
	4ª CCR	1 (G) 2 (GE)		CFDD – Ministério da Justiça	26 de agosto
Reunião com a Divisão de Prospecção Tecnológica – DIPROT da Secretaria de Tecnologia da Informação – STI da PGR para especificação técnica de equipamentos de informática a serem eventualmente adquiridos com recursos do FDDD do Ministério da Justiça.	4ª CCR	1 (G) 2 (GE)	Fernando Nakashoji (DIPROT/STI), Roberto Saud Limeira Filho (DIPROT/STI)	4ª CCR	27 de agosto
Solução para a presença humana em Unidade de Conservação de Proteção Integral – o caso dos quilombolas no Parna Aparados da Serra, no Estado de Santa Catarina.	PRM/Caxias do Sul	1 (GT/GJ/F)	Dr. Mario Gisi	4ª CCR	14 de novembro
Problemática dos puxadinhos nas Comerciais Locais Sul (CLS) em Brasília – Lei Complementar	PR/DF	1 (AR)		SEDUMA	14 de novembro

766/2008.

Reunião conjunta com a 6ª CCR referente aos licenciamentos ambientais das UHEs Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira.	Rede Brasil, CIMI, MAB	1 (GT/G/S)	6ª CCR	18 de novembro
Solução para a presença humana em Unidade de Conservação de Proteção Integral - o caso dos quilombolas no Parna Aparados da Serra, no Estado de Santa Catarina.	PRM/Caxias do Sul	1 (GT/ANT/B/F/G)	4ª CCR	28 de novembro
Orientações na conduta ao localizar animais no edifício sede da PGR.	4ª CCR	2 (B)	Brigada de Incêndio da PGR	18 e 19 de novembro

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **GJ** = Gerente Jurídico; **GT** = Gerente Técnico; **AP** = Analista Processual; **A** = Arqueologia; **AG** = Engenharia Agrônoma; **ANT** = Antropologia; **AR** = Arquitetura; **B** = Biologia; **BB** = Biblioteconomia; **EC** = Engenharia Civil; **ES** = Estagiários; **F** = Engenharia Florestal; **G** = Geografia; **GE** = Geologia; **Q** = Engenharia Química e **S** = Engenharia Sanitária.

- (1) Participaram da reunião Dr. Flávio Giron, Coordenador em exercício da Câmara; Dr. Mario José Gisi, Subprocurador-Geral da República; e, representantes da 4ª CCR na PR/CE: Dr. Alessandro Wilckson Cabral Sales, Dr. Márcio Andrade Torres.
- (2) Participaram da reunião Dr. Flávio Giron, Coordenador em exercício da Câmara; Dr. Mario José Gisi, Subprocurador-Geral da República; representantes da 4ª CCR na PR/CE: Dr. Alessandro Wilckson Cabral Sales, Dr. Márcio Andrade Torres; Dr. Fernando Antônio Costa de Liveira, Procurador-Geral do Governo do Estado do Ceará; Drª Maria Lúcia de Castro Teixeira, Procurador-Chefe de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Estado do Ceará; e, Dr. Adail Fontenele, Secretário de Estado Infra-Estrutura do Ceará.

6.3.11 Viagens a Serviço 54

Assunto	Origem	Analista(s)^(*)	Local	Período
Visita técnica em sambaquis localizados na praia do ervino, na praia Grande, localizadas no Município de São Francisco do Sul, e participar de reunião com o IPHAN, Museu Sambaqui de Joinville, Fundação Cultural de Joinville e Eletrosul sobre TAC firmado referente a implantação de Linhas de Transmissão.	PRM/Joinville	1 (A)	Joinville/SC	14 a 19 de janeiro
Acompanhar perícia técnica a ser realizada por perito do juízo e participar de reunião referente a construção de cais de atracação do Iate Clube de Cabo Frio.	PRM/São Pedro da Aldeia	1 (AR)	São Pedro da Aldeia/RJ	22 a 26 de janeiro
Análise de proposta de TAC referente ao vazamento de óleo de oleoduto na Refinaria Getúlio Vargas - REFAP, na Cidade de Araucária.	PR/PR	1 (Q)	Curitiba/PR	28 a 30 de janeiro
Vistoria para verificação da adequação às normas de regência para a implantação do aterro sanitário do Município de Horizonte e participar de reuniões correlatas.	PR/CE	1 (S)	Fortaleza/CE	28 a 31 de janeiro
12ª Reunião do GT do Conama que estabelece diretrizes e procedimentos para o gerenciamento de áreas	4ª CCR	1 (S)	São Paulo/SP	17 a 19 de fevereiro

contaminadas.					
Reunião da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH).	PGR/PFDC	1 (ANT)	São Paulo/SP	20 a 22 de fevereiro	
Reunião sobre o empreendimento Aquiraz Riviera	PR/CE	1 (B/G)	Fortaleza/CE	22 a 24 de fevereiro	
Reunião com o IPHAN, Museu do Sambaqui de Joinville, Fundação Cultural de Joinville e Eletrosul, sobre situação de TAC firmado referente a implantação de Linhas de Transmissão, e vistoria em sambaqui na praia de Paum, no Município de São Francisco do Sul.	PRM/Joinville	1 (A)	Joinville/SC	24 a 28 de fevereiro	
Vistoria e reunião com equipe de arqueologia contratada pelo DNIT para a elaboração do EIA/Rima sobre a duplicação da BR-280.					
Vistoria na área atingida pelo naufrágio de Bargaça na baía da Babitonga.	PRM/Joinville	1 (Q)	Joinville/SC	26 a 28 de fevereiro	
Vistoria no empreendimento denominado "Avenida Perimetral da Margem Direita do Porto de Santos", em área considerada de potencial ocorrência de achados arqueológicos.	PRM/Santos	1 (A)	Santos/SP	4 a 6 de março	
Vistoria nos loteamentos Novo Horizonte, Setor Planalto, Cidade Alta e São Jorge I e II, objetivando a elaboração de TACs.	PR/DF	1 (S)	Alto Paraíso/GO	6 a 7 de março	
Reunião da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH).	PGR/PFDC	1 (ANT)	São Paulo/SP	12 a 14 de março	
Vistoria em fazendas de plantio de eucaliptos, próximos à cidade de Luziânia.	PR/GO	1 (AP/AG/F)	Luziânia/GO	13 e 14 de março	
Vistoria em dois sambaquis, em função do terminal marítimo da empresa Norsul, objeto de Inquérito Policial.	PRM/Joinville	1 (A)	Joinville/SC	16 a 18 de março	
Reunião e vistoria na Cidade dos Meninos, em Duque de Caxias, referente à contaminação ambiental e humana.	PR/RJ	1 (S)	Rio de Janeiro/RJ	24 e 25 de março	
Continuidade dos trabalhos referente à construção da "Avenida Perimetral da Margem Direita do Porto de Santos".	PRM/Santos	1 (A/AR)	Santos/SP	6 a 8 de abril	
Vistoria na Empresa Fosfertil.	PRM/Uberaba	1 (GE/S)	Uberaba/MG	7 a 10 de abril	
Reunião da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH).	PGR/PFDC	1 (ANT)	Rio de Janeiro/RJ	8 a 10 de abril	

Vistoria em conjunto com órgãos ambientais e Gerência Regional do Patrimônio da União, referente à implantação do Complexo Siderúrgico e Terminal Portuário da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), na baía de Sepetiba.	PR/RJ	1 (F/S)	Rio de Janeiro/RJ	14 a 16 de abril
Vistoria no empreendimento denominado "Nova Geribá" e "Superclubs Breezes", em APP, na praia de Tucuns, no Município de Búzios.	PRM/São Pedro da Aldeia	1 (B/GE)	Búzios/RJ	16 a 18 de abril
Reunião e vistoria referente à área de manguezal e matas ciliares em Unidade de Conservação Federal.	PR/SC	1 (GE)	Florianópolis/SC	17 a 19 de abril
Reunião sobre o empreendimento Aquiraz Riviera.	PR/CE	1 (GT/GJ/B/G)	Fortaleza/CE	22 a 24 de abril
Reunião referente a coordenação de ações para implantação de uma Zona de Processamento de Exportação – ZPE, no imóvel "Cidade dos Meninos".	PR/RJ	1 (S)	Rio de Janeiro/RJ	24 de abril
Reunião da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH).	PGR/PFDC	1 (ANT)	São Paulo/SP	24 e 25 de abril
Vistoria no empreendimento "Balbino Beach Resort", em Cascavel.	PR/CE	1 (B/G)	Cascavel/CE	25 de abril
Vistoria na rodovia do Contorno de Volta Redonda e reunião com representantes da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) visando a indicação das medidas compensatórias e mitigadoras a serem adotadas para elaboração do TAC, contemplando integralmente os pedidos judiciais.	PRM/Volta Redonda	1 (F/S)	Volta Redonda/RJ	27 a 30 de abril
Vistoria técnica nas construções dos empreendimentos denominados "Hotel Luzeiros", "Condomínio Catamarã", "Leony do Vale" e "Casa do Morro".	PR/AM	1 (B/GE)	São Luís/MA	28 a 30 de abril
Reuniões de Consultas Pública sobre proposta de criação de Unidade de Conservação.	PRM/Caxias do Sul	1 (B)	Bom Jesus e São José dos Ausentes/RS	28 a 30 de abril
Assistência técnica em perícia judicial referente ao corte e supressão de pinheiros brasileiros.	PRM/Chapecó	1 (F)	Chapecó/SC	29 de abril e 1º de maio
Vistoria e participar de reunião com representantes da PR/RJ e o Presidente da Superintendência Estadual de Rios e Lagoas – Serla, referente ao Complexo Siderúrgico Thyssenkrupp CSA – Companhia	PR/RJ	1 (F/S)	Rio de Janeiro/RJ	6 a 9 de maio

Siderúrgica do Atlântico na baía de Sepetiba.

Reunião da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH).	PGR/PFDC	1 (ANT)	São Paulo/SP	14 e 15 de maio
Vistoria na área de influência direta do Complexo Siderúrgico Thyssenkrupp CSA – Companhia Siderúrgica do Atlântico na baía de Sepetiba, objetivando apresentar subsídios técnicos para a correta atuação do MPF pela implantação do empreendimento.	PR/RJ	1 (F/S)	Rio de Janeiro/RJ	1º a 11 de junho
Reunião da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH).	PGR/PFDC	1 (ANT)	São Paulo/SP	12 e 13 de junho
Reunião com os técnicos de apoio do MPF/RJ para tratar da implantação do Complexo Siderúrgico Thyssenkrupp CSA – Companhia Siderúrgica do Atlântico na baía de Sepetiba.	PR/RJ	1 (B/F/S)	Rio de Janeiro/RJ	26 de junho a 2 de julho
Obs.: O biólogo retornou no dia 30 de junho, para participar de reunião técnica na 4ª CCR.				
15ª Reunião do GT do Conama que estabelece diretrizes e procedimentos para o gerenciamento de áreas contaminadas.	4ª CCR	1 (S)	São Paulo/SP	30 de junho a 2 de julho
Vistoria na área em que foi encontrado patrimônio arqueológico, na localidade de Ponte dos Vieiras.	PRM/Mafra	1 (A)	São Bento do Sul/ SC	20 a 23 de julho
Reunião da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH).	PGR/PFDC	1 (ANT)	São Paulo/SP	29 e 30 de julho
Reunião conjunta com a PR/SC objetivando à estruturação do VIII Encontro Temático de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural.	4ª CCR	1 (GA/BB)	Florianópolis/ SC	29 a 31 de julho
Vistoria na área referente a irregularidades na ocupação de praias no Município de Salinópolis.	PR/PA	1 (B)	Belém/PA	30 de julho a 2 de agosto
Restauração da Ponte Hercílio Luz.	PR/SC	1 (Q)	Florianópolis/ SC	4 a 6 de agosto
16ª Reunião do GT do Conama que estabelece diretrizes e procedimentos para o gerenciamento de áreas contaminadas.	4ª CCR	1 (S)	São Paulo/SP	12 e 13 de agosto
Acompanhar Inspeção Judicial em processos que tramitam na 5ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão, relativas a construções irregulares no Município de Barreirinhas.	PR/MA	1 (B)	Barreirinhas/ MA	24 a 30 de agosto
Vistoria para verificação de danos	PRM/Anápolis	1 (F/GE)	Anápolis/GO	29 de agosto

causados pela Ferrovia Norte/Sul na nascente do rio das Antas.				
Reunião preparatória e vistoria relativas à demolição de imóveis tombados pela União no Centro Histórico de São Luís.	PR/MA	1 (AR)	São Luís/MA	2 a 5 de setembro
Vistoria em sítios arqueológicos na Trilha do Gravatá.	PR/SC	1 (A)	Florianópolis/SC	7 a 11 de setembro
Vistoria na região de implantação de Condomínio sobre Costão Rochoso e Área de Mata Atlântica, no Município de Niterói.	PRM/Niterói	1 (EC/F/GE)	Niterói/RJ	9 a 12 de setembro
Reunião da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH).	PGR/PFDC	1 (ANT)	São Paulo/SP	18 e 19 de setembro
Reunião na Secretaria de Obras do estado do Rio de Janeiro sobre a questão Cidade dos Meninos.	PR/RJ	1 (S)	Rio de Janeiro/RJ	21 a 23 de setembro
Reunião com representantes da PR/PA e do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), com vistas à coleta de elementos para averiguar a estrutura da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, quanto aos procedimentos de liberação de exploração de recursos naturais no Estado do Pará.	PR/PA	1 (F)	Belém/PA	28 de setembro a 1º de outubro
Vistoria no empreendimento denominado Leony do vale, área costeira, bem como em obras na praia da ponta D'Areia, no Município de São Luís.	PR/MA	1 (B/GE)	São Luís	30 de setembro a 2 de outubro
Análise da ACP referente a obras de intervenção e adaptação executadas no edifício administrativo da Estação da Luz, com vistas à sua transformação em espaço destinado à celebração da Língua Portuguesa.	PR/SP	1 (AR)	São Paulo/SP	20 a 24 de outubro
Organização durante a realização a realização do VIII Encontro Temático da 4ª CCR – “Espaços Territoriais Especialmente Protegidos”.	4ª CCR	1 (AC/BB/CC/CS)	Florianópolis/SC	18 a 21 de novembro
Vistoria na Casa Bandeirista do Itaim Bibi, para verificação de destruição da área de entorno do sítio arqueológico histórico.	PR/SP	1 (A)	São Paulo/SP	8 a 10 de dezembro
Reunião da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH).	PGR/PFDC	1 (ANT)	São Paulo/SP	11 e 12 de dezembro

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **GJ** = Gerente Jurídico; **GT** = Gerente Técnico; **AP** - Analista Processual; **A** = Arqueologia; **AC** = Asssistente de Comunicação; **AG** = Engenharia Agrônoma; **ANT** = Antropologia; **AR** = Arquitetura; **B** = Biologia; **BB** = Biblioteconomia; **CC** = Chefe de Cartório; **CS** = Chefe de Secretaria. **EC** = Engenharia Civil; **ES** = Estagiários; **F** = Engenharia Florestal; **G** = Geografia; **GE** = Geologia; **Q** = Engenharia Química e **S** = Engenharia Sanitária.

6.3.12 VIII Encontro Temático – “Espaços Territoriais Especialmente Protegidos” 2

Assunto	Analistas(*)
Palestrante no Painel nº 1 – Unidades de Conservação, com o tema: “ Populações tradicionais e suas relações com o território”.	1 (ANT)

Palestrante no Painel nº 3 – Áreas Protegidas , com o tema: “uma leitura a partir da geografia”.

1 (G)

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **GJ** = Gerente Jurídico; **GT** = Gerente Técnico; **AP** - Analista Processual; **A** = Arqueologia; **AG** = Engenharia Agrônoma; **ANT** = Antropologia; **AR** = Arquitetura; **B** = Biologia; **BB** = Biblioteconomia; **EC** = Engenharia Civil; **ES** = Estagiários; **F** = Engenharia Florestal; **G**= Geografia; **GE** = Geologia; **Q** = Engenharia Química e **S** = Engenharia Sanitária.

6.4 AÇÕES PROPOSTAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

- ◆ Capacitação de servidores, por intermédio da realização de cursos específicos, objetivando o aperfeiçoamento do corpo de Analistas Periciais e melhor atendimento das demandas de análises recebidas.
- ◆ Provimento de cargos efetivos na Carreira de Analista Pericial na 4ª CCR e nos estados, vinculados funcionalmente à 4ª CCR, para as seguintes especialidades: Antropologia (1), Arquitetura (5), Biologia (10), Engenharia Florestal (12), Engenharia Química (2), Engenharia Sanitária (9), Geologia (4), Sociologia (1).
- ◆ Implantação do Laboratório de Geoprocessamento na 4ª CCR.
- ◆ Aquisição de software:
 - Aquisição e instalação do software *CorelDRAW*, ferramenta destinada para desenho vetorial e para *design* gráfico, objetivando atender as demandas dos encontros promovidos pela 4ª CCR, bem como a edição e a transformação de imagens e fotografias na elaboração de Informações Técnicas.

7. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

A Gerência Administrativa, unidade da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, incumbida do prover, através das unidades específicas do MPF, apoio administrativo e de comunicação necessárias ao funcionamento da Câmara, executa as seguintes atividades:

- ◆ elaboração da previsão de gastos com material, viagens, capacitação e outros necessários ao funcionamento da 4ª CCR;
- ◆ provimento de recursos humanos;
- ◆ provimento de material permanente e de consumo;
- ◆ organização do arquivo das correspondências e dos procedimentos da 4ª CCR;
- ◆ recebimento, conferência, registro, distribuição interna e expedição dos documentos e processos;
- ◆ registro, processamento e elaboração de relatório de informações estatísticas, de acordo com o disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06;
- ◆ organização da agenda, elaboração de pautas e atas de reuniões ordinárias do colegiado;
- ◆ secretariar as reuniões do Colegiado da 4ª CCR;
- ◆ elaboração de ofícios, portarias e demais correpondências e atos necessários ao funcionamento da Câmara ou decorrente de suas atividades;
- ◆ publicação de documentos (atas, portarias e outros) na imprensa oficial;
- ◆ controle e orientação sobre o uso de linhas telefônicas, materiais e equipamentos disponíveis, segundo as normas vigentes;
- ◆ pedidos de execução dos serviços de confecção de carimbos, placas internas de identificação, placas de inauguração, prismas, molduras e revelação de filmes fotográficos, com as devidas especificações;
- ◆ provimento, registro e controle de transporte, diárias e passagens a serviço;
- ◆ organização e suporte aos eventos – cursos, encontros, seminários e outros - promovidos pela 4ª CCR ou executados em parceria com órgãos afins;
- ◆ recebimento e organização de informações sobre a concessão de Gratificação da Atividade Pericial, para remessa mensal à Secretaria-Geral do MPF;
- ◆ gerenciamento do conteúdo da página da 4ª CCR na *internet*;
- ◆ elaboração de matérias jornalísticas e informativas, para inclusão na página da 4ª CCR;
- ◆ inclusão de informações na Base de Dados de Inteiro Teor do MPF – diretório da 4ª CCR, assim como orientação sobre tal procedimento às Procuradorias nos estados e municípios;
- ◆ acompanhamento diário de matérias jornalísticas sobre os temas de atuação e de interesse da Câmara, a saber: imprensa nacional, *site* da PGR, Jornal do Brasil, Correio Braziliense, *sites* de órgãos afins, entre outros;
- ◆ elaboração do *clipping* da 4ª CCR para os membros e analistas da Câmara, e para membros do MPF nos estados e municípios;
- ◆ elaboração, confecção e distribuição de matérias referentes à Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural;
- ◆ atualização sistemática do acervo fotográfico;

- ♦ assessoramento à Coordenação da Câmara em matérias referentes à imprensa;
- ♦ participação e cobertura jornalística em eventos correlatos aos temas afins da Câmara.

Estão lotados na Gerência Administrativa 11 (onze) servidores, dois quais 2 (dois) requisitados de órgãos públicos e um licenciado para tratamento de saúde. A elevada rotatividade de pessoal ocorrida durante o exercício de 2007 refletiu dificuldades na regularização do ritmo das atividades de 2008, ano em que ocorreu a reposição do pessoal afastado por remoção, assunção de gratificação e outros.

Além desses servidores, a Gerência possui 2 (dois) funcionários que pertencem à empresa contratada pelo MPF, para execução de serviços gerais de apoio e um estagiário.

Cumprido registrar que mais dois técnicos administrativos foram lotados na Gerência Administrativa no final do exercício de 2008, os quais efetivamente iniciaram suas atividades apenas em 2009.

Cabe destacar que a sobrecarga de trabalho associada ao elevado índice de movimentação de pessoal tem implicado constantes adaptações nas rotinas e nos horários de trabalho da equipe.

A estrutura da Gerência não sofreu alteração, permanecendo da seguinte forma:

- ♦ Cartório – subunidade incumbida do recebimento, registro, distribuição e expedição de documentos e processos; elaboração de pauta e organização dos procedimentos para reuniões do Colegiado, elaboração das atas das reuniões ordinárias, entre outros.
- ♦ Secretaria - unidade responsável pelas atividades relativas ao provimento de material, transporte, diárias, telefonia, suprimento de fundos, licenças, férias, publicações, gratificação da Atividade Pericial, frequência, estagiários, entre outros.
- ♦ Comunicação – unidade de *staff*, cujas atividades são realizadas pela Assistente de Comunicação, que também é responsável pela atualização periódica do acervo fotográfico; pelo tratamento da informação referente às Recomendações tramitadas e arquivadas na 4ª CCR, bem como resumo dos trabalhos científicos desenvolvidos pelos Analistas lotados na Câmara e nos Estados; pelo o atendimento às solicitações de membros e servidores quanto às informações que deverão compor a página da 4ª Câmara na *internet*.

7.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

7.2 OUTRAS ATIVIDADES

7.2.1 Participação em Cursos, Congressos e Seminários

7.2.2 Viagens a Serviço

7.3 AÇÕES PROPOSTAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

7.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

QUADROS DEMONSTRATIVOS**Documentos Recebidos**

Mês	Quantidade
Janeiro	248
Fevereiro	311
Março	305
Abril	337
Maio	259
Junho	324
Julho	336
Agosto	326
Setembro	321
Outubro	260
Novembro	225
Dezembro	203
TOTAL	3.455

Fonte: Sistema FENIX

Procedimentos Recebidos

Mês	Quantidade
Janeiro	46
Fevereiro	202
Março	58
Abril	153
Maio	156
Junho	122
Julho	90
Agosto	117
Setembro	130
Outubro	212
Novembro	104
Dezembro	103
TOTAL	1.493

Fonte: Sistema FÊNIX

Documentos Expedidos

Mês	Quantidade
Janeiro	108
Fevereiro	127
Março	224
Abril	192
Maio	164
Junho	236
Julho	334
Agosto	159
Setembro	341
Outubro	216
Novembro	139
Dezembro	282
TOTAL	2.522

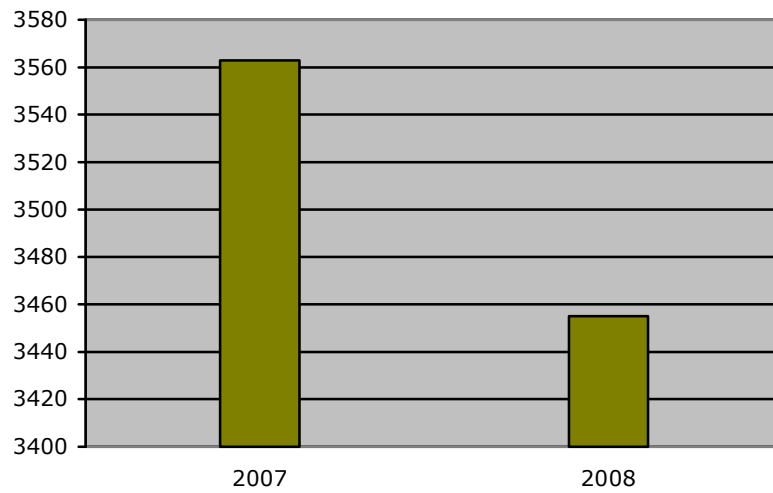
Fonte: Sistema FENIX

Observação: Não inclui procedimentos

Documentos Autuados 162

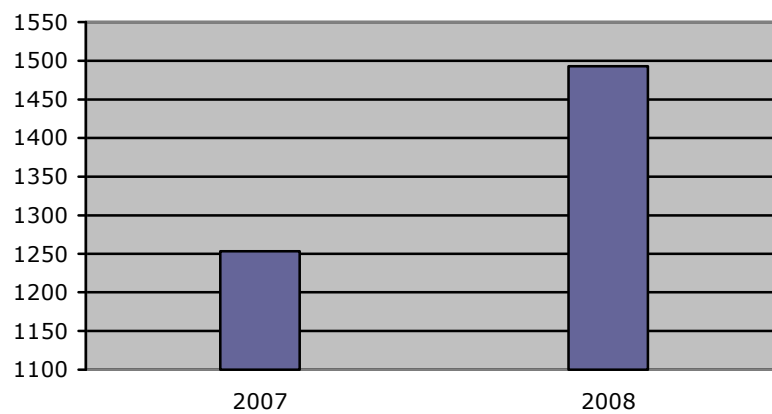
GRÁFICOS COMPARATIVOS

Documentos Recebidos



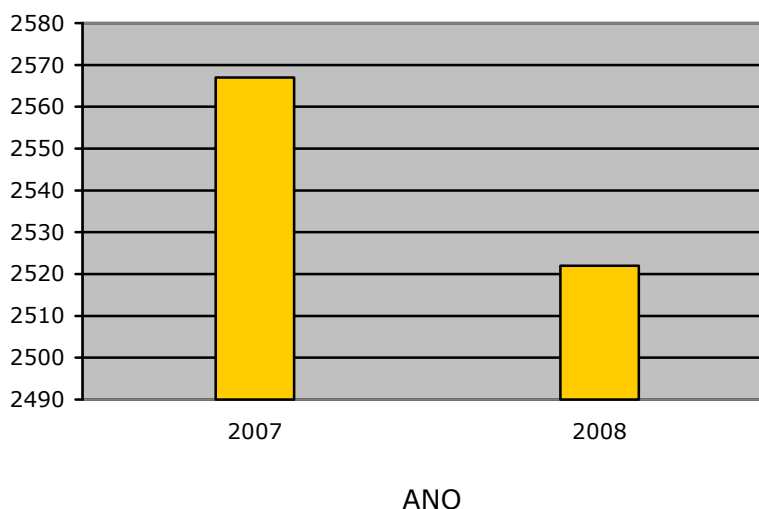
ANO

Procedimentos Recebidos

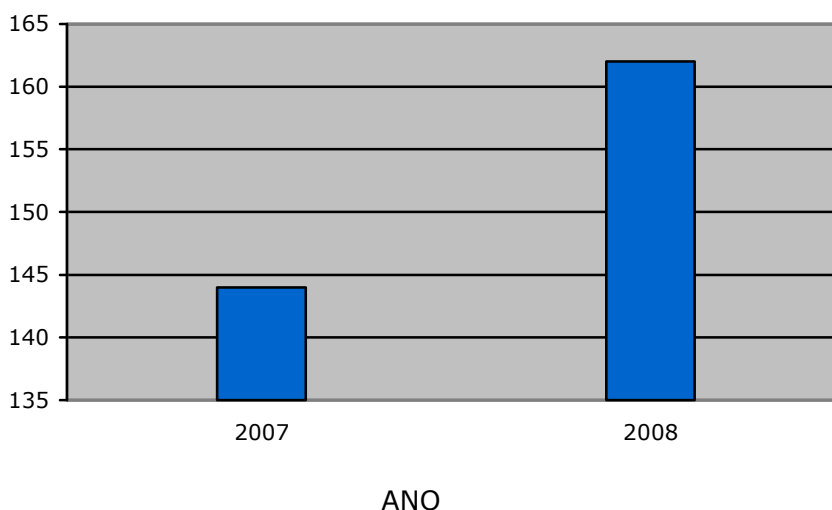


ANO

Documentos Expedidos



Documentos Autuados



7.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- ♦ Organização VIII Encontro Temático da 4ª CCR, que teve como tema **Espaços Territoriais Especialmente Protegidos** nos dias 19, 20 e 21 de novembro de 2008, em Florianópolis/SC.

As atividades de elaboração do pré-projeto, suporte à elaboração do programa, definição de especificações para contratação do estabelecimento, visita a estabelecimentos em Florianópolis, elaboração de convites a palestrantes, autoridades e membros participantes, inscrições, pedidos de passagens, controle de traslado, concepção das peças de divulgação, elaboração e expedição de certificados de participação; obtenção de

patrocínio, recursos áudio visuais, material de expediente , entre outros, envolveu 4 (quatro) servidores da Gerência Administrativa e contou com a colaboração de Analista de Documentação da Gerência Técnica da 4ª CCR.

- ◆ Identificação de demandas para a composição do orçamento anual do MPF.
- ◆ Execução das atividades de registro e controle das informações remetidas à 4ª CCR por força das disposições contidas na Resolução CSMPF Nº 87/06.
- ◆ Elaboração das estatísticas de que trata a na Resolução CSMPF Nº 87/06.
- ◆ Elaboração do relatório referente às determinações contidas na Resolução CSMPF Nº 87/06, entregue à Coordenação e apresentado ao colegiado da Câmara – exercício/2007.
- ◆ Elaboração, em conjunto com a Gerência Técnica, de proposta dirigida ao Sr. Procurador-Geral da República, com vistas à alocação de recursos humanos na atividade pericial, de forma descentralizada (Ofício nº 575/2008 - 4ª CCR).
- ◆ Elaboração de proposta de mudanças nas normas de concessão de diárias e passagens ao Secretário-Geral do MPF, relativamente às seguintes questões: diária insuficiente para pousada, alimentação e transporte urbano; mudanças de horário da viagem sem consulta ao interessado ou proponente, implicando dificuldades para os deslocamentos aeroporto/hotel e para o atendimento dos trabalhos no dia seguinte); pagamento da diária freqüentemente feito com atraso; viagens em sábados domingos e feriados não computadas como horas trabalhadas e outros (Ofício 841/2008 – 4ª CCR), que resultou em mudanças consubstanciadas em Portaria.
- ◆ Elaboração, em conjunto com a Gerência Jurídica, da Ordem de Serviço Nº 01/08, que estabelece padrão de distribuição de - Inquéritos Cíveis, Procedimentos Administrativos e Peças Informativas remetidos para apreciação pela 4ª CCR.
- ◆ Suporte à organização e execução do Curso sobre Licenciamento Ambiental, realizado pela ESMPU.
- ◆ Suporte à organização e execução do Curso sobre Gestão do Território e Manejo Integrado das Águas Urbanas., realizado em parceria com o Ministério das Cidades.
- ◆ Pesquisa e elaboração de relatório sobre aplicação de resoluções do CONAMA por parte das Procuradorias da República nos Estados, procuradorias Regionais e Procuradorias nos Municípios – relatório concluído e entrega em meio eletrônico.
- ◆ Controle das demandas da 4ª CCR pendentes perante outros órgãos públicos e realização das respectivas cobranças;
- ◆ Edição, em conjunto com a ESMPU, da publicação eletrônica Revista da Águas;
- ◆ Edição da Revista Eletrônica da 4ª CCR;
- ◆ Racionalização do espaço disponível no arquivo virtual “G”, com vistas ao melhor aproveitamento e organização das informações.

7.2 OUTRAS ATIVIDADES

7.2.1 Participação em Cursos, Congressos e Seminários 5

Evento	Servidor(es)(*)	Carga Horária	Local	Período
IV Curso Redação Oficial e Língua Portuguesa.	1 (TA)	80 horas	PGR	7 de abril a 18 de junho
Curso à distância de BrOffice.org - Writer 2.1.	3 (TA)	20 horas	ESAF	25 de agosto a 12 de setembro
Curso à distância de BrOffice.org - Calc 2.1.	2 (TA)	30 horas	ESAF	25 de agosto a 19 de setembro
Curso à distância de Atendimento ao Cidadão.	1 (CS)	20 horas	ENAP	Outubro
Curso à distância de Ética no Serviço Público.	1 (CS)	20 horas	ENAP	Outubro

(*) A informação em parênteses refere-se à função do servidor: **GA** = Gerente Administrativo; **AC** = Assistente de Comunicação; **CC** = Chefe de Cartório; **CS** = Chefe da Secretaria; **TA** = Técnico Administrativo.

As participações em eventos de capacitação decorreram de iniciativa própria dos servidores inscritos, sistematicamente estimulados à busca do aperfeiçoamento. Entretanto, identificou-se carência de uma capacitação voltada a, por exemplo, a preparar os servidores para assunção de postos gerenciais; identificar meios de melhoria de processos de trabalho e de atendimento aos clientes; liderança de equipes e motivação de pessoas; elaboração de projetos de trabalho e de relatórios; redação de correspondências oficiais; técnicas de organização de arquivo, entre outros.

7.2.2 Viagens a Serviço 3

Assunto	Origem	Participantes	Local	Período
Reunião conjunta com a PR/SC objetivando à estruturação do VIII Encontro Temático de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural.	4ª CCR	1(GA/BB)	Florianópolis/SC	29 a 31 de julho
Cobertura jornalística do II Curso Internacional de Direito Ambiental.	PRR 3ª Região	1 (AC)	São Paulo/SP	12 a 14 de setembro
Organização durante a realização a realização do VIII Encontro Temático da 4ª CCR – “Espaços Teritoriais Especialmente Protegidos”.	4ª CCR	1 (AC/BB/CC/ CS)	Florianópolis/SC	18 a 21 de novembro

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **AC** = Assistente de Comunicação; **BB** = Bibliotecária; **CC** = Chefe de Cartório; **CS** = Chefe de Secretaria.

7.3 AÇÕES PROPOSTAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

- ◆ Organização do VIII Encontro Nacional de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural.
- ◆ Revisão dos procedimentos elaborados no exercício anterior.
- ◆ Implantação do novo sistema de elaboração de pautas, atas, deliberações e correspondências relativas às reuniões ordinárias da Câmara.

7.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito de todas as dificuldades decorrentes da elevação do volume de trabalho e da significativa taxa de movimentação de servidores (saídas, licenças etc.), o exercício terminou com a formalização do ingresso de dois novos Técnicos Administrativos, fato que aliado às mudanças de rotina introduzidas, tais como o recebimento das informações relativas à Resolução 087/06 por meio de relatório trimestral pelas Procuradorias, permitirá maior agilidade e racionalidade no trabalho.

Destaca-se, também, que a implantação, pela Secretaria de Tecnologia da Informação, do sistema de elaboração de agenda, atas e demais documentos relativos às reuniões ordinárias da Câmara, prevista para o primeiro trimestre de 2009, representa o atendimento de um pleito antigo da gerência e será um instrumento que garantirá maior rapidez e segurança às rotinas do Cartório, com a minimização do tempo para elaboração das atas, deliberações e publicação dos atos.

Cabe mencionar, mais uma vez, que a utilização de mais de um sistema (Fenix e ARP) para controle de documentos e processos exige a alimentação de ambos, além do retrabalho, aumenta a probabilidade de falhas. A implantação do Sistema Unificado de Informações do Ministério Público Federal reduzirá essas dificuldades.

No que diz respeito a despesas, as ações da Gerência Administrativa, com o apoio da Coordenadora da 4ª CCR, continuam sendo norteados pela política de contenção de gastos da atual gestão. Exemplos: intensificação do uso de meio eletrônico para remessa de informações internas, requisição de informações complementares e transmissão de informações relativas às atividades que envolvem a Resolução CSMPF Nº 87/06; impressão de relatórios em frente e verso e em papel reciclado; uso de material reciclado na confecção dos impressos; as parcerias firmadas com patrocinadores como ABRAMPA E ANPR para cobertura de despesas com eventos, além da contratação de serviços de hospedagem, alimentação e suporte logístico para realização dos eventos da Câmara, que implica a não-concessão de diárias, tem permitido economizar recursos, especialmente na rubrica diárias. O uso de aparas de papel como bloco de recado e rascunho, também tem-se revelado fator de economia e estímulo ao hábito de reciclar poupando recursos.

8. ATIVIDADES NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE COORDENAÇÃO

8.1 EVENTOS PROMOVIDOS

8.1.1 Reunião dos Procuradores da República da Área de Meio Ambiente na Amazônia Legal

Foi realizada reunião em Brasília, no dia 2 de setembro de 2008.

8.1.1.1 Participantes

Membros

Alan Rogério Mansur Silva

Procurador da República no Município de Altamira

Álvaro Lotufo Manzano

Procurador da República no Estado do Tocantins

André Sampaio Viana

Procurador da República no Estado do Amapá

Anselmo Henrique Cordeiro Lopes

Procurador da República no Estado do Acre

Daniel César Avelino

Procurador da República no Estado do Pará

Heitor Alves Soares

Procurador da República no Estado de Rondônia

Mario José Gisi

Subprocurador-Geral da República

Membro Titular da 4ª CCR

Mário Lúcio Avelar

Procurador da República no Estado do Mato Grosso

Pedro Henrique Castelo Branco

Procurador da República no Município de Imperatriz

Servidores da 4ª CCR

Participaram servidores da 4ª CCR de diversas áreas de formação.

Marcos Cipriano Cardoso Garcia

Gerente Técnico

Maria Rita Reis

Gerente Jurídica

Servidores da 6ª CCR

Participaram servidores da 6ª CCR de diversas áreas de formação.

Representantes de Outros Órgãos

Alberto Ninio

Gerente do Banco Mundial no Brasil

Antônio Carlos Hummel

Diretor de uso Sustentável da Biodiversidades e Florestas do Ibama

Rômulo José Fernandes Barreto Mello

Presidente do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade do ICMBio

8.1.1.2 Desenvolvimento

A primeira parte foi um *Wokshop* sobre desmatamento com a participação de todos.

A segunda parte contou apenas com a participação dos Membros e Analistas da 4ª CCR.

8.1.1.3 Deliberações

♦ Sistema DOF e cumprimento da Resolução Conama nº 379/2006:

Após as exposições realizadas pelo Ibama e o ICMBio, conforme programa, deliberou-se:

- Solicitar ao Ibama informações sobre quais estados que não se integraram ao Sistema DOF e, portanto, não apresentam as informações na forma estabelecida na Resolução Conama nº 379/2006, e quais as razões apresentadas por esses estados.
- A partir dessas informações serão instaurados nas Procuradorias nos Estados procedimentos visando à edição de Recomendação e adoção de ações respectivas, quando for o caso. Serão estudadas medidas com objetivo de paralisar a emissão de licenças até a adequação dos estados no sistema DOF.

♦ Parcerias Locais:

- Na sequência, a formação de parcerias locais deu-se conforme as possibilidades locais. Todavia, persiste o consenso quanto à necessidade de implementação de tais parcerias para multiplicar e fortalecer as ações a serem implementadas.

♦ Concessão de Crédito e Desmatamento:

- Quanto à concessão de créditos, observou-se que as ações desenvolvidas pelo governo federal, por meio da Portaria do Bacen, que condiciona a concessão dos créditos à existência de licenciamento ambiental, estão sendo eficazes, diminuindo, neste momento, a necessidade de intervenção do Ministério Público Federal.

No entanto, em muitos casos, os proprietários rurais estão conseguindo crédito apenas com a apresentação do protocolo de solicitação de licenciamento, razão pela qual se torna necessário acompanhamento, para verificar se o licenciamento realmente ocorreu de acordo com a legislação.

♦ Reforma Agrária e Amazônia Legal:

- Necessidade de direcionamento dos projetos de reforma agrária para locais já antropizados, a fim de evitar assentamentos onde houver floresta primária;

- Necessidade de verificação da efetividade dos índices para Grau de Utilização da Terra (GUT) e Grau de Eficiência Econômica (GEE), visto que a não-efetividade da aplicação da função social da propriedade leva à pressão sobre áreas de floresta. Será enviado aos Procuradores presentes na reunião, estudo realizado pela Universidade de Campinas (Unicamp) sobre a necessidade de atualização dos índices aplicados atualmente pelo INCRA, para avaliação de providências a serem tomadas.
- ♦ **Compensação Ambiental e Unidades de Conservação:**
 - Decidiu-se solicitar ao TCU verificação sobre a aplicação dos recursos de compensação ambiental, recomendando-se que a aplicação de tais verbas seja direcionada para a regularização fundiária de Unidades de Conservação.
- ♦ **Reparação Dos Danos Ocasionalmente Pelo Desmatamento:**
 - Dr. Daniel César Azeredo Avelino, Procurador da República no Estado do Pará, encaminhará cópia de ACP exigindo reparação civil por desmatamento. Registrou-se que Romana Araújo, Assessora em Economia da 6ª CCR, está elaborando estudos sobre valores a serem exigidos. O Ibama tem a lista dos amiores infratores. A questão da exportação ilegal deverá ser tratada especialmente na esfera criminal.

8.1.2 VIII Encontro Temático – Espaços Territoriais Especialmente Protegidos

Com objetivo de promover a integração e o intercâmbio de experiências ligadas a questões ambientais e de patrimônio cultural, foi realizado no período de 19 a 21 de novembro de 2008, em Florianópolis, o VIII Encontro Temático de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, com o tema: Espaços Territoriais Especialmente Protegidos (ETEPs).

O evento foi promovido em conjunto com a Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina, tendo reunido Membros do Ministério Público Federal, do Ministério Público dos Estados e Municípios, servidores, convidados e autoridades.

Os painéis apresentados trataram sobre as populações tradicionais e suas relações com o território, os aspectos jurídicos das Unidades de Conservação de uso sustentável, a presença humana nas unidades de conservação de proteção integral, crimes ambientais em ETEPs, entre outros assuntos. Durante a programação houve estudos de casos, que abordaram os assentamentos do INCRA no Estado do Pará, as áreas de preservação permanente de reservatórios e cursos d'água e as de dunas, restingas e manguezais, apresentados por Procuradores da República que atuam na área.

Com base nos debates realizados nas plenárias foram identificadas estratégias específicas para atuação e apresentadas propostas e recomendações para subsidiar as atividades dos Membros representantes da 4ª CCR.

8.1.2.1 Participantes

Membros

Adrian Pereira Ziemba

Procurador da República no Estado de Goiás

Alessander Wilckson Cabral Sales

Procurador da República no Estado do Ceará

Alexandre Assunção e Silva

Procurador da República no Município de Caxias

Alexandre Silva Soares

Procurador da República no Estado do Maranhão

Allan Versiani de Paula

Procurador da República no Município de Montes Claros

Álvaro Lotufo Manzano

Procurador da República no Estado de Tocantins

Ana Cristina Bandeira Lins

Procuradora da República no Estado de São Paulo

Analúcia de Andrade Hartmann

Procuradora da República no Estado de Santa Catarina

André Sampaio Viana

Procurador da república no Estado do Amapá

Anselmo Henrique Cordeiro Lopes

Procurador da República no Estado do Acre

Carlos Alberto carvalho de Vilhena Coelho

Procurador Regional da República – 1ª Região

Carlos Augusto Amorim Dutra

Procurador-Chefe da procuradoria da república no Estado de Santa Catarina

Carlos Henrique Macedo Bara

Procurador da República no Município de Cascavel

Carmen Sant'Anna

Procuradora da República no Município de Santarém

Daniel César Azeredo Avelino

Procurador da República no Estado do Pará

Daniella Dias de Almeida Sueira

Procuradora da República no Município de São Pedro da Aldeia

Darlan Airton Dias

Procurador da República no Município de Criciúma

Domingos Sávio Dresch da Silveira

Procurador Regional da República – 4ª Região

Duciran Van Marsen Farena

Procurador da República no Estado da Paraíba

Eduardo Barragan Seroa da Motta

Procurador da República no Estado de Santa Catarina

Eliana Péres Torelly de Carvalho

Procuradora Regional da República – 1ª Região

Eunice Dantas Carvalho

Procuradora da República no Estado de Sergipe

Fernanda Alves de Oliveira

Procuradora da República no Município de Ilhéus

Fernando Amorim Lavieri

Procurador da República no Município de Sinop

Fernando José Piazenski

Procurador da República no Estado do Acre

Flávia Rigo Nóbrega

Procuradora da República no Município de Passos

Gilberto Barroso de carvalho Júnior

Procurador da República no Estado do Rio Grande do Norte

Gustavo de Carvalho Guadanhin

Procurador da República no Estado do Amazonas

Izabella Marinho Brant

Procuradora da República no Município de Resende

João Carlos de Carvalho Rocha

Procurador Regional da República – 4ª Região

Lara Marina Zanella Martinez Caro

Procuradora da República no Município de Uruguaiana

Leonardo Carvalho de Cavalcante Oliveira

Procurador da República no Estado do Piauí

Ludmila Bortoleto Monteiro

Procuradora da República no Estado de Roraima

Marcos Angelo Grimone

Procurador da República no Município de São Carlos

Maria Rezende Capucci

Procuradora da República no Município de São Miguel D'Oeste

Maria Silvia de Meira Luedemann

Procuradora Regional da República – 3ª Região

Nazareno Jorgealém Wolff

Procurador da República no Município de Lages

Nicolao Dino de Castro e Costa Neto

Procurador Regional da República – 1ª Região

Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary

Procurador da República no Estado de Alagoas

Nívio de Freitas Silva Filho

Procurador Regional da República – 2ª Região

Oswaldo dos Santos Heitor Júnior

Procurador da República no Estado de Rondônia

Pedro Paulo Reinaldin

Procurador da República no Município de Itajaí

Rafaella Alberici

Procuradora da República no Município de Criciúma

Ramiro Rockenbach de Almeida

Procurador da República no Estado da Bahia

Ricardo Kling Donini

Procurador da República no Município de Blumenau

Roger Fabre

Procurador da República no Município de Itajaí

Rosane Cima Campiotto

Procurador da República no Estado de Minas Gerais

Sérgio Luiz Pinel Dias

Procurador da República no Município de cachoeiro de Itapemirim

Tiago Alzuguir Gutierrez

Procurador da República no Município de Joinville

Tiago Alzugir Gutierrez

Procurador da República no Município de Joinville

Servidores da 4ª CCR

Cristina de Queiroz Telles Maffra

Analista Pericial em Geologia

Enéas da Silva Oliveira

Analista Pericial em Engenharia Florestal

Iraildes Modesto da Conceição

Bióloga

Joel Carlo de Oliveira Mazo

Analista Processual

José Dias Pereira

Biólogo

Kênia Gonçalves Itacaramby

Analista Pericial em Antropologia

Lauro Antônio Cunha Barbosa

Analista Processual

Marcos Cipriano Cardoso Garcia

Gerente Administrativo

Maria Rita Reis

Gerente Jurídica

Paula Moreira Felix Costa

Analista Pericial em Biologia

Valdir Carlos da Silva Filho

Analista Pericial em Geografia

Servidores lotados na PR/PE

Fábio Murilo Meira Filho

Analista Pericial em Geologia

Servidores lotados na PR/RS

Bequi Barros Behar Luizelli

Analista Pericial em Engenharia Sanitária

Servidores lotados na PR/SC

Dario Vailati

Assessor em Geologia

Servidores lotados na PR/SP

Sandra Dias Costa

Analista Pericial em Biologia

Apoio servidores da 4ª CCR

Jussara Puppim Zandonadi

Gerente Administrativa

Gustavo Ferreira Souza

Chefe de Cartório

Luciana Adele Maria Bucci

Analista em Documentação

Miguelina Pereira Pinheiro

Chefe de Secretária

Soraia Pereira Pessoa

Assistente de Comunicação

Apoio servidores da PR/SC

Alex Aguiar

Técnico de Transporte

Arthur Pina

Técnico de Transporte

Cléria Nunes

Assessorade Comunicação

Janmiel Bastos

Técnico de Transporte

José P. C. Reus

Técnico de Transporte

Lucenio Zanoni da Rocha

Assessor de Comunicação

Luciano A. Fiori

Técnico de Transporte

Marcelo Falconi

Técnico de Transporte

Marco Genta

Técnico de Transporte

Rogério Postai

Assessor de Comunicação

Lucival Nascimento França

Estagiário de Comunicação

Priscila Batista de Matos

Assessora Secretaria Estadual

8.1.2.2 Programação

Quarta-feira, 19 de novembro de 2008

18h – Abertura

Dra. Sandra Cureau

Subprocuradora-Geral da República
Coordenadora da 4ª CCR

Dra. Lindôra Maria Araujo

Subprocuradora-Geral da República
Membro da 4ª CCR

Dr. Mario José Gisi

Subprocurador-Geral da República
Membro da 4ª CCR

Dr. Carlos Augusto Amorim Dutra

Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina

Dr. José Eduardo Cardoso

Promotor de Justiça Titular da 4ª Promotoria Temática da Serra do Tabuleiro

Ten. Cel. Walmir Moreira Francisco

Comandante da região Norte da Ilha de Florianópolis

Cap. José geraldo Rodrigues Menezes

Chefe de Recursos Humanos e Gerente de Educação Ambiental do Batalhão da Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina.

19h – Palestra de Abertura – Espaços Territoriais Especialmente Protegidos E Atribuições Do Ministério Público Federal.

Dr.ª Consuelo Yoshida

Desembargadora Do Tribunal Da Regional Federal Da 3ª Região

Dia 20 de Novembro (Quinta-feira)

9h – Painel Nº 1 - Unidades de Conservação

Populações tradicionais e suas relações com o território

Kênia Itacaramby

Analista Pericial em Antropologia da 4ª CCR

Aspectos jurídicos das unidades de conservação de uso sustentável

Maria Rita Reis

Gerente Jurídica da 4ª CCR

A presença humana nas unidades de conservação de proteção integral

Dr. Marc Dourojeanni

Vice-Presidente da Pronaturaleza e consultor internacional em assuntos ambientais

10h30 - Intervalo

10h45 – Painel Nº 2 - As zonas de amortecimento e as modificações introduzidas pela Lei n.º 11.460/2007

Planos de manejo das unidades de conservação e zonas de amortecimento

Márcia Leuzinger

Procuradora do Estado do Paraná

O parágrafo 4º do art. 27 da Lei 9985/2000 - atividades de liberação planejada e cultivo de organismos geneticamente modificados e agrotóxicos nas zonas de amortecimento

Letícia Silva

Gerente de Normatização e Avaliação da Anvisa

Regularização fundiária em unidades de conservação

Rômulo José Fernandes Barreto Mello

Presidente do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade

14h – Painel Nº 3 - Áreas Protegidas

Áreas Protegidas: uma leitura a partir da Geografia

Valdir Carlos da Silva Filho

Analista Pericial em Geografia da 4ª CCR

Espaços Territoriais Especialmente Protegidos e Resoluções do Conama

Gustavo Trindade

Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Crimes ambientais em Espaços Territoriais Especialmente Protegidos

Nicolao Dino de Castro e Costa Neto

Procurador Regional da República na 1ª Região

Dia 21 de Novembro (Sexta-feira)

9h – Mesa redonda - estudo de casos

Assentamentos do INCRA no Pará

Felipe Fritz Braga

Procurador Regional dos Direitos do Cidadão

Áreas de preservação permanente de reservatórios e cursos d'água –

Álvaro Luiz de Mattos Stipp

Procurador da República no Município de São José do Rio Preto/SP

Áreas de preservação permanente em dunas, restingas e manguezais

Alessander Wilkson

Procurador da República no Estado do Ceará).

10h – Núcleos de Acompanhamento nas Procuradorias Regionais da República –
Eliana Torelly - Procuradora da República na 1ª Região

10h45 – Intervalo

11h – Conclusões do Encontro

12:30h – Encerramento

8.1.2.3 Conclusões

1. É atribuição do Ministério Público Federal a defesa dos bens integrantes do patrimônio natural nacional, bem com as APPs em rios e demais bens de domínio da União.
2. Nos conflitos que envolvem a defesa do patrimônio ambiental e populações indígenas ou tradicionais, a solução recomenda a análise conjunta das respectivas câmaras.
3. Nos termos da Lei nº 9.985/00, devem ser instituídas, em todas as unidades de conservação, exceto Áreas de Proteção Ambiental e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), zonas de amortecimento, que não se confundem com as zonas de transição, previstas pelo Decreto 99.274/00 e pela Resolução CONAMA 13/90.
4. A zona de amortecimento, que pode ser instituída no ato de criação da UC ou posteriormente, inclusive no próprio plano de manejo, não exclui a zona de transição, que possui finalidade distinta.
5. O MPF deverá cobrar a realização do plano de manejo e regularização fundiária das unidades de conservação integrantes das respectivas áreas de atribuição.
6. O cultivo de OGMs em zonas de transição e amortecimento de UCs sem plano de manejo aprovado, previsto pelo Decreto 5.950/06, é ilegal.
7. Sem prejuízo do questionamento da constitucionalidade da lei, o MPF exigirá licenciamento ambiental e realização de EIA/RIMA em casos de cultivo de OGMs em APAS e nas zonas de amortecimento das unidades de conservação, inclusive

quanto ao uso de agrotóxicos.

8. A resolução CONAMA 369/06 derogou a resolução CONAMA 341/03 em relação ao uso e ocupação de dunas móveis.
9. As planícies de deflação integram os campos de dunas e o percentual de ocupação deve respeitar corredores eólicos.
10. O MPF exigirá as devidas licenças ambientais na criação e implementação dos assentamentos do INCRA. A 4ª. CCR criará um Grupo de Trabalho para elaboração de um roteiro de atuação para tratar dos licenciamentos em assentamentos e promover discussão com o INCRA.
11. A plenária reitera ao CSMPF a necessidade de regulamentação do funcionamento dos núcleos de tutela coletiva das PRRs e PGR.
12. É importante a divulgação do trabalho e funcionamento dos núcleos junto aos TRFs, STJ e STF entre os colegas, especialmente os recém empossados;
13. O MPF deverá proteger os interesses das populações atingidas por grandes empreendimentos licenciados e acidentes ambientais, estimulando fóruns de negociação.
14. É inconstitucional a redução, via legislação estadual ou municipal, das faixas mínimas de APP ou de proteção especial estabelecidas pela legislação federal.
15. O MPF atuará junto ao Poder Executivo, visando a edição do ato normativo previsto no art. 45 da Lei 9.605/98, que classifica as madeiras de lei.
16. A 4ª CCR manterá, no respectivo sítio eletrônico, as conclusões dos encontros realizados e deliberações de abrangência nacional com os respectivos pareceres e disponibilizará as informações técnicas aos membros do MPF na intranet.

8.2 GRUPOS DE TRABALHO

Para auxiliar a Câmara em suas atividades de Coordenação, foram instituídos Grupos de Trabalho com o objetivo de discutir temas de interesse nacional, de modo a oferecer subsídios técnico-jurídicos e sugerir planos, metas e estratégias de atuação para os membros do MPF em todo o país, visando aprimorar a atuação dos mesmos e garantir mais uniformidade e coerência à atuação do Parquet no trato de questões semelhantes.

Cada um dos Grupos de Trabalho - GT foi inicialmente integrado por um número variável, não limitado, de Procuradores da República que atuavam na área ambiental e de patrimônio cultural, conforme o caso, contando com o assessoramento de um Analista Pericial lotado na 4ª CCR, denominado Apoio Técnico.

Para realização dos trabalhos, o Coordenador do GT pode convidar quaisquer servidores da 4ª CCR ou representantes de outros órgãos e entidades, bem como solicitar a colaboração de especialistas na matéria.

Atualmente, estão em atuação 9 Grupos de Trabalho no âmbito da 4ª CCR.

Em 2008, pela Portaria 4ª CCR nº 07, de 11 de outubro de 2008, foi extinto o Grupo de Trabalho Ordenamento Urbano, e instituído o Grupo de Trabalho Zona Costeira.

O GT-Transgênicos é uma ação conjunta com a Câmara do Direito do Consumidor e Ordem Econômica (3ª CCR).

8.2.1 Denominação

1 – Acompanhamento Legislativo

Coordenador: Mario José Gisi
Subprocurador-Geral da República

1.1 – Tratados, Acordos e Convenções Internacionais em Meio Ambiente e Patrimônio Cultural

Coordenador: Ricardo Kling Donini
Procurador da República no Município de Blumenau

2 – Águas

Coordenadora: Sandra Akemi Shimada Kishi
Procuradora Regional da República – 3ª Região

3 – Fauna

Coordenador: Adilson Paulo Prudente do Amaral Filho
Procurador da República no Estado de São Paulo

4 – Flora

Coordenador: Júlio César de Castilho Oliveira Costa
Procurador da República no Município de São Mateus

5 – Licenciamento de Grandes Empreendimentos

Coordenador: João Akira Omoto

Procurador da República no Município de Londrina/PR

6 – Ordenamento Urbano

Coordenadora: Analúcia Hartmann

Procuradora da República no Estado de Santa Catarina

7 – Patrimônio Cultural

Coordenadora: Ana Cristina Bandeira Lins

Procuradora da República no Estado de São Paulo

8 – Poluição por Resíduos Sólidos e Esgotos

Coordenador: Anderson Lodetti Cunha de Oliveira

Procurador da República no Município de Francisco Beltrão

9 – Transgênicos

Coordenadora: Maria Soares Cordioli Camelo

Procuradora Regional da República – 1ª Região

10 – Zona Costeira

Coordenador: Alessandro Wilckson Cabral Sales

Procurador da República no Estado do Ceará

8.2.2 Reuniões Realizadas

	Local	Data	Número de Participantes		
			Membros	Convidados	Analistas/ Assessores(*)
ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO	4ª CCR	21 de fevereiro	3		2 (AP)
	4ª CCR	6 de março	3		2 (AP)
	4ª CCR	30 de maio	3		1 (AP)
	4ª CCR	4 de junho	3		2 (AP)
	4ª CCR	19 de agosto	3		1 (AP)
TRATADOS, ACORDOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS	-	-	-	-	-
ÁGUA	PR/SP	5 de novembro	4		1 (GE)
FAUNA	-	-	-	-	-
FLORA	-	-	-	-	-
LICENCIAMENTO DE GRANDES EMPREENDIMENTOS	4ª CCR	29 de fevereiro	8	Equipe Técnica da 4ª CCR	1 (F)
	PRR/3ª Região	30 de maio	7		-
	4ª CCR	2 de outubro	2		1 (F)
	4ª CCR	3 de outubro	2		1 (F)
	4ª CCR	3 de outubro	2	MMA	1 (F)
ORDENAMENTO URBANO	4ª CCR	2 de abril	3		1 (AR)
	4ª CCR	3 de abril	3		1 (AR)
PATRIMÔNIO CULTURAL	4ª CCR	1º de outubro			1 (AR)
POLUIÇÃO POR RESÍDUOS SÓLIDOS E ESGOTOS	4ª CCR	15 de abril	3		1 (S)
	SA/PGR	16 de abril	1	2	1 (S)
	4ª CCR	25 de novembro	3		3 (S) 1 (GJ)
TRANSGÊNICOS	4ª CCR	18 de fevereiro	3		1 (B)
	3ª CCR	15 de abril	3		1(B) e 1(AG)
	4ª CCR	13 de maio	4	3	1(B) e 1(AG)
	4ª CCR	17 de junho	3	2	1(B)

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **GJ** = Gerente Jurídico; **GT** = Gerente Técnico; **AP** - Analista Processual; **A** = Arqueologia; **AG** = Engenharia Agrônoma; **ANT** = Antropologia; **AR** = Arquitetura; **B** = Biologia; **BB** = Biblioteconomia; **EC** = Engenharia Civil; **ES** = Estagiários; **F** = Engenharia Florestal; **G**= Geografia; **GE** = Geologia; **Q** = Engenharia Química e **S** = Engenharia Sanitária.

8.2.3 Atividades Desenvolvidas

8.2.3.1 Acompanhamento Legislativo

➤ COMPOSIÇÃO

Membros Titulares

Mario José Gisi - Coordenador
Subprocurador-Geral da República

Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Procurador Regional da República – 5ª Região

Eliana Peres Torelly de Carvalho
Procuradora Regional da República – 1ª Região

Membros Suplente

Paulo Vasconcelos Jacobina
Procurador Regional da República – 1ª Região

Apoio Técnico

Noemy de Araújo
Analista Processual
4ª CCR/PGR

Durante o ano de 2008 o GT Acompanhamento Legislativo buscou monitorar as atividades do Poder Legislativo referentes as questões ambientais relevantes e as relativas ao patrimônio cultural de interesse da Instituição. Nesse contexto foram realizadas as seguintes atividades:

➤ REUNIÕES

Foram realizadas cinco reuniões com as deliberações mais importantes a seguir transcritas:

▪ Dia 21 de fevereiro

- a) foram relacionadas **vinte e três** propostas mais importantes das sessenta que constavam no quadro de acompanhamento anterior;
- b) foram analisados vários projetos encaminhados pela Assessoria de Articulação Parlamentar, dentre esses projetos foram selecionados os seguintes para análise mais detalhada e posterior acompanhamento: **PEC 198/07** – que acrescenta § 2º ao art. 161 da Constituição, **PL 3.009/97**- que estabelece a obrigatoriedade da inclusão de eclusas e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática dos cursos d'água, quando da construção de barragens, **PL 16/99**- que dispõe sobre a proteção da floresta natural primária na região Norte e ao norte da região Centro-Oeste, **PL 1962/07**- que altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema de Unidades de Conservação da Natureza, PL 1.965, que altera dispositivos da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, **PL 1.991/07**- que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, **PL 2.161/07** -que dispõe sobre a "economia das florestas", instituindo o Programa de Apoio à Preservação de Florestas- PRÓ-FLORESTA, **PL 2.267/07**- que dispõe sobre

a obrigatoriedade de instalação de receptores de baterias de celulares, **PL 2.289/07**- que regulamenta o art. 190 da Constituição Federal, altera o art. 1º da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, **PL 2.340/07**-que dispõe sobre a responsabilidade das pessoas jurídicas exploradoras de atividade de comércio, revenda, transporte ou empacotamento de carvão vegetal e demais atividades relacionadas à circulação de carvão vegetal no mercado nacional, **PL 2.375/07**- que dispõe sobre o regime de aproveitamento de substâncias minerais, com exceção dos minérios nucleares, petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos e das substâncias minerais submetidas ao regime de licenciamento de que trata o inciso III do art. 2º do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, **PL 2.388/07**- que dispõe sobre a adoção de metas de processamento do lixo urbano em cidades e com mais de 250 mil habitantes, **PL 2.428/07**- que estabelece prazo de cinco anos a partir desta lei para o fim da comercialização e produção de pilhas não recarregáveis, **PDL 323/07**- que susta o artigo 4º, parte final da Resolução nº23, de 12 de dezembro de 2006, e do item 10-C de seu anexo 10, redação dada pela Resolução nº235, de 07 de janeiro de 1998, do Conselho Nacional do Meio Ambiente, **PDL 235/07**- que susta os efeitos do Decreto nº 3.919, de 14 de setembro de 2001, **PLS 123/04**- que dispõe sobre a utilização de inseticidas em atividade de saúde pública, **PLS 475/07**- que altera o art. 2º da Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, para dispor sobre área de preservação permanente (APP) em áreas urbanas, **PLS 619/07** - Consolidação da legislação sanitária federal e **PLS 714/07**- que dispõe sobre o recolhimento e o destino final de pilhas e baterias usadas;

c) será definido plano de atuação para maior efetividade dos trabalhos, dentre as hipóteses levantadas está a vinculação de cada membro aos projetos por tema, tais como: resíduos sólidos, florestas, licenciamento, organismos geneticamente modificados e outros.

▪ Dia 6 de março

a) foram analisados os projetos encaminhados pela Assessoria de Articulação Parlamentar, sendo selecionados e distribuídos os seguintes para acompanhamento: Dra. Eliana Torelly: **1) PL 1.991/07**- que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; **2) PL 2.388/07**- que dispõe sobre a adoção de metas de processamento do lixo urbano em cidades e com mais de 250 mil habitantes; Dr. Mario Gisi: **1) PL 16/99**- que dispõe sobre a proteção da floresta natural primária na região Norte e ao norte da região Centro-Oeste; **2) PL 1962/07**- que altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o **Sistema de Unidades de Conservação da Natureza**; Dr. Paulo Jacobina: **1) PL 2.267/07**- que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de receptores de **baterias de celulares**; **2) PL 2.428/07**- que estabelece prazo de cinco anos a partir desta lei para o fim da comercialização e produção de **pilhas** não recarregáveis; **3) PLS 714/07**- que dispõe sobre o recolhimento e o destino final de **pilhas e baterias usadas**; **4) PDC 323/07**- que susta o artigo 4º, parte final da Resolução nº23, de 12 de dezembro de 2006, e do item 10-C de seu anexo 10, redação dada pela Resolução nº235, de 07 de janeiro de 1998, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (**pneus usados**).**5) PDC 325/07**- que susta os efeitos do Decreto nº 3.919, de 14 de setembro de 2001,(**pneu usado ou reformado**); **6) PL 2.375/07**- que dispõe sobre o regime de aproveitamento de substâncias minerais, com exceção dos **minérios nucleares, petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos e das substâncias minerais submetidas ao regime de licenciamento** de que trata o inciso III do art. 2º do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967; Dr. Antônio Edílio: **1) PLS 123/04**- que dispõe sobre a utilização de inseticidas em atividade de saúde pública; **2) PLS 475/07**- que altera o art. 2º da Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, para dispor sobre área de

preservação permanente (APP) em áreas urbanas; **3) PLS 619/07** – Consolidação da legislação sanitária federal. Análise conjunta Dra. Elina Torelly e Dr. Mario Gisi: **1) PL 679/07**- Consolidação da Legislação Ambiental; **2) PL 12/03**- Competência comuns previstas nos inc. VI a VII do art. 23 da CF/88.

▪ Dia 30 de maio

- a) foram analisados os projetos encaminhados pela Assessoria de Articulação Parlamentar, sendo selecionados e distribuídos os seguintes para acompanhamento: Dra. Eliana Torelly:1) PL 215/07- que institui o Código Federal do Bem-Estar do Animal; 2) PL 2854/08- altera a Lei 9.605/98, nos crimes contra fauna; 3) PL 3057/08 – altera a Lei 9.605/98, nos crimes contra a flora. Dr. Mario José Gisi:1) PL 2995/08 – altera a Lei 11.428/06, Bioma Mata Atlântica; 2)PL 3225/08 - altera o Código Florestal permitindo o cômputo de APP na área de reserva legal; 3)PL 3249/08 – trata do comércio ilegal de madeira. Dr. Paulo Jacobina: 1) PL 1962/07- altera o art. 17 da Lei 9.985/00; 2) PL 2915/08 – que altera o art. 36 da Lei 9.985/00; 3) PL 406/07- altera a suspensão do prazo de prescrição na Lei 9.985/00.

▪ Dia 4 de junho

- a) foram analisados os seguintes projetos encaminhados pela Assessoria de Articulação Parlamentar:1- PL 1254/2003 (Dep. César Medeiros e Luciando Zica): dispõe sobre auditorias ambientais e a contabilidade dos passivos e ativos; 2- PL 266/2007 (Dep. Rogério Lisboa) ; altera a Lei 9.985, compensação ambiental por significativo impacto ambiental; 3-PL 324/2007 (Dep. Augusto Carvalho) : Programa Nacional de Qualidade Ambiental ; 4- PL 2917/ 2008 (Comissão Mista) : mudança climática; 5- PL 2919/2008 (Dep. Geraldo Pudim): registro de máquinas e equipamento utilizados nas atividades de desmatamento;6- PL 3012/2008 (Dep. Edigar Mão Branca):altera Lei nº 9.433/97(Política Nacional de Recursos Hídricos); 7- PL 3056/2008 (Dep. Angelo Vanhoni): institui unidade de preservação do patrimônio cultural brasileiro;8-PL 3168/2008 (Dep. Juvenil): veda o corte, no todo ou em parte, de matas renováveis que tenham substituído matas nativas, em percentuais excedentes ao da reserva legal; 9- PL 3170/2008 (Dep. Takayama): altera o Código Florestal, permitindo a retirada de folhas verdes ou secas com característica farmacológicas comprovadas;10- PL 3324/2008 (Dep. Silvinho Peccioli) : institui reserva produtora de água no SNUC; 11- PL 3258/2008 (Dep. Perpétua Almeida, Vanessa Graziotin e Jante Capiberibe): Política Nacional de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas; 12- PEC 224/2208 (Dep. Mendes Thame): modifica art. 243 da CF;13- PLC 112/05 (origem 2462/00 Dep. Inácio Arruda):APA Serra da Meruoca/CE;14- PLC 21/08 (Executivo): Altera o Parque Nacional Pontões Capixaba para Monumento;15- PLS 32/2008: altera Lei 6938/81, institui critério de mudança climáticas.
- b) foram distribuídos os seguintes projetos para acompanhamento: Dr. Antônio Edílio:**1) PL 324/07** - que institui o Programa Nacional de Qualidade Ambiental; **2) PL 3056/08** - que institui unidade de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro.
- c) será realizada análise conjunta do PLP 12/03, que trata das competência comuns previstas nos incs. Vi a VII do art. 23 da CF/88, e dos projetos apensados, PLP 127/07 e PLP 388/07, que se encontram na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, aguardando o parecer do Relator Dep. Geraldo Pudim (PMBD/RJ).
- d) foi sugerido o encaminhamento de ofício de apoio às proposições que tenham relevância para o MPF.

▪ Dia 19 de agosto

- a) O PLP 12/2003 e os PLP(s) 127/2007 e 388/2007 (PAC) que estão tramitando em conjunto e se referem as normas de cooperação e as competência do art. 23 do parágrafo único da CF/88, terão um acompanhamento especial, uma vez que são necessárias normas que esclareçam melhor as áreas de atuação dos entes federados e dos órgãos ambientais. Serão analisadas as propostas encaminhadas pelo MPF e solicitada audiência com o relator do projeto na Comissão de Justiça da Câmara Dep. Geraldo Pudim (PMDB/RJ);
- b) serão encaminhadas proposta e tramitações consideradas relevantes aos Grupos de Trabalho da 4ª Câmara;
- c) serão analisados e respondidos os ofícios 15037, 15039, 15049 deste ano, da Procuradora Ana Cristina Bandeira Lins, que solicita informações do Projetos de Lei do Senado 47/03 e 57/05 e Projetos de Lei 274/04 e 6145/05;
- d) serão analisadas os ofícios 834/08 e 875/08 encaminhados pela Coordenadora da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, Dra. Sandra Cureau, para ciência e adoção de medidas pertinentes sobre a inconstitucionalidade da Lei 7542/86- Patrimônio Cultural Subaquático e Desmatamento da Região Amazônica.
- e) foram distribuídos os seguintes projetos para acompanhamento: **PL 1253/07**, que estabelece a Política de Conservação da Biodiversidade Aquática; **PL 3342/08**, altera o Código Florestal unificando a servidão florestal e servidão ambiental; **PL 3466/08**, dispõe sobre recolhimento e reciclagem de pilhas e baterias; **PLS 91/08**, que altera a Lei 11.284/06 (Gestão de Floresta Pública); **PLS 94/08**, medidas para preservação e recuperação do meio ambiente, mitigação das emissões de gases de efeito estufa e adaptação às mudanças climáticas; **PLS 93/08**, uso científico de animais; **PLS 203/08**, inventário florestal; **PLS 223/08**, altera o licenciamento ambiental de empreendimentos que utilizam carvão mineral como combustíveis.

➤ PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS

▪ Dia 25 de março

Seminário realizado na Câmara do Deputados, destinado a discutir o PL 679/07, de autoria do Dep. Bonifácio Andrada, que trata da Consolidação da Legislação Ambiental.

▪ Dia 17 de abril

Audiência Pública na Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável com o tema: Modais de Transporte Terrestre na Amazônia e impactos ambientais decorrentes da pavimentação da BR-163.

➤ ENCAMINHAMENTO DE SUGESTÕES:

Foram encaminhadas sugestões ao PL 679/07, que trata da Consolidação da Legislação Ambiental e ao PLP 12 /2003, que fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no que se refere às competências comuns previstas no incs. VI e VII do art. 23 da Constituição Federal (anexos).

➤ PROPOSIÇÕES RELEVANTES

Atualmente o GT-Legislativo faz o acompanhamento de 56 proposições que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado, que estão relacionadas no quadro em anexo.

8.2.3.2 Águas

➤ COMPOSIÇÃO

Membros Titulares

Sandra Akemi Shimada Kishi – Coordenadora
Procuradora Regional da República – 3ª Região

Anaiva Oberst Cordovil
Procuradora Regional da República – 2ª Região

Membros Suplentes

Alexandre Camanho de Assis
Procurador Regional da República – 1ª Região

Maria Rezende Capucci
Procuradora da República no Município de São Miguel D'Oeste

Apoio Técnico

Jorge Cravo
Assessor em Geologia
4ª CCR/PGR

Sheila Telles Meyer
Analista Pericial em Engenharia Sanitária
4ª CCR/PGR

➤ AÇÕES SIMULTÂNEAS

- Continuidade das metas estabelecidas nos anos anteriores, sob a coordenação do Procurador da República, Dr. Walmor Alves Moreira, a saber:
 - a) continuidade do acompanhamento das atividades de Comitê de Bacia Hidrográfica pelos membros do grupo, com apresentação de relatório, com vistas a oferecer subsídios para os membros que atuam na 1ª instância com as matérias abordadas pelo Gt Águas;
 - b) ajustes na elaboração do sobredito relatório, o qual não deveria se limitar a repetir a legislação, mas sim conter informações práticas que auxiliem o desempenho dos membros que atuam com questões relacionadas ao gerenciamento de recursos hídricos, ou seja, instalação de comitês, outorga, áreas de proteção ambiental, bacias de drenagem X bacias hidrográficas.
- Considerando a necessidade de ampliar a atuação do GT Águas em regiões diversas e considerando a assunção da Dra. Sandra Akemi Shimada Kishi como Coordenadora do GT Águas em 20/10/2008, realizou-se reunião em 05/11/2008 para definição das novas metas de atuação, oportunidade em que foi deliberado:
 - a) uma proposta de planejamento estratégico para definir a atuação do Gt Águas por região hidrográfica, realizando a integração de estudos já

desenvolvidos pelo grupo nos anos anteriores com a cooperação de órgãos de gestão em recursos hídricos;

- b) seja considerada a criação de grupos de trabalho com atuação itinerante, com o fim de se deslocar aos centros críticos de situação hídrica, para realização de seminários, audiências públicas, oficinas de trabalho, com vistas a conscientização pública para a causa hídrica e para o mapeamento das reais necessidades do sistema de recursos hídricos;
- c) o estabelecimento de diretrizes para realização de encontros com representantes dos setores públicos e privados envolvidos na questão hídrica, com vistas a estreitar os canais de comunicação e otimizar as atividades voltadas a metas comuns, tais como: autoridades locais envolvidas, representantes da sociedade civil, Agência Nacional de Águas, Secretaria Estadual de Recursos Hídricos, ONGs, Associações Cívicas, Universidades, Conselhos de Entidades Cívicas, etc.
- d) proposta de elaboração de seminários / oficinas de trabalho nas regiões hídricas críticas identificadas no item "b";
- e) sejam adotadas providências visando à conclusão dos inquéritos civis em trâmite (arquivamento ou adoção das providências cabíveis), já se definindo, quanto ao Inquérito Civil sobre Comitê de bacias, sob a presidência da Dra. Sandra Kishi, o seu prosseguimento para o monitoramento da evolução da implementação dos instrumentos do Plano Nacional de Recursos Hídricos;
- f) proposta de recomposição do quadro de membros do GT Águas, com vistas a expandir as propostas e estratégias de atuação para as regiões Norte e Nordeste do Brasil;
- g) seja instigada a vinda de contribuições jurídicas para a "Revista das Águas", não apenas pelos membros do Gt Águas, e seja disponibilizada agenda de eventos na área de recursos hídricos através do link na página da revista eletrônica;
- h) proposta de reuniões dos membros do GT com maior frequência, de preferência bimestralmente, com reuniões virtuais inclusive, pelo sistema Skipe, já utilizado pelo GT.

➤ REVISTA ELETRÔNICA

- A Revista das Águas publicou XXXX edições no ano de 2008. Sendo que o apoio técnico do GT, Geólogo Jorge Cravo, tem contribuído com artigos técnicos especializados.

➤ TRABALHOS TÉCNICOS

- Continuação da elaboração das versões preliminares dos trabalhos "Poluição dos Rios Federais" e "Sistema Aquífero Guarani" pelo Assessor em Geologia, Jorge Cravo, devendo ser encaminhados aos Procuradores da República de primeira instância, objetivando auxiliá-los no desenvolvimento dos seus trabalhos. A proposta é serem encaminhados com um manual, para facilitar a utilização desse material. Esses trabalhos estão em fase de revisão final.

8.2.3.3 Fauna

➤ COMPOSIÇÃO

Membros

Adilson Paulo Prudente do Amaral Filho – Coordenador
Procurador da República no Estado de São Paulo

Carlos Alberto de Carvalho Vilhena Coelho
Procurador Regional da República – 1ª Região

Apoio Técnico

Carlos Alberto de Sousa Correia

Analista Pericial em Biologia
4ª CCR/PGR

➤ REUNIÕES COM OUTROS ÓRGÃOS:

- Com Representantes do MPDFT, Polícia Federal, Ibama e ONG de defesa dos animais para tratar de questões relacionadas à presença de animais em circos.
- Reunião na Comissão Técnica de Fauna no âmbito do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio.

8.2.3.4 Flora

➤ COMPOSIÇÃO

Membros Titulares

Dr. Júlio César de Castilhos Oliveira Costa - Coordenador
Procurador da República no Município de São Mateus

Gustavo de Carvalho Guadanhin
Procurador da República no Estado do Amazonas

Daniel César Azeredo Avelino
Procurador da República no Estado do Pará

Apoio Técnico

Adriana Oliva

Analista Pericial em Engenharia Florestal
Procuradoria da República no Estado de São Paulo

8.2.3.5 Licenciamento de Grandes Empreendimentos

➤ COMPOSIÇÃO

Membros Titulares

João Akira Omoto – Coordenador
Procurador da República no Município de Londrina

Anelise Becker

Procuradora da República no Município de Rio Grande

Daniella Dias de Almeida Sueira

Procuradora da República no Município de São Pedro da Aldeia

Maria Luiza Grabner

Procuradora Regional da República – 3ª Região

Membros Suplentes

Heitor Alves Soares

Procurador da República no Estado de Rondônia

Jaqueline Ana Buffon

Procuradora da República no Município de Santa Cruz do Sul

Paulo Thadeu Gomes da Silva

Procurador Regional da República – 3ª Região

Apoio Técnico

Denise Christina de Rezende Nicolaidis

Analista Pericial em Engenharia Florestal

4ª CCR/PGR

➤ EVENTOS PROMOVIDOS

- Foi realizado em Brasília, o curso de Aperfeiçoamento “Licenciamento Ambiental de Grandes Empreendimentos”, no período de 5 a 7 de agosto, com apoio da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU).

Programação

1º Dia – 05 de agosto de 2008

08h30mim - Abertura

09h30mim - O licenciamento ambiental como instrumento de garantia de direitos fundamentais

João Akira Omoto

Procurador da República no Estado de São Paulo

10h30mim – Coffee Break

10h45mim – Obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)

João Akira Omoto

Procurador da República no Estado de São Paulo

11h30mim – Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), Avaliação Ambiental Integrada (AAI) e Estudo de Impacto Ambiental (EIA)

Denise Christina de Rezende Nicolaidis

Analista Pericial em Engenharia Florestal – 4ª CCR/PGR

12h30mim - Almoço

14h30mim – Transposição do Rio São Francisco: uma história de conflitos

Luciana Espinheira da Costa Khoury

Promotora de Justiça no Estado da Bahia

15h30mim - Debates

16h – Coffee Break

16h15mim - Participação Democrática no Processo de Licenciamento Ambiental

Jaqueline Ana Buffon

Procuradora da República no Município de Santa Cruz do Sul

17h15mim – Competência

Heitor Alves Soares

Procurador da República no Estado de Rondônia

18h30mim – Encerramento

2º Dia – 06 de agosto de 2008

08h30mim - Procedimento de Licenciamento Ambiental e EIA/Rima: conceitos e noções básicas

Maria Luiza Grabner

Procuradora Regional da República da 3ª Região

09h15mim – Delimitação da Área de Influência

Valdir Carlos da Silva Filho

Analista Pericial em Geografia – 4ª CCR/PGR

Denise Chiristina de Rezende Nicolaidis

Analista Pericial em Engenharia Florestal – 4ª CCR/PGR

09h45mim – Coffee Break

10h - Meio Físico (solos/erosão; recursos hídricos; poluição) –

Jorge Cravo Barros

Assessor em Geologia – 4ª CCR/PGR

11h20mim – Meio Biótico: fauna e flora (diagnóstico; espécies relevantes, unidades de conservação)

Mirtes Magalhães Duarte

Analista Pericial em Biologia – 4ª CCR/PGR

Alessandro Filgueiras da Silva

Analista Pericial em Biologia – 4ª CCR/PGR

12h30mim – Almoço

14h30mim – Populações Tradicionais e Impactos decorrentes de grandes projetos

Maria Luiza Grabner

Procuradora Regional da República da 3ª Região

15h15mim – Socioeconomia

Valdir Carlos da Silva Filho

Analista Pericial em Geografia – 4ª CCR/PGR

15h45mim - Populações Tradicionais

Kênia Gonçalves Itacaramby

Analista Pericial em Antropologia – 4ª CCR/PGR

Maria Fernanda Paranhos de Paula e Silva

Analista Pericial em Antropologia – 6ª CCR/PGR

16h30mim – Coffee Break

16h45mim – Patrimônio cultural –

Deborah Stucchi

Analista Pericial em Antropologia – PR/SP

17h30mim – Patrimônio Arqueológico

Sandra Nami Amenomori

Analista Pericial em Arqueologia – 4ª CCR/PGR

18h - Procedimentos técnicos e atuação da 4ª CCR e 6ª CCR

Marcos Cipriano Cardoso Garcia

Analista Pericial em Engenharia Florestal – 4ª CCR/PGR

Mirtes Magalhães Duarte

Analista Pericial em Biologia - 4ª CCR/PGR

Maria Fernanda Paranhos de Paula e Silva

Analista Pericial em Antropologia – 6ª CCR/PGR

18h30mim - Encerramento

3º Dia – 07 de agosto de 2008

08h30mim – Crítica jurídica aos documentos ambientais

Anelise Becker

Procuradora da República no Município de Rio Grande

10h - Coffee break

10h15mim – Casos concretos – principais problemas detectados

Membros do GT

12h30mim – Almoço

14h30mim – Oficinas visando à formulação de quesitos para corpo de analistas periciais do MPF

16h30mim – Coffee Break

16h45mim – Conclusões e Plenária

18h30mim – Encerramento

8.2.3.6 Ordenamento Urbano

Extinto pela Portaria 4ª CCR nº 07, de 11 de outubro de 2008.

COMPOSIÇÃO

Membros

Analúcia de Andrade Hartmann – Coordenadora
Procuradora da República no Estado de Santa Catarina

Alessander Wilckson Cabral Sales
Procurador da República no Estado do Ceará

João Carlos Carvalho Rocha

Procurador Regional da República – 4ª Região

Apoio Técnico

Ana Gabriela dos Santos

Analista Pericial em Arquitetura
4ª CCR/PGR

8.2.3.7 Patrimônio Cultural

➤ COMPOSIÇÃO

Membros Titulares

Ana Cristina Bandeira Lins - Coordenadora
Procuradora da República no Estado de São Paulo

Lívia Nascimento Tinôco
Procuradora da República no Distrito Federal

Walter Claudius Rothenburg
Procurador Regional da República – 3ª Região

Zani Cajueiro Tobias de Souza
Procuradora da República no Estado de Minas Gerais

Membros Suplentes

Eduardo Barragan Serôa da Motta
Procurador da República no Estado de Santa Catarina

Fernanda Alves Oliveira
Procuradora da República no Município de Ilhéus

Apoio Técnico

Cláudia Márcia Freire Lage
Assessora em Arquitetura
Procuradoria da República em Minas Gerais

8.2.3.8 Poluição por Resíduos Sólidos e Esgotos

➤ COMPOSIÇÃO

Membros Titulares

Anderson Lodetti Cunha de Oliveira - Coordenador
Procurador da República no Município de Francisco Beltrão

Jefferson Aparecido Dias
Procurador da República no Município de Marília

Ricardo Kling Donini
Procurador da República no Município de Blumenau

Membros Suplentes

Cláudio Valentim Cristani

Procurador da República no Município de Joinville

Pedro Antônio de Oliveira Machado

Procurador da República no Distrito Federal

Tatiana Pollo Flores

Procuradora da República no Município de São João de Meriti

Apoio Técnico

Até novembro de 2008:

Maria Geraldina Salgado

Analista Pericial em Engenharia Sanitária
4ª CCR/PGR

A partir de novembro de 2008:

Amy Vasconcelos de Souza

Analista Pericial em Engenharia Sanitária
4ª CCR/PGR

➤ PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

- PA Nº 1.00.000.011001/2005-47 - Oficiados aos representantes da 4ª CCR nos estados, solicitando especial atenção quanto à implementação da coleta seletiva solidária no âmbito do Ministério Público Federal, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006, cujo prazo se esgotou em abril de 2007. Dada a importância de realizar diligências no sentido de verificar se os órgãos federais nos estados praticam a coleta seletiva solidária, foi informado que no endereço eletrônico do citado GT os membros do Ministério Público Federal têm a sua disposição minuta de recomendação a ser expedida aos referidos órgãos, em caso de omissão e indicados links onde podem ser encontradas outras referências.

Oficiados os Secretários Executivos dos Ministérios e o dirigente máximo dos demais órgãos da administração pública federal direta e indireta solicitando informações a respeito da implementação da Agenda A3P.

Solicitadas informações de todas as unidades do MPF, com envio de questionário, para angariar dados que possibilitem a composição de um quadro geral de gastos de recursos materiais, de geração de resíduos e de práticas de gestão ambiental que estão sendo adotadas.

- PA Nº 1.00.000.011015/2005-61 – Importação de pneus usados, em razão do procedimento administrativo ter atingido os seus objetivos.
- PA Nº 1.00.000.011016/2005-13 – Controle da poluição em áreas litorâneas. Este procedimento estava a cargo da Dra. Fernanda Alves de Oliveira até o início de novembro, quando, então, foi transferido para o Dr. Anderson Lodetti Cunha de Oliveira.

Foram adotadas as seguintes providências no ano de 2008. Informados os procuradores da República que atuam nos municípios onde existe Plano de Intervenção do Projeto Orla visando promover e acompanhar sua

implementação.

Foi solicitado dos órgãos ambientais dos 17 estados que integram a Zona Costeira Brasileira no sentido de estender o monitoramento de balneabilidade para os demais municípios do estado, além da capital, onde possam ocorrer riscos ao meio ambiente e à saúde pública em razão da poluição em áreas litorâneas.

Dos mesmos órgãos ambientais foi solicitado que eles informassem se os rios que desaguam no mar foram enquadrados de acordo com a Resolução Conama nº 357, de 17 de março de 2005. Em caso positivo, informar qual o instrumento legal que trata do enquadramento dos referidos corpos d'água e, em caso negativo, apresentar o cronograma para seu enquadramento.

- **PA Nº 1.00.000.005060/2006-67** - Acesso dos municípios a recursos públicos para financiamento do sistema de tratamento de resíduos sólidos, rede coletora e tratamento de esgotos sanitários. Foi encaminhado ofício, pela coordenação da 4ª CCR, para o Secretário Nacional de Saneamento Básico do Ministério das Cidades solicitando-lhe informar quais os recursos previstos para 2008, dentro do PAC, para elaboração e implementação de projetos de saneamento básico;

Também foi encaminhado ofício, pela coordenação da 4ª CCR, para o TCU, questionando sobre a existência de orientações do órgão ao Poder Executivo relativas à elaboração e implantação de projetos de saneamento básico.

- **PA 1.00.000.0111052007-13** - Verificar e acompanhar as questões relativas aos problemas referentes à drenagem de águas pluviais. Houve solicitação de informações, aos municípios com mais de 1 milhão de habitantes e/ou capitais de estado, a respeito das ações previstas para sanar os focos de inundação que necessitam de ações de drenagem pluvial urbana, com indicação das fontes de recursos e as atividades, infraestrutura e instalações operacionais previstas para transporte, amortecimento de vazões de cheias, bem como tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas, conforme consta da Lei Nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico/PNSB.

Foi encaminhado ofício ao Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional, na qualidade de coordenador do Programa de Drenagem Urbana Sustentável/PDUS, para informar a respeito das ações implementadas pelo programa (Ministério das Cidades; Ministério da Saúde e Ministério do Meio Ambiente) e os recursos previstos dentro do Programa de Aceleração do Crescimento/PAC, com vistas à implementação da PNSB, no tocante à drenagem pluvial urbana.

- **PA Nº 1.00.000.011017/2005-50** - Risco associado à disposição inadequada de resíduos sólidos, está em fase de elaboração de Informação Técnica pela Analista Pericial Dalma Maria Caixeta;

Oficiada a Coordenadora Geral de Gestão e Qualidade Ambiental/CGQUA da Diretoria de Qualidade Ambiental do Ibama a respeito da forma de controle e fiscalização (periodicidade, realização de vistorias, licenciamentos etc) realizadas sobre as pessoas físicas ou jurídicas inscritas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, que realizam a coleta e transporte de resíduos/ passivos ambientais/produtos potencialmente perigosos, resultantes de atividades industriais, comerciais e outras que gerem resíduos.

➤ ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Acompanhamento da implantação do Programa de Gestão Ambiental nas unidades do Ministério Público Federal;
- Atuação com vistas a promover o cumprimento do Decreto 5.940/06 pelos órgãos da administração pública direta e indireta;
- Como forma de incentivar a impressão em frente e verso, foi proposto à Secretaria de Administração/PGR encaminhar as impressoras xerox para as PRs e PRMs que estão implantando o PGA;
- Acompanhamento do atendimento do governo às deliberações da Organização Mundial do Comércio/OMC, bem como os desdobramentos da ação proposta pela Comunidade Européia/CE. A matéria foi objeto de manifestação do Procurador Geral, conforme consta no Informe da 4ª CCR do dia 20/11, no qual foi noticiado que ele encaminhou parecer ao Supremo Tribunal Federal (STF) requerendo que devem ser suspensas as decisões judiciais que permitem a importação de pneus usados.
- Elaborada a Informação Técnica Nº 177/08 – 4ª CCR pelo apoio técnico do GT, Analista Pericial Maria Geraldina Salgado, em 29 de julho de 2008, para subsidiar a atuação dos membros no PA nº 1.00.000.011016/2005-13, que trata do controle da poluição em áreas litorâneas. A IT analisou o mérito técnico da documentação enviada, a qual foi complementada com informações adicionais obtidas nas *homepages* dos órgãos ambientais estaduais, bem como no Ministério do Meio Ambiente/Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro/GERCO e apresentou sugestões de encaminhamento.
- Disponibilizado no *link* do GT o conteúdo do CD encaminhado pela Infraero relativo ao Plano de Manejo do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro e o Diagnóstico de Avifauna dos Aeroportos Brasileiros, bem como o Manual de Controle do Perigo Aviário em Aeroportos.
- Distribuídos os CDs "*Gestão e manejo de Resíduos da Construção Civil*" elaborados pelo Ministério das Cidades em colaboração com o Ministério Público do Estado de São Paulo em eventos promovidos pela 4ª CCR.
- A Gerência Jurídica da 4ª CCR, a pedido do GT, está realizando o cruzamento das respostas recebidas da ANP com aquelas recebidas dos órgãos ambientais estaduais, em relação ao número de postos de combustíveis licenciados, para identificação de irregularidades do ponto de vista ambiental e de atuação da ANP;
- Elaborada a IT 184-07/4ª CCR, pelo apoio técnico do GT, Maria Geraldina Salgado, contendo subsídios para atuação dos membros do GT na matéria drenagem de águas pluviais.

➤ ATIVIDADES EXTRAORDINÁRIAS

- Curso de Gestão do Território e Manejo Integrado das Águas Urbanas

O GT Poluição por Resíduos Sólidos e Esgotos, em parceria com o Ministério das Cidades, promoveu, nos dias 26 e 27/11, na sede da PGR/DF, o curso de Gestão do Território e Manejo Integrado das Águas Urbanas, ministrado pelo Professor PhD do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Dr. Carlos Eduardo Morelli Tucci. O evento contou com a participação de 85 pessoas, dentre membros dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, bem como de peritos e técnicos dos seguintes órgãos: 4ª CCR, 5ª CCR, Coordenação de Engenharia e Arquitetura – CEA/PGR, Seção de Gestão do Meio Ambiente/CSA, Ministério das Cidades – MCIDADES, Departamento da Polícia Federal – DPF, Tribunal de Contas da União – TCU, Ministério das Minas e Energia – MME, Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB e outros. Segue a programação do evento:

Dia 26 de novembro de 2008

09:00-09:30h inscrições e entrega de material didático.

09:30-10:00h **Abertura**

Dra. Sandra Cureau,
Subprocuradora-Geral da República

Dr. Sérgio Gonçalves,
*Diretor de Articulação da Secretaria Nacional de Saneamento
Ambiental do Ministério das Cidades*

10:00-10:20h intervalo

10:30-12:00h **Água no meio urbano**

12:00-14:00h intervalo para almoço

14:00-15:20h **Inundações Ribeirinhas**

15:20-15:30h intervalo

15:30-17:00h **Inundações Ribeirinhas**

Dia 27 de novembro de 2008

09:00-10:20 **Drenagem Urbana**

10:20-10:30 intervalo.

10:30-12:00 **Gestão integrada das águas urbanas**

12:00-14:00 intervalo para almoço

14:00-15:20 **Plano Diretor de Drenagem Urbana**

15:20-15:30 intervalo

15:30-17:00 **Estudos de Casos**

- A Analista Pericial Geraldina Salgado proferiu uma palestra no Ciclo de Palestras da 4ª CCR, denominado Difusor Ambiental, no dia 28/11 às 14h, a respeito das atividades desenvolvidas no âmbito do GT Poluição por Resíduos Sólidos e Esgotos.

➤ REUNIÕES COM OUTROS ÓRGÃOS

- Reunião realizada no dia 15 de abril de 2008 com o Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social, Fábio Cidrin, para facilitar a implementação da coleta seletiva solidária pelos órgãos da Administração Pública Federal.
- Reunião realizada no dia 16 de abril de 2008 com o Secretário da Administração, Dr. Leopoldo Klosovsky Filho, e o Chefe da Seção de Gestão de Meio Ambiente/SA, Aristóteles Araújo, para tratar de assuntos referentes ao Programa de Gestão Ambiental da PGR/PGA.

➤ PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EXTERNOS

- Oficina de trabalho realizada no dia 27/06/08, no auditório térreo do Ministério das Cidades, com o objetivo de discutir o desenvolvimento de um "Sistema de Avaliação da Satisfação dos Usuários dos Serviços de Saneamento - SASS", com o enfoque voltado para os usuários residenciais

já atendidos pelas companhias de saneamento. A participação de representante do GT no evento foi importante para a ampliação do escopo da pesquisa, com a inclusão da área ambiental, uma vez que a questão sanitária no MPF é tratada dentro dessa área. A participação na reunião visava subsidiar o PA Nº 1.00.000.005060/2006-67. Acesso dos municípios a recursos públicos para financiamento do sistema de tratamento de resíduos sólidos, rede coletora e tratamento de esgotos sanitários;

- Participação no evento Oficina - Pacto pelo Saneamento Básico e pela Cidadania, promovido pelo Ministério das Cidades – Midades, realizado no período de 12 a 13 de novembro, em Brasília.

➤ PROPOSTAS PARA 2009

- Análise do PA Nº 1.00.000.011017/2005-50 - Risco associado à disposição inadequada de resíduos sólidos e elaboração de Informação Técnica pela Analista Pericial Dalma Maria Caixeta;
- A realização de um curso virtual de Gestão Ambiental da PGR;
- Criação de um PA para tratar da poluição causada por pocilgas e aviários, especialmente no que concerne aos critérios e parâmetros a serem definidos pelos Conama para fins de licenciamento ambiental, eis que é atividade contemplada na Resolução nº 237/97;
- GT passará a contemplar em seu escopo de trabalho a poluição causada por embalagens de agrotóxicos;
- Reunião com o responsável pela Gestão Ambiental na PGR para troca de idéias e definição de propostas para implementação de uma gestão ambiental uniforme em todo o MPF. Definição de prioridades, técnicas, prazos e índices de avaliação, após análise técnica a ser realizada pela assessoria do GT.
- Contactar a Oscip Amigos, que reutiliza os cartuchos usados da PGR, no sentido de ser acionada para prestar serviços em contrapartida ao Termo de Referência em vigor;
- Participação do coordenador do GT no próximo Fórum Governamental de Gestão Ambiental na Administração Pública (Fórum da A₃P);
- Reunião com a Coordenadora Geral de Gestão e Qualidade Ambiental/CGQUA da Diretoria de Qualidade Ambiental do IBAMA/DIQUA (telefones 061-33161566 e 3316-1313), Zilda Maria Faria Veloso (zveloso@ibama.gov.br), para prestar informações a respeito do controle e fiscalização realizados nos depósitos, rejeitos e passivos ambientais gerados por atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais;
- Apresentação do panorama dos gastos gerais/recursos do MPF e as formas de gestão, com referência à implantação da Agenda A₃P, que vêm sendo adotadas por algumas unidades e que poderão ser replicadas em outras unidades do MPF;
- Análise técnica, pela assessoria do GT, das formas de gestão ambiental que estão sendo adotadas nas unidades do MPF, com o objetivo de implementação de um modelo de Programa de Gestão Ambiental - PGA para o MPF como um todo.
- verificação da possibilidade de desenvolvimento de um programa de informática, na PRM de Blumenau/SC, para fazer a comparação e nomeação dos postos de combustíveis que possuem licenciamento da ANP ou dos respectivos órgãos ambientais;
- elaboração de uma Informação Técnica da análise da documentação técnica constante no PA de Drenagem e execução da parte técnica de uma Recomendação, a ser encaminhada para a PR/DF, no sentido de coibir a canalização dos corpos hídricos e incentivar a revitalização/renaturalização dos mesmos;
- Estudo comparado, a ser realizado pela Gerência Jurídica, das disposições contidas nas legislações estaduais com aquelas contidas na Resolução

Conama nº 273/2000, que dispõe sobre prevenção e controle da poluição em postos de combustíveis e serviços e na 319/2002, que dá nova redação a dispositivos da Resolução Conama Nº 273/2000, visando a verificar a adequação das legislações dos estados em relação às da federação.

8.2.3.9 Transgênicos

➤ COMPOSIÇÃO

Membros Titulares

Pela 3ª CCR

João Carlos de Carvalho Rocha – Coordenador pela 3ª CCR
Procuradora Regional da República – 4ª Região

Daniela Batista Ribeiro

Procuradora da República no Estado do Mato Grosso

Pela 4ª CCR

Maria Soares Camelo Cordioli - Coordenadora pela 4ª CCR
Procuradora Regional da República – 1ª Região

Heitor Alves Soares

Procurador da República no Estado de Rondônia

Marcellus Barbosa Lima

Procurador da República no Município de Sinop

Membros Suplentes

Francisco Guilherme Vollstedt Barros

Procurador Regional da República – 1ª Região

Sílvio Roberto Oliveira de Amorim Júnior

Procurador da República no Estado de Sergipe

Apoio Técnico

Alessandro Filgueiras da Silva

Analista Pericial em Biologia
4ª CCR/PGR

➤ REUNIÕES

Foram realizadas quatro reuniões com as deliberações mais importantes a seguir transcritas:

▪ Dia 18 de fevereiro

- a) Disponibilizar na página da 4ª CCR extrato dos Pas que tratam da questão dos transgênicos;
- b) encaminhar às Procuradorias da República cópias de portaria de instauração de PA, a fim de subsidiar instauração de procedimentos relativos ao plantio de transgênicos em áreas indígenas, bem como possível aumento do uso de herbicida nas lavouras geneticamente modificadas, em geral.

▪ Dia 15 de abril

- a) Analisar documentação relativa ao recurso apresentado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ao Conselho Nacional de Biossegurança, em razão da aprovação do milho geneticamente modificado BT11;
- b) encaminhar ofício às Procuradorias da República nos Municípios referidas no ofício nº 0400/2008 – 4ª CCR, a fim de que façam acompanhamento de possível contrabando de sementes geneticamente modificadas;
- c) encaminhar ofício às autoridades encarregadas de cumprir decisão judicial que determinou a rotulagem de produtos contendo derivados de Organismos Geneticamente Modificados.

▪ Dia 13 de maio

Nessa reunião realizou-se discussão sobre zoneamento de OGM's com a participação dos cientistas convidados, Dr. Ernesto Paterniani/Embrapa Piracicaba – SP, Drª Flávia França Teixeira/Embrapa Sete lagoas – MG e Dr. Altair Machado/Embrapa – DF. Sendo as principais deliberações:

- a) Analisar e encaminhar aos representantes das 3ª e 4ª CCRs cópia do Projeto de Lei nº 268/2007, que prevê a aprovação de Tecnologias de Restrição de Uso – GURT, solicitando parecer técnico dos analistas da Casa;
- b) Idem quanto à proposta de Resolução Normativa elaborada pela CNTBio que trata de regras para a liberação planejada de OGM;
- c) Elaborar Recomendação à CNTBio exigindo restrições adicionais ao cultivo de OGM no entorno de áreas sob regime especial de proteção como Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Quilombos e em áreas de cultivos orgânicos ou sob domínio de outras populações tradicionais.

▪ Dia 17 de junho

- a) Houve reunião com a Coordenadora Substituta do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, Andiara Maria Braga Maranhão, a fim de reforçar àquele órgão a necessidade de cumprir a legislação e determinação judicial de que seja realizada a rotulagem de produtos contendo OGM e seus derivados.

➤ OFÍCIOS ENCAMINHADOS

Foram encaminhados os seguintes Ofícios-Circulares às Procuradorias de República e Procuradorias da República nos Municípios:

- . 06/2008 – solicita acompanhamento de possível ocorrência de contrabando de sementes geneticamente modificadas e de agrotóxicos;
- . 07/2008 – solicita instauração de Procedimento para acompanhar as atividades exercidas pelos órgãos e entidades de registro e fiscalização descritas no art. 16 da Lei nº 11.105/2005, no âmbito de cada Procuradoria;
- . 08/2008 – instauração de procedimento administrativo ou de inquérito civil público para acompanhamento das atividades envolvendo organismos geneticamente modificados e seus derivados e para acompanhamento e fiscalização do plantio de sementes transgênicas em terras ou reservas indígenas.

➤ OUTRAS ATIVIDADES

- Por solicitação da Dr^a Maria Soares Cordioli, foi designada a Analista Pericial em Engenharia Agrônoma Juliana Sarkis Costa para acompanhar as reuniões das Subcomissões Setoriais Permanentes das Áreas Vegetal e Ambiental da CNTBio, que se realizam no mesmo horário das reuniões da Subcomissões Animal e Humana, acompanhadas pessoalmente pela Dr^a Maria Soares Cordioli. O trabalho da referida analista pericial foi substanciado nas Notas Técnicas n^{os} 09, 13, 21 e 22 de 2008, disponibilizadas na página da 4^a CCR na *internet*.
- Acompanhamento das normas expedidas em 2008 pela CNTBio, com finalidade de apresentar sugestões de melhoria àquela Comissão. Trabalho que contou com a assessoria dos Analistas Periciais Alessandro Filgueras da Silva e Juliana Sarkis Costa.

8.2.3.10 Zona Costeira

➤ COMPOSIÇÃO

Membros Titulares

Alessander Wilckson Cabral Sales - Coordenador
Procurador da República no Estado do Ceará

Analúcia de Andrade Hartmann
Procuradora da República no Estado de Santa Catarina

João Carlos de Carvalho Rocha
Procurador Regional da República – 4^a Região

Apoio Técnico

Luciana Sampaio
Analista Pericial em Arquitetura
4^a CCR/PGR

9. Recomendações e Enunciados

9.1 RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS

No exercício da atribuição delegada à Coordenadora da 4ª CCR pelo Procurador-Geral da República, foram expedidas 02 Recomendações:

Recomendação 4ª CCR 01/2008: Expedida ao Ministério do Meio Ambiente para que fossem adotadas medidas para o Combate do "mexilhão dourado" no Brasil, mediante estratégia que envolva todos os órgãos responsáveis, com definição de atribuições e fornecendo todos os recursos necessários à efetiva realização de medidas que são objeto do Relatório Conclusivo elaborado pela "Força - Tarefa Nacional".

Recomendação 4ª CCR 02/2008: Expedida à Agência Nacional de Vigilância Sanitária para que esta, suspendesse os procedimentos administrativos que visem à concessão de informe de avaliação toxicológica, registro de agrotóxicos e de outros produtos afins, que contenham os ingredientes ativos em reavaliação,

Importante mencionar que a Recomendação 01/2008 foi parcialmente atendida pelo Ministério do Meio Ambiente e a Recomendação 02/2008 foi integralmente atendida pela ANVISA.

9.2 ENUNCIADOS

Considerando a necessidade de colaborar para a unidade na atuação do Ministério Público Federal, a 4ª Câmara adotou 02 enunciados no ano de 2008:

ENUNCIADO 01/2008:

Ementa: Declínio de Atribuições. Encaminhamento de Procedimentos e Inquéritos Cíveis Públicos à 4ª CCR para homologação da decisão de arquivamento.

ENUNCIADO: Nos termos do art. 62, IV, e do que dispõe o art. 58 da Lei Complementar n.º 75/93, as decisões de arquivamento dos Procedimentos Administrativos ou Inquéritos Cíveis Públicos, que tratam de meio ambiente e patrimônio cultural, fundamentadas no declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual, devem ser submetidas à homologação da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão – Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, nos autos originais, para exercício do poder revisional.

Enunciado 02/2008

Ementa: Solicitação de manifestação da Câmara acerca da derrogação da Resolução Conama n.º 341. Formulação de Enunciado pela 4ª CCR.

Referências: 1) MPF – PR/CE n.º 1.15.000.002476/2005-10; 2) MPF – PR/CE n.º 0.15.000.000568/2002-78 e 3) MPF – PR/CE n.º 0.081056.000273/99-56 – CE

ENUNCIADO: A Resolução CONAMA 369/2006 revogou a Resolução CONAMA 341/2003, em relação ao uso e ocupação de dunas. As consequências desse fato atingem, inclusive, os empreendimentos com licenciamentos já concluídos à época da entrada em vigor da Resolução 369/2006. As planícies de deflação integram o o campo de dunas e, como parte desse ecossistema, possuem a devida proteção jurídica.